

Construção de Identidades por ex-reclusos

Vera Raquel Aido Rodrigues

**Dissertação de Mestrado em Sociologia – Políticas Públicas e
Desigualdades Sociais**

Orientador: Professor Doutor Casimiro Balsa

Vera Raquel Aido Rodrigues,
Construção de Identidades por
ex-reclusos, 2012

Outubro de 2012

À minha família e aos meus amigos

Agradecimentos

Este espaço é dedicado àqueles que deram a sua contribuição para que esta dissertação fosse realizada.

Em primeiro lugar agradeço ao Professor Casimiro Balsa, meu orientador, por me ter incentivado a seguir a área e pela competência científica e acompanhamento do meu trabalho.

Em segundo lugar, agradeço prontamente à Associação “O Companheiro”, nomeadamente ao Director José Brites, pelo carinho com que me receberam. A ele agradeço o tempo que dispensou a orientar-me e esclarecer-me sempre que solicitei o seu apoio.

Gostaria de agradecer também, àquela que para mim foi a minha co-orientadora, Sílvia Moço, técnica de política social da Associação “O Companheiro”, pela disponibilidade, apoio, orientação, amizade e por ter confiado em mim desde o primeiro momento. À Guiomar, Secretária de Direcção da Associação “O Companheiro”, pela amizade, pela força, pelo apoio, pela compreensão e pela confiança que sempre teve em mim. Foram ambas pilares essenciais não só na realização deste trabalho mas na minha formação profissional.

Aos meus avós e à minha mãe que fizeram tudo para que eu pudesse chegar até aqui. A eles devo a oportunidade de me tornar mestre em Sociologia. Agradeço ainda à minha irmã que sempre se preocupou comigo e me deu força para chegar até aqui. O mesmo agradeço ao meu pai que mesmo longe sempre me deu força para não desistir.

Por último mas não menos importante, quero agradecer a todos os que confiaram em mim e nas minhas capacidades, que me deram força e que sempre me incentivaram quando, nas minhas crises sociológicas, pensei em desistir. Sem eles teria sido mais difícil enfrentar este desafio: Filipa, Victor, André, Sónia, Eduardo, Cátia, Beatriz, Carlos, Carla.

Um mais sincero agradecimento a todos.

Resumo

Uma das condições necessárias na vida social é que todos os indivíduos partilhem um único conjunto de expectativas normativas e regras. No momento em que estas são quebradas, advém daí medidas restauradoras muitas vezes associadas à privação de liberdade.

A prisão nos dias de hoje existe, então, com o propósito de fazer cumprir as medidas dessa privação de liberdade, trabalhando com os indivíduos na interiorização de trajectórias normativas. Neste sentido, um dos fenómenos que mais tem marcado a sociedade é o agravamento das desigualdades sociais e, consequentemente, da exclusão social a que estes indivíduos estão sujeitos. A família e o trabalho constituem o suporte essencial para a reintegração e reinserção em pleno na sociedade, tendo em conta que nem todos possuem esse tipo de enquadramento. Por conseguinte, no momento da saída é importante que sejam apoiados por instituições apropriadas e adequadas ao problema, para posteriormente lutarem pela sua autonomia na reinserção.

A experiência do encarceramento influencia negativamente a identidade do indivíduo, que sai transformado, e estigmatizado como delinquente. Segundo alguns autores a identidade, sendo o conjunto de características que definem os indivíduos e pelas quais podem ser reconhecidos, nunca está terminada definitivamente e é construída a partir de diversos processos de socialização. Neste sentido, tornou-se relevante compreender a forma como os dois grupos de indivíduos seleccionados para o estudo se caracterizam a si próprios, o tipo de identidades construídas e quais os factores que influenciam essa construção, tendo em conta que são indivíduos que estiveram privados de liberdade por um determinado tempo e que hoje são apoiados por uma instituição por falta de autonomia e enquadramento a nível social, familiar ou profissional.

Palavras-chave: Prisão, Crime, ex-reclusos, Família, Trabalho, Reinserção, Instituição, Identidades

Abstract

One of the most important conditions when it comes to living in society is that all individuals must be able to share a common set of rules and normative expectations. From the moment these are disrespected it is implemented a number of restorative measures, often associated with the deprivation of liberty.

Prison, nowadays exists with the purpose of reinforcing those measures, working side-by-side with these individuals with the intent of changing the behavior and mindset that led them to such crimes. In this sense, one of the phenomena that has deeply influenced our society is the deterioration of the social inequality and hence social exclusion of which these individuals are victims. Family and work should represent an essential support for the full reintegration and rehabilitation in society, considering that not everyone has that kind of framework waiting for them. Therefore, when their life behind bars comes to an end, it is key that they are supported by the adequate institutions so that they later can become independent and lead a normal life.

The experience of incarceration can be traumatizing and it negatively influences the identity of the individual who comes out a different person, stigmatized as a criminal. According to some authors, identity, being a set of characteristics that define individuals by which they can be recognized, is never complete and is progressively built from different socialization processes. In this sense, it became imperative to understand how the two groups of individuals selected for the study characterize themselves, the type of identities created and what factors influence this development, bearing in mind that they are individuals who have been deprived of freedom for a certain period of time and that today are supported by an institution for lack of autonomy and framework for their social, familiar or professional lives.

Keywords: Prison, Crime, Ex-Offenders, Family, Work, Rehabilitation, Institution, Identities

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1. Estudo de caso e Estrutura conceptual.....	3
1.1 Objectivo de estudo e formulação do problema – Definição da problemática...	3
1.2 Universo e Amostra. Definição do objecto de estudo.....	4
1.3 Motivação e pertinência do estudo.....	5
1.4 Questões de Investigação.....	6
1.5 Questões de aprofundamento da investigação.....	6
Capítulo 2. Metodologia.....	7
2.1 Ponto de vista da pesquisa utilizada.....	7
2.2 Selecção de técnicas de abordagem – Metodologia mista.....	7
Metodologia de pesquisa Qualitativa.....	7
Metodologia de pesquisa Quantitativa.....	8
2.3 Recolha de dados.....	9
Observação participante.....	9
As entrevistas.....	10
Histórias de vida.....	12
Estudos de Caso.....	14
2.4 Análise de dados.....	15
Análise documental e análise de conteúdo.....	15
Análise factorial.....	16
2.5 Natureza dos dados documentais.....	17
Capítulo 3. Enquadramento teórico.....	18
3.1 Estabelecimento Prisional.....	18
3.2 Desigualdades sociais, Exclusão social e Desfiliação.....	24
3.3 Reinserção Socio-profissional e familiar – políticas de reinserção.....	28

3.4 Construção de identidades e reconhecimento.....	35
3.5 Laços sociais e institucionalização.....	42
Capítulo 4. A Associação “O Companheiro-IPSS” e os indivíduos.....	45
4.1 A Associação.....	46
4.2 Área e Âmbito de Actividade.....	46
4.3 Objectivos.....	47
4.4 Equipamentos e Serviços.....	47
4.5 Missão, Visão e Valores.....	48
4.6 Caracterização dos protocolos de Empregabilidade.....	48
4.7 Perfil dos indivíduos residentes e ex-residentes da Instituição (2005-2012)...	49
A. Crime.....	50
B. Residência.....	51
C. Outros dados.....	53
Capítulo 5. Características do objecto de estudo e análise dos dados recolhidos	55
5.1 Caracterização do objecto de estudo.....	56
Dimensão 1. Percurso familiar na infância e Percurso escolar e profissional.....	58
Dimensão 2. Trajectória Delinquente.....	65
Dimensão 3. Percurso Prisional.....	69
Dimensão 4. Pós-reclusão: Reinserção socioprofissional e familiar.....	74
Dimensão 5. Caracterização pessoal	82
5.2 Cruzamento de variáveis e análise dos resultados.....	87
A. Crime/Prisão.....	88
B. Instituição.....	94
C. Família.....	97
D. Emprego.....	100
E. Trajectória de reinserção.....	104

5.3 Análise Factorial e comentário sobre dados recolhidos.....	109
5.4 Conclusões.....	115
Conclusão e Reflexão Crítica.....	119
Bibliografia.....	121
Anexos.....	128

Índice de Anexos

Anexo 1. Tabela de problemas dos Grupos desfavorecidos marginais.....	129
Anexo 2. Tipologia de Crimes da Direcção Geral de Serviços Prisionais.....	129
Anexo 3. Crimes cometidos pelos residentes e ex-residentes (2005-2012).....	129
Anexo 4. Evolução dos crimes 2005-2012 em Portugal.....	130
Anexo 5. Número de penas a que os indivíduos residentes e ex-residentes foram condenados (2005-2012).....	130
Anexo 6. Tempo de pena a que os indivíduos residentes e ex-residentes foram condenados (2005-2012).....	131
Anexo 7. Motivo de entrada dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012).....	131
Anexo 8. Encaminhamento dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012)...	131
Anexo 9. Idade dos indivíduos residentes e ex-residentes no momento de entrada na instituição (2005-2012).....	132
Anexo 10. Número de entradas na associação pelos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012).....	132
Anexo 11. Tempo de permanência em residência pelos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012).....	133
Anexo 12. Razão de saída da residência dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012).....	133
Anexo 13. Condição laboral à entrada dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012).....	133
Anexo 14. Problemas de Saúde e consumos dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012).....	134
Anexo 15. Relações familiares actuais dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012).....	134
Anexo 16. Habilitações académicas dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012).....	134
Anexo 17. Nacionalidade dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012).....	135
Anexo 18. Dimensões utilizadas para realização e análise de entrevistas	135
Anexo 19. Definições das pré-categorias e categorias das Dimensões consideradas...	138
Anexo 20. Categorização a partir de expressões recolhidas nas entrevistas.....	142

Anexo 21. Problemas de Saúde e consumos dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	161
Anexo 22. Nacionalidade dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	162
Anexo 23. Elementos do agregado familiar na infância dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	162
Anexo 24. Relações familiares na infância dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	162
Anexo 25. Habilitações académicas dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	163
Anexo 26. Razões do abandono escolar dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	163
Anexo 27. Ambiente social na escola – trajectória de reinserção dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	163
Anexo 28. Capacidade de aprendizagem dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	164
Anexo 29. Situação inicial de emprego dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	164
Anexo 30. Situação de emprego antes do cometimento do crime dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	164
Anexo 31. Crimes cometidos pelos dois grupos de indivíduos em estudo.....	165
Anexo 32. Início da trajectória delinquente dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	165
Anexo 33. Relação dos dois grupos de indivíduos em estudo com o crime cometido.....	165
Anexo 34. Razões da delinquência apontadas pelos dois grupos de indivíduos em estudo.....	166
Anexo 35. Suporte familiar dos dois grupos de indivíduos em estudo antes da detenção.....	166
Anexo 36. Número de penas dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	166
Anexo 37. Situação judicial dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	167
Anexo 38. Tempo de pena a que os dois grupos de indivíduos em estudo foram condenados.....	167
Anexo 39. Percurso na prisão dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	167
Anexo 40. Relações na prisão dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	168
Anexo 41. Relações familiares mantidas na prisão pelos dois grupos de indivíduos em estudo.....	168

Anexo 42. Forma como os dois grupos de indivíduos em estudo encaram a prisão.....	168
Anexo 43. Visão dos dois grupos de indivíduos em estudo da vida com o crime.....	169
Anexo 44. Ambiente social em liberdade – Trajectória de reinserção dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	169
Anexo 45. Percurso profissional actual dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	169
Anexo 46. Apoio institucional cedido ao segundo grupo de indivíduos em estudo (Assistidos desinstitucionalizados).....	169
Anexo 47. Encaminhamento dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	170
Anexo 48. Idade dos indivíduos do primeiro grupo à entrada na instituição e idade dos indivíduos do segundo grupo à saída da prisão.....	170
Anexo 49. Relações institucionais dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	171
Anexo 50. Dependência Institucional dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	171
Anexo 51. Forma de ver a instituição pelos dois grupos de indivíduos em estudo	171
Anexo 52. Número de entradas na associação pelos indivíduos do primeiro grupo (Dependentes Institucionais).....	172
Anexo 53. Tempo em residência pelos indivíduos do primeiro grupo (Dependentes Institucionais).....	172
Anexo 54. Relações familiares actuais dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	172
Anexo 55. Identidade pessoal Anterior construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo.....	173
Anexo 56. Identidade Social Anterior construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo.....	173
Anexo 57. Identidade Profissional Anterior construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo.....	173
Anexo 58. Identidade Familiar Anterior construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo.....	173

Anexo 59. Identidade Escolar Anterior construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo.....	174
Anexo 60. Identidade Pessoal Actual construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo.....	174
Anexo 61. Identidade Social Actual construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo.....	174
Anexo 62. Identidade Profissional Actual construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo.....	175
Anexo 63. Quadro de características relativas à identidade pessoal antes da prisão e depois da prisão.....	175
Anexo 64. Quadros de características associadas à identidade colectiva antes e depois da prisão.....	175
Anexo 65. Quadro de características negativas e positivas.....	176
Anexo 66. Quadro de características referidas relativamente ao que pensam que os outros acham de si.....	177
Anexo 67. Identidade profissional construída através do que pensam que os outros acham de si.....	177
Anexo 68. Identidade Familiar construída através do que pensam que os outros acham de si.....	178
Anexo 69. Identidade Pessoal construída através do que pensam que os outros acham de si.....	178
Anexo 70. Identidade Escolar construída através do que pensam que os outros acham de si.....	178
Anexo 71. Identidade Social construída através do que pensam que os outros acham de si.....	178
Anexo 72. Quadro de características negativas e positivas associadas à identidade criada a partir da forma como pensam que os outros os vêem.....	179
Anexo 73. Cruzamento das variáveis Crime e Razões da delinquência relativo ao dois grupos de indivíduos em estudo.....	179
Anexo 74. Cruzamento das variáveis Crime e Relação com o crime relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	180
Anexo 75. Cruzamento das variáveis Crime e relações familiares actuais dos dois grupos de indivíduos em estudo.....	181

Anexo 76. Cruzamento das variáveis Crime, Identidade pessoal depois e Identidade social depois relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	182
Anexo 77. Cruzamento das variáveis Crime, Identidade profissional – outros e identidade familiar- outros/ identidade social- outros, relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	184
Anexo 78. Cruzamento das variáveis Dependência institucional e Família relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	185
Anexo 79. Cruzamento das variáveis Dependência institucional e Percurso profissional actual relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	186
Anexo 80. Cruzamento das variáveis Dependência Institucional e Forma de ver instituição relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	186
Anexo 81. Cruzamento de variáveis Dependência institucional, Identidade pessoal depois e Identidade social depois relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	187
Anexo 82. Cruzamento das variáveis Relações familiares e Família relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	188
Anexo 83. Cruzamento das variáveis Relações familiares, Identidade pessoal Antes e Identidade social antes relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	189
Anexo 84. Cruzamento de variáveis Família, Identidade pessoal depois e Identidade social depois relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	190
Anexo 85. Cruzamento das variáveis Situação emprego antes do crime e Razões da delinquência relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	192
Anexo 86. Cruzamento das variáveis Situação de emprego antes do crime, Identidade pessoal antes e Identidade social antes relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	193
Anexo 87. Cruzamento de variáveis Percurso profissional actual, Identidade pessoal depois e Identidade social depois relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	195
Anexo 88. Cruzamento das variáveis Ambiente social e Dependência institucional relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	198
Anexo 89. Cruzamento de variáveis Ambiente social e Crime relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	199
Anexo 90. Cruzamento das variáveis Ambiente social e Forma de ver instituição relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	199

Anexo 91. Cruzamentos das variáveis Ambiente social e Percurso profissional actual relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	200
Anexo 92. Cruzamentos das variáveis Ambiente social e Família relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	201
Anexo 93. Cruzamento das variáveis Ambiente social, Identidade Pessoal depois e Identidade social depois relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo.....	202
Anexo 94. Descrições dos eixos factoriais 1 e 2 – Modalidades activas.....	204
Anexo 95. Caracterização das modalidades de classes – Classe 3.....	205
Anexo 96. Quadro-Resumo caracterização indivíduos.....	207

Introdução

A presente dissertação elaborada no âmbito do Mestrado em Sociologia – Políticas Públicas e Desigualdades Sociais, teve como objectivo primordial a construção de um problema de estudo que tivesse como objecto indivíduos ex reclusos que fossem apoiados por uma instituição de apoio.

Tendo em conta que nos dias de hoje a prisão é um elemento essencial, apesar de ser o último recurso, na transmissão de trajectórias normativas e interiorização das regras da sociedade, é-o também porque se resume na igualdade de punição, associada à privação da liberdade. Lá dentro, os indivíduos são considerados por números e não por nomes, e tem que respeitar as regras e sujeitar-se uma série de elementos desestabilizadores, assim como o afastamento da família e muitas vezes do trabalho. Os indivíduos inseridos num estabelecimento prisional por um determinado tempo estão sujeitos a um estigma aplicado pela sociedade que os influencia negativamente. Contudo, quando falamos de estigma, podemos também falar da exclusão social, que em sociedade se faz sentir mais intensamente, no que se refere muitas vezes à dificuldade destes indivíduos criarem laços sociais, familiares e até de encontrarem um emprego. Estes dois últimos são aspectos essenciais para a boa reinserção do indivíduo em sociedade, pois o indivíduo ao sair da prisão, sai fragilizado e necessita de apoio institucional até conseguir garantir a sua autonomia. Foi neste sentido que procurei encontrar dois grupos de indivíduos que fossem apoiados por uma instituição mas que tivessem graus diferentes de dependência da mesma. Neste sentido, foi pertinente a escolha da Associação “O Companheiro”, que trabalha com estes indivíduos, ex-reclusos, assim como a escolha de um grupo inserido em residência, sem família, que recebe apoio institucional a todos os níveis, e outro grupo não inserido em residência, com família e que recebe apoio da instituição a alguns níveis.

Em consideração aos factos referenciados e às características dos grupos seleccionados para a amostra, tornou-se imperativo que a questão da construção de identidades seria interessante de estudar, no sentido de compreender a forma como estes indivíduos se vêem a si próprios, como acham que os outros os vêem e o que influencia essa construção, tendo em conta o tipo de identidades que criam. Foram seleccionados cinco parâmetros de avaliação que me permitiram compreender a caracterização pessoal consoante o Crime, a Instituição, a Família, o Trabalho e a Trajectória de reinserção.

Deste modo, no primeiro capítulo desta dissertação referencio o objecto de estudo e a definição da problemática, assim como identifico o universo e a amostra em estudo, as motivações e a pertinência do estudo e ainda refiro as principais questões de investigação. Já o segundo capítulo é dedicado à explanação da metodologia utilizada para a elaboração do presente trabalho. Refiro assim os elementos essenciais do ponto de vista da pesquisa utilizada, as técnicas de abordagem, os constituintes da recolha de dados e da análise dos mesmos e ainda referencio a natureza de todos os dados documentais utilizados.

O capítulo 3 constitui a base do enquadramento teórico essencial para a compreensão do problema em estudo. Nele refiro teoria acerca das prisões e do objecto de estudo, das desigualdades sociais, exclusão social e desfiliação, da reinserção socio profissional e familiar, da construção de identidades e ainda dos laços sociais e da institucionalização. Já relativamente ao Capítulo 4, neste faço referência a aspectos essenciais para a caracterização da instituição que foi espaço de observação e realização do meu estudo, assim faço uma caracterização dos indivíduos ex-residentes e residentes desde 2005 até 2012, momento em que termino a recolha de dados.

Posteriormente no capítulo 5, tendo em conta apenas os indivíduos em estudo, faço uma caracterização dos elementos segundo as 5 dimensões explicitadas no capítulo: 1) Percurso familiar na infância e percurso escolar e profissional; 2) Trajectória de Delinquência; 3) Percurso prisional; 4) Pós-reclusão: Reinserção socioprofissional e familiar; 5) Caracterização pessoal. Neste capítulo são feitos ainda cruzamentos de variáveis e a análise factorial para a compreensão mais aprofundada das relações entre os parâmetros seleccionados, já referidos, para avaliar a construção de identidades. Consequentemente, depois de recolhidas todas as informações são referidas as conclusões acerca do objectivo primordial do estudo.

Capítulo 1 – Estudo de caso e Estrutura conceptual

1.1 Objectivo do estudo e Formulação do problema – Definição da problemática

Em primeiro lugar é relevante mencionar que o tema geral da minha dissertação se relaciona com a construção de identidades por ex-reclusos, no contexto de uma associação de apoio. Concretamente, o objectivo do estudo passa por compreender a forma como os indivíduos se vêem a si próprios e acham que os outros os vêem, desde a infância ao momento presente, compreendendo se a imagem que criam deles mesmos é negativa como alguns estudos dão a entender e como o senso comum refere ser. Com isto pretendo perceber o tipo de identidades que estes indivíduos constroem, tentando compreender aquilo que influencia a construção das mesmas. A ideia não é fazer generalizações, pois cingi-me apenas a um grupo restrito de indivíduos, mas sim compreender e interpretar as informações recolhidas no contexto de estudo.

Neste sentido, enuncio o problema em estudo através da seguinte pergunta de partida: *O que é que influencia a construção de identidades tendo em conta as particularidades dos indivíduos em estudo?*

Tendo em conta o objecto de estudo, tive como objectivo através de histórias de vida e de entrevistas realizadas com os indivíduos perceber a informação pertinente para o estudo através de cinco dimensões: 1) Percurso familiar na infância e percurso escolar e profissional; 2) Percurso Delinvente; 3) Percurso prisional; 4) Pós-reclusão: Reinserção socioprofissional e familiar; 5) Caracterização pessoal. A partir destas, pretendia recolher todo o tipo de informação para em análise tirar conclusões relativamente ao objectivo do estudo.

Através de um contacto directo com os indivíduos em estudo interessou-me perceber tudo o que se relacionasse com sentimentos, emoções, expectativas e os indicadores da imagem de que têm de si próprios, tentando compreender como é que lidam com o facto de terem estado presos e com o vazio de entrar na sociedade que não os reconhece como indivíduos integrados, tendo também em consideração quais os factores que os auxiliam no processo de reinserção na sociedade.

1.2 Universo e Amostra - Definição do objecto de estudo

Sendo o universo em estudo o conjunto de indivíduos que a instituição apoia, ex-reclusos e do sexo masculino, estes foram então divididos em 2 grandes grupos, os *Dependentes institucionalizados*¹ e os *Assistidos desinstitucionalizados*¹, tendo em conta que os primeiros residem na instituição, recebem apoio institucional a todos os níveis, não tem apoio familiar e trabalham em protocolos, e os segundos são apenas apoiados pela instituição em algumas vertentes que não a de residência, e tem apoio familiar.

Grupo dos residentes – Dependentes Institucionalizados:

O grupo dos residentes foi dividido em pequenos grupos consoante a permanência na residência da instituição, de forma a seleccionar 12 dos 21 indivíduos mais pertinentes para o estudo e que no momento da realização do mesmo usufruíam de apoio residencial.

Indivíduos com estadia intermitente na residência: 2

Indivíduos com tempo de permanência <1 ano: 4 (foram escolhidos 4 que representam bem o universo em estudo.

Indivíduos com tempo de permanência 1-3 anos: 2

Indivíduos com tempo de permanência > 3 anos: 2

Indivíduos institucionalizados: 2

Grupo dos assistidos – grupo de contraste:

Ao contrário do anterior este grupo é autónomo e apoiado pela família. Foram seleccionados apenas com a condição de serem ex-reclusos e que fossem apoiados em alguma das vertentes da instituição. Neste sentido podemos dividi-los da seguinte forma.

Indivíduos apoiados pelo GEFE²: 5

Indivíduos apoiados pelo BA/BR³: 5

Indivíduos em PTFC⁴: 2

¹ Designações explicitadas no capítulo 5

² Gabinete de Educação, Formação e Empregabilidade

³ Banco alimentar/Banco de roupa

⁴ Prestação de trabalho a favor da comunidade

1.3 Motivações e pertinência do objecto

O estudo que realizei tem para mim um enorme interesse a nível académico, não só pelo tema se relacionar com a minha área de licenciatura mas ainda mais com a área de mestrado que escolhi. Considerei este projecto como uma forma de ter uma experiência mais prática do que aquela a que nos habituamos durante o curso, podendo assim estreitar-me como investigadora isolada. Contudo, tem também um interesse pessoal, pois entrei em contacto com um universo totalmente diferente do meu, com realidades que nada tem a ver com as que habitualmente contacto. Neste sentido, as minhas motivações para este estudo centram-se na oportunidade de realizar um estudo que se relacionasse com um tema contemporâneo do meu interesse e que me permitisse entrar em contacto com universos por vezes distantes.

Acima de tudo a minha ideia era preservar uma originalidade presente no facto de trabalhar informação nova que ainda não tivesse sido aprofundada. Existem inúmeros estudos ao nível da instituição prisional, sobre a população que a mesma encerra, e existem inclusive estudos a cerca da reinserção destes indivíduos. Contudo, ainda não existe teoria acerca dos indivíduos que são institucionalizados depois de saírem da prisão, assim como não existem estudos sobre a forma como estes indivíduos percebem o mundo através da instituição, nem como se vêem a si próprios e nem como lidam com a forma como os outros os vêem. É feito um trabalho gradual com os indivíduos que estão dentro da prisão, no sentido de os preparar para a inserção da sociedade. Mas o que é feito depois de saírem? Para aqueles que não tem família, amigos, e não tem para onde ir nem onde ficar, qual é a alternativa? É certo que não passarão pela instituição “O Companheiro” todos os indivíduos que não tem apoios depois da reclusão, mas passaram muitos dos indivíduos que não usufruem de apoios, e estão hoje alguns daqueles que lutam para conseguir ser autónomos. E são esses que pretendo estudar. Este estudo comporta ainda a relação destes indivíduos com a instituição e em que medida é que essa pode ou não influenciar positivamente a construção de identidades.

Não pretendo com o meu estudo fazer generalizações, mas apenas recolher informação importante para a compreensão do objectivo do estudo, pois irei cingir-me a uma amostra reduzida e definir características únicas que poderão não influenciar ao mesmo nível que outras.

1.4 Questões centrais de investigação

1. De que forma o tipo de crime está relacionado com as identidades construídas depois do cometimento do crime?
2. De que forma a dependência institucional se relaciona com as identidades construídas no momento actual?
3. De que forma as relações familiares antes e depois do cometimento do crime se relacionam com as identidades construídas?
4. De que forma o percurso profissional anterior e actual se relaciona com as identidades construídas antes e actualmente?
5. De que forma o ambiente social (trajectória de inclusão e de exclusão) se relaciona com as identidades construídas actualmente?

Questões de aprofundamento da investigação

Para além das questões colocadas em entrevista, elaborei outras questões que pretendo ver respondidas:

1. De que forma o tipo de crime está relacionado com as razões que marcam a trajetória delinquente?
2. De que forma o tipo de crime está relacionado com a relação que os indivíduos têm com o mesmo?
3. De que forma o crime está associado às relações familiares actuais?
4. De que forma o tipo de crime está associado ou não à forma como os outros os vêem, tendo em conta a percepção que os indivíduos têm dessa imagem?
5. De que forma a dependência institucional está relacionada com as relações familiares actuais?
6. De que forma a dependência institucional está relacionada com o percurso profissional actual?
7. De que forma as relações familiares anteriores à prisão se assemelham às relações familiares actuais?
8. De que forma o percursos profissional anterior à prisão se relaciona com as razões da delinquência?
9. De que forma o ambiente social se relaciona com o tipo de crime?
10. De que forma o ambiente social se relaciona com a dependência institucional?
11. De que forma o Ambiente social se relaciona com o percurso profissional actual?
12. Em que medida o ambiente social se relaciona com as relações familiares actuais?

Capítulo 2 – Metodologia

2.1 Ponto de vista da pesquisa utilizada

Perante o projecto que defini, realizei do ponto de vista da abordagem, uma pesquisa qualitativa, pois pretendia compreender fenómenos, percursos, processos e opiniões, tendo em conta também sentimentos e expectativas, questões que só são perceptíveis com este tipo de abordagem que estuda mais profundamente questões directamente relacionadas com o indivíduo. Contudo, foi-me pertinente utilizar igualmente uma abordagem quantitativa na análise dos dados recolhidos de forma a poder realizar uma análise estatística dos resultados.

Já do ponto de vista dos objectivos de estudo baseei-me numa pesquisa exploratória, que se apoia no trabalho de familiarização com o fenómeno que se pretende estudar para uma maior compreensão e precisão. Esta pesquisa trabalha com amostras pequenas, permitindo-me definir o problema que pretendo estudar, facilitando a selecção daquilo que é mais importante ter em consideração. Finalmente, do ponto de vista dos procedimentos teóricos fiz uma pesquisa bibliográfica sobre os temas pertinentes para o estudo, pesquisa documental, observação participante que iniciei logo que me inseri na instituição, e estudos de caso.

Perante a natureza do estudo que pretendia realizar, não parti para o terreno com teorias e hipóteses definidas, pois para além de não saber concretamente aquilo que iria encontrar na inserção no terreno, também não tinha bases para as construir, pois o que pretendia traduzia-se em processos e informações muito pessoais, sobre os quais não posso fazer generalizações. Parti, assim, para o terreno livre para definir o meu objecto de estudo consoante aquilo que encontrasse e que podia perceber como interessante e útil. Neste sentido, centrei-me no método indutivo.

2.2 Selecção de técnicas de abordagem – Metodologia Mista

Metodologia de pesquisa Qualitativa

Para a realização do presente estudo utilizei uma abordagem maioritariamente qualitativa, pois é esta que nos permite analisar e interpretar aspectos mais profundos, como a complexidade do comportamento humano, fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes, hábitos e tendências de comportamento. Esta pesquisa tem como base o estudo do “outro” apoiando-se no convívio com os factos e as pessoas,

e nas descrições que elas fazem das suas experiências vividas, utilizando a linguagem da vida quotidiana.

As pesquisas desta natureza envolvem uma série de materiais empíricos, que se relacionam com estudos de caso, com experiências pessoais, com histórias de vida, relatos e produções culturais, que descrevem a rotina e significados da vida humana em grupos. Para Minayo⁵ a pesquisa qualitativa trabalha com universos de significados, motivos, crenças, atitudes, o correspondente a um espaço profundo de relações, de processos e de fenómenos que não podem ser resumidos com a operacionalização de variáveis (MARCONI, LAKATOS, 2007). Segundo o que FISCHER (2006) refere, as pesquisas qualitativas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função das suas crenças, sentimentos, percepções e valores e que o seu comportamento tem sempre um significado que não se dá a conhecer de forma imediata.

É a par das características deste tipo de abordagem que esta se adequa totalmente aquilo que pretendo realizar, no sentido em que pretendo fazer análises aprofundadas, recolhendo informação sobre sentimentos, acontecimentos, expectativas, ideias, informações que não são facilmente perceptíveis com uma abordagem de outra natureza.

Metodologia de pesquisa quantitativa

Segundo MORESI (2003), um dos objectivos desta pesquisa é compreender quantos indivíduos de uma determinada população compartilham uma mesma característica. Esta é projectada essencialmente para realizar análise estatística, nomeadamente quando o que nos interessa compreender é o perfil de um grupo de pessoas segundo as características que elas têm em comum. Esta pesquisa torna-se apropriada quando existem medidas quantificáveis de variáveis, utilizando medidas numéricas para testar hipóteses. Segundo Richardson et al.⁶ (MARCONI, LAKATOS, 2007), este método é caracterizado pela quantificação das modalidades de recolha e tratamento da informação por meio de técnicas estatísticas.

Esta metodologia será utilizada para análise de dados recolhidos a partir das entrevistas e da informação complementar que analisei. Nem toda a informação recolhida será de carácter quantitativo, no entanto posteriormente irá ser transformada

⁵ Referencia a Maria Minayo em “Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade” (1993)

⁶ Referencia a Roberto Richardson et al em “Pesquisa social: métodos e técnicas” (1999)

em dados quantitativos pelo que esta metodologia será a indicada, visto que será feita uma análise estatística dos resultados.

2.3 Recolha de dados

Observação Participante

A observação participante resume-se a uma técnica de recolha de dados, que segundo Schwartz e Schwartz⁷ não só é um instrumento de captação de dados mas também é um instrumento de modificação do meio pesquisado, ou seja, da mudança social (HAGUETTE, 1990). Este método é um dos que permite prestar maior atenção ao ponto de vista dos actores, e em que o campo é a realidade social que pretende analisar-se. A unidade social que é observada não pode ser demasiado extensa e o período de observação não pode ser demasiado curto, uma vez que o que se pretende é uma recolha intensiva de informação relativa a um vasto leque de práticas e de representações sociais.

Quando se observa a realidade social, quando se faz observação participante, é preciso ter em conta o que as pessoas dizem, o que fazem, o que aparentam ser, e como querem aparentar ser. É uma das tarefas do investigador ser capaz de distinguir entre a superfície e o fundo da representação, devendo, entre outras coisas, ser capaz de estabelecer uma relação de confiança com os sujeitos, ser bom ouvinte, formular boas perguntas, estar familiarizado com as questões de investigação e ser flexível na adaptação a situações inesperadas.

A análise dos dados recolhidos deve dar informação ao pesquisador da realidade do grupo e da percepção que este possui do seu estado. O conteúdo dos apontamentos do investigador, que o mesmo produz no terreno, implica escolhas intelectuais que orientam a sua pesquisa durante o tempo que produza a observação. Em caso de ser impossível o investigador fazer anotações durante a observação, pode recorrer a diversas técnicas, como fotografias ou filmagens.

Esta técnica metodológica foi pertinente para o meu estudo porque permite exactamente estudar uma ampla variedade de fenómenos, possibilitando identificar conjuntos de atitudes e de comportamentos. A partir dela pode-se obter informação no momento em que ocorre a presença do observador. Para além disso é o meio mais directo para se estudar uma variedade de fenómenos, e aspectos do comportamento

⁷ Referencia a Morris Schwartz e Charlotte Schwartz em “Problems in Participant Observation” (1995)

humano, sendo o método que exige menos sujeitos objectos de estudo. Muitas vezes para a realização da observação participante é necessário que o investigador tenha que fazer o mesmo trabalho, ou partilhar o mesmo ambiente que os indivíduos em estudo, para que sejam aceites pelos mesmos.

Foi a partir da observação participante que observei dinâmicas, relacionamentos entre os indivíduos e entre esses e os técnicos da associação, disposições para as actividades e processos de inserção, assim como posturas perante o trabalho, informações que complementam as entrevistas, e as histórias de vida que construí. Esta metodologia permitiu-me, tanto quanto possível, observar as experiências dos indivíduos que constituem o objecto de estudo e compreender melhor porque agiam desta ou daquela forma. A partir da observação participante consegui no início do trabalho de campo perceber as dificuldades que iria encontrar no terreno assim como perceber a personalidade de cada indivíduo e a forma como devia interagir com os mesmos. No momento em que iniciei o trabalho no terreno não tinha definido um plano de observação, por isso, pude aproveitar todas as oportunidades de observação e todos os momentos propícios a obter informações.

As entrevistas

Segundo HAGUETTE (1990) a entrevista é um processo de interacção social entre duas pessoas, em que uma delas tem objectivos de obter informações a partir do outro. Já segundo Alves-Mazzotti et al.⁸, a entrevista pode ser de natureza interactiva, permitindo assim tratar de temas complexos que dificilmente seriam estudados adequadamente através de questionários (MARCONI e LAKATOS, 2007). As informações podem ser obtidas através de um guia de entrevista onde consta uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que devem ser tidos em conta. Enquanto instrumento de recolha de dados está submetida aos cânones do método científico, relacionados com a procura de objectividade, a tentativa de captação do real sem contaminações indesejáveis por parte do pesquisador nem de factores que possam modificar a realidade.

Em muitas situações os entrevistados podem sentir-se nervosos ou ansiosos com a aplicação da entrevista, caso sintam que têm que falar de coisas, pessoas ou situações

⁸ Referencia a Alda Alves-Mazzotti et al. em “O método em ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualificativa” (1999)

que os comprometem, e sempre que virem o investigador como um indivíduo sofisticado por estar vinculado a uma Universidade. Nestas situações, os indivíduos podem mostrar colaboração aparente, recusa em responder, silêncios e desvios do objectivo da entrevista. Contudo, coube-me a mim, como investigadora saber coordenar a entrevista demonstrando, neste caso, que a mesma não terá como fim nenhuma avaliação em termos institucionais e servirá apenas para recolha de informação para o meu estudo. Para além disso a minha presença prolongada no terreno fez com que estivessem mais a vontade comigo do que estariam se não tivéssemos contactos prévios.

A forma como as perguntas são feitas é importante numa entrevista porque esta reflecte inevitavelmente os preconceitos do investigador, no sentido em que por detrás de cada pergunta existem pressupostos não explicativos. Desta forma, tive em conta este aspecto na altura da formulação das questões para não ser mal interpretada nem levantar constrangimentos, pois o meu objectivo não é impor respostas nem impor situações de exclusão mas sim compreender essas mesmas. Neste sentido, segundo MARCONI E LAKATOS (2007), existem pelo menos dois tipos de entrevista: a Padronizada ou Estruturada, em que o pesquisador segue um guia previamente estabelecido que predetermina as perguntas a serem feitas; e a Despadronizada ou Semi-estruturada, em que o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação na direcção que considerar adequada. Segundo Ander-Egg⁹, este último tipo incorpora pelo menos três modalidades: a Focalizada, quando existe um guia de tópicos relativos ao problema em estudo e o entrevistador tem liberdade para fazer as perguntas que pretender (que será a utilizada no meu estudo); a Clínica, quando se estudam os motivos, sentimentos e conduta das pessoas; e a Não Dirigida, quando o entrevistado tem liberdade podendo manifestar livremente as suas posições e sentimentos (MARCONI e LAKATOS, 2007). Já segundo BONI E QUARESMA (2005), as formas de entrevistas mais utilizadas são: a entrevista Estruturada, a Semi-Estruturada, a Aberta, com grupos focais, as Histórias de vida e as Projectivas. A mais pertinente para o meu estudo é a segunda onde se combinei perguntas abertas com fechadas e onde o dei ao investigado liberdade de falar sobre o tema proposto, intervindo apenas quando necessário colocando questões. Segui por isso um guião de entrevista definido previamente, mas fiz um esforço para manter uma conversa informal, guiando também o entrevistado, para que não se afastasse muito

⁹ Referencia a Ezequiel Ander-Egg em “Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales” (1978)

dos assuntos pretendidos. Desta forma há uma maior abertura e proximidade entre o entrevistador e o entrevistado.

As entrevistas qualitativas são por natureza muito pouco estruturadas, e o principal objectivo do pesquisador é conhecer o significado que o entrevistado dá aos acontecimentos da sua vida, utilizando os seus próprios termos. O pesquisador deve informar, antes da realização da entrevista, sobre o seu interesse, objectivos e condições da mesma e comprometer-se a proteger o anonimato e a informação recolhida.

Durante todo o processo de pesquisa o investigador deve ler nas entrelinhas, deve ser capaz de reconhecer as estruturas invisíveis que organizam o discurso do entrevistado. Quanto à formulação das questões da entrevista, o pesquisador deve ter em conta que não podem ser elaboradas perguntas ambíguas, arbitrárias ou facciosas. Essas devem ser feitas de acordo com o pensamento do entrevistado, procurando dar continuidade à conversação e conduzindo uma entrevista com um sentido lógico para o mesmo.

Segundo WELLER (2005) na análise das entrevistas o pesquisador escreve o que os informantes disseram, trazendo o conteúdo das suas informações para uma linguagem que seja compreensível por aqueles que não pertencem ao meio pesquisado. Nesta parte da pesquisa o investigador não faz comentários nem se remete ao conhecimento que possui do grupo pesquisado. A interpretação reflectida tem como objectivo a construção de um quadro de orientação que segundo, Bourdieu se designa por *habitus*. Os sentimentos que não passam pela gravação são importantes na altura da análise, e o pesquisador tem que ser fiel quando faz a transcrição.

Com este método de recolha de dados, pretendo recolher informações que poderão complementar as observações realizadas e que serão úteis para a compreensão de alguns aspectos do problema. A entrevista será também utilizada na sequência das Histórias de vida.

Histórias de vida

Segundo SILVA et al. (2007), a história de vida pode ser enfocada dentro de pelo menos duas perspectivas: uma em que a tratam como documento e outra como técnica de captação de dados. A história de vida atende aos propósitos do pesquisador e preocupa-se com a fidelidade das experiências e interpretações do pesquisado sobre o mundo. Isto não significa que os resultados que se obtém da análise da vida de um indivíduo possam ser generalizados mas pode significar que um caso negativo

eventualmente poderá colocar sob suspeita a teoria em questão conduzindo a novos estudos.

Lalive d'Épinay¹⁰ (ESTEVES, s.d) refere que nas histórias de vida, o investigador das ciências sociais encara uma dupla subjectividade: « “trata-se da vida construída de uma pessoa, depois interpretada num determinado momento desta vida, numa situação precisa, por esta mesma pessoa” » (ESTEVES, p. 43)

A história de vida que seja constituída por um trabalho baseado num único indivíduo, ou num número mais vasto de elementos, tem sempre como prática essencial a entrevista. É necessário notar que o primeiro contacto tem uma importância extrema, e que os preâmbulos devem ser adaptados à pesquisa em causa. Gaulejac¹¹ refere que o objectivo do método da história de vida é ter acesso a uma realidade que ultrapassa o narrador, ou seja, a história de vida contada pelo próprio sujeito, tentando-se compreender o universo do qual ele faz parte (SILVA, 2007). A experiência de relatar a sua própria história permite ao indivíduo (re) experimentá-la, sendo aqui que se firma a dimensão ética do estudo. Ao trabalhar com as histórias de vida, os investigadores tem ainda acesso à cultura, ao meio social e até aos valores que o indivíduo foi escolhendo ao longo da sua vida.

Na fase da transcrição existem algumas regras que o investigador deve ter em consideração. A história de vida recolhida através de entrevistas pode ser considerada como um documento pessoal, e enquanto material qualitativo e personalizado pode caracterizar-se pelo exercício da liberdade que caracteriza também a escrita do diário do investigador. Na fase da análise de informação faz-se uma análise de conteúdo cuja orientação vai depender dos objectivos da pesquisa.

Neste tipo de pesquisa, o investigador deve ter em conta a observação da linguagem não-verbal, como os gestos, que são importantes para a compreensão da informação recolhida.

Com as histórias de vida pretendi atingir um nível de significação maior, tendo um contacto mais adaptado e individual com cada um dos ex-reclusos seleccionados. A ideia foi a partir de um guião de entrevista, fazê-los falar da sua vida e do percurso de vida, frisando momentos da sua infância, adolescência e vida adulta, tendo em conta a passagem pela instituição prisional e a inserção na instituição.

¹⁰ Referencia a Christian Lalive D'Épinay em “Récit de vie et projet de connaissance scientifique (ou que faire de la subjectivité?)” (1985)

¹¹ Referencia a V. de Gaulejac em “La société malade de la gestion: idéologie gestionnaire, pouvoir managérial e harcèlement social” (2005)

Estudo de Caso

O estudo de caso é uma estratégia metodológica de pesquisa em ciências sociais, tratando-se por isso de uma metodologia aplicada para avaliar ou descrever situações em que o elemento humano está sempre presente. Trata-se de uma metodologia usada em situações em que as questões que se colocam passam pelo “como?” ou pelo “porquê?”, quando o investigador tem pouco controlo sobre as situações nas quais se focam fenómenos complexos.

O estudo de caso, não precisa de ser essencialmente descritivo: “Pode ter um profundo alcance analítico, pode interrogar a situação. Pode confrontar a situação com outras já conhecidas e com as teorias existentes. Pode ajudar a gerar novas teorias e novas questões para futura investigação. As características ou princípios associados ao estudo de caso se superpõem às características gerais da pesquisa qualitativa.” (RODRIGO, 2008, p.4)

Desta forma, estes estudos são usados para compreender a particularidade de uma dada situação ou fenómeno em que o objectivo é observar e descrever detalhadamente um determinado fenómeno.

Um projecto de pesquisa que envolva o método do estudo de caso é formado por três fases distintas: a escolha do referencial teórico sobre o qual se pretende trabalhar, a selecção dos casos e o desenvolvimento dos protocolos de recolha de dados; a recolha de dados e a elaboração do relatório de caso; e a análise de dados e a interpretação dos resultados. Na segunda fase é necessário utilizar várias fontes de evidência e na última procura-se a categorização e classificação de dados, tendo em conta as proposições do estudo. Para a análise de dados, segundo Yin¹², existem quatro métodos: a adequação do padrão, onde se comparam os padrões empíricos com os prognósticos, estes últimos derivados da teoria; a construção da explicação como um tipo mais complexo de adequação ao padrão que procuram efectivamente as relações causa-efeito; a análise de séries temporais, onde se comparam os padrões tendo em conta uma variável ao longo de um determinado espaço de tempo; e uma análise dos dados a partir de modelos já formulados (CESAR, s.d).

O papel do pesquisador nestes estudos deve ser claro para os que lhe fornecem informações. As suas anotações, observações, transcrições ou registos de comentários e

¹² Referencia a Robert Yin em “Estudo de caso – planeamento e métodos” (2001)

opiniões são utilizados segundo critérios definidos no protocolo de estudo, e são colocados num diário de campo.

Com os estudos de caso pretendi então compreender fenómenos mais específicos que sejam observados. Este seria um ponto a abordar no estudo de caso, em que me centraria mais na compreensão dos fenómenos que pretendo estudar e nas dinâmicas associadas. É importante referir que a produção de generalizações é questionada neste tipo de estudo sobre acontecimentos individuais mas como defende Denscombe¹³: “a possibilidade de generalizar um estudo de caso a outros exemplos depende da semelhança do exemplo em causa com outros do seu tipo” (BELL, 1997, p.23-24).

2.4 Análise de dados

Análise documental e análise de conteúdo

É importante destacar a relevância da pesquisa bibliográfica e da análise documental para a escrita do trabalho final de uma pesquisa. A análise documental constitui uma técnica relevante na pesquisa qualitativa, complementando informações obtidas por diversas outras técnicas. Esta análise documental pode estar relacionada com esta análise de documentos científicos anterior à pesquisa, que pode servir de ponto de partida da mesma, mas também pode estar associada à análise de documentos no terreno, fornecidos pelas identidades em estudo, e de documentos produzidos pelo próprio investigador a partir do contacto que tem com o objecto.

Referentemente à análise de conteúdo, segundo BAYLE (1989), é um dos métodos mais utilizados e relaciona-se com a prática das histórias e críticas literárias, procurando pesquisar a significação do documento, assim como a significação da própria significação implícita. Segundo QUIVY E CAMPENHOUD (1995) os métodos de análise de conteúdo implicam processos técnicos precisos, oferecendo a possibilidade de tratar de forma metódica as informações que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade. Este método pode ser quantitativo, tratando-se de uma frequência das características que se repetem no texto, e qualitativo, em que se considera a presença ou ausência de uma determinada característica num fragmento do texto.

¹³ Referencia a M. Denscombe em “The Good Research Guide For Small Scale Social Research Projects” (1998)

A análise de conteúdo actualmente é: “(...) um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtils em constante aperfeiçoamento, que se aplicam aos discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.” (NUNES et al. 2008, p. 3). A análise de conteúdo abrange as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo da informação com o objectivo de se efectuarem deduções lógicas a respeito da origem dessa informação.

Numa primeira fase, aquilo que se processa é a organização e sistematização de ideias, em que se escolhem os documentos a analisar e se formulam as hipóteses e objectivos, segue-se uma fase de exploração do material em que se codificam os dados para compreensão do texto, e por último, o tratamento de dados passa por propor inferências e realizar interpretações de acordo com o quadro teórico.

É com base nestas análises, a documental e de conteúdo, que recolhi as informações relevantes ao estudo e analisei as que recolhi perante a metodologia aplicada, na observação participante, nas entrevistas e nas histórias de vida.

Análise Factorial

A análise factorial está na base da análise Multivariada de dados sendo um método estatístico cujo propósito essencial, segundo COSTA (2006), é definir a estrutura implícita numa matriz de dados. Esta analisa a estrutura de correlações entre um grande número de variáveis, definindo a partir daí um conjunto de dimensões que se designam de factores. Com este tipo de análise podemos identificar dimensões e determinar o grau em que cada variável é explicada por cada uma dessas dimensões, assim como podemos considerar todas as variáveis, e relacionar cada uma com todas as outras. Muitos autores, consideram esta análise, apenas exploratória, útil na procura de uma estrutura num conjunto de variáveis ou como um método de redução de dados.

Apesar da análise factorial envolver um grande número de parâmetros e um tamanho amostral relativamente grande em relação ao número de variáveis envolvidas, foi de todo relevante realiza-la no presente estudo, pois a partir dela consegui compreender as relações entre as variáveis e como elas se distribuíam por classes.

Concretamente, na primeira etapa de trabalho de campo procedi à observação participante e estabeleci contacto com os vários intervenientes no estudo. Este investimento de tempo teve como objectivo o conhecimento não só dos vários indivíduos que residiam na instituição, mas também o conhecimento da própria

instituição e de todo o trabalho que a mesma realiza. Desta forma consegui ir habituando os indivíduos em estudo, assim como os técnicos e funcionários da instituição, à minha presença por forma a diluir a minha possível interferência nos seus quotidianos. Os registos no diário de campo foram constantes até ao final da investigação. Na segunda etapa do trabalho de campo aliei a observação participante à elaboração de entrevistas abertas e alguns contactos informais com os indivíduos em estudo. E a terceira parte cingiu-se à análise de dados e informação recolhida e à elaboração de conclusões.

2.5 Natureza dos dados documentais

Para a realização deste estudo foram utilizados documentos que constituem fontes primárias e secundárias. Incluídos nas fontes primárias estão documentos institucionais (informação interna sobre a instituição, actas de reuniões, regulamento interno) e os processos individuais de cada residente. Posso ainda incluir todas as informações recolhidas em entrevistas realizadas directamente com os indivíduos em estudo. Incluídos nas fontes secundárias estão as obras literárias e estudos académicos que foram consultados para construir o modelo teórico e a sustentação teórica dos problemas a estudar.

Capítulo 3 – Enquadramento Teórico

3.1 Estabelecimento Prisional e (Ex) Reclusos

Para compreender todo o processo de reinserção de um indivíduo que esteve privado de liberdade numa instituição prisional é necessário primeiro compreender quem são estes indivíduos e essencialmente o que é a prisão, qual o objectivo da mesma e o papel que exerce na vida destes indivíduos.

O recluso é o indivíduo privado da liberdade por um determinado período de tempo que varia consoante o tempo de pena aplicada. A estes indivíduos, segundo ROSA (2010), cabe a habituação a este novo ambiente completamente diferente do ambiente exterior. O crime cometido pode traduzir-se numa acção considerada anti-social não legalizada e condenada pela opinião pública, sendo por isso percebida como o acto que lesa a liberdade individual dos indivíduos.

O tempo que estes indivíduos permanecem na instituição prisional é utilizado para o exercício de uma acção multifacetada que visa transformar o homem num produto final diferente, conforme os padrões comportamentais estabelecidos. Ao transporem os muros que os separam da sociedade livre, são confrontados com uma realidade diferente e desconhecida, com um novo sistema de organização e um modo de funcionamento ao qual tem que se adaptar obrigatoriamente. Aquando a entrada na instituição prisional, os indivíduos passam a fazer parte de um registo e deixam de ter um nome para passar a terem um número. Contudo, se há uns que aprendem a modificar o seu comportamento e a respeitar normas e regras da sociedade, existem outros que saem de tal forma revoltados que acabam por algum motivo reincidir.

Uma das condições necessárias e essenciais para a vida social é que todos os indivíduos compartilhem um único conjunto de expectativas normativas e regras. Quando estas são quebradas, advém daí medidas restauradoras que reparam os danos e os prejuízos. Neste sentido, em sociedade, quem está preso é considerado como delinquente, mas não percebido necessariamente desse modo, tratando-se por isso de uma identidade negativa que é imposta do exterior e que permanece muitas vezes depois da saída da prisão. Os indivíduos quando são presos são influenciados a transformar o seu comportamento desviante num comportamento normativo. Contudo, a prisão tornou-se quase como o prolongamento da sociedade na medida em que o estigma que ela representava antes, institui-se agora a montante da reclusão.

Tendo em conta que a prisão nos dias de hoje existe com o propósito de cumprir as medidas de privação de liberdade, esta deve ser um conceito a ter em consideração. Segundo FOUCAULT (1987) numa sociedade em que a liberdade é um bem comum, em que podemos proceder conforme nos pareça conveniente desde que isso não vá contra o direito de liberdade dos outros, e estando esta ligada a um sentimento universal e constante, a prisão é a pena por excelência, no sentido em que implica que a perda da liberdade tenha o mesmo peso para todos, sendo um castigo igualitário. A prisão deve tomar a seu cargo todos os aspectos dos indivíduos, nomeadamente as suas aptidões para o trabalho, o seu comportamento, as suas atitudes e disposições, ou seja, deve ser unidisciplinar.

Segundo PAUGAM (1996), a prisão é considerada como o elemento central do processo penal, que continua a ser considerado como um mal simbólico. A prisão não está só associada à privação da liberdade, ela implica a separação do mundo exterior e a atribuição de um novo estatuto, o de prisioneiro, que leva muitas vezes os indivíduos a considerarem-se como rejeitados na sociedade. Esta experiência do encarceramento constitui um atentado à identidade do indivíduo, que sai transformado, e estigmatizado como delinquente. Neste sentido, o recluso deve aprender a lidar com o seu crime, negociando a sua responsabilidade e vivendo com as opiniões dos outros. Já GOFFMAN (1961), que definiu aquilo que eram as instituições totais, onde inclui as prisões, considera-as como universos fechados, o que torna a própria prisão num campo micro-social invulgarmente abrangente, sendo por isso tida em conta como uma micro-sociedade. As prisões são, actualmente, abertas ao mundo exterior de inúmeras maneiras, mas continuam a ser concebidas como um “mundo à parte”, e é nessa mesma noção que continua a assentar o estatuto teórico desses universos, porque os muros destas instituições separam os reclusos das suas relações com o exterior, o que significa dizer, que os separam das suas relações anteriores à detenção.

Segundo CARMO (2009), a rigidez do meio prisional tende a ser limitada pelas atitudes e crenças sociais associadas à adequação de formas de punição da delinquência. Neste sentido, existem duas posições, por um lado a que defende o rigor na execução da pena de modo a corresponder às expectativas da sociedade que é muitas vezes reactiva ao fenómeno criminal e por outro lado a que defende a humanização do ambiente prisional a partir da criação de dispositivos orientados para o bem-estar físico, psicológico e emocional dos reclusos. Segundo o Preâmbulo do Decreto-Lei nº 48/95 de 15 de Março (GOMES,2008), a pena de prisão, sendo uma pena de privação da

liberdade, é por isso uma pena reservada para as situações de criminalidade mais grave. Neste sentido, esta deve ser unicamente aplicada quando todas as restantes medidas se revelarem inadequadas face às necessidades de prevenção do crime.

Segundo MANZANOS¹⁴ (ROSA,2010), existem 5 etapas que dizem respeito à inserção do indivíduo na prisão. Primeiramente os indivíduos passam por um momento de ruptura com o mundo exterior, depois por uma desadaptação social e desintegração pessoal, seguindo-se a fase da adaptação ao meio prisional, a desvinculação familiar e por último o desenraizamento social. Na prisão os problemas que mais afectam a população reclusa estão associados à distância física dos outros significativos, à ausência de privacidade, e ainda à perda de relações familiares e de amizade, sendo esta última a privação mais frequentemente associada a estes indivíduos. Neste sentido, Gresham Sykes¹⁵ (CARMO, 2009), no seu estudo, refere a existência de 4 tipos de privação a que os reclusos estão sujeitos: a privação que decorre do confinamento a um estabelecimento prisional fechado, que impede o convívio quotidiano com a família, sendo isso a causa da frustração em termos afectivos; a privação associada à diminuição de autonomia derivada da adaptação a um meio normativo que controla o comportamento e gera dificuldades de adaptação à vida social em liberdade; privação de segurança, que envolve o convívio forçado entre reclusos com historial de comportamento agressivos e que envolve ainda a possibilidade de contrair doenças sexualmente transmissíveis; e a privação de ordem sexual, que afecta negativamente a imagem sexual do indivíduo. A partir destes dados, segundo Haney¹⁶ (CARMO, 2009), é possível afirmar que a prisão acarreta um impacto a nível psicológico nos indivíduos em termos de desenvolvimento dos hábitos de pensar, de sentir, e de agir em meio institucional. Estes efeitos no indivíduo são traduzidos na dependência institucional, que leva à perda de autonomia pessoal, no distanciamento psicológico, na desconfiança interpessoal, no isolamento social, na interiorização de normas da cultura prisional e no sentido reduzido do valor pessoal. Existem portanto autores que defendem que a prisão marca o início de um “processo de reeducação dessocializadora” (ROSA,2010).

Em contexto de encarceramento todas as actividades quotidianas dos indivíduos são submetidas a regulamentação programada, nomeadamente regras e horários em que todas as actividades são reguladas e a vigilância é constante. Neste sentido, as “Regras

¹⁴ Obra não referenciada na dissertação de mestrado

¹⁵ Citação original por Jonh Howard Society of Alberta em “Effects of Long Term Incarceration” (1999)

¹⁶ Referencia à obra de Craig Haney “The Psychological Impact of Incarceration: implications for post-prison adjustment” (2002)

Mínimas para o tratamento dos Reclusos” da ONU (PINTO, 2010), defendem os princípios da não discriminação destes indivíduos, indicando normas que referem os critérios de separação dos reclusos, normas de higiene, serviços de saúde, alimentação, entre outras, que vieram adoptar concepções diferentes da tradicional forma de tratamento dos indivíduos em meio prisional. Neste contexto, as Nações Unidas, embora reconheçam que a pena de prisão ou as medidas de privação da liberdade tenham como finalidade proteger a sociedade contra o crime, têm em conta também que esta finalidade só pode ser atingida se o tempo em que estão privados de liberdade for aproveitado para assegurar que depois do seu regresso à sociedade os mesmos estão aptos a seguirem um modo de vida de acordo com a lei e que estão em condições de se sustentar a si próprio. Desta forma, o tratamento dos indivíduos que foram condenados a pena de prisão deve ter como objectivo criar neles aptidões que os tornem capacitados de viver no respeito da lei e de prover as suas necessidades. Para atingir este objectivo tem que se agir de acordo com as necessidades de cada recluso a assistencias diversas, à formação profissional, ao aconselhamento e ao desenvolvimento físico e moral, tendo em conta o passado prisional e social dos mesmos, as suas capacidades e aptidões físicas e mentais, as disposições pessoais e as perspectivas de reabilitação. O dever da sociedade no momento da libertação dos indivíduos, passa por dispor de organismos governamentais ou privados capazes de dar auxílio pós-reclusão eficaz, de forma a diminuir preconceitos a seu respeito e permitindo-lhes a sua reinserção na sociedade.

Os projectos da reforma prisional consideram que o ambiente físico dos estabelecimentos prisionais é importante no que diz respeito à ressocialização dos reclusos. CUNHA (2002) refere uma panóplia de modelos de estabelecimentos prisionais que têm vindo a ser usados e modificados, mas sobre os quais não me debruçarei. Torna-se apenas relevante referir Rui Gonçalves¹⁷ (SANTOS, 2003), que menciona o modelo que foi adoptado no final do século XX, designado como “supervisão directa”, que se baseia em princípios da psicologia ambiental, que contrariam aspectos tradicionais, com o objectivo de aproximar as condições de reclusão a condições de vida em liberdade. Neste modelo, os edifícios estão divididos em andares que representam áreas autónomas, proporcionando aos reclusos condições semelhantes às da vida em liberdade, ainda que sob a supervisão de um guarda prisional. Falamos naquilo que CUNHA (2008) refere como a normalização da vida

¹⁷ Referencia à obra de Rui Abrunhosa Gonçalves “Delinquencia, Crime e adaptação à prisão” (2000)

dentro da prisão e que inclui todas as dimensões da vida em meio livre, reduzindo assim diferenças entre o exterior e o interior. Para muitos autores, as principais finalidades do sistema prisional relacionam-se com a prevenção e a ressocialização, tendo em conta que a arquitectura de um estabelecimento prisional deve para além disso, ser funcional e permitir a prestação de serviços eficaz, quer aos reclusos, quer à sociedade, garantindo condições de segurança e cumprimento de pena.

Na prisão, os contactos com o exterior devem ser privilegiados, e as saídas para o exterior devem ser entendidas como uma forma que impele o recluso a ter contacto com a sociedade. Tendo em conta a importância de os preparar para a saída, a educação e o trabalho são considerados instrumentos de preparação para a liberdade e reintegração. Quanto ao trabalho em meio prisional, este tem não só um papel importante para a regeneração moral e normalização social como pode ser ao mesmo tempo um elemento caracterizante da pena de prisão, justificando-se assim os trabalhos pesados. O trabalho em meio prisional está associado à prevenção e à dignidade do recluso, visando dotar os indivíduos de competências que o ajudarão em liberdade a desenvolver uma actividade produtiva que lhe possibilite viver economicamente independente, facilitando a sua reinserção social. Para MOREIRA (1994), a grande maioria dos reclusos não tiveram uma experiência de emprego estável, e para muitos o trabalho foi um acidente de percurso na sua vida, devido à ausência de especialização, das baixas remunerações, das mudanças frequentes de emprego e os longos períodos de desemprego. Desta forma, os indivíduos têm dúvidas de que o trabalho em meio prisional os ajude a adquirir capacidades técnicas que possam utilizar quando saírem em liberdade, surgindo assim o caso de para muitos o interesse pelo trabalho prisional estar na ocupação de tempo, na vontade de estar fora das celas, e de sobretudo dar uma imagem de si mais positiva, acreditando que isso os ajuda na obtenção de saídas precárias e liberdades condicionais. É com base nestes dados que podemos entender que o processo de reinserção social e profissional dos ex-reclusos é iniciado na prisão, onde são criadas condições para obterem formação, e para trabalharem em alguma área específica. Podemos neste sentido referir, o designado Plano Individual de Reabilitação (PIR), que tem como objectivo a planificação do cumprimento da pena do recluso tendo como finalidade a reinserção. Este plano apresenta uma concepção individualizadora do cumprimento da pena, concentrando os processos de intervenção no próprio indivíduo e nas suas necessidades, baseando-se num diagnóstico relativo às características da personalidade e meio social, familiar e económico do recluso. Apesar das vantagens

deste plano, nem todos os estabelecimentos prisionais o implementaram, por isso actualmente a reinserção do recluso caracteriza-se essencialmente por uma natureza de cariz controlador, apoiado na gestão do cumprimento de penas.

Quanto à educação e formação profissional em meio prisional, estas tem várias consequências positivas, no sentido em que aumentam consideravelmente a possibilidade dos reclusos em liberdade encontrarem um emprego, aumentando também a auto-estima e motivação pessoal. Estes aspectos têm também efeitos importantes na reincidência, tendo em conta que os reclusos que frequentam aulas ou cursos de formação têm menos probabilidades de reincidirem. Contudo, apesar dos aspectos positivos que a formação acarreta, existem estudos que denunciam que a mesma é encarada em meio prisional, pela administração e até mesmo pelos reclusos, apenas como uma forma de ocupação de tempo.

Um outro aspecto que pode ser referenciado, é a interacção entre a comunidade e o estabelecimento prisional. Os sistemas prisionais podem ser considerados como instituições modernas, que tem como objectivo receber os indivíduos que são afastados da vida social. É importante referir que não só são feitos esforços para proteger a sociedade de um elemento que não conseguiu respeitar determinadas regras mas também é relevante promover a reintegração social. Apesar de ser prática do senso comum pensarmos que as prisões estão associadas à ideia do afastamento do tecido urbano, as tendências recentes apontam antes para a inclusão dos estabelecimentos prisionais no seio das comunidades, isto com o objectivo de assegurar que os regimes prisionais sejam concebidos de forma a minimizar efeitos negativos da detenção, atenuando diferenças entre a vida na prisão e em liberdade. Com estes propósitos são atenuados os efeitos negativos da institucionalização. As visitas da família podem ser muitas vezes benéficas para a integração do indivíduo e para minimizar efeitos nefastos, contudo são muitas vezes utilizadas para mostrar em tribunal que possuem apoio familiar e que esse se irá prolongar em liberdade.

Segundo Sutherland¹⁸ (GOMES, 2008), a criminalidade, ao contrário do que se defendia nos anos trinta, não deriva maioritariamente dos indivíduos de classes sociais mais desfavorecidas, mas estende-se a indivíduos de elevado status social e económico. Esta etiquetagem social que se relaciona com a marginalização está associada ao preconceito. Por tudo isto, a prisão pode ter o poder de redireccionar percursos de vida e

¹⁸ Referência não mencionada na obra

encaminhar indivíduos para caminhos de desvantagens que podem ser permanentes e duradouras. Segundo CUNHA (1994), na prisão não há apropriação de espaço, e a população reclusa é percebida como uma unidade distinta em que o estigma tem uma inscrição espacial, mas que não se percebe desse modo. Quem está preso é considerado delinquente mas isto trata-se apenas de uma identidade imposta do exterior.

3.2 Desigualdades sociais, Exclusão social e Desfiliação

Segundo GOMES (2008), um dos fenómenos que mais tem marcado as sociedades é o agravamento das desigualdades sociais e, consequentemente da exclusão social. Existem vários factores que levam à marginalização dos indivíduos e que se relacionam com as suas condições de vida e com a disfuncionalidade das famílias. A marginalização é marcada por estigmas construídos de criminalidade, sendo o indivíduo alvo de uma rotulação negativa, que é alterada na prisão, onde é substituída por outra. Contudo, esta marginalização e as desigualdades sociais não estão só relacionadas com as condições económicas dos indivíduos, mas afectam também negativamente as oportunidades profissionais e educativas. Para além disso, segundo MERTON (1968), o facto de o indivíduo ambicionar ter um estatuto social diferente, pode ser um estímulo à delinquência que pode levar à criminalidade.

Como já foi referido, a vida social é composta por normas e regras, assim como códigos de conduta, sendo os indivíduos obrigados a respeitá-las mas incapazes de cumprir todas à risca. O não cumprimento dos princípios pré-estabelecidos na sociedade pode ser considerado como um desvio social. Relativamente à perspectiva de MERTON (1968), este apoia-se num conceito de anomia para elaborar a teoria do desvio, explicando a pressão cultural que é imposta ao comportamento dos indivíduos no momento em que se verifica um conflito entre normas e a realidade social. Para o autor o desvio resulta das desigualdades económicas na sociedade. Segundo XIBERRAS (1996), a noção de norma está associada a todas as situações ou comportamentos esperados por um determinado grupo social e aqueles que transgridem as normas e regras estipuladas são designados de “outsiders”, que podem ser efectivamente indivíduos que se tornam estranhos face a um grupo, mas podem ser também indivíduos que são estranhos ao grupo dos desviantes (BECKER 1985). Este autor refuta assim as perspectivas inerentes às ciências sociais, que tendiam a explicar a passagem ao acto desviante como algo relacionado com as características próprias do indivíduo que o

cometeu, nomeadamente a sua personalidade, história familiar, meio de origem, entre outras, e propõe uma concepção sociológica do desvio. Neste sentido, refere-se a este último como sendo a transgressão das normas de um grupo, referindo ao mesmo tempo que as sociedades modernas complexas são compostas por inúmeros grupos, podendo um indivíduo pertencer a vários. Para Becker é pouco provável que exista um conjunto de normas que sejam reconhecidas por todos, ou seja, universais.

Segundo SILVA (2005), se as desigualdades sociais pressupõem que exista um desigual poder de disposições e um controlo de bens e recursos, então a exclusão social remete-nos para a mesma ideia mas na face negativa, de privação e afastamento desses bens e recursos. Desta forma, a exclusão social entende-se como sendo uma situação de não inclusão, e de não integração de indivíduos ou grupos no acesso a todo o tipo de direitos. A desigualdade e a exclusão social podem representar assim, dois níveis diferenciados que embora se reforcem mutuamente, pressupõem que a desigualdade detém prioridade analítica sobre a exclusão social, embora esta última recrie e reforce determinadas formas de desigualdade, sendo ela própria, um produto do sistema de desigualdades sociais.

Para DURKHEIM (1977), a anomia surge no momento em que a ausência ou ao enfraquecimento das regras provoca desregulações sociais propícias à desestruturação dos indivíduos, logo, à exclusão social. Desta forma, este último conceito afecta apenas um conjunto de indivíduos que tem que restaurar laços sociais através do apoio familiar e institucional. Neste contexto podemos ainda referir a contribuição de SIMMEL (1987), que nos mostra que na análise da coesão e da exclusão social, as relações entre indivíduos são indicadores de formação de laços sociais. Já na perspectiva de GOFFMAN (1981), este contrapõe as teorias estrutural-funcionalistas sobre o crime e a delinquência, e refere que os estereótipos e estigmas se centram em torno dos comportamentos ditos desviantes. O desvio não é percebido como uma qualidade do indivíduo desviante mas como consequência da interacção dos indivíduos que transgrediram a regra e dos ditos indivíduos considerados como normais que reagem negativamente à transgressão. A sociedade, segundo GOFFMAN (1981), categoriza indivíduos e estabelece atributos considerados como comuns, o que significa que os ambientes sociais estabelecem categorias de pessoas que podem ser inseridas neles. Quando surgem evidências de que um indivíduo tem um atributo que o torna diferente dos outros é considerado como um “estranho” e é inserido numa categoria à parte. Neste sentido, deixa de ser um indivíduo comum e reduz-se a uma pessoa estranha e

diminuída. Essas características que lhes são apontadas resumem-se a um estigma, especialmente quando o efeito nos indivíduos é negativo e constitui uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real. O estigma é então considerado como uma referência a um atributo depreciativo que estigmatiza alguém podendo confirmar a normalidade de outrem, sendo que por definição acredita-se que alguém com um estigma associado não é considerado humano, e faz-se vários tipos de discriminações que efectivamente reduzem as chances de desenvolvimento de vida dos indivíduos. O indivíduo estigmatizado tem as mesmas crenças sobre identidade que nós temos, em que os seus sentimentos sobre o que ele é podem influenciar a sua sensação de ser uma pessoa normal, um ser humano semelhante a outros.

Para CASTEL (2006), os excluídos não constituem um grupo homogéneo, sendo considerados como conjuntos de indivíduos separados por atributos colectivos, e que acumulam desvantagens sociais, nomeadamente pobreza, falta de trabalho, condições precárias de habitação, sociabilidade restrita, entre outros. A questão das desigualdades sociais implica disparidades a vários níveis, e o grande desafio é saber em que medida é que grupos sociais tão diversos podem continuar a “fazer sociedade” e a agir com o mínimo de coesão social no seio de um mesmo conjunto, tendo em conta tantas disparidades.

A situação de exclusão deixa alguns grupos numa situação de isolamento social. Referentemente ao emprego, o indivíduo que se encontra numa situação de desemprego mais inveterada pode passar para uma situação de exclusão social, impossibilitando-o de usufruir de inúmeros bens. Quanto a contactos sociais, uma pessoa excluída tem muitas vezes contactos sociais reduzidos, devido à falta de dinheiro, ao estigma associado, e isto pode levar ao sentimento de isolamento reforçado. Neste sentido a participação social que se associa ao envolvimento na sociedade e na interacção com os outros muitas vezes é inexistente, e pode estar associada à exclusão voluntária ou involuntária. A reclusão pode então ser considerada como forma de exclusão social.

Segundo DIAS (2002), a sociedade propõe aos indivíduos determinadas funções mas o campo de manobra no desenvolvimento das suas capacidades e tendências é reduzido devido à rigidez das divisões sociais. A sociedade desenvolve assim no indivíduo um conjunto de aptidões mas depois não lhes dá oportunidade de as realizar, resultando isto em processos anómicos. Quando o padrão normativo é rompido por algum tipo de comportamento desviante, isso acaba por provocar sentimentos negativos nos membros do sistema social, que acciona o sistema de sanções, cuja função é punir a

infracção e evitar futuros desvios. Isto é designado por controlo social. Os problemas sociais comprometem a própria sociedade no seu equilíbrio e estão relacionados com o grau de desorganização social. A criminalidade é considerada um problema social e consequentemente um sintoma de desorganização social. Neste contexto, Lakatos¹⁹ (DIAS, 2002), refere que o comportamento desviante é uma infracção de uma norma em que o desvio é disfuncional em relação ao grupo em que ocorre, já para Merton²⁰ determinados aspectos do mesmo podem ser disfuncionais para uns indivíduos mas funcionais para outros. É por isso que assim que o desvio se faz sentir, os grupos ou as sociedades actuam sobre o indivíduo desviante.

No contexto da estrutura social em que o status dos indivíduos depende da sua agregação numa rede densa de interdependências, “(...) le vagabound fait tache.” (CASTEL, 1995, pag 90). Os três critérios, segundo o autor, que caracterizam a categoria dos vagabundos são: a falta de trabalho, a falta de recursos, e a falta de sentido comunitário. O vagabundo é um “inútil ao mundo” e vive como um parasita do trabalho do outro, é excluído em todos os lugares e condenado a pertencer a uma sociedade onde a qualidade de um individuo depende do seu estatuto. Segundo CASTEL (1997), as situações marginais aparecem com um duplo processo de desligamento da sociedade relacionado com o trabalho e com a inserção relacional. Desta forma, o autor distingue 3 gradações de cada um dos eixos. Relacionado com o eixo do trabalho indicou: trabalho estável, trabalho precário e não trabalho; já quanto ao eixo relacional indicou: inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Cruzando estas gradações obtemos três zonas que nos indicam 3 tipos de situações que podem existir: zona de integração, relacionada com o trabalho estável e forte inserção relacional; a zona de vulnerabilidade, relacionada com o trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais; e a zona de desfiliação que marca o processo de desligamento e se relaciona com ausência de trabalho e isolamento social. É nesta ultima zona que entra o designado vagabundo, que não trabalha apesar de estar apto para o fazer, não tem apoio relacional, não é reconhecido por ninguém e encontra-se rejeitado em toda a parte. A marginalidade é o resultado deste desligamento, em relação não só ao trabalho mas em relação à inserção relacional. Contudo, existem ainda os indigentes inválidos, que por algum motivo não podem trabalhar, mas que tem uma residência conhecida e pertencessem a um bairro, e que por isso tem suporte social. A partir deste surge uma

¹⁹ Referencia a Lakatos et al., “Fundamentos da metodologia científica” (1992)

²⁰ Referencia a Robert Merton, “Sociologia: Teoria e Estrutura” (1970)

quarta zona, a zona de assistência. Temos então dois grupos de indivíduos, os vagabundos que estão aptos a trabalhar mas que foram expulsos de redes familiares que lhe davam a sustentação social e que é rejeitado e estigmatizado e os indigentes incapazes de trabalhar mas inscritos em comunidade e que tem que ser assistidos. A zona de vulnerabilidade é a zona mais crítica no sentido em que nela estão os indivíduos em situação precária na relação com o trabalho e que são frágeis na sua inserção relacional. É a vulnerabilidade que alimenta a marginalidade ou a desfiliação. Segundo o autor os grandes marginais são aqueles que fogem à institucionalização e se entregam à incerteza, assim como aqueles que se encontram institucionalizados em espaços de reclusão. Ainda para CASTEL (1995), o conceito de exclusão social aplicado aos indivíduos que estão em situação de marginalização pela sociedade é um conceito simplista no sentido em que ninguém se encontra verdadeiramente fora da sociedade. Neste sentido, pretende substituir os termos “inclusão e exclusão” por “afiliação e desfiliação”, que para ele é o produto da relação entre o eixo relacional e o económico, concluindo que uma situação extrema de desfiliação significa que há uma desunião entre esses 2 eixos na sociedade. A desfiliação é a inexistência de trabalho e a quebra da sociabilidade primária que resultam da precarização do trabalho e da insuficiência da ligação familiar e social para reproduzir a existência e proteger os indivíduos. A desfiliação pode acontecer, então, quando há uma negação de normas que estabelecem o estatuto dos indivíduos e que lhes serve para participar nas trocas sociais.

A questão das normas é central na sociedade, mas devemos preocupar-nos mais com os desvios habituais que se afastam do considerado comum. Os excluídos são pessoas consideradas ajustadas numa espécie de negação colectiva da ordem social, sendo incapazes de usar oportunidades no progresso dos caminhos aprovados pela sociedade.

3.3 Reinserção socio profissional e familiar – Políticas de Reinserção

Tendo em conta o tema da reclusão e da reinserção pós reclusão, parece-me pertinente focar a reinserção socio profissional e familiar, no sentido em que o trabalho e a família são ambos, como já referi, o suporte essencial para a reintegração em pleno na sociedade.

A temática da inserção socioprofissional faz parte das interrogações centrais que dominam a sociedade actual. Actualmente o número dos indivíduos considerados como excluídos atinge sectores cada vez mais diversificados da população. A resposta à

exclusão é normalmente o trabalho, que é visto como principal via para a integração na sociedade. Segundo o Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia (s.d), a inserção poderá passar pela criação de ligações entre as necessidades dos indivíduos e as respostas que já existem e as que podem ser criadas. Desta forma, a inserção profissional é feita em simultâneo com a integração social, cultural, familiar, e em função das necessidades da própria pessoa e não do sistema produtivo. Neste sentido, um percurso de inserção socioprofissional é um processo construído por uma pessoa, que usufruindo de alguns apoios reduz as necessidades e a sua condição actual.

É preciso ter em conta que para os ex-reclusos, a reinserção é um processo que tem início na prisão, onde têm a possibilidade de inserir-se em formações e alguns trabalhos. É no momento da sua saída, podendo, em alguns casos, ser durante a sua permanência na prisão, que o indivíduo recebe apoio de instituições apropriadas e de organizações adequadas aos seus problemas. Posteriormente poderão ter que lutar pela sua autonomia na reinserção, não só profissional mas a todos os níveis.

O emprego é, para a maioria dos cidadãos, a actividade que mais ocupa as suas vidas, tendo em consideração que ter um emprego significa, nas sociedades modernas, preservar o respeito por si próprio que é um elemento que estrutura a constituição psicológica dos indivíduos (SANTOS, 2003). A obtenção e manutenção de um emprego são consideradas como um factor importante para a reintegração e prevenção da reincidência dos ex-reclusos. São muitos os benefícios associados à obtenção de um emprego, nomeadamente associados ao aumento de autoconfiança e estima, bem como à prestação de assistência financeira à própria família, e associados aos benefícios para o ex-recluso em comunhão com a comunidade, que se identifica pela menor criminalidade, mais segurança pública e redução de custos para o governo devido às mais baixas taxas de reincidência. No contexto de trabalho ao nível da inserção socioprofissional, estamos frequentemente perante um grupo com características de vulnerabilidade que tem suportes sociais insuficientes, e que é produtora de indivíduos desadaptados à normatividade existente. Neste sentido, torna-se necessário a realização de um trabalho de reconstrução identitária e de laços sociais.

Na actualidade, a educação e as qualificações tornam-se aspectos essenciais para as oportunidades de emprego. Quanto à educação, esta prepara os indivíduos para a participação na vida económica e dá competências profissionais específicas consoante o tipo de educação que tem. Desta forma, segundo o referido por ROSA (2010), uma formação técnica e vocacional pode completar a formação mais generalista, e é

essencial para a aquisição de competências mais profissionalizantes. As atitudes de um empregador resultam sempre de uma combinação de características do candidato ao emprego com as condições do contexto organizacional, tendo em conta a experiência na contratação de ex-reclusos. Harris e Keller²¹ (ROSA, 2010) consideram que as leis têm mais impacto na vida dos ex-reclusos, e que apesar da revogação de várias barreiras legais, há uma facilitação do processo de reinserção que não é suficiente para muitos desses indivíduos.

Aquando da saída dos reclusos da prisão, estes saem sem dinheiro e sem direitos imediatos de subsídios de emprego e com poucas perspectivas de emprego. Alguns estudos referem que a ausência de emprego é um motivo de reincidência, sendo que os indivíduos que reincidem estão desempregados. Estudos mais recentes sobre a reinserção profissional deste tipo de indivíduos, conduzidos por Bryan e Williams²² (ROSA, 2010), concluem que os ex-reclusos desejam obter um emprego para sustentar as suas famílias, enfrentando no entanto barreiras pessoais e estruturais quando tentam passar da prisão para um emprego. De acordo com os autores, faltam a estes indivíduos redes sociais, competências, oportunidades para conseguir obter um emprego.

A inserção diz respeito a um «“processo de transição profissional socialmente estruturado (...) um processo de luta pela classificação social por parte dos indivíduos”» (ROSA (2010), pág.77). A reinserção relaciona-se assim com a experiência profissional e a valorização da experiência laboral anterior. Segundo o Observatório de Emprego e Formação Profissional (CAPUCHA, 1999), os ex-reclusos estão situados na categoria de “Grupos desfavorecidos marginais”. O quadro relativamente aos problemas dos grupos desfavorecidos marginais (Anexo 1) mostra os problemas objectivos e subjectivos associados a essa categoria, assim como o foco da intervenção.

Para além dos muitos aspectos que podem beneficiar a reinserção do ex-recluso, nomeadamente a boa relação com a família e os apoios adequados, temos alguns factores que a dificultam e que são relevantes referir. A história criminal é um dos factores que pode contribuir para a compreensão dos comportamentos destes indivíduos durante o percurso de inserção em que a carreira delinquente constitui uma dimensão essencial que acarreta inúmeras dimensões associadas à idade, aos delitos cometidos,

²¹ Referencia à obra de Harris e Keller em “Ex-offenders need not apply: The criminal background check in hiring decisions.” (2005)

²² Citação original de M. Tarlow em “Employment barriers to reintegration” (2010)

entre outros. É também importante compreender a sua história individual, e identificar alguns factores que poderão explicar a manutenção dos comportamentos criminais.

Para além das políticas de reinserção existentes nas prisões, para apoiar a reinserção profissional de ex-reclusos, assim como a reinserção familiar e social, foram adoptados alguns programas e parcerias e algumas políticas a respeitar. Um dos programas adoptados pode ser designado por “Programa de Empreendedorismo para a Reinserção Social de Reclusos” (ROSA, 2010) foi adoptado pela Direcção Geral de Serviços Prisionais no âmbito da iniciativa EQUAL que de acordo com o relatório avaliativo, possibilitou a introdução de metodologias de intervenção inovadoras. No final do projecto, pretendia-se que os indivíduos pudessem trabalhar por conta própria ou de outrem, evitando a reincidência. O apoio prestado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional é também relevante para a inserção profissional deste grupo de indivíduos, pois a este compete a execução de políticas de emprego e formação profissional. Esta instituição desempenha um importante papel na inserção do recluso no mercado de trabalho, depois de ser libertado. Existem metodologias ao nível dos Centros de Emprego para dar respostas às necessidades dos ex-reclusos, essencialmente criando-se uma metodologia de atendimento individualizada, de forma a ajudar no processo de reinserção. Enquanto não encontram trabalho, os indivíduos podem ser integrados em empresas de inserção que podem ajudar as pessoas a recuperar hábitos de trabalho. Para finalizar, é relevante referir alguns aspectos relevantes referentes ao Código do Trabalho, no qual não se encontram referências específicas sobre os ex-reclusos, mas que penso ser importante para compreender os direitos e deveres destes indivíduos perante o trabalho. Na divisão I, artigo 24.º, está referido o “Direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho”, em que o trabalhador tem direito a igualdade de oportunidades no acesso a emprego, formação e promoção na sua carreira profissional, não sendo nem privilegiado nem prejudicado. Existe também uma parte referente à proibição de discriminação em que não podem ser exercidos qualquer tipo de actos discriminatórios sobre qualquer indivíduo. Segundo GOMES (2008), medidas como licenças de saídas, o Regime Voltado para o Interior e o Regime Voltado para o Exterior e a liberdade condicional, são facilitadoras do processo de reinserção social e da preparação para a liberdade. Em consequência a tudo o que foi referido é necessário ter em conta as motivações e expectativas dos indivíduos perante a sua reinserção profissional e o percurso que realizam. As características pessoais dos indivíduos, nomeadamente a sua auto-estima, são mobilizadoras de mudança, sendo necessário ter

em conta que o contexto de reclusão caracteriza-se por processos de investimento pessoal e baixa auto-estima.

DURKHEIM (1977) referiu nos seus estudos a significação social do trabalho para a sociedade, demonstrando uma preocupação com as patologias provocadas pelas diversas situações de trabalho. Já Weber, enquanto outros autores se referiam ao trabalho tendo como base a divisão do trabalho e a diferenciação social, estudou a inserção do trabalho no domínio da estrutura técnica e económica, no domínio da estrutura social, referindo as relações entre profissão e estratificação social, no domínio da estrutura política e ainda no da estrutura cultural, como lugar de relações entre personalidades e modos de vida. Contudo, o trabalho pode implicar apenas um emprego, uma ocupação que implique formação, qualificações e habilitações, ao contrário do conceito de profissão que permite uma maior autonomia aos grupos profissionais, definindo a sua posição e identidade.

Perante os aspectos relatados, não posso deixar de referir que as relações estabelecidas no meio organizacional entre o trabalhador e o empregador são permeadas por um carácter subjectivo, um contrato psicológico. Este contrato comporta as crenças que um trabalhador tem a respeito de um acordo estabelecido com a organização, que pressupõe um processo de troca que determina a força da conjugação dos seus valores com os da organização. Os contractos referidos remetem para significados que se atribuem à organização pelos trabalhadores, e por consequência aos processos afectivos que se formaram entre as partes. Os significados atribuídos ao trabalho relacionam-se principalmente com questões individuais, sociais, culturais e económicas, sem as quais o trabalho não teria significado. Os homens produzem representações do mundo conferindo-lhe significado, e isso é visível igualmente em questões relacionadas com o trabalho e com a organização, local propício para a emergência do simbólico, em que as suas representações deste tipo se encontram inseridas no tempo e no espaço. Os diversos locais e posições que os indivíduos ocupam são sempre susceptíveis de investimentos afectivos, materiais, profissionais, políticos, entre outros.

Actualmente com o processo de globalização são muitas as evoluções na execução de um trabalho e nos modos de pensar sobre o mesmo, pois hoje a tecnologia avançada permite realizar um trabalho em condições materiais bastante mais evoluídas e isso trouxe impactos igualmente na forma como organizam o trabalho. Desta forma, o ambiente laboral é cada vez mais complexo e exige mais capacidades de quem o realiza.

A confiança, segundo Giddens²³ (BALSA, 2005), pode ser definida como um sentimento de segurança justificado pela fiabilidade de uma pessoa ou de um sistema, identificando os mecanismos psicológicos e sociais das estratégias identitárias no trabalho de uma perda de emprego. A perda de emprego corresponde a uma sublevação profunda dos universos de vida de um indivíduo, e a experiência do desemprego é uma ruptura existencial dos automatismos de acção ordinária. A impossibilidade de instaurar ligações de confiança pode levar a sentimentos associados à traição que quebram as relações de confiança já instauradas mas que fixa num lugar de um novo sistema de confiança como outros parceiros.

Numa sociedade profundamente ancorada sobre uma valorização de actividades profissionais, a ruptura profissional quebra a imagem tranquilizadora e projecta-os numa incerteza e desconhecimento, em que o indivíduo é um desconhecido de si próprio, não se reconhecendo. A perda de confiança em si reflecte sobre as relações sociais, em que o indivíduo não pode suportar o olhar do outro, não que seja objectivamente desagradável mas que é percebido como desagradável. O facto de não se ter um emprego isola o indivíduo que prefere o isolamento ao choque do olhar do outro, assim como é acompanhado de uma ruptura das relações de confiança em si, mas também de uma ruptura dos sistemas abstractos que levam os indivíduos a uma estrutura rotineira desvalorizante. O trabalho reorganiza o social, articulando as relações entre o mercado, o Estado e a sociedade civil, sendo por isso não só uma questão social mas uma questão pública. O trabalho permite a realização de si ao mesmo tempo que é um fundamento do laço social, sendo uma condição para se ser um cidadão e um factor de integração para a socialização colectiva e participação conflitual. É desta forma, considerado como um bem primário, sendo o conceito social do trabalho uma forma privilegiada da participação da vida social e fundação da autonomia social dos indivíduos. A emergência da concepção moderna do trabalho está ligada à evolução das ideias sobre a organização da sociedade.

Para MARTUCELLI (2006) ser indivíduo tornou-se o horizonte das nossas percepções da vida social. Cada indivíduo forja-se por meio de uma série de provas, segundo modalidades inéditas. Essas provas desigualmente declinadas são enfrentadas para o essencial individualmente, mas o percurso de vida, da escola à família, do trabalho à cidade, da história à intimidade, não é menos profundamente colectivo. O

²³ Referencia a Giddens em “Les Conséquences de la modernité” (1994)

indivíduo torna-se o actor da sua trajectória, e cabe a ele saber analisá-la, teorizá-la, projectá-la e apresentá-la. O indivíduo ocupa simultaneamente posições diversas, status diferentes e representar papéis sociais múltiplos, tendo em conta que a nível profissional o indivíduo é testado na sua capacidade de transferir as aquisições da experiência de formação na situação profissional e na capacidade de formular um novo projecto, como forma de orientar a sua estratégia. As provas são assim o resultado de uma série de determinantes estruturais e institucionais que declinam de forma diferente lugares e trajectórias sociais, assim como desafios históricos, socialmente produzidos, desigualmente distribuídos, que os indivíduos são forçados a enfrentar, que não são independentes dos espaços sociais mas são heterogéneos nos mesmos lugares. As provas tornam-se então, uma forma de identificar as principais tendências no acto de selecção social, de tal forma que é possível definir uma sociedade pela natureza das provas.

O trabalho não tem já um significado transcendente, nem mesmo uma relação específica com a objectividade do mundo, mas permite desenvolver capacidades pessoais, sendo um local de realização de uma forma específica de excelência em si, cuja decisão tem uma irreduzível valência subjectiva. Alain Touraine, (MARTUCELLI, 2006) mostrou que é essencial um momento onde o trabalho poderia ser considerado do ponto de vista da decomposição do sistema profissional e da consolidação do sistema técnico, sendo em termos morais um mecanismo de integração social. Sendo o trabalho um dos principais mecanismos de integração social ou de organização da vida social é mais uma celebração de uma relação entre o indivíduo e a comunidade sobre o primado de uma caracterização colectiva, tendo em conta que é também uma área privilegiada de realização pessoal nas sociedades contemporâneas. Um emprego é um eixo principal de participação e inclusão social, e é hoje um critério de excelência pessoal.

A prisão cria um estigma nos indivíduos ex-reclusos que se estende à família, e isso acarreta algumas dificuldades de aceitação dos indivíduos por parte das mesmas. As famílias não deixam de ser influenciadas com o acto criminoso praticado, comprovando que as prisões exercem efeitos muito para lá dos muros que os separam da sociedade. Os efeitos da reclusão, segundo CARMO (2009), podem fazer-se sentir ao nível dos contextos familiares dos indivíduos, tendo um impacto significativo nos agregados familiares dos condenados. Segundo DIAS (2002), a família é a “(...) primeira instância de socialização fundamental.” (p.88). Neste sentido, tudo o que sucede neste microclima pode ser importante na vida das pessoas que nele estão

inseridas. Esta importância faz-se logo sentir nas primeiras relações familiares. A família assegura a ligação dos reclusos à vida social durante a reclusão e podem ser fontes de estabilidade e apoio durante a difícil transição da prisão para a vida em liberdade. A família tem um papel importante em termos emocionais e ainda na manutenção e ligações a oportunidades de emprego. São neste sentido, importantes redes sociais de apoio, evidenciando assim a importância das ligações afectivas e familiares como potenciadoras de reinserção social.

Muitos reclusos saem da prisão sem qualquer apoio a nível familiar, sem trabalho e sem habitação. Deve por isso trabalhar-se em conjunto com as equipas de reinserção social antes da saída da prisão de forma a garantir que o indivíduo não fica desamparado em liberdade. A reinserção social entende-se então pela recuperação acompanhada do indivíduo, que tem que viver em congruência com a lei. Contudo, nem sempre este processo é facilitado, existindo obstáculos no que diz respeito à discriminação por parte da sociedade, que continua a manter desconfianças face a estes indivíduos, e às atitudes negativas e de segregação da sociedade que continua a ver estes indivíduos como um grupo social à parte

3.4 Construção de identidades e Reconhecimento

Segundo GOMES (2008a) podemos definir identidade como um conjunto de características que definem os indivíduos e pelas quais os mesmos podem ser reconhecidos. Para DUBAR (1997), a construção de identidades resulta de dois processos designados por identidades virtuais e trajectórias vividas que produzem o que o autor refere como identidades reais. O primeiro processo diz respeito à atribuição de identidades pelos indivíduos e instituições com que interagem, o segundo designa a forma como estes reconstroem os acontecimentos da sua biografia social que consideram significativos. Para a construção de uma identidade estão envolvidos dois processos distintos, nomeadamente o processo autobiográfico, referente à identidade do eu, e o processo relacional, referente à identidade para o outro.

Segundo a teoria do interaccionismo simbólico que assenta nos trabalhos de Mead, existem duas premissas essenciais para a definição do self do indivíduo e do conceito de sociedade: uma que se relaciona com a significação do self através da interacção com os outros e outra com o conceito de sociedade como produto consequente das interacções coordenadas pelos indivíduos. As relações de um indivíduo com os outros estão associadas a uma incerteza que o Eu sente por não estar seguro de

que a forma como se vê a si mesmo seja coincidente com a maneira como os outros o vêem. Desde que a pessoa nasce e experimenta a vida, que o self se altera continuamente, ajustando-se e circunscrevendo-se. Aquilo que cada indivíduo é, depende da interação com os outros, das reacções dos outros em relação a si, e da repercussão que isso tem na orientação dos comportamentos. Para este autor, a formação da mente do indivíduo, momento em que se toma como objecto de reflexão, está dependente da relação entre o Eu, o Self e o outro generalizado, que está associada à reflexividade entre o indivíduo e a sociedade.

Segundo DUBAR (1997) a identidade não está nunca terminada definitivamente e os indivíduos ao longo do tempo atravessam obrigatoriamente crises resultantes daquilo que ele designa como “fissuras do eu”. Neste sentido, cada indivíduo é um ser em relação e tem uma constituição individual própria que pode estar sujeita a influências do exterior. Segundo MARTINS (s.d), se admitirmos que a identidade é um trabalho do sujeito, admitimos que a mesma é construída a partir do seu discurso, da maneira como reconta as experiências, os seus mundos assim como do modo como ele se trabalha a si próprio ao longo do seu percurso biográfico, procurando o reconhecimento dele mesmo e dos outros.

A identidade, segundo BERGER e LUCKMAN (2004), “(...) é um elemento-chave evidente da realidade subjectiva e, tal como toda a realidade subjectiva, encontra-se em relação dialéctica com a sociedade.”. (p.179). A identidade, formada por processos sociais é mantida e modificada pelas relações sociais. É a partir da socialização que o indivíduo se torna membro de uma sociedade, e esta pode ser definida exactamente, como a introdução de um indivíduo no mundo objectivo de uma sociedade. A socialização primária, que o indivíduo experimenta na infância e a partir da qual se torna membro de uma sociedade, está associada à família e a socialização secundária é o processo que introduz o indivíduo, já socializado, em novos sectores da sociedade e que está associada por sua vez, à escola e a outros sectores relacionados ao trabalho. O indivíduo nasce não apenas numa estrutura social mas também num mundo social objectivo. O processo de socialização, segundo a teoria de Hegel (FONTES, et al. 2003), é determinado por três modelos de formação, nomeadamente o subjectivo, objectivo e o social, definindo a identidade como resultado de um reconhecimento recíproco. Neste sentido, podemos referir que a identidade do eu só é possível graças à identidade do outro que a reconhece, e que está dependente do próprio conhecimento. A identidade é um produto resultante de sucessivas socializações, em que o indivíduo

incorpora normas e valores, assim como comportamentos, que lhe permitem uma coerência com a matriz identitária herdada e facilitam a integração social. Segundo DUBAR (1997), Mead descreveu de forma coerente e argumentada, a socialização como construção de uma identidade, pois de acordo com o que este autor refere, o agir comunicacional é colocado no centro da socialização, nomeadamente nas relações que se instalam entre socializadores e socializados.

A identidade social é uma negociação permanente com os que nos rodeiam e organiza de forma dinâmica as relações com os outros. Contudo, é importante ter em conta que a individualidade do sujeito sendo transitória é nessa base onde todas as identidades sociais se enraízam. Craib²⁴ (SANTOS, 2005), em sintonia com a tradição de Mead, defende a dialéctica do “eu” e do “mim”, referindo que se o indivíduo for apenas “eu” não está por isso envolvido em nenhuma relação social, e se for somente “mim” é um objecto inanimado definido por outros. Nenhuma destas situações pode dar a imagem da identidade do sujeito. Existem na base da construção do self, traços comuns que não se modificam em situações de interacção e exigência social, no entanto, é no mundo social que a nossa identidade se configura e prevalece. Desta forma, a identidade é assumida como um processo e não como uma coisa, onde o reconhecimento e a valorização dos outros impele a uma negociação interna ou externa nas configurações identitárias assumidas. Muitas vezes damos ideia por vezes que a mesma se esgota em si própria, mas o indivíduo não é apenas uma única coisa facilmente definível e não vem apenas de um sítio ou lugar. Desta forma, segundo VIEIRA (2009): “Por isso, estamos; isso sim, verdadeiramente não somos. Em vez de sermos, estamos.” (p. 12). Falar de identidade hoje inclui pensar dinamicamente e não apenas estruturalmente.

DUBAR (1997) refere na sua teoria de identidade, a intersecção entre identidade individual e identidade colectiva, em que a identidade é o resultado dos diversos processos de socialização que constroem os indivíduos e definem instituições. A dimensão individual, ou identidade para si como também é considerada, tem a ver com a auto imagem, com aquilo que o indivíduo pensa de si próprio e as representações que faz de si mesmo, e a dimensão colectiva, ou identidade para os outros, indica os inúmeros papéis que o indivíduo desempenha, nomeadamente o sentido de nacionalidade, religioso e até profissional e relaciona-se com a percepção dos outros. As

²⁴ Referencia a Craib, “Experiencing Identity” (1998)

identidades sociais são marcadas pelas semelhanças que existem entre si, nomeadamente referente a normas típicas de grupo, atitudes ou comportamentos reconhecidos e valores, que são essenciais na expressão da identidade dos seus membros. Quanto mais inserido estiver o indivíduo no contexto grupal, com tudo o que o mesmo acarreta, mais consolidada está a sua identidade pessoal e social. A identidade social não é algo transmitido entre gerações, é algo construído com base em categorias específicas e posições herdadas, mas também com base em estratégias identitárias que são desenvolvidas nas instituições que os indivíduos atravessam. Embora a dimensão individual e colectiva da identidade não estejam em oposição, existem algumas distinções entre elas, isto porque por um lado a visão que um indivíduo tem de si próprio está dependente dos outros, do seu reconhecimento, e por outro lado a experiência do outro não pode ser vivenciada somente por si. Este processo não é estável nem linear, pois cada indivíduo pode recusar uma identificação e definir-se de outra maneira, e sendo um processo construído socialmente, altera-se com as mutações sociais dos grupos de referência e pertença, conforme são alteradas as expectativas e configurações identitárias. O facto de representarmos os papéis sociais de diferentes modos, isso influencia a identidade construída e consolidada a partir das especificidades desses mesmos papéis, o que leva a crer que não temos uma identidade mas sim identidades. Este, em conjunto com outras definições, foi o conceito que foi tido em consideração no presente estudo para avaliar a construção de identidades, por se aproximar mais da realidade estudada. Ainda segundo DUBAR (1997), de acordo com o referido, é possível dizer que a identidade para si e a identidade para o outro são inseparáveis porque a primeira está correlativa ao reconhecimento do outro, admitindo-se que o indivíduo só sabe quem é através do olhar do outro. No entanto, esta ligação é problemática no sentido em que a experiência do outro nunca é directamente vivida por si de tal forma que os indivíduos se apoiam nas comunicações para compreenderem a identidade que o outro lhes atribui, moldando assim a identidade para si próprio.

Para compreender a face individual da identidade, é importante compreender o papel desempenhado e o percurso de construção da componente EU/Self. Estes últimos conceitos, não só constituem um conteúdo que representa o que os indivíduos são e como os mesmos se percebem, mas são também um conjunto de estruturas e processos que se encontram no centro dos seus pensamentos, sentimentos e acções. Para

apresentar esta noção Lipiansky²⁵ (BORGES,2007) refere como relevantes a consciência dos outros, o conjunto de percepções e sentimentos que um individuo tem de si próprio, as noções familiares da imagem que tem de si e o sentimento e estima de si. Desta forma, o Eu/self pode ser entendido como um conjunto de características que definem traços pessoais que a pessoa atribui a si mesma, ou seja, que os define. A identidade pessoal é um processo que não pode ser fixado num momento designado da biografia de cada individuo, e que tem um significado objectivo que se relaciona como facto de cada individuo ser único e diferente de todos, tendo também um significado subjectivo relacionado com o sentido de individualidade, singularidade e continuidade no espaço e tempo.

Segundo, Tap²⁶ (BORGES, 2007), a imagem que o individuo tem de si mesmo e aquela que pensa que os outros têm de si é o elemento que o permite assumir determinados comportamentos que estarão em consonância com as representações que tem. Este autor refere ainda a ideia da realização do Eu pela acção, em que prevalece a ideia de que o individuo é o que faz. Por último, a identidade estará ligada à visão positiva de si mesmo, e isso tem uma importância no sentido em que permite ao individuo gerar uma visão positiva de si que se pretende que os outros partilhem. Os actores constroem a sua identidade a partir da interiorização da sua pertença herdada e que é definida pelos outros como possível e desejável mas, pode também definir-se como os indivíduos entenderem. Neste contexto, a identidade permite-nos perceber que somos actores individuais e actores sociais em relação connosco próprios e em relação com os outros, construindo-nos assim mutuamente. É compreendendo o que é um grupo que se chega ao entendimento da identidade social. O primeiro grupo que os indivíduos conhecem é a família e é ela que nos apresenta à sociedade e nos aprovisiona de instrumentos para nos transformarmos em seres sociais, sendo ela também que nos permite a apropriação de valores, transmite normas e que será ela própria a fonte de transmissão desses valores e ideais da sociedade onde estão inseridos. Os indivíduos são prisioneiros das suas definições do eu/self enquanto autónomos, ou membros de um grupo, em que o que os indivíduos dizem de si próprios, as expressões da identidade, são colocados num designado continuum que vai desde a identidade pessoal, o mais singular, até a identidade social, mais colectiva. E é perante estes factos que o individuo se reconhece como ser social ao longo do tempo e pode ser reconhecido pelos outros.

²⁵ Referencia a Edward Lipiansky, “Le soi en psychanalyse” (1998)

²⁶ Referencia a Pierre Tap em “Marquer sa différence” (1998)

Segundo Dolan et al.²⁷, um grupo «“é um sistema organizado composto por indivíduos que partilham normas, necessidades e fins e que interagem de modo a influenciar mutuamente as suas atitudes e comportamentos”» (BORGES,2007, p.158). São os grupos que implementam as normas e valores que devem ser seguidas, admitindo que estas são o ponto de união entre os indivíduos no grupo. O sentimento de pertença ao grupo vai influenciar o indivíduo no sentido em que transmite o sentimento do “nós”, e o socializa por relação aos valores do próprio grupo e às suas características e particularidades.

Relativamente à identidade profissional, esta é uma forma de identidade social, mas diferencia-se desta última por se constituir e evoluir no quadro de actividades profissionais, assim como pelo facto da primeira se relacionar com o domínio do emprego e das actividades económicas enquanto a segunda se associa ao estatuto social. A identidade profissional é pois um produto de um compromisso entre a identidade para o outro e a identidade para si mesmo. Esta pode ser vista como uma identidade no trabalho mas também como uma projecção de si mesmo no futuro, antecipando uma trajectória de emprego e uma logica de aprendizagem. A perda de uma identidade social, nomeadamente desta identidade profissional, tem repercussões em termos da concepção que o indivíduo tem de si próprio e dos outros, impelindo-se assim a construir uma nova história, novas relações sociais e influenciando a sua matriz de individualidade. Esta perda implica o desaparecimento do eu como era conhecido, das relações sociais, e nos pior dos casos, se o percurso biográfico implicasse uma mudança profissional extrema, teria que se integrar em novos grupos e até mesmo desempenhar novos papéis à luz de novos contextos que implicariam uma reconstrução de identidade.

Segundo GOFFMAN (1981), fazendo referência aos indivíduos considerados como estigmatizados, podemos verificar que os seus sentimentos sobre aquilo que são podem confundir a sua sensação de ser uma pessoa igual às demais, merecendo assim um destino semelhante aos outros indivíduos e uma oportunidade legítima. A discrepância entre a identidade virtual e identidade real que pode surgir destrói a identidade social, tendo como efeito afastar o indivíduo da sociedade e de si próprio de tal modo que acredita ser uma pessoa desacreditada frente ao mundo social. Para GOFFMAN (1981), “A manipulação do estigma é uma ramificação de algo básico na sociedade, ou seja, a estereotipia ou o “perfil” de nossas expectativas normativas em

²⁷ Citação original de Shimon Dolan et al. em “Psychologie du travail et des organisations” (1996)

relação à conduta e ao carácter (...)” (p.46). O conceito de identidade social permite considerar a estigmatização, assim como o de identidade pessoal permite considerar o papel do controlo de informação na manipulação do estigma. O conceito de identidade permite considerar o que os indivíduos podem experimentar referentemente ao estigma. Na nossa sociedade o indivíduo estigmatizado alcança modelos de identidade que aplica a si mesmo por não poder conformar-se com eles, sentindo com isso uma certa ambivalência em relação ao seu próprio eu. Dependendo da visibilidade e da imposição do estigma ao indivíduo, este estratifica os seus grupos, tomando em relação aos que são mais evidentemente estigmatizados, as atitudes que os “normais” tomam em relação a ele. Quanto mais o indivíduo se liga aos normais menos estigmatizado se irá considerar. Segundo o que o autor refere, o indivíduo estigmatizado tende a definir-se como uma pessoa não diferente de qualquer outra, embora ao mesmo tempo ele e as pessoas mais próximas o definam como marginalizado.

Neste sentido, segundo HONNETH (2003), na nossa linguagem quotidiana a integridade do ser humano deve-se a padrões de assentimento e reconhecimento. A integração depende de outros padrões e segundo este autor interessa investigar a forma como se expressa aquele que foi maltratado por outro. O reconhecimento recusado surge aquando da ofensa e do rebaixamento, e se a auto imagem normativa de um indivíduo não encontra correspondente, existe um risco de desmoronar a identidade do mesmo. A falta de reconhecimento pode ser a dissolução do sujeito. A forma como indivíduos e grupos se inserem na sociedade ocorre por meio de uma luta pelo reconhecimento intersubjectivo. Para HONNETH (2003) existem três formas de reconhecimento, são elas, o amor, o direito, e a solidariedade. A luta pelo reconhecimento surge com o desrespeito destas formas de reconhecimento, que permitem o indivíduo alcançar a autorrealização. Para isso, é necessário que na experiência do amor seja possibilitado ao indivíduo alcançar autoconfiança, na experiência do direito o auto respeito, e na experiência da solidariedade a auto estima. Neste sentido, os indivíduos só podem formar a sua identidade quando forem reconhecidos intersubjectivamente, tendo em conta que esse reconhecimento ocorre em diferentes dimensões da vida, nomeadamente no âmbito privado do amor, nas relações jurídicas e no foco da solidariedade social. Estas três formas são explicativas da origem das tensões sociais e motivações dos conflitos. O amor é por si só uma forma de reconhecimento e é por meio dele que o indivíduo desenvolve a auto confiança necessária para os seus projectos de realização pessoal. Na esfera do direito a pessoa é

reconhecida como autónoma e desenvolve sentimentos de auto respeito. A auto estima é desenvolvida na esfera da solidariedade que remete para a aceitação das qualidades individuais, julgadas a partir dos valores da comunidade. A ruptura da auto relação entre as formas de reconhecimento, pelo desrespeito, gera lutas sociais. Na sociedade moderna, o individuo tem que descobrir o reconhecimento como individuo autónomo livre e como individuo membro de formas de vida culturais.

Perante estes factos, é possível referir que a prisão, sendo um espaço de recomposição de uma identidade, ameaça a manutenção da identidade pessoal. O individuo deve ser considerado como um ser humano e não como um número e dentro da prisão os reclusos são levados a reconstruir uma identidade mesmo que temporária.

3.5 Laços sociais e institucionalização

A exclusão, segundo MONTEIRO (2004), é o contrário da integração e a ruptura dos laços sociais opõe-se à coesão social. Já a integração social tem uma conotação ambígua, no sentido em que tanto é vista no sentido positivo da veiculação de ordem e harmonia social, como no sentido negativo interpretado como uma imposição de coerência sobre as liberdades individuais. Independentemente da valoração que lhe é atribuída, esta está associada a redes de interacção social que conduzem ao agrupamento de indivíduos em comunidade e mais institucionalmente, em sociedade.

Os laços sociais são o resultado de inúmeros processos de integração que, se desenvolvem entre a ligação entre o individuo, a comunidade de pertença do mesmo e a sociedade. Neste sentido, MONTEIRO (2004), refere que laço social é “(...) o conjunto de relações e interacções de carácter duradouro que permitem uma vida em conjunto para além das forças de dissociação e desagregação entabulando e mantendo uma solidariedade próxima entre os membros de uma comunidade e de carácter instituído entre os cidadãos de uma sociedade” (p.30). DURKHEIM (1977) dá atenção essencialmente aos laços sociais horizontais que ligam os indivíduos entre si às relações de solidariedade constituídas. O laço social comunitário é um laço natural e durável opondo-se a um laço associativo temporário e contratual.

CASTEL (1995), propôs uma re-centralização de políticas de integração social e uma reforma das metodologias das políticas de reinserção, ficando estas com o trabalho de tratar indivíduos considerados validos mas que se tornaram inválidos pela conjuntura actual. Este refere que em França, a primeira forma de assistência a estes indivíduos se relacionava com uma generosidade necessária utilizada no momento em que a

sociedade tomou conhecimento que a situação actual não se tratava de um problema pessoal mas de um problema social. Neste sentido, elaborou dois perfis que constituem o grupo dos vagabundos: os inválidos e os validos. Os primeiros englobam indivíduos que não têm condições de suprir as suas necessidades básicas por si só devido às suas limitações, tornando-se potenciais assistidos. Os válidos são o grupo de indivíduos que estão aptos mas não se conseguiram enquadrar no trabalho e que por isso dependem nesta fase de protecção das instituições.

PAUGAM (2000) pretendeu saber como é que era possível prestar assistência sem reforçar ao mesmo tempo a dependência dos indivíduos que usufruíam dessa mesma assistência. O seu conceito de desqualificação social possibilitou compreender como é que indivíduos em estado de privação se relacionavam com os serviços de assistência. Neste sentido, o autor distingue três grupos de indivíduos: os assistidos, considerados dependentes; os fragilizados, considerados como não assistidos; e os marginalizados que romperam com os vínculos sociais. Os primeiros foram divididos em: fragilidade interiorizada, em que os indivíduos interiorizam negativamente a ajuda social; e fragilidade negociada, em que os indivíduos consideram a sua situação temporária. Relativamente aos assistidos, dividiu em 3 grupos: os assistidos diferentes, que dependem do serviço social e do trabalho social; os assistidos instalados associados à baixa motivação na procura de uma actividade profissional; e os assistidos reivindicados em que a ausência de emprego está relacionado com a idade. Por último, na sua referência aos marginais, divide-os em 2 grupos: os marginais evitados que revelam vontade de integração mas que tem dificuldades em realizar o projecto definido; e os marginais organizados que constroem um quadro cultural tolerável num espaço limitado de exclusão.

As políticas sociais têm assim o objectivo de integrar os assistidos mas podem igualmente contribuir para estigmatizar esses indivíduos, no sentido em que na falta de alternativas à assistência, estes aceitam a ideia de depender e de manter relações com os serviços assistenciais para obter auxilio. Recorrer à assistência ainda é visto como algo humilhante que pode produzir mudanças no itinerário moral do individuo.

A lógica dos serviços sociais provém das necessidades das populações salvo às quais são atribuídas os meios específicos para as proteger, ou seja, são mobilizados recursos, e instituições especiais para atender aos problemas particulares dos indivíduos. Existe assim uma relação com o serviço, em que se faz corresponder às populações certas competências e instituições específicas. No entanto, esta abordagem põe em

questão se esta é a melhor forma de assumir a responsabilidade da marginalidade, isto porque acarreta sempre o carácter estigmatizante, porque para além de confinar os indivíduos a uma espécie de destino social definitivo, surgem cada vez mais formas de marginalidade que não se enquadram neste sistema de categorização.

Para DUBET (1998), a desinstitucionalização designa a mudança do modo de produção nas sociedades. Nas instituições a socialização dos indivíduos é um processo em que o indivíduo se identifica com os outros e só depois com os valores e as regras. A representação das instituições como essenciais para a estabilidade social e a preparação dos indivíduos para se adaptarem à sociedade, não é mais utilizável nos dias de hoje. A desinstitucionalização não significa uma crise de instituições mas gera a separação entre a socialização e a subjectivação, colocando o indivíduo frente a provas sociais.

Capítulo 4 – A Associação “O Companheiro” e os indivíduos

Para a realização do trabalho de pesquisa, foi necessário seleccionar um local que facilitasse a observação e aproximação ao objecto de estudo. Desta forma, após uma pesquisa de associações que trabalhavam na área da reinserção de ex-reclusos, encontrei a associação “O Companheiro” que trabalha há 25 anos nesta área e tem como público-alvo ex-reclusos, reclusos e as suas famílias.

A escolha desta instituição foi evidente no sentido em que é a única associação do país que trabalha com estes indivíduos fazendo com eles um trabalho a todos os níveis. Desta forma, torna-se incomparável com outras instituições que realizam um trabalho semelhante mas diferenciado. Podemos referir a “Casa de Transição” que trabalha com este segmento da população mas que tem muitas restrições em termos de aceitação de indivíduos, sendo o trabalho realizado não completamente especializado como é no “O Companheiro”. Na “Casa de Transição” a capacidade da residência é mais reduzida, existem restrições em termos de aceitação de indivíduos que tem que estar em termo de pena ou em liberdade condicional, e são valorizados os bons indicadores de inserção, nomeadamente a não dependência de qualquer substância (álcool ou drogas) e que estejam activos. Nesta instituição não são permitidos ainda indivíduos que tenham cometido crimes de sangue e de natureza sexual e o máximo de pena admitido são os 8 anos. Em relação ao trabalho feito com os indivíduos, este pode ser semelhante ao que “O Companheiro” realiza, contudo, é facilmente referido que os indivíduos que ingressam na “Casa de Transição” têm tido uma reinserção rápida, pois esta trabalha apenas com os indivíduos de mais fácil integração. Neste sentido, “O Companheiro”, faz um trabalho mais integrável e não discriminatório com estes indivíduos.

Para a realização do meu estudo na instituição, iniciei a minha actividade como voluntária para poder gradualmente inserir-me nas dinâmicas e procedimentos da mesma e para estar em contacto com os indivíduos que pretendia estudar. Posteriormente, iniciei o trabalho de pesquisa de informação interna dos clientes da instituição e iniciei o meu trabalho de investigação com os indivíduos seleccionados.

4.1 A Associação

A associação “ O Companheiro” surge em Fevereiro de 1987, por inspiração do Padre Dâmaso, que nas suas regulares visitas a estabelecimentos prisionais, depreendeu que os indivíduos tinham mais apoio durante o cumprimento da pena do que após o termo da mesma. Esta é uma Instituição de Solidariedade Social – IPSS, de utilidade pública, sendo também considerada como uma Comunidade de Inserção que trabalha com os seus clientes, essencialmente, no acolhimento, inserção, orientação, acompanhamento e gestão de soluções dinâmicas focadas nas suas necessidades.

Em 1990, a associação candidatou-se ao “Programa de Luta contra a Pobreza”, e em 1991 a Câmara Municipal de Lisboa cedeu os terrenos onde estão hoje as instalações do “O Companheiro”. No ano seguinte, foi criado um modelo ocupacional para actividades oficiais e artesanais como forma de subsistência da associação, e permitindo aos clientes levar a cabo um processo de aprendizagem, no sentido de se prepararem para o meio laboral. Em paralelo, foi criada uma área de investigação-acção e de formação profissional, designada de PROJECTOS, recorrendo por isso a fundos europeus e parcerias. Já em 2004, a associação evidenciou a sua vocação para a prevenção do crime relacionada com a melhoria de competências profissionais aos normativos organizacionais de indivíduos, evidenciando o seu público-alvo em ex-reclusos e reclusos em regime de RAVE e as suas famílias.

4.2 Área e Âmbito de Actividade

Sendo uma Instituição de Solidariedade Social, que promove a integração social e humanitária de grupos socialmente desfavorecidos, desenvolve soluções na gestão da reinserção psico-socio-profissional do seu público-alvo. Desta forma intervém perante problemáticas de desadaptação social, ineficácia das competências sociais, dificuldades de relacionamento interpessoal, intervindo assim na gestão de processos de mudança de comportamento que visam apontar para uma maior adequação à vida social.

Esta associação desenvolve ainda, trabalho na promoção e incentivo de práticas e políticas de solidariedade social, promovendo a sensibilização de empresas (privadas e públicas) para a importância de acções sociais que contribuam para o desenvolvimento da comunidade, enfatizando assim a Responsabilidade Social e a Cidadania Empresarial.

4.3 Objectivos

Os objectivos concretos da instituição passam por definir e implementar soluções que visem a reinserção psico-socio-profissional de reclusos, ex-reclusos e das suas famílias; por ajudar indivíduos que estejam em situação de carência a serem capazes de dar uma resposta autónoma e eficaz face à esfera pessoal e profissional; por apoiar os clientes a gerir processos de mudança comportamental que visem uma maior adequação à vivência social; por desenvolver sistemas de implementação de actividades ocupacionais e profissionais, promovendo a integração desta população através da relação com o mercado de trabalho; por promover e desenvolver sistemas de competências pessoais, sociais, culturais e profissionais; por disponibilizar recursos que permitam os indivíduos gerir com eficácia as dificuldades que sentem ao nível de subsistência, nomeadamente a nível da alimentação, da residência, de higiene, da saúde e da ocupação laboral; por promover o desenvolvimento de políticas de solidariedade social, promovendo a criação de sinergias na qualidade de colaboração e sensibilização de empresas para o enquadramento sócio-laboral dos utentes; e por criar acções de sensibilização dirigidas à sociedade e a entidades laborais com o objectivo de eliminar barreiras e práticas discriminatórias, apelando a uma maior responsabilidade social.

Face à realidade que se impõe, a equipa de Intervenção psicossocial procura arregar uma acção reabilitadora, na problemática, e preventiva nas causas e consequências. O trabalho realizado passa por treinar competências pessoais, sociais e laborais, dependendo das necessidades dos indivíduos, visando uma mais adequada adaptação da pessoa ao meio livre, procurando igualmente uma ocupação laboral, formativa ou escolar e procurando realizar um encaminhamento intra e inter-institucional.

4.4 Equipamentos e Serviços

A associação dispõe de uma residência masculina, com capacidade para 22 utentes, de refeitório social, com capacidade para servir cerca de 50/60 almoços diários, de tratamento de roupa, de Banco de Roupas, de Banco Alimentar, de um Espaço info-cultura e de um espaço de informática, e ainda Oficinas de Carpintaria e Serralharia. Para além disso, dispõe de um Gabinete de Intervenção Social, de um Gabinete de Intervenção Clínica e Psicológica, de um Gabinete de Educação, Formação e Empregabilidade, e de um Gabinete de Aconselhamento Jurídico.

O Gabinete de Intervenção Clínica e Psicológica tem como objectivos a avaliação e o acompanhamento psicológico, no sentido de apoiar o indivíduo no processo de definição do projecto de vida, procurando estratégias de intervenção adequadas a cada pessoa. Já o Gabinete de Intervenção Social tem como objectivo realizar o acolhimento, a triagem, o acompanhamento social e ainda o encaminhamento intra e inter-institucional e o Gabinete de Educação, Formação e Empregabilidade tem como objectivo a inclusão da pessoa em meio laboral, desenvolvendo um acompanhamento individualizado, disponibilizando a cada utente as ferramentas para a procura activa de emprego. Por fim, o Gabinete de Apoio Jurídico tem como objectivo prestar aconselhamento jurídico aos clientes. O Banco alimentar e o Banco de roupa apoiam famílias com problemas com a justiça e com carência económica, tendo como objectivo suprir algumas necessidades alimentares e de vestuário.

4.5 Missão, Visão e Valores

“O Companheiro” tem como missão “Para que não haja Homem excluído pelo Homem”, enquanto a sua visão se relaciona com o entendimento que têm de que a “...Cidadania Empresarial e de Responsabilidade Social é uma atitude fundamental face ao dever de solidariedade e de justiça entre as pessoas, que será prodígia, quando assente em colaboração de todos”²⁸ e na compreensão que a articulação das esferas pessoais, sociais e profissionais é crucial no acompanhamento das pessoas.

Quanto aos seus valores, todo o trabalho se rege por um código de conduta segundo princípios éticos em que estão presentes o profissionalismo, a competência e a integridade. A associação pretende sempre atender às necessidades e expectativas dos indivíduos que apoia, defendendo a Humanização das Relações, a Igualdade de Oportunidades, Sinergias, Compromisso, Confiança, Coesão e Responsabilidade Social.

4.6 Caracterização dos Protocolos de empregabilidade

O Companheiro possui alguns protocolos em associação com outras instituições. Estes protocolos têm como objectivo a aprendizagem de competências profissionais e foram pensados para colocar ex-reclusos ou outros cidadãos em situação desfavorecida, em actividade ocupacional.

²⁸ Dados retirados da informação interna solicitada pela instituição

O trabalho desenvolvido com os beneficiários tem como objectivos promover novas oportunidades de integração laboral, promoção de hábitos e rotinas, fomentação de acções que visam a reestruturação pessoal do indivíduo, e a aprendizagem de novas competências. Estes protocolos têm como condições de admissão que os indivíduos sejam reclusos ou ex-reclusos, maiores de 18 anos, desempregados e inscritos no centro de emprego, não consumam álcool nem drogas, não tenham perturbações clínicas e mentais que o condicionem, não possuam comportamentos agressivos e tenham disponibilidade para desenvolver competências.

No seguimento destes factos, os beneficiários tem como deveres ser pontuais e assíduos, cumprir regras, zelar pela boa conservação de equipamentos no decurso da actividade ocupacional e aceitar a orientação técnica proposta pelo GEFE.

4.7 Perfil dos indivíduos residentes e ex residentes da instituição (2005-2012)

A vasta experiência da associação “O Companheiro” junto da população já referida, demonstrou que os primeiros meses em liberdade são os mais críticos na reabilitação destes indivíduos, em que há um maior risco de reincidência, apresentando um conjunto de necessidades que, se não forem alvo de intervenção, poderão pôr em causa a sua reinserção na sociedade e a sua reinserção profissional. A maioria dos indivíduos que recorre a esta associação está em situações de ruptura familiar, profissional, social, e até afectiva, tendo por vezes problemas clínicos, de extrema pobreza e marginalização, juntando-se a este quadro ainda a ausência de enquadramento habitacional. É com este grupo de pessoas que a associação procura aplicar uma atmosfera geradora de desenvolvimento e de obtenção de estilos de vida apoiados em normas, de competências básicas, pessoais e sociais, promovendo a sua autonomia.

É relevante referir antes de proceder à análise dos dados recolhidos sobre os indivíduos ex-residentes na instituição que foram apenas analisadas informações referente a indivíduos que tenham entrado na residência a partir de Janeiro de 2005, ou que nesse momento residiam na mesma, por esse ter sido o momento que marcou a instituição pela mudança de regulamentos e direcção e por estarem em falta informações anteriores que não foram recolhidas ou foram perdidas. São 73 os ex-residentes, desde Janeiro de 2005 até Junho de 2012, contudo, foi-me apenas possível aceder aos processos de 61 indivíduos, por não haver informação sobre os restantes. É sobre esses 61 indivíduos, assim como sobre os 21 residentes actuais, que irei fazer a análise de informação e tentar compreender que tipo de indivíduos entra na instituição e que tipos

de características possuem. Tornou-se então relevante fazer a análise dos 82 indivíduos em conjunto, tendo em conta 3 dimensões relevantes para compreender o perfil dos mesmos: A)Crime; B) Instituição e C) Outras características.

A. Crime

Tipos de crime e sanções aos crimes

Segundo a tipologia de crimes da Direcção Geral dos Serviços Prisionais (Anexo 2), podemos perceber o tipo de crime que mais prevalece na instituição. A partir dos dados recolhidos, podemos referir que dos 82 indivíduos, a maioria cometeu o crime de tráfico de estupefacientes compreendendo 33% dos indivíduos. Já 26,6% dos indivíduos cometeram o crime de roubo/furto enquanto 8,5% cometeram homicídio. Na mesma percentagem encontram-se os indivíduos que não cometeram crimes. Dos 82 indivíduos 4,3% dos mesmos cometeram o crime de abuso sexual de menores, 3,2% tinham uma multa para pagar e 1,1%, equivalente a 1 indivíduo, falsificou documentos (Anexo3). A partir dos dados podemos verificar que existe uma maior afluência de crimes relativos a estupefacientes, seguidos dos crimes contra o património e posteriormente os crimes contra as pessoas. Estes dados podem advir daquilo que os dados da DGSP nos mostram relativamente à evolução do tipo de crime ao longo dos anos considerados. Segundo o gráfico em anexo (Anexo4) podemos perceber que existe um maior número de indivíduos que cometeram o crime de roubo/furto, e de tráfico, mesmo tendo este sofrido uma descida considerável em número de indivíduos que o cometeram desde 2005 para 2012. Abaixo destes crimes, encontramos o de homicídio e violação aos quais correspondem um menor número de indivíduos. O mesmo é verificado relativamente aos indivíduos cujos dados foram apresentados.

Número de penas e Tempo de pena a que os indivíduos foram condenados

Tendo em conta o número de penas a que os indivíduos foram condenados podemos referir que a maioria dos indivíduos (41,5%) foi condenada apenas a 1 pena de prisão, e que 24,5% foram condenados a 2 penas. É de 10,6%, a percentagem referente aos indivíduos que não foram condenados a penas de prisão enquanto 4,3% dos indivíduos foram condenados a cerca de 4 ou mais penas (Anexo5).

O tempo de pena a que os indivíduos foram condenados depende também do número de crimes que cometeram e consequentemente ao número de penas a que foram sentenciados. Neste sentido, cerca de 13,8% dos indivíduos, sendo esta a maioria dos

mesmos, foram condenados entre 6 a 8 anos de prisão. Já 12,8% dos indivíduos não foram condenados a penas de prisão, pelo que não estiveram presos. Dos 82 indivíduos 11,7% foram condenados de 2 a 4 anos de prisão, tendo sido a mesma percentagem de indivíduos condenados a 8 a 10 anos de prisão. Apenas 1,1% dos indivíduos foi condenado a mais de 20 anos de prisão assim como 1,1% foram condenados a menos de 1 mês. Podemos ainda referir que 7,4% dos indivíduos foram condenados entre 10 a 12 anos de prisão, e na mesma proporção foram condenados entre 14 a 16 anos. Do total dos indivíduos 6,4% foram condenados entre 4 a 6 anos de prisão, 4,3% entre 1 a 2 anos, 4,3% entre 12 a 14 anos de prisão, 3,2% entre 16 a 18 anos de prisão, 1,1% de 1 a 6 meses de prisão e 1,1% entre 6 a 12 meses. (Anexo 6)

B. Residência

Motivo de entrada em residência

Apesar da residência da instituição ter como finalidade albergar indivíduos reclusos e ex-reclusos, em alguns casos dá resposta a indivíduos com outros problemas associados, nomeadamente a pessoas sem abrigos, ou indivíduos que estão a cumprir medidas judiciais. Como podemos verificar pelo quadro relativo ao motivo de entrada (Anexo 7), a grande maioria dos indivíduos (74,5%), entraram na residência como ex-reclusos, sendo que os restantes 9,8% são indivíduos que não estiveram privados da liberdade, considerando-se sem abrigo (6,4%), em cumprimento de PTFC (3,2%) e ainda correspondente a 1 único indivíduo que esteve em residência porque estava a frequentar um dos cursos leccionados pela instituição (3,2%).

Encaminhamento dos indivíduos

Os indivíduos são encaminhados na sua maioria pelos Estabelecimentos Prisionais onde estiveram a cumprir a sua ultima pena, contudo podem também ser encaminhados por outras instituições, por pessoas individuais ou podem pedir apoio por iniciativa própria. Neste sentido, podemos observar pelos dados recolhidos (Anexo 8) que a maioria dos indivíduos vieram encaminhados do EP Lisboa e de outras instituições (16%). Destas últimas podemos referir a Cais, a Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Direcção Geral de Reinserção Social, a Casa Pia, o SEF, a Casa do Lago, o Centro de dia S. Tomás de Aquino, e ainda vieram encaminhados indivíduos do projecto Vida Emprego, do projecto Abre a Pestana e do projecto Amadora Solidária. Podemos ainda referir os 12,8% dos indivíduos que vieram

encaminhados do EP Vale Judeus, os 8,5% que vieram do EP Alcoentre e os 8,5% que vieram do EP Pinheiro da Cruz. Dos 82 indivíduos cerca de 5,3% foram encaminhados por pessoas individuais, e 4,3% vieram por iniciativa própria. Os restantes vieram de outros Estabelecimentos prisionais, como o EP Sintra (4,3%), o EP Carregueira (3,2%), o EP Torres Novas (2,1%), o EP Linhó (2,1%), EP Coimbra (1,1%), EP Monsanto (1,1%) e o EP Montijo (1,1%). Por último 1,1%, correspondente a 1 indivíduo, veio proveniente dos EUA.

Idade dos indivíduos à entrada

A maioria dos indivíduos (27,7%) entrou na instituição com idade compreendida entre os 34 e 42 anos, enquanto 20,2% entrou com idades entre os 43 e 51 anos. Do total dos indivíduos 11,7% entrou com idades entre os 26 e 33 anos, e na mesma percentagem entraram com idades entre os 52 e os 59 anos. Apenas 10,6% dos indivíduos entrou com idades entre os 18 e 25 anos, pelo que apenas 5,3% dos indivíduos entrou com idades superiores a 60 anos. (Anexo 9)

Número de entradas na instituição e Tempo de permanência em residência

Nem todos os indivíduos ao sair da instituição se tornam autónomos o suficiente para não voltar a precisar de apoio da mesma. Neste sentido segundo os dados recolhidos (Anexo 10) podemos verificar que mais de metade dos indivíduos residentes e ex residentes entraram apenas 1 vez em residência (78,7%). Apenas 5,3% dos indivíduos entraram 2 vezes, 2,1% entraram 4 vezes e 1,1% entrou 3 vezes.

O tempo de permanência em residência pode variar, estando na sua maioria associado ao tempo necessário para que o indivíduo se torne autónomo. Relativamente a 20,2% dos indivíduos que estiveram entre 3 a 6 meses, apenas 1 indivíduo estava em residência no momento em que foi realizado o estudo. Existe uma minoria de indivíduos que estão a mais de 12 anos (3,2%) e entre 6 a 12 anos (1,1%), e que estão no momento presente a residir na instituição. Existe ainda uma percentagem significativa (14,9%) de indivíduos que estiveram menos de 1 mês em residência e de 1 a 3 anos (12,8%). Os restantes 11,7% estiveram entre 3 a 6 anos, 10,6% estiveram entre 6 a 9 meses, 8,5% estiveram entre 1 a 3 meses e 4,3% estiveram entre 9 a 12 meses. (Anexo 11)

Razão de saída da residência

Quanto à razão de saída da instituição (Anexo12), é importante referir que 21 dos 82 indivíduos (22,3%) dos quais recolhi informação, ainda estão no momento da realização do estudo a usufruir do apoio em residência. Existem 14,9% de indivíduos que saíram por integração habitacional, 10,6% que saíram por expulsão associada a consumos dentro da instituição e 10,6% de indivíduos que foram expulsos por incumprimento de regras. Para além da integração habitacional, temos 6,4% dos indivíduos que saíram por integração laboral e 6,4% que saiu por integração familiar. Dos 82 indivíduos saíram para o país de origem cerca de 4,3% dos indivíduos, tendo em conta que 3,2% foram expulsos por desadaptação às regras impostas, 3,3% faleceram e 3,2% saíram sem prestar justificação. Por ultimo, 1,1% dos indivíduos saiu para realizar tratamento médico e 1,1% para ingressar uma comunidade terapêutica.

Condição laboral à entrada

A grande maioria dos indivíduos (86,2%) entrou como desempregado na instituição, sendo que apenas 1 nunca tinha trabalhado. (Anexo13)

C. Outros dados

Problemas de saúde e consumos

A maioria dos indivíduos, ou seja, 24,5% dos mesmos, não tem problemas graves de saúde. No entanto, 19,1% dos indivíduos tem doenças crónicas, entre as quais doenças oncológicas, HIV, Hepatites, doença de Buerger, problemas respiratórios, cancro, diabetes e doenças renais. Na mesma proporção (19,1%) temos os indivíduos que consumiam drogas e não eram dependentes, seguidos dos indivíduos que tinham problemas físicos (7,4%), relacionados com problemas de coluna, pernas, visão e a nível facial. Com problemas associados à toxicodependência, sendo estes considerados dependentes do consumo de drogas e a tomar metadona, temos 7,4% dos indivíduos. Dos 82 indivíduos, 4,3% tinham problemas psicológicos associados a paralisia cerebral, esquizofrenia, depressão e fragilidade emocional, e ainda 4,3% dos indivíduos tinham problemas com o consumo esporádico do álcool. Por último, 1,1 %, representando apenas 1 individuo, tinha problemas de alcoolismo, sendo este dependente do consumo de substâncias alcoólicas. (Anexo14)

Relações familiares

A maioria dos indivíduos (37,2%), no que se refere a relações familiares, têm família e contacto com a mesma mas não têm apoio. Já 20,2% dos indivíduos não tem contacto com a família e 18,1% não tem família. Os restantes 11,7% dos indivíduos têm família e apoio da mesma a alguns níveis. (Anexo15)

Habilitações literárias

O percurso académico dos indivíduos não foi muito longo, mas a maioria completou o ensino básico (50%). Já 25,5% fez o ensino primário, 10,6% o ensino secundário e apenas 1,1% não tinha escolaridade. (Anexo 16)

Nacionalidade

Dos 82 indivíduos, 77,7% são de nacionalidade portuguesa, sendo que 3,2% dos indivíduos de origem Cabo verdeana e 2,1% de origem romena. Os restantes têm nacionalidade angolana, brasileira, alemã e holandesa. (Anexo 17)

Tendo em conta os dados recolhidos, podemos referir que os indivíduos-tipo que entram na instituição são ex-reclusos, cometeram crime de tráfico ou roubo/furto, tendo sido condenados apenas a 1 pena de prisão de 6 a 8 anos. Encaminhados do EP Lisboa ou por outras instituições, entraram na residência com idades entre os 34 e os 42 anos, e apenas 1 vez. Estiveram durante cerca de 3 a 6 meses em residência e saíram por integração habitacional. Entraram desempregado e sem problemas de saúde, tendo família mas não usufruindo de apoio da mesma. Por último, têm o ensino básico e nacionalidade portuguesa.

Capítulo 5 – Caracterização do objecto de estudo e análise dos dados recolhidos

Depois de analisados todos os indivíduos que entraram na instituição desde 2005 até ao momento presente da realização do estudo, é imperativo caracterizar os indivíduos que são objecto de estudo desta investigação. Dos 21 residentes que estavam no momento do estudo em residência, selecionei apenas 12 para constituírem o meu objecto de estudo, tendo como critério de selecção o tempo de permanência na instituição, como referido no capítulo 1. Neste sentido, depois de seleccionados foram sujeitos à realização de entrevista presencial e aprofundada. Foi também sobre eles que aprofundei a recolha de informação institucional para completar dados que não me foram fornecidos pelos próprios. Para além dos indivíduos institucionalizados, a residir na instituição, recolhi informações também de um segundo grupo de indivíduos que apesar de estarem ligados à instituição em alguma das áreas da actuação da mesma, não estão institucionalizados, ou seja, não residem na instituição, nem tem um acompanhamento a todos os níveis como o grupo anterior. Este, servindo como grupo de contraste, foi construído aleatoriamente tendo apenas como condições essenciais serem ex-reclusos, homens, que tivesse apoio familiar e que não estivessem institucionalizados.

Todos os indivíduos têm como condição principal serem ex-reclusos e serem homens. Toda a informação recolhida sobre os mesmos foi proveniente, numa primeira fase da observação participante, sendo posteriormente proveniente da análise de dados institucionais que me foram solicitados (entrevistas, PCL's, relatórios...) e das entrevistas realizadas com os mesmos que tinham como objectivo desenvolver alguns aspectos da informação que ainda não estavam esclarecidos. A recolha de informação pela observação participante foi iniciada em Maio de 2011 e prolongou-se até ao final da investigação, já a recolha de informação através da análise de dados institucionais foi iniciada a Setembro de 2011 e prolongou-se até Maio de 2012, tendo sido posteriormente iniciada a recolha de dados com os indivíduos, a Julho de 2012. É importante ainda referir que a recolha de informação literária foi iniciada em Setembro de 2011 e prolongou-se até Agosto de 2012.

Entrevistei ao todo 24 indivíduos, 12 residentes da instituição e 12 apoiados pela mesma mas que não usufruem do apoio residencial. As entrevistas foram construídas a partir de 5 dimensões relevantes para atingir os objectivos do estudo. Estas dimensões

construídas a priori serviram para melhor conduzir a entrevista, tendo em conta 1) o percurso familiar na infância e o percurso escolar e profissional; 2) O percurso delinquente; 3) o Percurso prisional; 4) o Pós reclusão: Reinserção socioprofissional e familiar; e 5) caracterização pessoal (Anexos 18 e 19). Tive como objectivo através do aprofundamento destas temáticas compreender os percursos dos indivíduos até chegar à prisão e posteriormente o percurso de reinserção em liberdade, tendo em conta a forma como se caracterizam e a forma como pensam que os outros os vêem, sendo isso a base de construção dos vários tipos de identidades. Estas dimensões reflectem uma visão individual dos sujeitos em relação à sua trajectória de vida, à sua situação actual, entre outros aspectos inerentes ao conteúdo das questões lançadas na entrevista. Para isto os indivíduos recorrem à memória para objectivação dos factos e acontecimentos sobre o percurso educativo, delinquente, prisional e em liberdade, e dos seus comportamentos.

Ao longo deste capítulo serão expostos alguns dados estatísticos acerca dos indivíduos e algumas referências citadas pelos mesmos, que considere pertinentes de referir. Depois de analisados os dados tendo em consideração as dimensões já referidas selecionei, a partir dos dados recolhidos e da observação participante, os 5 parâmetros mais relevantes, que percepcionei como sendo os que mais peso têm na vida dos indivíduos e que ao mesmo tempo podem influenciar as identidades construídas, tendo em conta que temos 2 grupos de indivíduos distintos e também se tornou pertinentes a distinção dos mesmos. Desta forma, foi feita a análise e o cruzamento de variáveis relativamente ao crime, ao meio institucional, à família, ao emprego e à trajectória de reinserção. Posteriormente foi avaliada a forma como estas 5 variáveis influenciaram a construção de identidades, a partir de questões levantadas e hipóteses formuladas.

5.1 Caracterização do objecto de estudo

Tendo como influência a tipologia de categorias de indivíduos de Robert Castel e a de Paugam²⁹, relativamente às situações marginais e de exclusão social, designei cada grupo de indivíduos de forma distinta. Baseada na tipologia de Castel (1997) sobre o duplo processo de desligamento da sociedade relacionado com o trabalho e com a inserção relacional, nomeadamente relacionada, esta última, com as relações familiares, tive em conta o eixo do trabalho e o eixo relacional e compreendi a zona onde se situavam os indivíduos em estudo. No caso específico do primeiro grupo de indivíduos,

²⁹ Referenciados no capítulo 3

os que residem na instituição, na sua maioria tem trabalho precário, e apesar de alguns terem família ou não tem apoio da mesma, ou não mantem contactos, o que significa que estão situados na zona de fragilidade relacional. Estes indivíduos não estão incluídos no isolamento social porque inseridos numa instituição de apoio mantem relações. No entanto, na fase decorrente entre a saída da prisão e a inserção na instituição os indivíduos estavam situados na zona de desfiliação. No momento que iniciam o seu processo de institucionalizado passam para a zona designada pelo autor como de vulnerabilidade. Relativamente ao segundo grupo de indivíduos, os que não residem na instituição mas na sua maioria com a família, não estão totalmente inseridos na categoria dos “integráveis” mas sim numa nova categoria que considere também como “assistidos”, situada entre o trabalho precário e a inserção relacional forte. Estes indivíduos estão inteiramente inseridos no meio social, não sendo apoiados a todos os níveis, mas apenas naqueles que mais necessitam. Neste grupo nem todos os indivíduos trabalham e os que estão empregados estão também em situação de precariedade. Tendo em conta a referência de Paugam, que construiu categorias de indivíduos associadas ao nível de assistência, inseri então uma outra dimensão para além do trabalho e das relações sociais/familiares, a da dependência institucional. Por conseguinte, não indo directamente no sentido do autor, mas baseada na sua ideia, percepcionei que o primeiro grupo de indivíduos pelas características que possuem estão mais dependentes da instituição do que os indivíduos do segundo grupo. Neste sentido nenhum dos grupos é marginal e ambos estão válidos necessitando de protecção e apoio institucional. Neste sentido, o primeiro grupo, foi designado de “Dependentes institucionalizados”, e é constituído por 12 indivíduos ex-reclusos, homens, residentes na instituição, que usufruem de apoio a todos os níveis institucionais, não têm apoios familiares e estão inseridos em protocolos que a Camara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Benfica têm com a instituição. Já o segundo grupo foi designado por “Assistidos desinstitucionalizados”, é constituído por 12 indivíduos ex-reclusos, homens, não residentes na instituição, que usufruem de apoio apenas a 1 nível, tem apoios familiares e trabalham em protocolos ou estão desempregados.

Antes de prosseguir com a caracterização das dimensões construídas, é importante referir 2 variáveis caracterizadoras destes grupos de indivíduos. Falamos na saúde e na nacionalidade. Relativamente aos problemas de saúde (Anexo 21), associados por vezes a consumos, do grupo do *Dependentes institucionalizados*, 50%

dos indivíduos tem doenças crónicas³⁰, 16,7% tem problemas associados à toxicodependência, 8,3% tem problemas físicos³¹, 8,3% tem problemas associados ao alcoolismo e 8,3% tem problemas associados ao consumo de álcool, não associado a uma dependência crónica como é o caso do alcoolismo. Por último, 8,3% dos indivíduos não têm problemas de saúde. Relativamente ao grupo dos *Assistidos Desinstitucionalizados*, em termos de saúde e consumos (Anexo 21), cerca de 58,3% dos indivíduos não tem problemas, 25% tem doenças crónicas³², e 16,7% tem problemas relacionados com a toxicodependência.

Tendo em conta os dados expostos, podemos referir que a maioria dos indivíduos inquiridos tinham doenças crónicas ou não tinha problemas de saúde. A toxicodependência está também relativamente presente neste grupo de indivíduos.

A nacionalidade é outro dos elementos caracterizadores destes grupos de indivíduos, podendo relativamente ao grupo dos *Dependentes institucionais*, referir que todos os indivíduos são de nacionalidade portuguesa (Anexo22). Relativamente à nacionalidade do grupo dos *Assistidos desinstitucionalizados* (Anexo22), 66,7% dos indivíduos são portugueses e 33,3% são cabo verdianos.

Dimensão 1 – Percurso familiar na infância e Percurso escolar e profissional

Com esta informação conseguimos compreender o percurso de vida do indivíduo e aquilo que o mais marcou ao longo da sua vida.

A. Percurso Familiar

Relativamente ao percurso familiar, foi solicitado aos indivíduos que falassem das suas infância, do que faziam e do que gostavam de fazer. Muitos limitaram-se a referir o local de nascimento ou com quem habitavam e onde, outros referiram gostos e desejos e outros ainda, algum aspecto que os tenha marcado:

D1: “(...) eu sempre tive a mania que queria ser doutor e atleta (...)”

D4: “Tive uma infância feliz”

D5: “(...) desde pequenino que tive que ajudar os meus pais.”

A2: “Nasci em Cabo Verde”

³⁰ Associadas a doenças oncológicas, hepatites, HIV e doenças respiratórias

³¹ Associados a problemas nas pernas

³² Associadas a HIV, Hepatites, problemas pulmonares e hipertensão

A6: “Morávamos todos, dormíamos todos no mesmo quarto, o meu pai e a minha irmã dormiam numa cama e nos dormíamos noutra (...)”

Relativamente ao agregado familiar, como podemos observar pelo quadro em anexo (Anexo 23) a maioria dos indivíduos vivia com os pais e os irmãos (62,5%). Já 20,8% dos indivíduos viviam só com os pais, sendo que 8,3% viviam com a mãe e os irmãos e 8,3% só com os avós. Segundo os dados recolhidos, podemos afirmar que a maioria dos *Dependentes institucionalizados* viviam com os pais e com os irmãos ou com os pais, enquanto a grande maioria dos *Assistidos desinstitucionalizados* viviam com os pais e irmãos.

Quando questionados sobre as relações familiares na altura, no sentido de compreender a intensidade dessas relações, a maioria dos indivíduos respondeu que as relações que mantinha com a família eram boas a maior parte do tempo (75%) sendo que apenas 25% dos mesmos refere que as relações com a família não eram muito fortes, chegando mesmo a ser más (Anexo 24). Segundo os dados recolhidos, a maioria dos indivíduos que diz manter relações fortes com a família nessa altura pertence ao grupo dos *Dependentes institucionalizados*, sendo por isso a maioria dos indivíduos que diz ter mantido relações fracas pertencentes ao grupo dos *Assistidos desinstitucionalizados*. Apesar disso, em ambos os grupos a maioria dos indivíduos refere manter relações fortes com a família.

Neste caso, tendo em conta a informação recolhida com os indivíduos, qualifiquei como relações fortes aquelas que estão associadas a uma relação próxima e saudável com os familiares e como relações fracas aquelas que estão associadas a uma relação de afastamento com os familiares, não sendo por isso na maioria das vezes uma boa relação.

Tendo em conta as relações familiares referenciadas pelos indivíduos, as causas aparentes que justificam as fracas relações familiares relacionam-se essencialmente com problemas familiares:

D1 - “Bem, o meu pai não gostava das corridas e dava-me tarefas, mas eram mesmo fortes, e marcava-me (...) nessa altura havia a mania de meter os filhos na rua, havia muito esse feito. E ele meteu-me fora de casa.”

A4 - “(...) não tive uns pais em condições (...)”

A7 - “nessa altura com a família era mais ou menos porque a minha mãe bebia demais e o meu pai também bebia, depois todos os dias eram discussões para aqui e para ali (...)”

B. Percurso e trajectória Escolar e de empregabilidade

Esta dimensão inclui informação sobre o percurso escolar e o percurso profissional até ao momento em que são privados de liberdade.

Os indivíduos considerados no estudo, em regra não estudaram até muito tarde, tendo abandonado a escola por razões diversas. Relativamente ao grupo dos *Dependentes institucionalizados*, 50% dos indivíduos tem o ensino primário, 41,7% tem o ensino básico e 8,3% tem o ensino secundário. É necessário ter em conta que nem todos têm os estudos terminados (Anexo 25). Já relativamente ao grupo dos *Assistidos desinstitucionalizados* cerca de 58,3% dos indivíduos tem o ensino básico, 25% tem o ensino primário e 16,7% tem o ensino secundário. É necessário ter em conta igualmente para este grupo que nem todos terminaram os estudos. (Anexo 25)

Como podemos observar pelos quadros em anexo, a maioria dos indivíduos que residem na instituição não passaram do ensino primário (50%), ao contrário da maioria dos indivíduos assistidos pela instituição que tinham o ensino básico (58,3%). Neste sentido podemos perceber tendo em conta o total dos indivíduos em estudo, que a maioria dos mesmos tem o ensino básico, sendo uma minoria os que tem o ensino secundário. Os *Assistidos desinstitucionalizados* são relativamente mais instruídos.

Muitos dos indivíduos no momento em que me referiram o nível de escolaridade, referiram-me também as razões pelas quais tinham apenas frequentado a escola até esse ano. Relativamente às razões que levaram os indivíduos a abandonar a escola, 33,3% referiram razões pessoais, 29,2% referiram razões económicas, 29,2% razões familiares e 8,3% razões sociais. (Anexo 26)

Tendo em conta as razões económicas referidas, estas estão relacionadas com as necessidades económicas pelas quais a família ou os próprios estavam a passar e que os obrigaram a ir trabalhar:

D5: “Depois fui trabalhar para uma mercearia, e até aos meus 18/19 anos (...) as coisas estavam complicadas em casa.”

D6: “Ahhh naquele tempo nós tínhamos que ir trabalhar aos 12 anos. Tínhamos que ir trabalhar, eu e os meus irmãos, sair da escolar e trabalhar”

A5: “sai da escola, porque naquela altura a vida é difícil para os pais que não tem dinheiro (...)”

Relativamente às razões familiares os que as referiram mencionaram problemas familiares ou mesmo o percurso delinquente dos familiares mais próximos:

D1: “O meu pai meteu-me fora de casa, naquela altura havia muito esse habito de meter os filhos fora de casa e eu fugi (...)”

D2: “ (...) como era o mais velho de todos e tínhamos que ajudar os mais novos (...)”

A3: “(...) larguei em parte porque depois com tantos problemas que a gente teve na infância acabamos por, o tribunal acabou por decidir nos tirar de casa. Fomos para um centro de acolhimento (...)”

A8: “Os meus pais eram toxicodependentes, prontos, não tinham hipóteses de nos sustentar e pronto andei a vadear (...)”

Já referentemente as questões pessoais, os indivíduos referiram essencialmente a falta de interesse pela escola e as escolhas que fizeram ao enveredar por outros caminhos:

D10: “Já não me dava o que eu queria, o que eu sempre quis ser...fui trabalhar”

A10: “Sai porque não gostava de estudar”

A11: “ (...) não ligava nenhuma a escola (...) depois comecei a conhecer outra vida”

Por último, as razões sociais referem-se essencialmente a questões relacionadas com as companhias e convivências que tinham na altura pelas quais foram influenciados:

D12: “(...) não tinha poder de encaixe para a escolar (...) depois derivado à influencia das pessoas que me rodeavam acabei por largar (...)”

A7: “nessa altura já fui de más companhias para aqui e para ali ta a ver. (...) mas pronto sai da escola e comecei a trabalhar”

Neste sentido, é importante referir que, segundo os dados recolhidos, a maioria dos *Dependentes institucionais* mencionaram razões económicas e razões pessoais, sendo que a maioria dos *Assistidos desinstitucionalizados* mencionaram razões familiares e pessoais. São poucos os indivíduos de ambos os grupos que referem razões sociais.

Tendo em conta os vários percursos educacionais dos indivíduos em estudo, tornou-se relevante para o estudo perceber a forma como encaravam a escola, as relações no ambiente escolar e com isto perceber o tipo de trajetórias definidas. Estas trajetórias foram divididas em dois tipos, de acordo com a percepção das respostas dadas pelos indivíduos: a trajetória de inclusão associada a boas relações na escola e a uma adaptação ao meio escolar, e a trajetória de exclusão associada a más relações na escola ou à falta das mesmas, e a uma falta de adaptação ao meio escolar. Poderá haver casos desta última que estão associados a uma boa relação com os

indivíduos no meio, mas sempre a uma não adaptação ao meio escolar. Relativamente àqueles que se associam a uma trajectória de inclusão, foram apontadas boas relações com os colegas e professores, e inclusive o comportamento ajustado no meio escolar:

D3: “Dava-me bem com os colegas (...) de vez em quando tínhamos brigas, umas vezes começava eu, mas nada de especial (...)”

D4: “Sempre fui bem comportado na escola (...)”

D5: “Ah isso era tudo muito boa gente...naquela altura oh era uma maravilha. Dava-me bem com toda a gente.”

Em alguns casos os indivíduos, inseridos neste grupo viam a escola como forma de fugir ao ambiente familiar:

D1: “Era um prazer para a malta ir a escola (...) a malta do campo enquanto estivesse na escola não andava a guardar cabras nem galinhas, não andávamos a guardar nada, íamos era para a escola (...) os meninos da cidade é que faltavam. (...) Eramos todos amigos.”

A3: “Epa eu e os meus irmãos ao contrario de todas as outras crianças nos amávamos a escola, eu poso dizer isso porque era a única maneira que nós tínhamos de sair de casa (...)”

Relativamente àqueles que tiveram uma trajectória de exclusão foram apontadas as más relações com os colegas e professores, e inclusive o comportamento desajustado ao meio escolar:

D2: “Era brincadeira (...) tinha a mania da brincadeira e pulava lá para as janelas e fugia e pronto”

D6: “Naquele tempo quem é que gostava da escola, a gente molhava-se de propósito para a professora nos mandar para casa.”

D8: “Isso na escola era mau. A professora que la estava não ajudava muito, mandava-nos regar canteiros e arrancar erva do jardim e não nos ensinava nada. (...) mas só fazia isso aos mais pobres (...) nunca tive problemas com ninguém”

A1: “gostava da escola, mas há certas coisas que prontos (...) baldava-me as aulas para ir ter com...prontos, era a primaria e depois tínhamos o ciclo tudo junto, isto era um colégio e nos era tudo a baldar-se as aulas para ir pro ciclo.”

A7: “Na escola era reguila, não gostava la muito daquilo”

A grande parte dos indivíduos inseridos neste tipo de trajectória mostrou desinteresse escolar e comportamentos desajustados à instituição escolar. Apenas um referiu o facto de se sentir excluído pela diferença de tratamento que a professora

mostrava entre os ricos e pobres. Neste sentido, podemos referir que 50% dos indivíduos referiu aspectos associados a uma trajectória de inclusão e 50% a uma trajectória de exclusão. (Anexo27)

Relativamente às capacidades de aprendizagem dos indivíduos na escola, 50% demonstrou desinteresse ou desmotivação relacionadas com faltas às aulas e a falta de motivação e de gosto pela escola, 33,3% demonstrou facilidades de aprendizagem, relacionadas com as boas notas e a assiduidade e 16,7% referiu ter tido algumas dificuldades de aprendizagem que resultaram em maus resultados escolares. (Anexo28)

Segundo os dados recolhidos, é importante referir que maior parte dos indivíduos que referiu desinteresse e desmotivação pela escola são *Assistidos desinstitucionalizados*, ao contrário daqueles que referem facilidade, que são na sua maioria *Dependentes institucionais*. É relevante referir ainda que a maioria dos indivíduos que estavam associados a uma trajectória de exclusão apontou dificuldades ou desinteresse pela escola, sendo que menos de metade dos indivíduos associados a uma trajectória de inclusão apontou igualmente dificuldades ou desinteresse pela escola.

Relativamente a dificuldades na aprendizagem:

D5: “(...) naquelas redacções, em historia é que era mais complicado, também não me dava muito bem com o desenho, ciências e geografia um bocadinho. Em história esquecia-me do nome dos reis.”

D11: “Bem não corriam (...) inteligente também não sou (...) comecei a faltar muito a escola e por isso é que nao passei de classe (...)”

A8: “As notas eram mais ou menos, não gostava de estudar”

Relativamente ao desinteresse ou desmotivação demonstradas:

D7: “Era complicado para mim estar com atenção (...)”

D6: “Não era mau aluno (...) só não ligava la muito a escola”

D12: “Não tinha poder de encaixe para a escola (...) não me esforcei.”

A10: “Nunca gostei de estudar (...)”

Relativamente aos indivíduos que referiram facilidade de aprendizagem:

D2: “(...)eu fazia os trabalhos como se fossem eles e depois eles copiavam e davam-me coisas em troca.”

D9: “(...) como aluno era estudante de quadro de honra (...)”

D10: “(...) tive sempre na classe A, lá eles dividem as classes e A a F, o A é o mais esperto (...)”

Para além do percurso escolar, os indivíduos foram questionados acerca do percurso profissional (Anexo 29). Era do meu interesse perceber em que altura foi iniciada a trajetória de empregabilidade, e em que situação se encontravam na altura do cometimento do crime.

Dos indivíduos em estudo, 62,5% iniciou o percurso profissional na infância:

D1: “(...) Eu era obrigado a trabalhar né, a trabalhar no campo, vinha da escola e ia trabalhar para o campo mas eu não queria.”

D3: “Era pastor de vacas (...) sai da escola para ir para uma fábrica de tijolo e depois larguei e fui trabalhar com o mais velho para o abate de árvores (...)”

D4: “Comecei a trabalhar com 14 anos, de dia fazia trabalhos de serralheiro”

Cerca de 33,3% do total dos indivíduos em estudo referiram ter iniciado o seu percurso profissional já em idade adulta:

D7: “Tinha 19 anos, estive na Cuf (...) tive na construção civil (...) ainda trabalhei no café uns anos com a minha mãe.”

D9: “Em 89 quando sai da tropa fui trabalhar para uma empresa que comercializava produtos siderúrgicos (...) depois saí e estabeleci-me por conta própria e comprei a firma do meu anterior patrão (...)”

A1: “Comecei a trabalhar aos 18 anos, fui para Londres e tive a trabalhar num hotel (...) depois cá tive na jardinagem (...)”

Por fim, podemos ainda referir os 4,2% restantes, que equivalem a 1 indivíduo que nunca trabalhou:

A11: “Andei sempre na bandidagem, ainda estive num colégio em Setúbal mas passado uns meses avariei da cabeça outra vez.”

Podemos referir, acerca da situação inicial de emprego, segundo os dados recolhidos, que a maioria dos indivíduos que iniciaram o percurso profissional na infância/adolescência são *Dependentes institucionais*, sendo que a maioria dos *Assistidos desinstitucionalizados* iniciaram o seu percurso profissional mais tarde.

Posteriormente, no momento do cometimento do crime 54,2% dos indivíduos estava empregado, e 45,8% estava desempregado (Anexo 30). Segundo os dados recolhidos, a maioria dos indivíduos que estava empregado na altura do cometimento do crime fazem parte do grupo dos *Dependentes institucionalizados*, enquanto a maioria dos desempregados eram *Assistidos desinstitucionalizados*.

Dimensão 2. Percurso Delinquente

C. Trajectória Delinquente

Nesta dimensão tive como objectivo recolher informação sobre a trajectória delinquente, nomeadamente sobre a altura em que os indivíduos iniciaram os comportamentos delinquentes, não me concentrando apenas no crime mas também nos consumos, sobre as razões que marcaram essa trajectória e a relação que tem com o crime, no sentido de perceber a facilidade com que falam no assunto e a culpabilização ou não, e sobre o suporte familiar que possuíam antes da detenção. Num capítulo anterior dei conta do significado dos comportamentos desviantes segundo Lakatos (DIAS, 2006) e Stoetzel (DIAS, 2006). Para estes autores estes comportamentos delinquentes considerados desviantes, estão associados a uma infracção de normas e a um afastamento dos valores ou comportamentos normativos. Os considerados como crimes são muitas vezes punidos com a pena de prisão.

Relativamente ao tipo de crime cometido pelos indivíduos *Dependentes institucionalizados*, cerca de 41,7% cometeram o crime de tráfico de estupefacientes, 33,3% cometeram o crime de homicídio, 16,7% cometeram o crime de roubo/furto e 8,3% o de abuso sexual de menores (Anexo 31). Relativamente aos *Assistidos desinstitucionalizados* cerca de 50% dos indivíduos cometeram o crime de roubo/furto, 16,7% cometeram o crime de tráfico de estupefacientes, 16,7% o de condução sem carta, 8,3% cometeram o crime de violência doméstica e 8,3% o de homicídio (Anexo 31). Neste sentido é perceptível que predominam, no grupo de indivíduos em estudo, os crimes contra as pessoas (homicídio, abuso sexual e violência doméstica) e os relativos a estupefacientes, sendo que a maioria dos indivíduos, segundo os dados recolhidos, são *Dependentes institucionalizados*. De seguida vêm os crimes contra o património (roubos/furtos), e outros crimes, neste caso rodoviários, em que a maioria dos indivíduos que os cometeu são *Assistidos desinstitucionalizados*.

Tendo em conta o início da trajectória delinquente (Anexo 32), abrangendo não só o cometimento dos crimes, mas também algumas vezes o início dos consumos, foi possível apurar em que altura é que esta teve início.

Do total dos indivíduos em estudo, cerca de 54,2% iniciou a trajectória delinquente em idade adulta, 45,9% ainda na infância. Aqueles que referiram iniciar ainda na infância/adolescência referiram muitas vezes o consumo de drogas e álcool, que os fez muitas vezes iniciar na vida do crime ainda muito novos:

D4: “Comecei a consumir álcool aos 12 anos...vivia numa zona rural, depois ia para os bailaricos (...) mas tinha 26 anos quando cometi o crime”

D10: “Antes dos 16 anos tinha 167 registos em tribunal (...) comecei a vender droga aos 13 anos (...)”

D11: “comecei desde cedo a consumir drogas e álcool (...) a minha mãe ia buscar-me à esquadra. Snifar colas e roubavamos. (...)”

A4: “Comecei a apanhar o vício e então comecei a assaltar vivendas para roubar comida (...) com 8 anos fui apanhado a roubar na feira popular (...) fui para a mitra (...) dormi na rua muito tempo (...) depois a partir de uma certa idade comecei a ser preso”

A11: “Ali aos 12, 13 anos comecei a conhecer outra vida (...) fui preso aos 20.”

Relativamente àqueles que iniciaram a trajectória delinquente em idade adulta, são referidos mais os crimes do que os consumos.

D2: “Porem caí na vida do crime eu, infelizmente. Com 21 anos.”

D8: “Comecei na droga aos 21 (...) tinha 28 anos por causa de droga, tráfico e consumos”

A2: “Fui preso com 53 anos”

A7: “já foi depois dos 18, meti-me no mundo das drogas (...) chegou a um certo ponto que parece que a droga é mais forte que nós e meti-me na vida de roubo”

A maioria dos indivíduos de ambos os grupos de indivíduos iniciou a sua trajectória delinquente em idade adulta.

Tendo em conta a relação que têm com o crime, consegui perceber se os mesmos falam do seu crime abertamente ou não, e se eventualmente se culpabilizam pelo cometimento do mesmo. É importante reforçar aquilo que já foi referido relativamente à informação recolhida. Não foram apenas feitas entrevistas com os indivíduos, foram também recolhidas informações de outras fontes internas da instituição, pelo que muitas vezes os indivíduos não se pronunciaram a cerca do crime comigo, mas falaram nisso com as técnicas da instituição na altura em que entraram para a mesma.

A maioria dos indivíduos, equivalente a 50% do total dos indivíduos, fala no seu crime e culpabiliza-se pelo cometimento do mesmo. Contudo cerca de 45,8% fala no seu crime mas não se culpabiliza e 4,2% não fala no seu crime e não se culpabiliza (Anexo 33). Relativamente aos indivíduos que falaram no seu crime e se culpabilizaram pelo cometimento do mesmo apenas um, que cometeu o crime de homicídio, se mostrou extremamente constrangido a falar no assunto, demonstrando alguma dificuldade em

lidar com o crime que cometeu. Todos os restantes que falaram no seu crime, falaram sem receios, mostrando uma facilidade em lidar com o mesmo.

D3: “Fui condenado por homicídio de pai e mãe (...) entreguei-me. Eu fiz mal e entreguei-me.”

D10: “ (...) entreguei-lhe os pacotes e quando estava a entregar, tinha uma carrinha branca ali e eu aqui, dois bofias saltaram da carrinha fora, eu estava mal nesse dia, que nem reparei nessa merda (...) não pude fazer mais nada. A culpa foi minha.”

A6: “Ah claro que a culpa é minha né, roubar era aquilo que eu achei mais fácil (...)”

Relativamente àqueles que não se culpabilizam foram apontados os consumos, as companhias ou até mesmo as suas situações actuais como justificação para o cometimento do crime.

D1: “E então houve uma morte. Mas não foi feita por mim a morte, isso é que é engraçado. Mas a pessoa era uma pessoa de bem e acusaram-me a mim.”

D5: “Era a droga...então fui por aí. Fui vender, até que prontos, fui preso. (...) tinha que comer e não tinha dinheiro.”

D6: “Ele morreu no hospital e fui-me entregar à policia (...) mas eu acho que a culpa foi dele, ele é que me irritou.”

A2: “A minha prisão foi uma coisa estúpida da minha parte porque eu fui acusado de trafico de drogas mas se há coisa que eu nunca fiz foi vender droga (...) fui tramado”

A5: “Meti-me com essa mulher e o marido tramou isto tudo (...) não a matei mas tinha já um caso de uso de arma branca em casa por causa do meu primo (...) ela morreu e prenderam-me”

Apenas um individuo não mencionou o seu crime e se sentiu constrangido a falar no tema, referindo apenas que não teve culpa:

A9: “Tentei levar as coisas a bom porto mas não deu (...) não tive culpa”

Segundo os dados recolhidos, a maioria dos indivíduos do grupo dos *Dependentes institucionalizados* falou no seu crime mas não se culpabilizou, ao contrário dos indivíduos do grupo dos *Assistidos desinstitucionalizados* cuja maioria dos mesmos falou no seu crime e se culpabilizou.

As influências do meio, a história pessoal, as características individuais e alguns condicionalismos, marcam os modos de agir dos indivíduos, podendo representar factores que influenciam o tipo de crime cometido. Quando questionados directamente sobre as razões que os levaram a cometer o crime, foram identificadas pelos indivíduos razões variadas que marcam a trajectória delinquente. Falamos de razões económicas

que estão relacionadas com as dificuldades económicas pelas quais os indivíduos e as suas famílias passaram, as razões pessoais apontadas tinham a ver com gostos, ou até como um modo de vida, ao contrário das razões sociais que estão relacionadas essencialmente com as pessoas com que se relacionavam e até com os consumos, e as razões familiares tinham a ver com o historial de crimes na família ou até mesmo com problemas familiares que sucederam nessa altura. Uma outra razão apontada foi o acaso, alguns indivíduos referiram ter sido uma coisa de momento que se proporcionou.

Cerca de 37,5%, a maioria dos indivíduos, refere ter iniciado a trajetória delinquente, nomeadamente o cometimento do crime, por acaso, sem razões aparentes e devido ao momento que proporcionou o acontecimento. Já cerca de 25% identificou razões económicas para o cometimento do crime, e cerca de 20,8% identificou razões sociais. Por último, os restantes 16,7% referiu razões familiares. (Anexo 34)

Em termos de razões económicas:

D2: “ (...) e não sei o que me deu mas como não recebia muito da baixa o dinheiro que eu tinha escasseou, ela também não tinha, tínhamos que comprar a medicação (...)”

D5: “Não tinha trabalho, tinha mulher e filho para sustentar, já não falando da minha mãe (...)”

A6: “Precisávamos de dinheiro e não tínhamos (...) começamos a roubar”

Relativamente às razões pessoais, apenas 1 indivíduo referiu ser um modo de vida para si:

D10: “era um modo de vida (...) todos os meus irmãos traficavam e estiveram presos (...)”

As razões sociais apontadas estão relacionadas na sua maioria com as amizades, e a influência que isso teve nos seus comportamentos:

D4: “(...) as amizades puxam uma pessoa né”

D8: “Era mais por causa das companhias”

A11: “Comecei a andar com pessoal que já andava nessas vidas (...)”

Já as relações familiares têm essencialmente a ver com o historial de crimes ou de consumos na família:

D11: “Olhe na altura andava agarrado á droga né. A minha mãe vendia (...) Era só a minha mãe, o meu tio, irmão da minha mãe, e o meu irmão mais velho. E eu fui um bocadinho atrás”

A8: “Os meus pais eram toxicodependentes (...) tiveram presos em 2002 (...) as companhias também não eram boas”

A4: “(...) tive uns pais que devido à miséria fui obrigado a roubar (...)”

Para além destas razões alguns indivíduos referem ainda como causa do cometimento do crime, o acaso, referindo ter sido uma coisa do momento:

D1: “ No Porto Alto (...) houve lá um desentendimento com um homem, dele comigo e eu com ele. E então há uma morte”

D6: “Foi uma discussão, ele mandou-me com o prato, e dei-lhe duas facadas, foi uma no coração (...)”

A5: “Meti-me com essa mulher e o marido tramou isto tudo (...) não a matei mas tinha já um caso de uso de arma branca em casa por causa do meu primo (...) ela morreu e prenderam-me”

Do total dos indivíduos em estudo, cerca de 66,7% tinha suporte familiar na altura do cometimento do crime, vivendo na sua maioria com a família e mantendo relações de proximidade, e 33,3% não usufruía desse tipo de suporte, vivendo na sua maioria sozinhos e sem manter relações muito próximas com a família. (Anexo 35)

Relativamente ao suporte familiar, segundo os dados recolhidos, são mais os indivíduos *Dependentes institucionalizados* que tinham suporte familiar na altura, tendo em conta que relativamente a ausência de suporte o maior número de indivíduos eram *Assistidos desinstitucionalizados*.

Dimensão 3. Percurso Prisional

D. Percurso Prisional

Esta dimensão refere-se ao percurso prisional tendo em conta a situação judicial dos indivíduos, o percurso educacional ou profissional no interior da instituição prisional e ainda a forma como percebem a prisão e as relações que mantinham lá dentro com os outros indivíduos e com a sua família.

O número de penas a que os indivíduos foram condenados (Anexo 36), está relacionado à sua situação judicial, tendo em conta que os indivíduos condenados a mais do que uma pena, são considerados reincidentes. Relativamente ao grupo dos *Dependentes institucionalizados* cerca de 66,7% foi condenado apenas a 1 pena de prisão e 33,3% foram condenados a 2. Relativamente aos indivíduos *Assistidos desinstitucionalizados*, cerca de 75% foram condenados a 1 pena de prisão, 8,3% foi condenado a 2 penas, 8,3% a 3 penas e 8,3% a 4 ou mais penas de prisão (Anexo 36). Neste sentido, 40,8% dos indivíduos é primário e 29,2% são reincidentes (Anexo 37). A reincidência está associada ao problema dos indivíduos saírem sem dinheiro, sem

direitos e com poucas perspectivas de emprego, e procurarem no crime a forma de subsistirem. Dos 7 indivíduos que reincidiram referiram o facto de estarem desempregados e as influencias do meio e das pessoas com quem conviviam, para justificar a recaída no cometimento do crime.

Tendo em conta o tempo de pena, relativamente ao primeiro grupo, cerca de 33,3% foram condenados entre 2 a 4 anos de prisão, 16,7% foram condenados entre 4 a 6 anos de prisão, 16,7% entre 14 a 16 anos de prisão, 16,7% entre 16 a 18 anos de prisão, 8,3% entre 8 a 10 anos e 8,3% entre 12 a 14 anos (Anexo 38). Já relativamente ao segundo grupo, cerca de 33,3% dos indivíduos foram condenados entre 4 a 6 anos de prisão, 25% entre 6 a 8 anos de prisão, 16,7% entre 6 a 12 meses, 8,3% entre 2 a 4 anos de prisão, 8,3% entre 8 a 10 anos e 8,3% entre 14 a 16 anos (Anexo 38). Neste sentido, a maioria dos individuo foi condenado entre 4 a 6 anos e entre 2 a 4 anos. Apenas uma minoria dos indivíduos foi condenado entre 12 a 14 anos. O maior tempo de pena a que estes indivíduos em estudo foram condenados foi os 18 anos, sendo que o menor tempo de pena foram 6 meses.

Tendo em conta que dentro da instituição prisional os indivíduos tem a possibilidade de ocupar o seu tempo a estudar ou a trabalhar, sendo isto crucial para a reinserção dos mesmos, posteriormente em liberdade, os indivíduos foram questionados sobre o que faziam dentro da prisão e como é que eram os seus dias. Vários estudos indicam que o trabalho em meio prisional está associado à prevenção e à dignidade dos indivíduos, dotando-os de competências essenciais para o momento em que saem em liberdade, e que a frequência de cursos e aulas está associada à menor probabilidade de reincidir. Neste sentido, os dados recolhidos indicam que cerca de 66,7% dos indivíduos referiu ter ocupado o seu tempo a trabalhar. Na sua maioria os trabalhos que realizaram relacionavam-se com a limpeza do estabelecimento, na cantina, na carpintaria, como forma de não perderem hábitos de trabalho e ganharem algum dinheiro para usufruírem de precárias e para não saírem sem dinheiro. Referentemente àqueles que prosseguiram os estudos, 29,2% do total, prosseguiram essencialmente o ensino básico, ou terminaram o primário, tendo em conta que outros tiraram ainda cursos de jardinagem ou de informática. Existe apenas 1 indivíduo que não trabalhou nem estudou considerando o curto espaço de tempo que teve na prisão (Anexo 39). Segundo a informação recolhida a maioria dos indivíduos que prosseguiram os estudos são *Assistidos desinstitucionalizados*, e a maioria daqueles que tinham uma ocupação laboral eram *Dependentes institucionais*.

Dentro da prisão os indivíduos são obrigados a conviver com outras pessoas, não falando só de outros reclusos, mas de guardas prisionais e funcionários. Os estabelecimentos prisionais separam os reclusos das relações que mantinham no exterior, sendo este um dos problemas que mais afectam estes indivíduos dentro da prisão, no sentido em que muitas vezes são enfraquecidas ou perdidas relações. O bom comportamento advém muitas vezes das boas ou das pacíficas relações que mantem uns com os outros, e a família e o apoio da mesma, são aspectos importantes a ter em conta para uma estadia mais saudável dentro da prisão. Neste sentido, segundo os dados recolhidos, cerca de 79,2% dos indivíduos em estudo referiram manter boas relações dentro da prisão, tanto com os colegas como com os funcionários, apenas cerca de 12,5% dos indivíduos referiram não manter boas relações, e apenas 8,3% referiram não manter relações ou pelo menos tentavam não as manter. (Anexo 40)

Relativamente às relações familiares, 75% dos indivíduos mantinham relações com a alguns familiares dentro da prisão. É importante referir que a maioria dos indivíduos não manteve relações com todas as pessoas com quem mantinha relações antes de entrar na prisão, mas na sua maioria mantiveram sempre com alguém. Por outro lado, cerca de 25% dos indivíduos perdeu totalmente relações com a família (Anexo 41). Referentemente às relações com a família podemos ainda referir que o grupo dos *Assistidos institucionalizados*, apesar da diferença relativamente ao outro grupo não ser muito acentuada, foi o grupo que se evidenciou mais por manter relações familiares dentro da prisão.

E. Forma como encaram a prisão

Tornou-se relevante compreender a forma como os indivíduos encaram a prisão (Anexo 42), se mobilizam sentimentos, se referem aspectos positivos ou negativos ou se referem a influência que a prisão teve nas suas vidas ou na sua identidade. A prisão exerce uma acção sobre os indivíduos que tem como objectivo transformá-los num produto final diferente conforme os padrões comportamentais adequados. Os indivíduos têm que se adaptar a esta realidade diferente e desconhecida e ao novo sistema de organização, podendo uns modificar o seu comportamento enquanto outros saem ainda mais revoltados. Contudo nem todos vêm a prisão com um ambiente distinto do exterior e conseguem adaptar-se.

Relativamente aos dados recolhidos acerca da forma como os indivíduos em estudo encaram a prisão, a maioria dos mesmos (37,5%), refere aspectos negativos da

prisão, ao contrário de 16,7% que referem aspectos positivos. Quanto a outros 16,7% dos indivíduos estes referem a influência que a prisão teve na sua vida, e 12,5% referem sentimentos negativos que foram mobilizados. Por último, cerca de 12,5% dos indivíduos referem as influências da prisão na sua identidade. Apenas 1 indivíduo não refere nada acerca da prisão. (Anexo 42)

Relativamente aos sentimentos mobilizados, nenhum indivíduo conseguiu referir sentimentos positivos associados à prisão, sendo que apenas 3 referiram sentimentos negativos mobilizados:

D3: “Uma solidão. Uma pessoa ta ca fora e tem televisão e as vezes não liga, la dentro faz uma falta do caraças (...)”

D5: “A prisão foi muito complicada, foi longa, triste e solitária (...)”

A5: “Com esta infelicidade da minha vida (...) o stresse dos problemas atras da grade (...) só pensamos no que temos la fora (...) sofremos nós e fazemos sofrer a família (...)”

Podemos então referir como sentimentos negativos, apontados pelos indivíduos, a solidão, a tristeza, a infelicidade e o sofrimento.

Tendo em conta os aspectos caracterizadores da prisão que foram mencionados, os positivos relacionaram-se essencialmente com a convicção dos indivíduos de que a prisão é um sítio normal, em que qualquer um pode la ir parar, e de onde ainda conseguem tirar ensinamentos positivos para as suas vidas, considerando-a como um meio de aprendizagem:

D1: “ (...) la dentro vivia tudo no mesmo ambiente que em liberdade. (...) E la dentro era o mesmo que aqui. Eram só reclusos, não havia era tanta dificuldade”

D5: “Aquilo é um sítio e um caminho que qualquer um de nos pode la ir parar seja por coisinha que for.”

D8: “Os dias eram normais, tentava passar o tempo (...) a prisão também não é um bicho de sete cabeças”

A7: “A prisão serve para aprendermos a não fazer mal aos outros (...) calhou a mim pode calhar a qualquer um, porque nos não somos animais, somos seres humanos (...) e as cadeias foram feitas para homens e mulheres.”

Já quanto aos aspectos negativos referem essencialmente a rotina, a marca que a prisão deixa, a privação da liberdade, e o ambiente que não é em nada semelhante com o exterior:

D2: “(...) fui para a privação da minha liberdade”

D7: “É um ambiente diferente e muito estranho, não estamos habituados aquilo. (...) aquilo é tudo muito controlado e não podemos fazer aquilo que queremos (...)”

D12: “ (...) a prisão é uma coisa que marca a tua vida toda, é como meter um pássaro dentro de uma gaiola e a pessoa meter-se no lugar do pássaro (...) uma pessoa a dormir não está preso, se estiveres a fazer uma coisa que gostes não estas preso (...) Mas há o ambiente, a rotina, sempre igual, as caras são sempre iguais, o comer é uma coisa toda muito doseada e não era bem confeccionado (...).”

A3: “O mundo la dentro é completamente diferente, la o mundo é muito parado”

A4: “(...) telecomandados como robôs, somos umas maquinas que andamos para ali, vamos ali, vamos acola (...) basta estarmos presos para não estarmos bem né, mas tirando isso fui bem tratado. Depois há guardas que são guardas mas há outros que lidam com as pessoas como se fossem animais (...) nas cadeias há muita coisa que não se deve saber, muita gente morta pelos próprios guardas mas não havia provas”

Os aspectos referidos pelos indivíduos relativamente à influência que a prisão teve nas suas vidas relacionam-se com as alterações nos consumos ou com o facto de não terem voltado a cometer os mesmos erros:

D11: “Foi positivo por um lado porque meti na cabeça que ia deixar de consumir drogas e consegui (...) queria sair de lá e arranjar uma mulher e fazer a minha vida.”

A2: “A prisão não muda nada só destrói (...) esta prisão virou a minha vida de pernas para o ar”

A8: “ (...) fez-me pensar em tudo na vida, família, em certas atitudes, em actos, posso dizer, é uma palavra má, mas posso dizer que foi positivo. (...) para os meus pais também vejo que foi positivo, mudaram, se calhar se não fosse a prisão hoje se calhar ainda estariam no mesmo caminho”

Por último, relativamente à influência que dizem ter tido na sua própria identidade, referem-nos essencialmente a maturidade que ganharam com a experiencia:

A6: “Foi o castigo por ter roubado (...) tornei-me um homem la dentro.”

A11: “ (...) de certa forma tornei-me um homem”

A12: “La dentro não era nada fácil (...) acordava ia jogar a bola com os rapazes, ficávamos a conversar (...) mas da maneira que eu tava ca fora, podia levar um tiro ou podia sei la...podia acontecer-me assim alguma coisa de grave. (...) ajudou-me, amadureci muito, em termos de vida tinha pouca experiencia e amadureci (...)”

Dimensão 4. Pós-reclusão: Reinserção socioprofissional e familiar

Esta dimensão está relacionada com a recolha de informação sobre a reinserção dos indivíduos no pós reclusão. Nesta, tive em conta a visão dos indivíduos sobre as suas vidas depois do cometimento do crime, identificando o que mudou, a inserção no ambiente social depois da prisão, tendo em conta trajectórias de inclusão e de exclusão, e tendo inclusive também em conta se os indivíduos prosseguiram com os estudos ou se arranjam emprego. Nesta dimensão foram também abordadas as relações institucionais e a dependência institucional, assim como a forma como os indivíduos vêem a instituição. As relações familiares foram igualmente abordadas neste ponto.

F. Depois da prisão

Depois da prisão os indivíduos são obrigados a entrar em contacto com a sociedade onde não estão inseridos ao correspondente tempo de pena. É aqui que entra o importante papel da instituição, em que no momento da libertação dos indivíduos, os auxilia de forma a diminuir preconceitos e permitindo-lhes uma reinserção gradual na sociedade. Neste sentido, foi importante recolher informação a cerca das dificuldades ou facilidades da reinserção social, familiar e até profissional. Os indivíduos foram inquiridos sobre a visão da sua vida com o crime, tendo em conta o que mudou ou o que desejavam ter feito e não fizeram (Anexo 43).

Cerca de 37,5% dos indivíduos referiram mudanças nas características pessoais, relacionadas essencialmente com a maturidade adquirida e com a forma de pensar que foi modificada:

D4: “Mudou a maneira de pensar e de não me meter mais em confusões.”

D5: “Talvez um bocadinho o pensar, que fez com que me agarrasse mais ao trabalho (...)”

A3: “Aprendi a ser um homem lá se calhar mais rápido do que aquilo que eu pensava.”

Cerca de 29,2% dos indivíduos referiu que as relações com os familiares e amigos se alteraram com a estadia na prisão:

D1: “Hoje sou viúvo e sem filhos(...) bem falando sou eu.”

D2: “Queria ter mantido a minha família (...)”

D11: “Queria poder ter estado mais com o meu filho, cm quem também não estou muito agora (...) Perdi relações com algumas pessoas da família, os meus amigos morreram quase todos (...)”

A5: “Fico triste porque perdi a convivência com os meus filhos estes anos. Depois mudou a forma de convivência com alguém. Evito as áreas que têm pessoas ligadas ao crime”

A6: “Perdi o crescimento do meu filho (...) é difícil ter um filho e não o ter acompanhado (...) Sai mais revoltado. Nunca pensei que as coisas fossem assim né, porque eu era uma pessoa que roubava, tinha dinheiro, tinha mulheres, tinha amigos, fui preso e olha essas coisas todas desapareceram”

Relativamente a 20,8% dos indivíduos, referem alterações no emprego, nomeadamente associadas à perda do mesmo:

D12: “Podia ter trabalho que ganhava bem e não tenho”

A2: “Tinha trabalho garantido e agora não tenho”

A7: “Ganhava 1000 contos e agora não ganho é nada (...)”

Parte dos indivíduos, nomeadamente 8,3% referiu ainda a habitação como algo que a prisão os fez perder:

D6: “Queria muito ter o meu espaço, a minha casa.”

D8: “Estava tão bem na minha casa lá pra baixo, agora olha (...)”

Por ultimo, 4,2% dos indivíduos, equivalente a 1 indivíduo, referiu ter piorado a sua saúde:

D7: “(...) ataques de pânico, depressão, ansiedade, desde que estive preso, tenho estes sintomas.”

Alguns dos indivíduos referiram ainda alguns desejos que podiam ter sido concretizados se não tivessem sido presos. Falamos nomeadamente da constituição de família, de uma vontade de voltar para a terra natal ou até de ter dado uma vida diferente à sua família:

D8: “Gostava muito de voltar para a minha terra, não tinha vindo de lá se não fosse isto da prisão”

D12: “Já podia ter casa, carro, a vida orientada, podia ter filhos de 20 anos e ter casado (...)”

A2: “queria ir ver a família a cabo verde e não fui e agora não consigo”

A8: “queria ter uma casa, arranjar os dentes e poder ajudar o meu filho”

Relativamente aos dados recolhidos, os indivíduos *Dependentes institucionalizados* foram os que na sua maioria referiram alterações nas relações familiares/amigos, ao contrário do grupo dos *Assistidos desinstitucionalizados* que na sua maioria referiram alterações nas suas características pessoais. Neste sentido o

emprego, a habitação e a saúde não são tao valorizadas, mas podemos ainda referir que a maioria dos indivíduos que refere alterações relativamente ao emprego são *Assistidos desinstitucionalizados*, tendo em conta que os restantes que referem aspectos sobre a habitação e saúde são indivíduos *Dependentes institucionalizados*.

Relativamente ao ambiente social (Anexo 44), foi recolhida informação sobre a forma como os indivíduos se inseriram em sociedade, se interiorizaram trajectórias de exclusão ou de inclusão. A prisão tornou-se quase como um prolongamento da sociedade na medida em que o estigma que ela representa, é sentido depois em sociedade, podendo isto significar que a reclusão pode ser uma forma de exclusão. Esta última entende-se então como uma não inclusão na sociedade e uma não integração dos indivíduos. A instituição como foi referido, tem um papel essencial na reinserção destes indivíduos e no combate a esta exclusão, no entanto, a permanência neste tipo de instituições pode arrecadar uma discriminação subjacente por parte da sociedade, pois sem terem esse objectivo, rotula estes indivíduos. Neste sentido, considerei na trajectória de inclusão, os aspectos relacionados com a facilidade de integração na sociedade, sem discriminação, enquanto na trajectória de exclusão tive em conta os aspectos relacionados com a dificuldade de integração na sociedade, associados à discriminação.

Tendo em consideração os dados recolhidos, cerca de 66,7% dos indivíduos, referiu aspectos relacionados com uma trajectória de inclusão, enquanto 33,3% referiu aspectos relacionados com uma trajectória de exclusão. Relativamente aos primeiros, foram referidos aspectos indicadores de uma boa inserção na sociedade e de uma ideia de sentimento de inclusão na mesma:

D1: “As pessoas podem ser reclusos, mas sabem estar, sabem ser. Tirando isso são pessoas normais. (...) Até era estimado pelas pessoas. (...) e sou tratado como uma pessoa na realidade.”

D3: “Nunca me senti excluído porque nunca falo do meu crime a ninguém (...)”

D8: “Não sou discriminado (...) aqui não conheço as pessoas não podem pensar isto ou aquilo de mim”

A6. “Não me sinto excluído, mas foi difícil voltar a vida normal, eu nunca fiz nada e livre e espontânea vontade, foi tudo obrigado (...) mas hoje passado um ano tenho um emprego, vou ser pai (...)”

A8: “(...) com o apoio da família, dos amigos, posso dizer que foi um bocado fácil (...)”

Não falar no crime, não ser conhecido, ou ter a família por perto foram as razões mais evidentes para uma melhor integração, assim como ter arranjado emprego. Relativamente aos indivíduos que têm uma trajectória associada à exclusão referiram muitas vezes a dificuldade em arranjar emprego sempre que referiam o seu crime:

D4: “Porque quando eu chegava e dizia que era ex-recluso ninguém me dava trabalho.”

D11: “(...) até arranjei emprego facilmente, mas se digo que estive preso sou logo excluído. (...) e há logo desconfianças (...)”

A1: “Tem sido complicado (...) já me senti discriminado num trabalho que me mandaram embora quando descobriram que tive preso”

A2: “Foi difícil voltar a vida normal, ainda não tenho emprego (...) hoje em dia quem tem emprego é respeitado.”

Em termos do percurso profissional (Anexo 45), é relevante referir a importância do emprego na reinserção dos indivíduos em sociedade, tendo em conta que este é uma das respostas mais relevantes à exclusão social. Neste sentido, de acordo com os dados recolhidos, todos os indivíduos saíram da prisão sem emprego e no momento presente cerca de 62,5% estão empregados, 29,2% desempregados e 8,3% reformados. A maioria dos indivíduos empregados são aqueles que pertencem ao grupo dos *Dependentes institucionalizados*, tendo em conta que a maioria dos desempregados pertence aos grupo dos *Assistidos desinstitucionalizados*. Tendo em conta estes dados, é importante referir que 14 dos 15 indivíduos que estão neste momento empregados estão inseridos em protocolos no âmbito das relações institucionais com a Câmara de Lisboa e a Junta de Freguesia de Benfica, tendo em conta que apenas 1 se encontra a trabalhar não protocolado mas dentro da instituição. Dos 12 indivíduos residentes na instituição apenas 1 não está a trabalhar, e todos os que estão neste momentos activos, estão inseridos como referido, em protocolos. Dos 12 indivíduos não residentes na instituição aqueles que estão empregados estão também inseridos em protocolos, estando os restantes desempregados. Desta forma é possível compreender o apoio institucional em termos da empregabilidade, no sentido em que todos os indivíduos empregados, só o estão devido ao apoio institucional.

G. Meio institucional

Nesta fase foi pertinente a recolha de informação a cerca das relações mantidas na instituição, o grau de dependência institucional e ainda a forma como os indivíduos vêem a própria instituição, tendo em consideração o papel que tem na sua vida

Todos os indivíduos que residem na instituição entraram por serem ex-reclusos e não terem apoios, habitação ou meios de subsistência. Relativamente aos indivíduos que não residem na instituição solicitaram apoio da mesma em alguma das valências da mesma, nomeadamente cerca de 41,7% usufruiu de apoio na área da procura de emprego, 41,7% na vertente do Banco alimentar/Banco de roupa, e 16,7% está a cumprir uma medida de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade, recebendo da instituição o apoio necessário para aquisição de ferramentas de trabalho. (Anexo 46)

Tendo em conta os indivíduos *Dependentes institucionalizados*, 66,6% dos indivíduos foram encaminhados por Estabelecimentos Prisionais, 8,3% vieram deportados de outros países, 8,3% vieram encaminhados de outras instituições, nomeadamente a Amadora Solidária, 8,3% foram encaminhados por pessoas individuais e 8,3% vieram por iniciativa própria (Anexo 47). Relativamente aos *Assistidos desinstitucionalizados*, 66,7% vieram encaminhados de outras instituições (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, DGRS e Centros Sociais), 16,7% por iniciativa própria e 16,7% por equipas penais. (Anexo 47)

Relativamente à idade que os indivíduos tinham no momento da entrada na residência da instituição (Anexo 48), 41,7% tinha entre 43 a 51 anos, 16,7% tinha idades entre os 34 e os 42 anos, 16,7% tinham entre os 52 e os 59 anos, 16,7% tinham mais de 60 anos e 8,3% tinham entre os 26 e os 33 anos. Na maioria dos indivíduos, esta foi a idade com que saíram da prisão, tendo em conta que apenas 4 indivíduos saíram da prisão e não foram imediatamente para a instituição. Tendo em conta que os indivíduos *Assistidos desinstitucionalizados* não entraram em residência tornou-se pertinente compreender a idade com que saíram da prisão. Desta forma, 33,3% dos indivíduos saíram com idades entre os 26 e 33 anos, 25% saiu com idades entre os 34 e 42 anos, 16,7% entre os 18 e 25 anos, 16,7% com idades entre os 52 e 59 e 8,3% com idades entre os 43 e 51 anos. (Anexo 48)

Tendo em consideração as relações institucionais (Anexo 49), os indivíduos foram questionados sobre as mesmas, tendo em conta a intensidade e a existência das mesmas. Foram então distinguidas relações fortes de relações fracas, tendo em conta que as primeiras estão associadas a relações de proximidade e as seguintes estão associadas a relações de afastamento. Estas relações no primeiro grupo baseiam-se mais nas relações que estabelecem com os colegas e no segundo grupo nas relações que estabelecem com os técnicos.

Associados a relações fracas alguns indivíduos referiram:

D5: “Dou-me bem com alguns mas deixem-me andar na minha vida sossegado que é o que eu quero.”

D6: “(...) tenho quase 70 anos (...) tenho idade para ser quase pai deles todos. Não tenho muita paciência (...)”

D12: “ (...) no companheiro, é que não há companheirismo entre as pessoas (...)”

A9: “Não tenho relações próximas com ninguém, venho cá porque preciso de ajuda”

A10: “Sou grato mas não mantenho uma relação muito próxima com as pessoas aqui”

Contrariamente a estes indivíduos, aqueles que referem manter relações fortes referem dar-se bem com todos:

D7: “Dou-me bem com todas as pessoas.”

A6: “Aqui dou-me bem com toda a gente”

A11: “Dou-me muito bem com todos, são meus amigos”

Por ultimo, aqueles que mencionam não manter relações referem:

D1: “Não mantenho grandes relações, só com algumas pessoas.”

D4: “Aqui dentro é boa tarde, bom dia e não passa disso”

A1: “Aqui muito superficial, não tenho amigos, respeito quem me ajuda”

A4: “Relações, não mantenho com ninguém. Falo bem com todos mas nada de especial”

A8: “Aqui estou entretido a fazer o meu trabalho, não falo com ninguém”

É importante referir que a maioria dos indivíduos que referem manter relações fracas são residentes da instituição, ao contrário daqueles que dizem manter relações fortes, que são na sua maioria *Assistidos desinstitucionalizados* e que receberam apoio ao nível da empregabilidade. Relativamente àqueles que não mantêm relações a maioria são indivíduos que não estão em residência e apenas recebem apoio em alguma vertente da instituição.

A dependência institucional (Anexo 50) é facilmente percebida pelo discurso dos indivíduos relativamente à instituição e aos problemas que os assombram actualmente. Esta dependência está intrinsecamente ligada à forma como vêm a instituição e à sua condição actual. Esta dependência é traduzida na falta de apoios no momento em que saem da prisão, tanto a nível familiar como a nível de emprego ou social. Claramente há uma divisão dos indivíduos em dois grupos, os dependentes institucionais (50%), que são os indivíduos que estão inseridos em residência e usufruem de todos os apoios institucionais, não tem apoio familiar e estão inseridos em protocolos laborais; e os assistidos (50%) que são os indivíduos que apenas usufruem de

um determinado apoio institucional e que não estão em residência, tendo na sua maioria algum apoio familiar.

Relativamente aos dependentes, estes referem:

D1: “Quando me quis ir embora ele não deixou. O tempo passou passou, ganhei um vínculo e agora é difícil largar isto né.”

D2: “(...) sou encarregado aqui, é daqui que vem o meu sustento.”

D5: “(...) aqui tenho trabalho e o que preciso é de ter uma cama para dormir e ter um trabalho que é para a minha vida não descambar outra vez”

D9: “Gosto de olhar para a instituição como um local de passagem (...) mas não tenho nada lá fora agora.”

Relativamente aos assistidos, estes referem essencialmente:

A5: “Tem sido um grande apoio porque preciso mesmo da alimentação”

A6: “(...) só tenho que tar muito agradecido ao companheiro e pelas coisas que fizeram por mim até agora. (...) tenho procurado trabalho noutros sítios mas não tenho conseguido nada. Mas prontos, enquanto estiver aqui estou bem. ”

A12: “ (...) tem-me ajudado imenso mesmo com o trabalho e também o apoio psicológico, já e isso também me fortaleceu muito”

A11: “Graças a Deus só precisei de apoio da instituição na procura de emprego, porque tenho a minha família (...)”

Tal como referi a forma como os indivíduos vêem a instituição (Anexo 51), nomeadamente indicando o papel da mesma nas suas vidas, pode estar intrinsecamente ligado ao facto de serem ou não dependentes institucionais.

Cerca de 45,8% dos indivíduos referem que a instituição foi um apoio importante, sendo estes na sua totalidade indivíduos considerados como assistidos:

A1: “Recebo um apoio que dá-me um jeito bastante”

A2: “Devo muito aqui ao companheiro”

A8: “Se não fosse o apoio que me dão se calhar nem tinha vontade de vir fazer as horas”

A10: “Foi um grande apoio (...)”

Já cerca de 29,2% dos indivíduos referem que a instituição foi e é ainda a única solução neste momento das suas vidas:

D2: “(...) não tinha uma casa para onde ir (...)”

D3: “Aqui estou mais equilibrado, e não tenho condições de trabalhar lá fora”

D8: “Já não tenho pais, já não tenho casa (...)”

D11: “Acho que estou no mesmo barco outra vez, não tenho trabalho, não tenho família para me apoiar (...)”

Para além destes, 12,5% refere que a instituição foi uma alternativa a reincidência:

D5: “Porque se eu não tiver um apoio, de ter um trabalho e um tecto, vai ser complicado (...) e eu não queria voltar a essa vida.”

D10: “Aqui sinto-me mais controlado e não consumo (...)”

A3: “O Companheiro ajudou-me a encontrar emprego e se não fosse isso, nem sei, se calhar já estava preso outra vez.”

Por ultimo, os restantes 12,5% caracterizam a instituição como o prolongamento da prisão:

D1: “Hoje isto em parte é um asilo, naquela altura quem tinha para aqui era 1 ano e meio pouco mais ou menos, e naquela altura haviam aqui trabalho (...) hoje ficam até quererem.”

D9: “Os meus dias na prisão... Se for a ver os meus dias aqui, funcionam exactamente da mesma maneira. (...) o companheiro tem este papel difícil de reinserir as pessoas é muito difícil (...) mas aqui não se vive, sobrevivesse. ”

D12: “Aqui não nos dão nada, temos que chorar por ajuda, e parece sempre a mesma rotina como na prisão (...) dormimos em quartos partilhados e tudo.”

Podemos verificar pelos dados analisados que a maioria dos indivíduos *Assistidos desinstitucionalizados*, vêem a instituição como um apoio importante, sendo que apenas 1 se refere à instituição como a alternativa à reincidência. Já quanto aos indivíduos *Dependentes institucionalizados*, a maioria dos mesmos refere que a instituição é a única solução que têm.

Um dos parâmetros associados à Instituição que pode ser avaliado, tem a ver com o número de vezes que os indivíduos *Dependentes institucionalizados* entraram em residência. Dos 12 indivíduos, cerca de 83,3% entraram uma única vez, 8,3% entraram 2 vezes e 8,3% entraram 4 vezes (Anexo 52). O tempo de permanência na instituição pode ser unicamente avaliado para o primeiro grupo, tal como a variável anterior. Neste sentido, pela análise dos dados podemos verificar que 25% dos indivíduos estão entre 3 a 4 anos em residência, 16,7% entre 1 a 6 meses, 16,7% entre 6 a 12 meses, 16,7% à mais de 10 anos, 8,3% entre 1 a 2 anos, 8,3% entre 2 a 3 anos e 8,3% entre 9 a 10 anos. (Anexo 53)

I. Família

Relativamente às relações familiares mantidas depois da saída da prisão (Anexo 54), é importante referir que a reclusão pode influenciar estas relações, muitas vezes negativamente. A família tem um papel essencial na reinserção e inclusive em termos emocionais e na manutenção do emprego, sendo uma importante rede de apoio. Neste sentido, relativamente aos dados recolhidos, a maioria dos indivíduos referiu manter relações familiares, tendo em conta que não mantêm com todos os membros da sua família e não tem apoio dos mesmos. Neste sentido, cerca de 75% dos indivíduos tem família, mantem relações mas não tem apoio da mesma, ao contrário de 16,7% dos indivíduos que não tem família e 8,3% que não tem contacto com a família. Todos os indivíduos que não estão inseridos em residência mantiveram relações mesmo que tenham enfraquecido algumas. Neste sentido, podemos referir que a maioria dos indivíduos institucionalizados mantiveram relações familiares, mesmo que estas tenham enfraquecido, e apenas uma minoria perdeu completamente a relação que tinha com a família, ou porque faleceram membros da mesma ou porque devido a problemas familiares ou até do cometimento do crime, se afastaram.

Dimensão 5. Caracterização pessoal

Ao longo das entrevistas os indivíduos descreveram-se a si próprios em determinadas alturas, identificando características que os identificavam ao longo do tempo. Quando questionados sobre a forma como se descreviam a si próprios ao longo do tempo, muitos tiveram algumas dificuldades em caracterizar-se. As características identificadas pelos mesmos foram divididas em dois tipos de identidades, nomeadamente a identidade individual, que inclui a identidade pessoal, e a identidade colectiva que inclui neste caso a identidade social, profissional, familiar e escolar. Esta questão da identidade construída não se relaciona só com as características mencionadas pelos indivíduos mas também pela forma como os mesmos se referem a si próprios nas várias situações da sua vida. Como já foi referido em capítulos anteriores, segundo Paugam (1996), o facto de estarem presos requer uma atribuição de um novo estatuto, o de reclusos ou criminosos, que leva muitas vezes a que se sintam excluídos na sociedade, o que torna esta experiência da privação da liberdade num atentado à identidade dos indivíduos. A posse de uma característica desviante pode fazer com que os outros, considerados como normais, presumam uma série de outras características, provocando uma tendência para o desenvolvimento de mais actividades ilícitas,

conformando-se com a imagem que lhes é atribuída. Isto acontece porque, como refere a teoria do interaccionismo simbólico, aquilo que cada individuo é, depende da interação com os outros e das reacções que os mesmos têm, influenciando assim a orientação dos seus comportamentos. Neste sentido, cada individuo é um ser em relação e tendo uma constituição individual própria, esta pode ser influenciada pelo exterior. A perda de uma identidade tem repercussões na concepção que o individuo tem de si mesmo, influenciando assim a sua individualidade. O individuo estigmatizado, segundo Goffman (1981), tende a definir-se como uma pessoa não diferente de outra, embora se defina como marginalizado. Quando surgem evidências dessa marginalidade o individuo é muitas vezes considerado como um estranho. Tendo em conta estas referências relativamente à identidade construída, é preciso referir igualmente que se o exterior e a relação com os outros influencia a forma como os indivíduos se caracterizam e se vêem a si mesmos, então é necessário considerar que não só a prisão mas a instituição, e noutros casos a família, podem ter influência na construção das identidades para estes indivíduos.

Tendo em conta as características mencionadas pelos indivíduos para se caracterizarem no passado, cerca de 41,7% dos indivíduos não referiu qualquer característica que constituísse a identidade pessoal. Pelo contrário cerca de 29,2% dos indivíduos referiu características positivas que qualificam a sua personalidade individual, tendo em conta que 25% dos mesmos referiu características negativas. Os restantes 4,2%, referiu características positivas e negativas (Anexo 55). Através da análise dos dados recolhidos podemos referir que dos indivíduos que mencionaram características respeitantes à identidade pessoal anterior à prisão, 10 são *dependentes institucionalizados* e 4 são *Assistidos desinstitucionalizados*, destes, a maioria mostrou ter uma imagem positiva de si próprio referindo características positivas. Relativamente ao segundo grupo de indivíduos, a maioria referiu características negativas.

Tendo em conta a identidade social construída (Anexo 56), 66,7% não refere características, 16,7% refere características positivas que constroem a identidade social, e 12,5% referiram características negativas. Por ultimo, 4,2% dos indivíduos referiram características positivas e negativas. Relativamente a este tipo de identidade, a maioria dos indivíduos que referem características positivas pertencem ao grupo dos *Assistidos desinstitucionalizados* ao contrário da maioria dos indivíduos que referem características negativas e que pertencem ao grupo dos *Dependentes desinstitucionalizados*.

Relativamente à identidade profissional apenas 1 indivíduo, pertencente aos *Dependentes institucionalizados*, mencionou características, sendo estas positivas (Anexo 57). O mesmo se pode verificar relativamente à identidade familiar, em que somente 1 indivíduo, também ele pertencente aos *Dependentes institucionalizados*, referiu características constituintes desta identidade, sendo estas positivas (Anexo 58). Já a identidade escolar (Anexo 59) sendo construída por atributos caracterizadores dos indivíduos relativamente ao seu desempenho escolar, podemos referir segundo os dados recolhidos que cerca de 66,7% não referiu características, 29,2% mencionou características positivas e 4,2% características negativas. Neste sentido, a maioria dos que referem características positivas são considerados os *Dependentes institucionalizados*, tendo igualmente em conta que o indivíduo que refere características positivas, pertence a este grupo.

Relativamente aos tipos de identidades construídas depois da prisão, associadas ao momento presente, estes diferem relativamente aos referidos anteriormente. Tendo em conta a identidade pessoal construída pelos indivíduos (Anexo 60), cerca de 54,2% dos indivíduos mencionou características positivas constituintes deste tipo de identidade, ao contrário de cerca de 4,2% que referiu características negativas. Relativamente a 25% dos indivíduos estes identificaram características positivas e negativas e 16,7% não referiu características. Relativamente a este tipo de identidade, tendo em conta as características positivas mencionadas, 6 indivíduos eram *Dependentes institucionalizados* e 7 eram *Assistidos Desinstitucionalizados*. O único indivíduo que refere características negativas pertence ao grupo dos *Assistidos desinstitucionalizados*, e aqueles que referem ambas as características são na sua maioria *Dependentes institucionalizados*.

Tendo em conta a identidade social construída por todos os indivíduos (Anexo 61), cerca de 37,5% dos indivíduos referiu características positivas, 29,2% características positivas e negativas, 20,8% não referiu, e 12,5% referiu características negativas. Tendo em conta as características positivas mencionadas, é importante ter em conta que foram referidas por 5 dos indivíduos *Dependentes institucionalizados* e por 4 dos *Assistidos Desinstitucionalizados*, o que não acontece relativamente às características negativas que foram apenas mencionadas por *Assistidos Desinstitucionalizados*. Relativamente à referência dos dois tipos de características, 5 dos indivíduos eram *Dependentes institucionalizados* e 2 eram *Assistidos Desinstitucionalizados*.

A identidade profissional (Anexo 62), para 16,7% indivíduos está associada a características positivas que a constituem. Os restantes 83,3% não referem características. Os 4 indivíduos que referiram este tipo de características associadas à identidade profissional pertencem ao grupo dos *Dependentes institucionalizados*.

A partir dos dados podemos mencionar que a grande maioria tem uma imagem positiva de si próprio. O facto de se conseguirem caracterizar melhor no momento presente do que no momento anterior, pode ter a ver com o esforço de retrospectiva que eles consideram ser necessário fazer para se lembrarem de como eram.

Relativamente à identidade individual, nomeadamente à identidade pessoal, foram identificadas características que os indivíduos admitiam ser intrínsecas à sua existência e que os caracterizava enquanto pessoa individual e que nada tem a ver com as relações com os outros (Anexo 63 e 64). Para além da identidade individual que é criada, os indivíduos podem construir identidades colectivas, nomeadamente identidades sociais que se relacionam com características que constituem a sua personalidade e que só existem em relação com os outros, a identidade profissional onde são incluídas as características que apontam que estão relacionadas com a realização da sua profissão, a identidade familiar onde se incluem características relacionadas com as relações familiares, e a identidade escolar que tem a ver com a forma como se caracterizam como alunos. Tendo em conta as listas de características em anexo (Anexo 65), podemos compreender que apesar da maioria dos indivíduos mencionar características que constituem identidade pessoal, mencionam mais características que constituem a identidade social, tendo em consideração que são mencionadas mais características que os caracterizam no presente do que no passado.

Podemos ainda referir relativamente às identidades construídas alguns aspectos referidos pelos indivíduos relativamente à prisão e que pode influenciar essa construção:

A1: “Não é um lugar com para uma pessoa (...) As pessoas podem ser reclusos, mas sabem estar, sabem ser. Tirando isso são pessoas normais (...)”

A4: “(...)telecomandados como robôs, somos umas maquinas (...)”

A7: “ (...) e as cadeias foram feitas para homens e mulheres.”

D1: “Nem me chamavam pelo número, chamavam-me pelo nome (...)”

A forma como os indivíduos referem a prisão pode dizer muito sobre a forma como se vêem a si próprios como reclusos. Enquanto alguns referiam a prisão como uma coisa normal, e onde qualquer pessoa podia lá ir parar, alguns referiam ser pressionados a agir de determinada forma e que isso os transformou em “robôs” dentro

da prisão. Neste sentido, enquanto os primeiros não criam uma identidade específica de recluso, considerando-se uma pessoa igual às outras, os segundos referem ter sofrido alterações.

L. Percepção d'os outros

Como enfatizado anteriormente, um dos elementos de construção de uma identidade tem a ver com a percepção que temos daquilo que os outros pensam de nós. Neste aspecto os indivíduos tiveram grandes dificuldades em mencionar o que pensavam que os outros achavam de si próprios, referindo constantemente que não tinham essa percepção. Contudo, foram apontadas algumas características, nomeadamente ao nível profissional, familiar, pessoal, escolar e social, tendo sido também referido alguns sentimentos que pensam serem mobilizados pelas pessoas com que mantem relações (Anexo 66). Esta fraca percepção pode estar relacionada com as fracas relações que mantem na instituição ou com a família, não tendo por isso um ponto de partida para definir a forma como pensam que os outros os caracterizam.

Referir aspectos sobre essa percepção tornou-se ainda mais difícil para estes indivíduos do que referir características sobre si mesmos. Desta forma foram referidas características positivas relacionadas com a identidade profissional apenas por 20,8% dos indivíduos, sendo que os restantes não referiram características (Anexo 67). Destes 5 indivíduos que referem características positivas 4 são *Dependentes institucionalizados* e 1 é *Assistido desinstitucionalizado*. Tendo em consideração a identidade familiar, 4,2% dos indivíduos referiu características positivas e 4,2% negativas, sendo que 91,7% não mencionou características (Anexo 68). Estes indivíduos pertencem ao grupo dos *Dependentes institucionalizados*. Do total dos indivíduos cerca de 95,8% não mencionou características relativamente à identidade pessoal, sendo que os restantes 4,2% se referem a características negativas constituintes deste tipo de identidade (Anexo 69). Associadas à identidade escolar apenas foram mencionadas características por 8,3% dos indivíduos sendo estas positivas (Anexo 70). Neste caso, um dos dois indivíduos considerados pertence ao grupo dos *Dependentes institucionalizados*, tendo em conta que o outro pertence ao grupo dos *Assistidos Desinstitucionalizados*. O mesmo acontece para as características constituintes da identidade social, apenas 4,2% mencionou características, tendo estas sido positivas, enquanto 95,8% não referiu nenhuma (Anexo 71). Esta percentagem é referente a um indivíduo que pertence ao grupo dos *Assistidos desinstitucionalizados*.

Alguns indivíduos referiram sentimentos que pensam que os outros têm por si. Cerca de 4 dos 12 indivíduos *Dependentes institucionalizados*, referiram sentimentos positivos, assim como 3 dos 12 indivíduos *Assistidos desinstitucionalizado*:

D1: “Gostam de mim e respeitam-me”

D11: “Gostavam de mim”

A6: “Muitas pessoas gostam de mim”

A8: “Tem uma boa opinião a cerca de mim”

A partir dos dados recolhidos, e tendo em conta que nem todos foram recolhidos a partir das entrevistas, mas também dos registos institucionais a que tive acesso, fiz a distinção entre características positivas e negativas que foram referidas pelos indivíduos (Anexo 72). Neste sentido, é perceptível que os indivíduos conseguem identificar mais facilmente características positivas para se caracterizar do que negativas, o que mostra que na sua maioria tem uma imagem positiva de si próprios. Neste sentido, podemos afirmar que do total de indivíduos inquiridos neste estudo, a grande maioria menciona características positivas constituintes de várias identidades, tendo em conta o que pensam sobre a forma como os outros os vêem, podendo deduzir que presumem que os outros têm uma imagem positiva de si.

5.2 Cruzamento de variáveis e análise dos resultados

Depois de analisados os dados relativamente às várias dimensões caracterizadoras dos indivíduos, nesta fase é imperativo compreender o que influencia as identidades construídas. Para isso, como referido, foram seleccionados 5 critérios avaliativos dessa influência, de forma a trabalhar dados pertinentes e compreender as relações existentes, nomeadamente entre os 2 grupos em estudo. É relevante perceber se as diferenças existentes entre os 2 grupos influenciam a construção de identidades, ou se eventualmente a construção de identidades é independente destes critérios. A análise dos dados teve como ponto de partida as questões de investigação.

Antes da análise dos dados é importante referir que analisando os dados do teste do Qui² de todos os cruzamentos em questão, não é possível observar diferenças ou semelhanças estatisticamente significativas e nesse sentido não serão mencionadas informações acerca destes parâmetros. Contudo podemos analisar as tabelas de percentagens em linha e coluna e a partir daí compreender como é que as variáveis se distribuem e se associam. É também importante referir que tendo em conta a fraca

pertinência das identidades familiar e escolar anteriores ao crime, estas não são consideradas.

A. Crime/Prisão

1. De que forma o tipo de crime está relacionado com as razões que marcam a trajetória delinquente?

Relativamente ao grupo dos *Dependentes institucionalizados*, se relacionarmos a variável “Crime” com a variável “Razões da delinquência” podemos observar a partir dos dados do quadro em anexo (anexo 73), que o único indivíduo que cometeu o crime de abuso sexual de menores refere o Acaso como razão do cometimento do crime, e que o mesmo acontece com os 4 indivíduos que cometeram o crime de homicídio. Relativamente aos indivíduos que cometeram o crime de tráfico, 2 deles referem razões económicas (40%), 2 referem razões sociais (40%) e 1 refere razões familiares (20%). Por fim, os 2 indivíduos que cometeram o crime de roubo/furto referiram razões económicas.

Relativamente ao segundo grupo de indivíduos se relacionarmos a variável “Crime” com a variável “Razões da delinquência” podemos observar a partir dos dados do quadro em anexo (anexo 73), que 33,3% dos indivíduos que cometeram o crime de roubo/furto referiram razões económicas para o cometimento do mesmo, tendo em conta que a mesma percentagem de indivíduos referiu igualmente não só razões sociais mas também razões familiares. Tendo em conta os indivíduos que cometeram o crime de tráfico 50% referiu razões sociais e 50% referiu o Acaso como razão do cometimento do crime. O indivíduo que cometeu o crime de homicídio referiu o Acaso como razão do cometimento do mesmo, assim como o indivíduo que cometeu o crime de violência domestica. Os indivíduos que cometeram o crime de condução sem carta, 50% referiu razões familiares e 50% o acaso.

Analizados os dois grupos, podemos referir que os crimes contra as pessoas (abuso sexual, homicídio e violência domestica) estão associados ao acaso referido pelos indivíduos como razão para o cometimento dos mesmos, que os crimes contra o património (roubo) estão associados principalmente a questões económicas, que os crimes associados aos estupefacientes (tráfico) estão associados a todo o tipo de razões, e que os crimes rodoviários (condução sem carta) estão associados a razões familiares e ao acaso.

2. De que forma é que o tipo de crime está relacionado com a relação que os indivíduos têm com o próprio?

Tendo em conta o cruzamento anterior, é preciso ter em conta que mesmo tendo referido vários tipos de razão para o percurso delinquente, nem todos os indivíduos assumem essas razões para se desculpabilizarem do crime que cometeram. Relativamente ao grupo dos *Dependentes institucionalizados* quando relacionamos o “Crime” com a “Relação com o crime” podemos observar a partir dos dados do quadro em anexo (Anexo 74) que neste grupo os indivíduos falam no seu crime mas nem todos se culpabilizam pelo próprio. O indivíduo que cometeu o crime de abuso sexual de menores não se culpabiliza, referindo o acaso como razões para o cometimento do crime. Já 25% dos indivíduos que cometeram homicídio falam no seu crime e culpabilizam-se, tendo em conta que 75% falam mas não se culpabilizam. Relativamente aos indivíduos que cometeram o crime de tráfico, 60% culpabilizam-se referindo vários tipos de razão para o cometimento do crime, e 40% não se culpabilizam. Por último, dos indivíduos que cometeram o crime de roubo/furto, 50% dos indivíduos culpabiliza-se e 50% não se culpabiliza. É perceptível que os indivíduos que cometeram crimes contra as pessoas na sua maioria não se culpabilizam.

Relativamente ao segundo grupo de indivíduos, quando relacionamos as mesmas variáveis, podemos observar a partir dos dados recolhidos (Anexo 74) que dos indivíduos que cometeram o crime de roubo/furto, 66,7% fala e culpabiliza-se pelo crime cometido, enquanto 33,3% dos mesmos fala mas não se culpabiliza. Tendo em conta os 2 indivíduos que cometeram o crime de tráfico, 50% falou no crime e culpabilizou-se e 50% falou mas não se culpabilizou pelo cometimento do mesmo. O único indivíduo que comete o crime de homicídio falou mas não se culpabilizou. Por último, o indivíduo que cometeu o crime de violência doméstica, não falou directamente no seu crime mas mostrou que não se culpabilizava do mesmo, e os indivíduos que conduziram sem carta falaram ambos do seu crime e culpabilizaram-se.

Tendo em conta a análise do cruzamento destas variáveis nos dois grupos, podemos referir que tendo em conta os crimes contra as pessoas, os indivíduos que os cometem falam no seu crime, por vezes com dificuldade, mas não se culpabilizam na sua maioria. Estes são indivíduos que anteriormente verificámos referir o Acaso como razão para o cometimento do crime. Já tendo em conta os crimes associados a estupefacientes existe uma distribuição entre os indivíduos que não se culpabilizam e aqueles que se culpabiliza, mas falam sempre no crime, assim como é o caso dos

indivíduos que cometeram crimes contra o património. Por último, tendo em consideração os crimes rodoviários, os indivíduos falam e culpabilizam-se. Neste sentido há uma unanimidade entre estes dois grupos de indivíduos, e podemos perceber que os crimes contra as pessoas são aqueles cujos indivíduos não conseguem culpabilizar-se pelos mesmos, referindo sempre razões de vários tipos para justificar o cometimento dos mesmos.

3. De que forma o tipo de crime está associado às relações familiares actuais?

Relativamente ao grupo dos *Dependentes institucionalizados* quando relacionamos o “Crime” com a “Família” podemos observar a partir dos dados recolhidos (Anexo 75) que os indivíduos que cometeram o crime de roubo/furto tem família mas não tem apoio, que dos indivíduos que cometeram o crime de tráfico 80% tem família mas não tem apoio da mesma e 20% não tem contacto com a família. Já relativamente aos indivíduos que cometeram o crime de homicídio 50% tinha família mas não tinha apoio da mesma e 50% não tinha família, e quanto ao que cometeu abuso sexual de menores tinha família mas não tinha apoio. Independentemente do crime cometido a maioria tem sempre família mas não tem apoio.

Relativamente aos grupos dos *Assistidos desinstitucionalizados* quando relacionamos as mesmas variáveis podemos observar a partir dos dados recolhidos (Anexo 75) que independentemente do tipo de crime, os indivíduos tem sempre família e apoio da mesma.

4. De que forma o crime cometido está relacionado com as identidades construídas depois do cometimento do mesmo?

Tendo em conta as identidades criadas depois do cometimento do crime e depois da privação da liberdade, pretendemos observar em que medida a identidade construída se relaciona com o crime. Relativamente ao primeiro grupo de indivíduos, se relacionarmos a variável “crime” com a “identidade pessoal depois” e a “identidade social depois”, podemos através dos dados recolhidos (anexo 76) referir que relativamente aos indivíduos que referem características positivas referentes à identidade social, dois indivíduos cometeram o crime de roubo/furto, sendo que 1 (50%) refere características positivas referentes à identidade pessoal e 1 (50%) refere ambas as características tendo em conta esta última. Ainda relativamente aos indivíduos que referem características sociais positivas, 2 cometeram o crime de homicídio e referem

características positivas ao nível da identidade pessoal, e 1 cometeu o crime de abuso sexual e refere igualmente características positivas referente à identidade pessoal. Tendo em consideração os indivíduos que referem ambas as características relativamente à identidade social, 3 cometeram o crime de tráfico, sendo que 1 referiu características positivas ao nível da identidade pessoal (33,3%), 1 referiu ambas as características (33,3%) e outro não referiu (33,3%), 2 cometeram o crime de homicídio sendo que 1 referiu características positivas e ou outro ambas as características referentes à identidade pessoal construída. Referentemente aos indivíduos que não referem características relativas à identidade social, cometeram ambos o crime de tráfico, sendo que 1 referiu ambas as características referentemente à identidade pessoal (50%) e 1 não referiu características (50%). Analisando os dados podemos perceber que a maioria dos indivíduos refere características positivas associadas à identidade pessoal e que relativamente à identidade social há um mesmo número de indivíduos a referir características positivas e ambas as características. Neste caso é também perceptível que a maioria dos indivíduos referem características pessoais e sociais positivas. Aparentemente todos os indivíduos independentemente do crime cometido, tem uma imagem positiva de si mesmos.

Relativamente ao segundo grupo, se relacionarmos as mesmas variáveis, podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 76) referir que os indivíduos que mencionam características positivas ao nível da identidade social, 2 cometeram o crime de roubo/furto e não referiram características ao nível da identidade pessoal, 1 cometeu o crime de tráfico e referiu características positivas ao nível da identidade pessoal e 1 cometeu o crime de homicídio e referiu também características positivas ao nível da identidade pessoal. Considerando os indivíduos que referiram características negativas referentes à identidade social, 2 cometeram o crime de roubo/furto, sendo que 1 referiu características positivas relativamente à identidade pessoal e o outro não referiu características e 1 cometeu o crime de violência doméstica referindo características positivas ao nível da identidade pessoal. Relativamente àqueles que referem os 2 tipos de características referentemente à identidade social, 1 cometeu o crime de roubo/furto e outro o de condução sem carta, sendo que ambos referiram características positivas relativamente à identidade pessoal. Tendo em conta os indivíduos que não referem características associadas à identidade social, 1 cometeu o crime de roubo/furto e referiu características negativas relativamente à identidade pessoal, 1 cometeu o crime de tráfico e referiu características positivas associadas à identidade pessoal, e um cometeu

o crime de condução sem carta e referiu ambas as características referentes à identidade pessoal. É perceptível na análise do quadro que a maioria dos indivíduos menciona características positivas constituintes de ambas as identidades. Há uma sobre representação dos indivíduos que referem características sociais e pessoais positivas, do que referem características sociais negativas e pessoais positivas e dos que referem simultaneamente as duas características relativamente à identidade social e características pessoais positivas. Neste sentido é perceptível que tem uma imagem maioritariamente positiva tanto a nível social como pessoal.

Tendo em consideração os dois grupos podemos verificar que a grande maioria dos indivíduos tem uma imagem positiva de si próprio. Se considerarmos os indivíduos que cometeram o crime de roubo/furto, podemos verificar que no primeiro grupo os indivíduos referem características na sua maioria positivas relativamente a ambas as identidades, e que no segundo grupo apesar de serem identificadas ambas as características tendo em conta a identidade social, em termos pessoais os indivíduos tem uma imagem positiva de si mesmos. Relativamente aos indivíduos que cometeram o crime de tráfico, no primeiro grupo mencionam ambas as características em termos da identidade social mas referem ter uma imagem positiva a nível pessoal, e o que acontece no segundo grupo é que a maioria dos indivíduos mostra ter uma imagem positiva de si mesmo tanto a nível pessoal como ao nível social. Já os indivíduos que cometeram homicídio, em ambos os grupos a maioria tem uma imagem positiva de si mesmo, e o mesmo sucede com o indivíduo que comete abuso sexual de menores no primeiro grupo, e o que comete o crime de violência doméstica no segundo. Por último temos os indivíduos que cometeram o crime de condução sem carta e que apontam ambas as características relativamente à identidade social e mostram ter uma imagem positiva de si próprios ao nível pessoal. Neste sentido, podemos perceber que o crime não influencia negativamente a identidade dos indivíduos, e que mesmo mostrando algumas dificuldades em se caracterizarem, os indivíduos tem na sua maioria uma imagem positiva de si mesmos ao nível pessoal e ao nível social, de relação com os outros.

5. De que forma o tipo de crime influencia ou não a forma como os outros os vêem, tendo em conta a percepção que tem dessa imagem?

Tendo em conta os dados recolhidos nesta fase, tive em conta apenas a identidade profissional e a identidade familiar relativamente ao primeiro grupo, e a identidade profissional e a identidade social relativamente ao segundo grupo, devido à

pertinência para o estudo, visto a maioria dos indivíduos referirem dados relativos a essas identidades.

Relativamente ao primeiro grupo de indivíduos, os *Dependentes institucionalizados*, se relacionarmos as variáveis “crime”, “outros-identidade prof” e “outros-identidade familiar” podemos verificar pelos dados recolhidos (Anexo 77) que, tendo em conta a identidade familiar criada a partir da percepção que tem do que os outros pensam de si, 1 individuo refere características positivas relativamente a essa identidade e características positivas referentes à identidade profissional que é criada pela forma como os outros os vêem, sendo que este cometeu o crime de roubo/furto. Relativamente à referência de características negativas referentes à maneira como o individuo percebe a forma como os outros o vêem, tendo em conta a identidade familiar, podemos referir 1 individuo que cometeu o crime de roubo/furto e que não refere características associadas à identidade profissional que é criada pela forma como os outros os vêem. Por ultimo, aqueles que não referem características associadas à identidade familiar criada pela forma como os outros os vêem, 5 cometeram o crime de tráfico, sendo que 2 desses indivíduos referiram características positivas relativamente à identidade profissional criada pela forma como os outros os vêem e 3 não referiram características. Ainda relativamente a esses indivíduos, 4 cometeram o crime de homicídio, sendo que 1 referiu características positivas relativamente à identidade profissional criada pela forma como os outros os vêem e 3 não referiram características e 1 cometeu o crime de abuso sexual de menores e não referiu características relativamente à identidade profissional criada pela forma como os outros os vêem. Podemos perceber pela análise de dados que a maioria dos indivíduos não referem características relativamente à família e o mesmo sucede relativamente a características relativamente à profissão. Podemos ainda referir que os indivíduos que referiram características positivas relativamente a ambas as identidades, cometeram o crime de roubo/furto, assim como os indivíduos que referiram características negativas relativamente à identidade familiar. Já os indivíduos que referiram características positivas relativamente à identidade profissional cometeram o crime de tráfico.

Relativamente ao segundo grupo, se relacionarmos a variável “crime” com a “outros-identidade profissional” e “outros-identidade social” podemos observar a partir dos dados recolhidos (Anexo 77) que o individuo que mencionou características positivas associadas à identidade social, este cometeu o crime de roubo/furto e não referiu característica ao nível profissional. Relativamente aqueles que não referem

características associadas à identidade social, 5 cometeram o crime de roubo/furto, sendo que 1 referiu características positivas ao nível da identidade profissional e 4 não referiram características, os restantes indivíduos cometeram o crime de tráfico, homicídio, violência doméstica e condução sem carta não referindo também características associadas à identidade profissional criada. Neste sentido, não foram mencionadas características negativas e apenas 1 indivíduo referiu características positivas ao nível da identidade social assim como e apenas 1 indivíduo referiu características positivas ao nível da identidade profissional. Estes indivíduos cometeram o crime de roubo/furto. Desta forma, não podemos tirar conclusões.

Podemos ainda mencionar nesta fase que apenas 2 indivíduos que pensam que os outros tem uma imagem positiva de si relativamente ao emprego, referem também uma imagem positiva a nível profissional de si próprios, e apenas 1 indivíduo ao nível da identidade familiar criada tendo em conta o que os outros pensam dele, faz corresponder essa mesma à imagem que tem de si próprio a nível familiar. Tendo em conta o segundo grupo de indivíduos, nenhum que tenha mencionado a forma como os outros o vêem fez corresponder a mesma imagem tendo em conta à imagem que tem de si próprio. Para além disso, foram poucos os que referiram percepcionar a forma como os outros os vêem, tendo alguns referido ainda que a melhor forma de se caracterizar era questionar os outros sobre o que pensam, mostrando assim a importância que o outro tem na caracterização de si próprio como indivíduo. Contudo, os aspectos relatados levam-me a referir que a forma como estes indivíduos percepcionam a forma como os outros os vêem, tendo em consideração o crime, não influencia a forma como se vêem a si mesmos.

Tendo em consideração os dois grupos em análise, podemos referir que os indivíduos que mais facilidade tem em identificar a forma como os outros o vêem cometeram o crime de roubo/furto, tendo em conta que alguns dos indivíduos que cometeram o crime de tráfico e homicídio também referem características a este respeito. Os indivíduos pensam, na sua maioria ter uma imagem positiva a nível do emprego.

B. Instituição

1. De que forma está a dependência institucional relacionada com as relações familiares actuais? Os indivíduos que têm apoio familiar são menos dependentes do que os indivíduos que não tem família?

Relativamente à dependência institucional tornou-se pertinente juntar os dados dos dois grupos de indivíduos, tendo em conta que ambos correspondem aos dois grupos diferenciados tendo em conta a dependência que tem à instituição. Neste sentido cruzei a variável “dependente institucional” com a variável “família” e tentei compreender a forma como ambas se relacionam (Anexo 78). Relativamente aos dependentes institucionais, 75% dos indivíduos tem família mas não tem apoio, 16,7% não tem família e 8,3% não tem contacto com a família. Tendo em conta os assistidos, indivíduos menos dependentes da instituição todos tem família e apoio. Neste sentido podemos facilmente compreender que os indivíduos mais dependentes são aqueles que não tem apoio familiar ou não tem contacto familiar, tendo em conta que todos os indivíduos que são assistidos são indivíduos que não residem na instituição e que não tem uma dependência tão vincada relativamente à instituição.

2. Em que medida a dependência institucional está relacionada com a trajectória de empregabilidade?

Relacionando as variáveis “dependência institucional” com a “percurso profissional actual”, tendo em conta que todos os indivíduos no momento da entrada ou do pedido de apoio institucional se encontravam desempregados podemos verificar pelos dados recolhidos (Anexo 79) que relativamente aos Dependentes institucionais, 75% estão empregados, 16,7% reformados e 8,3% desempregados. Já relativamente aos Assistidos 50% estão desempregados e 50% estão empregados. Neste sentido é necessário ter em conta que dos 9 indivíduos empregados relativamente aos Dependentes institucionais, 8 estão inseridos em protocolos que a instituição lhes facilita o acesso, e que sem eles a maioria não teria emprego por razões que os próprios mencionam, como doenças, a idade, a exclusão pelo cometimento do crime e o momento difícil pelo que o país está a passar. Este aspecto é no entanto ambíguo, visto que é exactamente por estarem inseridos em protocolos que não procuram emprego fora do mesmo, porque inseridos nesses, têm um emprego garantido pelo tempo que permanecerem na instituição, o que pode significar também uma dependência maior

desta última. Os 6 indivíduos pertencentes aos Assistidos que estão empregados estão também inseridos em protocolos, mas têm uma imagem diferente dos mesmos, pois não os vem como um trabalho permanente, mas apenas como um modo de ir subsistindo enquanto não encontram nada, daí se sentirem tão gratos pela ajuda da instituição.

3. De que forma o grau de dependência institucional está relacionado com a forma como vêm a instituição?

Relacionando as variáveis “dependência institucional” com a “forma de ver instituição”, posso a partir dos dados (Anexo 80) verificar que relativamente aos Dependentes institucionais, 58,3% dos indivíduos referiram que a instituição era a sua única solução, enquanto 25% referiram considerá-la como o prolongamento da prisão e 16,7% referir que é a alternativa à reincidência. Relativamente aos Assistidos, 91,7% refere a instituição como um apoio importante e apenas 8,3% refere a instituição como a alternativa a reincidência. Neste caso podemos verificar que há claramente uma tendência para os menos dependentes referirem a instituição como uma apoio importante e para os mais dependentes referirem a instituição como a única solução no momento.

4. De que forma a dependência institucional se relaciona com a identidade criada no momento actual?

Se relacionarmos a variável “dependência institucional” com a “identidade pessoal depois” e a “identidade social depois” podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 81) referir relativamente aos indivíduos que referem características sociais positivas, que 5 são dependentes institucionais, sendo que 80% dos mesmos referem características positivas relativamente à identidade pessoal e 20% refere características positivas e negativas relativamente à identidade pessoal, e 4 são Assistidos, sendo que 50% mencionam características pessoais positivas e 50% não referem características pessoais. Os 3 indivíduos que referem características negativas relativamente à identidade social são assistidos, sendo que 66,7% referem características pessoais positivas e 33,3% refere características positivas e negativas. Dos indivíduos que mencionam características sociais positivas e negativas, 5 são dependentes institucionais, sendo que 40% dos mesmos referem características pessoais positivas, 40% referem ambas as características e 20% não refere características, e 2 são assistidos

sendo que ambos referem características positivas relativamente à identidade pessoal. Dos 5 indivíduos que não referem características sociais, 2 são dependentes institucionais, sendo que 50% mencionam características positivas e negativas e os outros 50% não referem características pessoais, e 3 são assistidos, sendo que 33,3% refere características pessoais positivas, 33,3% refere negativas, e 33,3% refere positivas e negativas. Relativamente aos dados analisados, podemos referir que a maioria dos indivíduos Dependentes tem uma imagem pessoal positiva, assim como os assistidos. A maioria dos indivíduos Dependentes refere características sociais e pessoais positivas, já a maioria dos indivíduos Assistidos refere igualmente características pessoais e sociais positivas, tendo em conta que estes últimos são os únicos a referir características sociais e pessoais negativas. A maioria dos indivíduos tem mais facilidade em descrever-se positivamente a nível pessoal do que social.

C. Família

1. De que forma as relações familiares anteriores à prisão se assemelham às relações familiares actuais?

Relativamente ao primeiro grupo de indivíduos, se relacionarmos a variável “relações familiares” com “família” vamos ter a percepção das diferenças nas relações actuais tendo em conta as relações anteriores (Anexo 82). É importante referir que sem contacto com a família e sem família se relacionam com a definição de relações fracas, tendo em conta a inexistência de uma relação.

Tendo em conta os indivíduos que anteriormente mantinham relações fortes com a família, 90% tem actualmente contacto e apoio da mesma, e 10% não tem contacto com a família. Relativamente aqueles que mantinham relações fracas, actualmente já não têm família. É importante referir que tendo em conta a análise dos dados recolhidos, dos indivíduos que mantinham relações fortes, a maioria manteve relações com a família dentro da prisão e neste momento têm contacto com a família mas não tem apoio. Ainda referente a estes indivíduos os que não mantiveram relações tem igualmente contacto com a família que recuperaram posteriormente mas não tem apoio. Relativamente aos indivíduos que mantiveram relações fracas anteriormente, não mantiveram relações dentro da prisão e actualmente não tem família.

Relativamente ao segundo grupo de indivíduos, se cruzarmos as mesmas variáveis podemos observar a partir dos dados recolhidos (Anexo 82) que estes indivíduos têm actualmente família e apoio da mesma, sendo que 8 mantinham relações

fortes com a família anteriormente e 4 mantinham relações fracas. Tendo em conta os indivíduos que mantinham relações fortes, a maioria manteve relações com a família dentro da prisão, assim como aqueles que mantinham relações fracas. No momento actual independente do tipo de relações anteriores, todos tem contacto e apoio da família.

Tendo em conta os dois grupos de indivíduos é perceptível que a maioria dos indivíduos mantinha relações fortes antes do cometimento do crime, sendo que a maioria desses indivíduos pertence ao grupo dos *Dependentes institucionalizados*. Referentemente aos indivíduos que mantinham relações fracas a maioria pertencia aos *Assistidos desinstitucionalizados*. A partir dos dados podemos também verificar que aqueles que tinham relações fortes com a família, tem hoje contacto com a mesma, tendo em conta que uns têm apoio da mesma e os outros não.

2. De que forma as relações familiares anteriores à prisão se relacionam com as identidades construídas nessa altura?

Relativamente ao primeiro grupo de indivíduos se relacionarmos as variáveis “relações familiares”, “Identidade pessoal Antes” e “ Identidade social antes”, podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 83) referir que relativamente ao individuo que menciona características sociais positivas, este mantinha relações familiares fracas e refere características pessoais positivas. Tendo em conta os indivíduos que mencionam características negativas em relação a identidade social, mantinham relações fortes, sendo que 66,7% deles referiram características positivas em relação a identidade pessoal e 33,3% referiu características negativas. Dos indivíduos que não referem características sociais, 7 mantinham relações fortes com a família, sendo que 42,9% referiam características pessoais positivas, 28,6% referiram características sociais negativas, 14,3% referiu ambas as características, 14,3% não referiu, e 1 individuo mantinha na altura relações fracas com a família, e não referiu características pessoais. A maioria dos indivíduos que referiram características mencionou características pessoais positivas e características sociais negativas. Neste sentido podemos ainda referir que a maioria dos indivíduos que referiu características sociais positivas mantinham relações fracas com a família, e a maioria dos que referiram características sociais negativas mantinham relações fortes com a família. Relativamente à identidade pessoal positiva a maioria mantinha relações fortes e o mesmo se sucede relativamente aos indivíduos que referiram características pessoais negativas.

Relativamente ao segundo grupo de indivíduos, se relacionarmos as mesmas variáveis podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 83) referir que os indivíduos que referem características positivas relativamente à identidade social e não referem características pessoais, mantinham relações familiares fortes e relações fracas. Tendo em conta os indivíduos que referiram características positivas e negativas referentemente à identidade social, mantinham relações fortes anteriormente com a família e referiram igualmente ambas as características a nível pessoal. Relativamente aos indivíduos que não referem características sociais 6 referem ter mantido relações fortes com a família, sendo que 16,7% referiu características pessoais positivas, 16,7% referiu características positivas e negativas e 66,7% não referiram características, e 2 referiram ter mantido relações fracas, sendo que 50% mencionou características positivas e negativas em relação a identidade pessoal, e 50% não referiu. Relativamente a este grupo podemos ainda referir que a maioria dos indivíduos refere características sociais positivas e sociais negativas, assim como a maioria que refere características pessoais positivas mantinham relações fracas com a família e a maioria que referia características pessoais positivas mantinham relações fortes, assim como negativas também.

Considerando os dois grupos de indivíduos, e tendo em conta as relações fortes no primeiro grupo podemos verificar que os indivíduos têm mais facilidade em caracterizar-se do que os que mantinham relações fracas. Na sua maioria os indivíduos independentemente do tipo de relação familiar, tem uma imagem positiva de si próprios, havendo apenas 3 indivíduos do primeiro grupo que referem características sociais e pessoais negativas e mantinham relações fortes.

3. De que forma as relações familiares actuais se relacionam com as identidades construídas?

Relativamente ao primeiro grupo de indivíduos, se cruzarmos a variável “família” com a “identidade social depois” e a “identidade pessoal depois” podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 84) referir que tendo em conta os 5 indivíduos que referiram características positivas relativamente constituintes da identidade social, 80% mencionaram características positivas e 20% positivas e negativas relativamente à identidade pessoal, tendo em conta que no geral tinham família mas não tinham apoio. Dos indivíduos que referiram características sociais positivas e negativas, 2 tinham família mas não tinham apoio, sendo que 50% referiu características pessoais positivas e outros 50% características positivas e negativas, 1 não tinha contacto com a família e

não referiu características pessoais, e 2 não tinham família, sendo que 50% referenciou características pessoais positivas e os outros 50% referiram positivas e negativas. Tendo em conta os 2 indivíduos que não referiram características sociais, estes tinham família mas não tinham apoio da mesma, sendo que 50% referiu características pessoais positivas e negativas e outro não referiu. A maioria dos indivíduos que mostrou ter uma imagem positiva de si mesmo tinha família mas não tinha apoio.

Relativamente ao segundo grupo de indivíduos, se cruzarmos as mesmas variáveis que anteriormente, a partir da informação recolhida (anexo 84) podemos referir que tendo em conta que todos os indivíduos pertencentes a este grupo têm família e apoio, podemos referir que dos 4 indivíduos que referiram características sociais positivas, 50% referiram características pessoais positivas e 50% não referiram, dos 3 que referiram características sociais negativas, 66,7% referiram características pessoais positivas e 33,3% referiu positivas e negativas, os 2 indivíduos que referiram características sociais positivas e negativas referiram características pessoais positivas e relativamente aos 3 indivíduos que não referiram características sociais, 1 referiu características pessoais positivas, 1 referiu características pessoais negativas e 1 referiu ambas as características. Relativamente a estes indivíduos eles tem uma imagem positiva de si próprio na sua maioria.

Tendo em conta ambos os grupos, não existe uma grande diferença da distribuição dos indivíduos que tem família mas não tem apoio, e dos que tem família e apoio. Ambos os grupos referem na sua maioria ter uma imagem positiva tanto a nível pessoal como a nível social. Onde existem mais discrepâncias é relativamente a estes grupos com os que não tem contacto e não tem família. Neste sentido os indivíduos que tem família, mesmo não usufruindo do apoio da mesma, mostraram mais facilidade em caracterizar-se e demonstraram ter uma imagem positiva de si mesmo, tendo em conta que dos indivíduos sem família e sem contacto com a mesma mostraram mais facilidade em caracterizar-se ao nível social do que ao pessoal.

D. Emprego

1. De que forma o percurso profissional anterior à prisão se relaciona com as razões da delinquência?

Relativamente ao primeiro grupo, se relacionarmos a variável “situação de emprego antes do crime” e a variável “razões da delinquência” podemos a partir dos

dados recolhidos (Anexo 85) referir que dos indivíduos desempregados antes do cometimento do crime, 50% refere razões económicas para a delinquência, nomeadamente para o cometimento do crime, 25% refere razões sociais e 25% refere o Acaso como justificação. Tendo em conta os indivíduos Empregados, 62,5% refere o Acaso como justificação, 25% refere razões económicas e 12,5% refere razões sociais. Neste sentido a maioria dos desempregados refere razões económicas e a maioria dos empregados refere o acaso como justificação para o cometimento do crime.

Relativamente ao segundo grupo, se cruzarmos as variáveis anteriores podemos através dos dados obtidos (Anexo 85), referir que dos indivíduos que estavam desempregados, 28,6% referiram razões económicas para o cometimento do crime, 28,6% referiram características sociais, 28,6% referiram razões familiares e 14,3% referiram o acaso. Relativamente aos Empregados na altura, 60% referiram o acaso, 20% razões sociais e 20% razões familiares. A maioria dos indivíduos desempregados referem várias razões para o cometimento do crime, e a maioria dos Empregados refere o Acaso como justificação.

Tendo em conta os dois grupos de indivíduos, existe uma clara tendência para os indivíduos empregados apontarem o Acaso como justificação para o cometimento do crime, e para os desempregados apontarem as razões económicas como justificação para o cometimento do crime.

2. De que forma o percurso profissional anterior se relaciona com a identidade construída anteriormente?

Tendo em conta o primeiro grupo de indivíduos, se cruzamos as variáveis “Situação emprego antes do crime”, “identidade pessoal antes” e “identidade social antes” podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 86) referir que o indivíduo que refere características positivas relativamente à identidade social que constrói, estava empregado na altura do cometimento do crime e refere igualmente características positivas relativamente à identidade pessoal. Tendo em conta os indivíduos que referem características sociais negativas estavam os 3 empregados, sendo que 66,7% referiram características pessoais positivas e 33,3% refere características negativas. Por último, dos 8 indivíduos que não referem características pessoais, 4 estavam desempregados, 50% dos quais referem características pessoais positivas, 25% refere características

personais negativas, e 25% refere características pessoais positivas e negativas, e 4 estavam empregados, sendo que 25% referiu características pessoais positivas, 25% referiu características pessoais negativas e 50% não referiram. Relativamente aos dados analisados, os indivíduos que estavam empregados na altura referem mais capacidades de caracterização do que os que estão desempregados. Ao nível dos empregados, a maioria destes refere características sociais negativas, mas refere mais características pessoais positivas, tendo em consideração os desempregados, na sua totalidade não referem características sociais, e a maioria refere características pessoais negativas.

Relativamente ao segundo grupo, se cruzarmos as mesmas variáveis anteriores podemos a partir dos dados obtidos (Anexo 86) referir que os indivíduos que mencionam características sociais positivas, são na sua maioria desempregados não referem características pessoais, apenas surgindo um indivíduo que estava empregado na altura e não refere características pessoais. Tendo em conta o indivíduo que refere características positivas e negativas, são desempregados e referem características pessoais negativas. Dos restantes indivíduos, 4 eram desempregados e 4 empregados os que não referem características sociais. Quanto aos primeiros, 25% refere características pessoais positivas, 25% refere características pessoais negativas e 50% não referem, tendo em conta que dos segundos 25% referiu características pessoais negativas e 75% não referiram.

Tendo em conta os dois grupos de indivíduos, podemos verificar que a maioria tanto de um como de outro, não referem características. Relativamente aos empregados, há um maior número de indivíduos, que referem características sociais negativas no segundo grupo, e um maior número de indivíduos que referem características pessoais positivas pertencentes ao primeiro grupo. Neste sentido, existe uma maior tendência para os *Assistidos desinstitucionalizados* desempregados referirem características sociais positivas, e para os *Dependentes institucionalizados* empregados referirem características pessoais positivas.

3. De que forma o percurso profissional actual se relaciona com a identidade construída actualmente?

Relativamente ao grupo dos *Dependentes institucionalizados* se cruzarmos a variável “Percurso profissional actual”, com a “identidade pessoal depois” e a “identidade social depois” podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 87), que tendo

em conta os 5 indivíduos que referem características sociais positivas, 4 estão empregados, sendo que 75% destes referem características pessoais positivas e 25% características positivas e negativas, e 1 é reformado e refere características pessoais positivas. Dos 4 indivíduos que referiram características positivas e negativas, 1 é desempregado e refere características pessoais positivas, 3 estão empregados, dos quais 66,7% referem características pessoais positivas e negativas, e 33,3% não refere características pessoais, e 1 é reformado e refere características pessoais positivas. Relativamente aos indivíduos que não referem características sociais, estão empregados, e 50% refere características pessoais positivas e negativas e 50% não refere. A maioria dos indivíduos refere características pessoais e sociais positivas, tendo em conta que a maioria dos empregados referem características sociais e pessoais positivas, e que o único indivíduo desempregado refere características sociais positivas e negativas e características pessoais positivas.

Tendo em consideração o segundo grupo de indivíduos, se cruzarmos as mesmas variáveis que anteriormente, podemos a partir dos dados recolhidos (anexo 87) referir que os indivíduos que referem características positivas associadas à identidade social 3 estão desempregados e 1 está empregado, tendo em consideração que dos primeiros, 66,7% referem características pessoais positivas, e 33,3% não refere características, e o segundo não refere igualmente características sociais positivas. Tendo em conta os indivíduos que referem características negativas, 1 está desempregado e refere características pessoais positivas e 2 estão empregados, 50% dos quais refere características pessoais positivas e 50% características pessoais positivas e negativas. Os indivíduos que referem os dois tipos e características sociais 1 está desempregado e 1 está empregado e ambos referem características pessoais positivas. Por último, tendo em conta os indivíduos que não referem características sociais positivas, 1 está desempregado e refere características positivas e negativas e 2 estão empregados, sendo que 50% refere características pessoais positivas e 50% refere características pessoais negativas. A maioria dos indivíduos desempregados refere características positivas tanto sociais como pessoais, e a maioria dos empregados refere características pessoais positivas e características sociais negativas.

Tendo em conta os dois grupos de indivíduos, a maioria dos mesmos tem uma imagem positiva de si mesmo, no entanto dos indivíduos empregados do segundo grupo tem uma imagem pessoal negativa.

E. Trajectória de reinserção

1. De que forma o Ambiente social se relaciona com a dependência institucional?

Relativamente à variável “Dependência institucional”, é pertinente juntar os dados dos dois grupos de indivíduos por obtermos informação mais organizada e compreensível. A variável ambiente social está associada à trajectória pela qual o indivíduo passa quando sai da prisão, dividindo assim em trajectória de exclusão e trajectória de inclusão.

Relativamente ao primeiro grupo se relacionarmos estas variáveis, a partir dos dados obtidos (Anexo 88), podemos referir que os indivíduos que têm uma trajectória de exclusão associada, 50% são dependentes institucionais e 50% são assistidos, tendo em conta que dos 16 indivíduos que referem indícios de trajectória de inclusão, 50% são dependentes institucionais e 50% são assistidos. Neste sentido, tanto os dependentes institucionais como os assistidos tem mais indivíduos que passaram por uma trajectória de inclusão, tendo em ambos os casos uma distribuição uniforme.

2. De que forma o ambiente social se relaciona com o tipo de crime?

Relativamente ao primeiro grupo, se cruzarmos a variável “ambiente social” e “crime” podemos a partir dos dados (Anexo89) referir que dos indivíduos que passaram por uma trajectória de exclusão, 50% cometeu o crime de tráfico, 25% o crime de homicídio e 25% cometeu o crime de abuso sexual de menores. Já os indivíduos que passaram por uma trajectória de inclusão 37,5% cometeu o crime de tráfico, 37.5% cometeu o crime de homicídio, e 25% cometeu o crime de roubo/furto. Relativamente aos indivíduos que cometeram o crime de roubo/furto passaram todos por uma trajectória de inclusão, relativamente aos que cometeram o crime de tráfico, a maioria passou por uma trajectória de inclusão, e o mesmo acontece com os indivíduos que cometeram o crime de homicídio, ao contrário do individuo que cometeu abuso sexual de menores que passou por uma trajectória de exclusão. Sendo assim, a maior parte dos indivíduos que referem ter uma trajectória de inclusão, cometeram o crime de tráfico, e os que passaram por uma trajectória de inclusão cometeram o crime de tráfico e homicídio.

Relativamente ao segundo grupo de indivíduos, se cruzarmos as mesmas variáveis podemos a partir dos dados (Anexo 89) referir que dos indivíduos que referem ter passado por uma trajectória de exclusão, 25% cometeu o crime de tráfico, 25% o

crime de roubo/furto, 25% cometeu homicídio e 25% condução sem carta. Já relativamente aos indivíduos que passaram por uma trajectória de inclusão 62,5% cometeram o crime de roubo/furto, 12,5% o crime de tráfico, 12,5% o de violência doméstica e 12,5% o de condução sem carta. A partir destes dados podemos observar que a maioria dos indivíduos cometeu o crime de roubo/furto e refere ter passado por uma trajectória de inclusão, tendo em conta que o único indivíduo que cometeu homicídio passou por uma trajectória de exclusão e o único que cometeu violência doméstica passou por uma trajectória de inclusão.

Tendo em conta os dois grupos de indivíduos podemos referir que a maioria dos indivíduos que cometem o crime de roubo/furto, passaram por uma trajectória de inclusão, sendo que o mesmo acontece com os indivíduos que cometeram o crime de tráfico. Relativamente aos indivíduos que cometeram homicídio os indivíduos do primeiro grupo na sua maioria passaram pela trajectória de inclusão e o indivíduo do segundo grupo passou pela de exclusão. Tendo em consideração os crimes de viação os resultados estão divididos. É ainda importante referir que os indivíduos que mais referem ter passado por uma trajectória de exclusão cometeram o crime de tráfico e são do primeiro grupo. Nesta perspectiva podemos referir que os indivíduos, na sua maioria, não são influenciados pelo crime a passar por uma trajectória de exclusão.

3. De que forma o ambiente social se relaciona com a forma como os indivíduos vêm a instituição?

Relativamente ao grupo dos *Dependentes institucionalizados* se cruzarmos a variável “ambiente social” com a “ forma de ver a instituição” podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 90) referir que os indivíduos que referem ter passado por uma trajectória de exclusão, 75% refere a instituição como sendo a única solução, e 25% refere como o prolongamento da prisão. Já relativamente à trajectória de inclusão 50% refere a instituição como sendo a única solução, 25% referem como alternativa a reincidência e 25% como o prolongamento da prisão. Perante a análise dos dados, a maioria dos indivíduos que estão associados à trajectória de exclusão, referem a instituição como sendo a única solução e o mesmo sucede nos indivíduos da trajectória de inclusão.

Tendo em conta o grupo dos *Assistidos desinstitucionalizados* se cruzarmos as mesmas variáveis , podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 90) referir que dos indivíduos associados à trajectória de exclusão, 75% refere a instituição como uma

apoio importante e 25% como a alternativa a reincidência. Já os indivíduos associados à trajectória de inclusão referem que a instituição é um apoio importante. A grande maioria, excluindo apenas 1 indivíduo, refere que a instituição é um apoio importante. O único indivíduo que a refere como a alternativa a reincidência está associado a uma trajectória de exclusão.

Apoiada nesta análise podemos facilmente perceber que os únicos indivíduos que referem a instituição como um apoio importante são os indivíduos do segundo grupo que não estão a residir na instituição, e que tem nomeadamente uma trajectória de inclusão. A maioria dos indivíduos do primeiro grupo está associada a uma trajectória de inclusão e referem a instituição como a única solução do momento.

4. De que forma o ambiente social se relaciona com o percurso profissional actual?

Relativamente ao primeiro grupo de indivíduos, se cruzarmos o “ambiente social” com o “percurso profissional actual” podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 91) referir que os indivíduos que referem a trajectória de exclusão 75% está empregado e 25% está desempregado. Já os indivíduos que referem uma trajectória de inclusão 75% estão empregados e 25% estão reformados. Neste sentido, os indivíduos empregados tem na sua maioria uma trajectória de inclusão, assim como os reformados, ao contrário do único indivíduo desempregado que refere ter passado por uma trajectória de exclusão.

Tendo em conta o segundo grupo de indivíduos se cruzarmos as mesmas variáveis podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 91) referir que relativamente à trajectória de exclusão 75% dos indivíduos estão desempregados e 25% empregados. Já em relação à trajectória de inclusão 62,5% estão empregados e 37,5% estão desempregados. Neste sentido, a maioria dos indivíduos que refere uma trajectória de exclusão está desempregado e a maioria dos que referem trajectória de inclusão estão empregados.

Em relação aos dois grupos de indivíduos, a maioria dos indivíduos que estão desempregados tem uma trajectória de exclusão, enquanto os que estão empregados passam por uma trajectória de inclusão.

5. De que forma o ambiente social se relaciona com as relações familiares actuais?

Relativamente ao primeiro grupo de indivíduos, se cruzarmos a variável “ambiente social” com “família” podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 92) referir que dos indivíduos que têm uma trajectória de exclusão, 75% tem família mas não tem apoio e 25% não tem contacto com a família. Já os que tem uma trajectória de inclusão, 75% tem família mas não tem apoio e 25% não tem família. Em ambos os casos a maioria dos indivíduos tem família mas não tem apoio da mesma. Apenas 1 indivíduo que tem uma trajectória de exclusão não tem contacto com a família e 2 tem uma trajectória de inclusão e não tem família.

Relativamente ao segundo grupo de indivíduos se cruzarmos as mesmas variáveis podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 92) referir que tendo em conta que os indivíduos têm todos família e apoio, 4 dos 12 indivíduos tem uma trajectória de exclusão e 8 tem uma trajectória de inclusão.

Tendo em consideração os dois grupos, a maioria dos indivíduos que tem uma trajectória de inclusão tem família e apoio, seguindo-se daqueles que tem família mas não tem apoio. A maioria dos indivíduos nesta última situação, passaram por uma trajectória de inclusão, enquanto o que não tem contacto com a família passou por uma trajectória de exclusão. Por fim, os que não tem família passam ambos por uma trajectória de inclusão. Neste sentido podemos perceber que os indivíduos que passam por uma trajectória de inclusão têm na sua maioria família.

6. De que forma o ambiente social se relaciona ao tipo de identidades construídas actualmente?

Relativamente ao primeiro grupo de indivíduos, se cruzarmos a variável “ambiente social” com a variável “identidade pessoal depois” e a “identidade social depois” podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 93) referir que dos indivíduos que referiram características sociais positivas, dois referiram passar por uma trajectória de exclusão, e mencionaram características pessoais positivas, e 3 referiram passar por uma trajectória de inclusão, tendo em conta de que 66,7% referiram características pessoais positivas e 33,3% referiu características pessoais positivas e negativas. Dos indivíduos que referem características sociais positivas e negativas, 2 referem ter passado por uma trajectória de exclusão, em que 50% refere características pessoais positivas e 50% não refere características, e 3 referem ter passado por uma trajectória de inclusão, em que 33,3% refere características pessoais positivas e 66,7% referem

características pessoais positivas e negativas. Tendo em conta os indivíduos que não referem características sociais referem ter passado por uma trajectória de inclusão, tendo em consideração que 50% refere características pessoais positivas e 50% não refere características pessoais. A maioria dos indivíduos que referem uma trajectória de exclusão referem características sociais e pessoais positivas mostrando ter uma imagem positiva de si mesmos. Tendo em conta os indivíduos que referem uma trajectória de inclusão, a maioria dos mesmos referem características sociais e pessoais positivas e negativas, mostrando que tem na sua maioria uma imagem positiva de si mesmos. Neste sentido os indivíduos que tiveram uma trajectória de exclusão referem apenas características positivas, mostrando ter uma imagem positiva, mas os que tiveram uma trajectória de inclusão referem ambas as características, sendo na sua maioria positivas, mostrando assim ter uma melhor capacidade de qualificação pessoal e uma imagem positiva de si próprios.

Relativamente ao segundo grupo de indivíduos, se cruzarmos as mesmas variáveis, podemos a partir dos dados recolhidos (Anexo 93) referir que os indivíduos que referem características positivas associadas à identidade social, 2 referiram ter passado por uma trajectória de inclusão, em que 50% dos mesmos mencionaram características pessoais positivas, e 50% mencionaram características pessoais negativas. Ainda relativamente a estes, 2 passaram pela trajectória de exclusão, em que 50% referiu características pessoais positivas e 50% não referem características. Dos que referiram características sociais negativas, 2 referiram características pessoais positivas, tendo passado por uma trajectória de inclusão, e 1 mencionou características pessoais positivas e negativas tendo passado por uma trajectória de exclusão. Relativamente aos indivíduos que referem características sociais positivas e negativas, referem ter passado por uma trajectória de inclusão, mencionando características pessoais positivas. Aqueles que não referem características sociais, referem ter passado por uma trajectória de exclusão, em que 33,3% dos indivíduos menciona características pessoais positivas, 33,3% refere características pessoais negativas e 33,3% características positivas e negativas. A maioria dos indivíduos que tem uma trajectória de exclusão tem uma imagem positiva de si mesmo em relação com os outros, tendo em conta que a nível da caracterização pessoal referem ambas as características mas mais positivas. Tendo em conta os indivíduos com uma trajectória de inclusão estes mostraram ter uma imagem positiva de si mesmos, tendo em conta que a nível social refere características positivas e negativas.

Tendo em conta os dois grupos de indivíduos, podemos referir que na sua maioria os indivíduos tem uma imagem positiva de si mesmos. Os indivíduos do primeiro grupo que tem uma trajectória de inclusão referem ambas as características relativamente à identidade social e à identidade pessoal, o que não se observa totalmente no segundo grupo, tendo em consideração que em termos de identidade pessoal a maioria refere claramente características positivas. Observando os indivíduos com trajectória de exclusão os do primeiro grupo têm claramente uma imagem positiva de si mesmos, e o mesmo se observa nos indivíduos do segundo grupo.

5.3 Análise factorial e comentário sobre dados recolhidos

Depois do cruzamento de variáveis, que tornou possível a compreensão relativamente às relações possíveis entre as variáveis consideradas, tornou-se pertinente realizar a análise factorial dos dados em questão de forma a compreender as possíveis relações entre todas as variáveis em estudo. Neste sentido, foi possível apurar perfis dos dois grupos de indivíduos e posteriormente compreender as identidades criadas por estes tipos de indivíduos. É importante referir que os dados mencionados foram resultantes de uma análise dos factores 1 e 2 resultantes da análise factorial em SPAD, em conjunto com uma análise das modalidades em 3 classes. A primeira análise oferece-nos as características principais e as que mais pesam na caracterização destes indivíduos, e a segunda complementa alguns aspectos. É ainda relevante mencionar que a partir da análise das classes não posso inferir relações causais, mas apenas desenhar o perfil dos indivíduos, tendo em conta que o *v.test* nos indica que as modalidades com valor abaixo de 2, tem um nível de significância cada vez mais baixo e isso torna-as menos prováveis de serem caracterizantes no grupo. Contudo, sociologicamente foi pertinente apontar algumas delas para uma melhor compreensão dos dados.

Tendo em conta a leitura dos factores (Anexo 94), a partir dos dados considerados foram encontrados três grupos distintos de indivíduos, contudo, apenas considere dois, pela falta de pertinência em estudar o terceiro, que é apenas constituído por 1 individuo, que apesar de se inserir num dos grupos tem características muito específicas que o faziam estar numa zona indefinida entre um grupo e o outro. Podemos então referir, e tendo em conta a distinção que fizemos ao longo do presente trabalho, que o primeiro grupo definido é constituído por indivíduos residentes na instituição, dependentes da mesma e sem apoio familiar. A partir dos factores podemos referir ainda que em termos de trabalho actualmente encontram-se empregados, falam e

culpabilizam-se pelo seu crime e em termos de identidade pessoal constituída antes do crime, referem características positivas. Relativamente a este primeiro grupo estas são as características mais marcantes e que os distinguem dos restantes indivíduos, tendo em conta que a dependência institucional e as relações familiares actuais são as que melhor caracterizam este grupo. Já o segundo grupo definido, este é construído pelos indivíduos assistidos, que são exteriores à instituição, que tem apoio familiar, e na sua maioria estão desempregados. Em termos de relações com a instituição não mantém relações fortes, e refecerem-se à mesma como um apoio importante, tendo em conta ainda que relativamente à prisão a vêem como uma coisa positiva.

A par destes dados, tornou-se pertinente tendo em conta a informação recolhida em capítulos anteriores, aprofundar a informação à cerca destes grupos. Neste sentido, a leitura das classes (Anexo 95), tornou-se relevante neste aspecto. Construí então um quadro resumo (Anexo 96) com os dados pertinentes para o conhecimento mais aprofundado destes indivíduos e segundo o mesmo podemos verificar informação complementar que não verificamos nos factores, por estes apenas nos indicarem as características que mais peso tem para a caracterização dos grupos. Tendo em conta o primeiro grupo, para além das características já referidas, os indivíduos referem a instituição como a única solução que têm, mantendo no entanto relações fracas não com a instituição mais precisamente com os indivíduos com quem reside. Em termos de crime prevalece o de roubo/furto, e em termos de relações com a família na infância estes mantinham relações fortes. Relativamente ao segundo grupo, para além do que já foi referido, estes indivíduos referiram estar empregados antes da inserção na prisão, falam e culpabilizam-se relativamente ao cometimento do mesmo, cometeram nomeadamente o crime de tráfico e tendo em conta a forma como encaram a prisão, referem aspectos positivos sobre a mesma. As relações que mantinham com a família na infância eram fracas e referem aspectos associados a uma trajectória de inclusão em liberdade.

Perante os dados referenciados temos então dois grupos de indivíduos com características distintas. Podemos considerar o primeiro grupo associado a situações de fatalidade em que não têm nada e necessitam de todo o apoio da instituição para sobreviver, e o segundo grupo associado a relações instrumentais relacionadas com a distância à instituição e à forma como eles a vêem. Tendo em conta a informação referida, temos então um grupo cujo processo de reinserção está dependente da instituição, por não terem outro apoio e esta ser a única solução, e que pode ser positivo

ou negativo mediante as características dos indivíduos e a forma como encaram a institucionalização e o assistencialismo, e temos um outro grupo que tem apoio familiar e que é exterior à instituição, que está distante da mesma e que apenas a vê como provedora de recursos. Existem então três características que os distinguem claramente, a família, a dependência institucional e a forma como vêem a instituição. O primeiro grupo de indivíduos não tem família por isso a dependência à instituição é extrema, referindo a mesma como a única solução que tem no momento, já o segundo grupo tem apoio familiar e por isso não estão em dependência institucional como o grupo anterior, referindo-se à mesma como um apoio importante. Em termos de relações mantidas com a instituição podemos verificar que o primeiro grupo mantém relações fracas com os companheiros, o que pode significar um maior isolamento e dificuldades relacionais, e consequentemente uma maior dependência à instituição, ao contrário do segundo grupo cujos indivíduos não mantem relações, pelo maior distanciamento.

Tendo em conta a tipologia definida, podemos referir alguns aspectos importantes a par dos cruzamentos anteriores e que caracterizam estes indivíduos, e inclusive justificam as características mencionadas. Relativamente ao crime, cometido por todos os indivíduos em estudo e que foi a causa do tempo considerado em prisão, se tivermos em conta as razões que referem para justificar o cometimento do mesmo, existem semelhanças entre os dois grupos, nomeadamente no que se refere aos crimes contra as pessoas, cujos indivíduos mencionam sempre que foi fruto do acaso e que não foram planeados, ao contrário dos crimes associados ao tráfico e ao roubo que já referem características mais vastas, nomeadamente, quanto ao primeiro, as razões sociais e económicas e até ao acaso, e ao segundo maioritariamente as razões económicas. Os indivíduos desempregados têm a tendência, em ambos os grupos, de referirem razões económicas para o cometimento do crime, ao contrário dos empregados que referem na sua maioria, em ambos os grupos, o acaso como justificação do cometimento do crime, o que por um lado faz sentido, tendo em conta que o crime surge na vida destes indivíduos como uma ruptura associada a algum aspecto da vida dos mesmos. Segundo os dados recolhidos em ambos os grupos é verificada a não culpabilização de indivíduos que cometeram crimes contra pessoas, tendo em conta que estes são os mais difíceis de ser aceites pelos próprios pelo estigma associado aos mesmos. Relativamente aos outros tipos de crimes, os indivíduos divergem nas posições tomadas, alguns culpabilizam-se pelo crime tomando

consciência de que o cometeram, mas outros não se culpabilizam e referem aspectos exteriores para justificarem os seus actos.

Se falarmos das relações familiares e tentarmos compreender de que forma o cometimento do crime influencia essas relações, podemos referir que na sua maioria os indivíduos de ambos os grupos têm relações com família, independentemente do crime cometido mas os do primeiro grupo não tem apoio e os do segundo têm. Pelos dados recolhidos estas relações que foram mantidas tem a ver com relações fortes anteriores ao cometimento do crime, que não justificam a falta de apoio que os indivíduos dependentes institucionais têm.

Relativamente à dependência institucional ela é facilmente compreendida e justificada. Aqueles que têm família mas não tem apoio, os que não tem relações com a mesma, e os que não tem família são os mais propícios a depender da instituição, como é o caso dos indivíduos pertencentes ao primeiro grupo. Esta dependência é também justificada pela situação profissional actual. No caso dos indivíduos em residência, estes trabalham em protocolos, que apesar de terem como objectivo transmitir-lhes ferramentas e hábitos de trabalho para gradualmente se inserirem em sociedade, têm também a desvantagem de os acomodar ao facto de trabalharem e não terem que se esforçar para procurar um emprego lá fora, que em conjunto com os poucos gastos que tem com a residência, implica que os mesmos se adaptem à vida institucional. Neste caso, o emprego não tem aqui só a função de reinserção como tem nos indivíduos exteriores à instituição.

Relacionando a informação recolhida existe um dado que me leva a crer que a instituição e a família funcionam ambas como forma de protecção destes indivíduos, mas com conotações diferentes. Em ambos os grupos a maioria dos indivíduos referem aspectos relacionados com uma trajectória de inserção em liberdade. Isto significa que não sentiram a exclusão social adjacente aos indivíduos que estiveram presos e que nunca se sentiram discriminados, tendo em conta que muitos não passaram por uma trajectória de exclusão porque salvaguardaram questões da sua vida relacionados com o crime, nomeadamente no trabalho. O reduzido número de indivíduos que refere características associadas à trajectória de exclusão referem que muito teve a ver com o crime que cometeram, e alguns referem a conotação negativa que a instituição tem na sociedade, por estar associada a este tipo de população. No entanto, se a família é um indicador de uma boa reinserção social, por toda a significância que esta acarreta, a instituição também tem esse papel, protegendo-os em parte das dificuldades exteriores e

apoando-os em todos os níveis. Ainda relativamente às trajectórias definidas pelos indivíduos, podemos referir, segundo dados já mencionados, que em ambos os grupos os indivíduos que estão empregados têm uma trajectória de inclusão e os indivíduos que não têm emprego, estão associados a uma trajectória de exclusão. Neste sentido podemos facilmente compreender o peso que o emprego tem na reinserção destes indivíduos, assim como a família, no sentido em que a maioria dos indivíduos, independentemente do apoio recebido ou não pela mesma, passa por uma trajectória de inclusão.

A análise realizada é então a base para chegar até ao objectivo central do presente trabalho, a construção de identidades por estes indivíduos. Temos então dois grupos distintos que apesar de algumas diferenças têm algumas semelhanças também. Neste sentido, é importante compreender o tipo de identidades construídas, tendo em conta a imagem que os indivíduos têm de si mesmos, procurando perceber a forma como essas identidades construídas se relacionam com determinados parâmetros e como se diferenciam entre os dois grupos.

Tendo em conta os dados da caracterização dos indivíduos tendo em conta os factores e as classes provenientes da análise factorial (Anexo 96) podemos verificar que os indivíduos do grupo 1, nomeadamente os *Dependentes Institucionalizados*, mencionam características pessoais positivas para se caracterizarem anteriormente ao crime, e características pessoais positivas e negativas para se caracterizarem actualmente. Relativamente à identidade social anterior ao cometimento do crime, os indivíduos mencionam características sociais negativas, tendo em conta que actualmente mencionam características sociais positivas. Neste sentido, podemos perceber que na sua maioria os indivíduos têm uma imagem positiva de si mesmo, antes e depois do crime. Já referentemente ao segundo grupo, os indivíduos não têm uma imagem construída de si próprios relativamente à identidade pessoal antes do crime, e a nível da identidade social referem características positivas para se caracterizar anteriormente ao cometimento do crime e negativamente depois do crime.

Tendo em conta a lista das características pessoais antes e depois da prisão (Anexo 63), podemos dividi-las em características de Ser e características de Estar em que as primeiras se relacionam com as formas de ser do indivíduo, que tem mais tendência a não se alterar consoante a situação, e as segundas com as formas de estar dependendo das situações, e que podem ser alteradas dependendo do momento. Esta caracterização foi dividida por estes parâmetros tendo em conta o observado e o

contexto em que foram mencionadas as características. Relativamente às características de Ser temos: Impulsivo, atinado, rebelde, normal, aventureiro, esperto, desenrascado, boa pessoa, frágil, má pessoa, Correcto, negativo, determinado, positivo, simples, equilibrado, desleixado e bom coração. Tendo em consideração as características de estar: Sossegado, bem comportado, calmo, irrequieto calmo, não se aborrece facilmente, concentrado, irrequieto, mau humor, confiante e sorridente. Relativamente a esta informação podemos dizer que os indivíduos em termos de imagem pessoal que têm de si mesmos referiram mais características de Ser do que de estar. A partir do quadro em anexo (Anexo 65) podemos referenciar que a maioria das características mencionadas são positivas e que a nível da caracterização actual são mencionadas mais características.

Tendo em conta a identidade colectiva, mais concretamente a identidade social verifica-se uma maior facilidade também para referir características de Ser: racista, influenciável, compreensivo, bem-educado, reservado, não é rancoroso, solidário, disponível, singular, respeitador, reservado, honesto, possessivo, ciumento, impaciente, pacífico, influenciável, transparente, amigo, pessoa de confiança, divertido, normal, extrovertido. Quanto às características de Estar falamos em: sociável, dependente e agressivo. Tendo em conta o quadro referido em anexo (Anexo 65) podemos perceber o mesmo que se verifica relativamente às identidades anteriores, em que são mencionadas mais características positivas e em maior quantidade tendo em conta a identidade construída actualmente. Nesta fase podemos ainda referir as características a nível da identidade profissional, familiar e escolar que se relacionam para características de Ser, e que não tem tanto ênfase como as pessoais e sociais.

A forma como os outros os vêem é uma forte influência na construção de identidades mas no caso em estudo, os indivíduos não tem a percepção concreta relativamente aquilo que os outros pensam de si, e não mencionaram características que fossem relevantes para tirar conclusões. Nesse sentido, mesmo que tenha uma forte influência na construção das suas identidades, isso não é percebido.

Em dados anteriormente referidos percebemos que em termos das identidades construídas, o crime não é um factor que influencie negativamente as identidades. Em ambos os grupos as identidades construídas, tanto a nível pessoal como a nível social, são positivas, demonstrando isso que os indivíduos têm uma imagem positiva de si próprios independentemente do crime cometido. Sendo os dois grupos claramente diferenciados pela dependência institucional, podemos referir que

independentemente do grau de dependência, ou seja, independentemente de pertencer aos *Dependentes institucionalizados* e os *Assistidos desinstitucionalizados*, na sua grande maioria os indivíduos constroem características pessoais e sociais positivas.

As relações familiares são também elementos caracterizadores destes grupos de indivíduos. Se tivermos em conta as relações familiares anteriores ao crime podemos referir que a maioria dos indivíduos do primeiro grupo independentemente do tipo de relações, fortes ou fracas, tem uma imagem positiva tanto social como pessoal relativamente ao momento antes do crime, e ao nível do segundo grupo a maioria não refere características, mas quando refere, menciona características negativas tanto sociais como pessoais. Denota-se que não há um padrão característico nem diferenciador dos tipos de relações familiares. Quando nos referimos às relações actuais com a família então aqui percebemos exactamente que os indivíduos mencionam características na sua maioria positivas. No entanto estas são mais vincadas nos indivíduos que mantem relações com a família, independentemente do apoio que recebem, no sentido em que associadas aos indivíduos sem contacto familiar ou sem família, grande parte mencionam para além de características positivas também características negativas. Tendo em conta a situação de emprego anterior ao cometimento do crime, relativamente ao primeiro grupo tanto os indivíduos empregados como os desempregados referem características pessoais positivas mas não referem características sociais, o mesmo não acontece no segundo grupo em que a maioria dos indivíduos não refere características. Neste sentido é perceptível que a condição de emprego não afecta as identidades construídas, e o mesmo se verifica se relacionarmos a situação de emprego actual com as identidades criadas actualmente, em que a maioria dos indivíduos de ambos os grupos referem características positivas, tendo em conta que apenas no segundo grupo os empregados referem características sociais negativas.

Relativamente à trajectória de reinserção, tendo em conta que falamos de trajectórias de exclusão e inclusão, podemos referir que a maioria dos indivíduos refere características positivas, havendo uma maioria no segundo grupo relativo à trajectória de exclusão que não refere características sociais.

5.4 Conclusões

Em sociedade, quem está preso é considerado como delinquente mas não percebido necessariamente como tal, tratando-se por isso de uma identidade negativa mas que é imposta do exterior e que permanece muitas vezes depois da prisão. A prisão

implica a atribuição de estatutos novos, e maioritariamente negativos, que leva muitas vezes o indivíduo a considerarem-se como rejeitados na sociedade, constituindo assim, esta experiência da privação de liberdade, como um atentado à identidade do indivíduo que sai transformado e estigmatizado como delinquente.

O indivíduo considerado estigmatizado tem as mesmas crenças sobre a identidade que os considerados normais, em que os sentimentos sobre ele podem influenciar a sua sensação de ser uma pessoa igual às outras. Quanto mais inserido o indivíduo estiver no contexto grupal com tudo o que o mesmo acarreta, mais consolidada está a sua identidade pessoal e social, tendo em conta que os indivíduos só formam a sua identidade quando são reconhecidos intersubjectivamente. Nesta esfera da solidariedade social, da assistência, os indivíduos desenvolvem uma auto estima que remete para a aceitação das qualidades individuais julgadas a partir dos valores da comunidade. As políticas sociais têm assim o objectivo de integrar os assistidos mas podem igualmente contribuir para estigmatizar esses indivíduos, no sentido em que na falta de alternativas à assistência, estes aceitam a ideia de depender e de manter relações com os serviços assistenciais para obter auxílio. Recorrer à assistência ainda é visto como algo humilhante que pode produzir mudanças no itinerário moral do indivíduo.

O sentimento de pertença ao grupo vai influenciar o indivíduo no sentido em que transmite o sentimento do “nós”, e o socializa por relação aos valores do próprio grupo e às suas características e particularidades. A adesão a um grupo pode ser justificada pelos interesses e fins comuns e pelas características pessoais. Os indivíduos adquirem e modificam a sua identidade social através da pertença a grupos distintos.

Segundo GOFFMAN (1981), o conceito de identidade social permite considerar a estigmatização, assim como o de identidade pessoal permite considerar o papel do controlo de informação na manipulação do estigma. Quanto mais o indivíduo se liga aos normais menos estigmatizado se irá considerar. Segundo o que o autor refere, o indivíduo estigmatizado tende a definir-se como uma pessoa não diferente de qualquer outra, embora ao mesmo tempo ele e as pessoas mais próximas o definam como marginalizados. Para Bajoit³³ (MARTINEZ, 2011), existem três tipos de identidade: a identidade desejada, que se relaciona com a ideia que o indivíduo age consoante aquilo que deseja ser; a identidade atribuída, em que o indivíduo age de acordo com as expectativas que os outros têm de si; e a identidade assumida que está relacionada com

³³ Referencia a Guy Bajoit (2003), “Todo Cambio. Análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporáneas

um conjunto de compromissos identitários que o indivíduo assume consigo mesmo e que realiza em relação com os outros. Os indivíduos podem valorizar positiva ou negativamente as identidades próprias e as estas deixarem de proporcionar o mínimo de vantagens é porque o agente social foi alvo de estigmas e estereótipos atribuídos por outros.

Perante os factos argumentados e tendo em conta todos os dados analisados ao longo do presente trabalho, podemos concluir sobre algumas questões, tendo em consideração que a ideia não é fazer generalizações mas apenas apresentar dados e tirar conclusões acerca dos indivíduos em estudo.

Estando estes indivíduos sujeitos a um ambiente de privação na prisão, diferente do exterior e que os pressiona a cumprir regras e a estabelecer limites, é de esperar, segundo a literatura sobre o tema, que estes factores afectem as identidades destes indivíduos negativamente, e inclusive que os façam perder a identidade no espaço de tempo em que permanecem nos estabelecimentos prisionais. A sociedade estigma estes indivíduos por terem cometido um crime não cumprindo com as normas da sociedade, e estes acabam por muitas vezes se sentir excluídos da sociedade nomeadamente da esfera do trabalho.

A ideia era então perceber que tipo de identidades eram construídas tendo em conta que estes indivíduos estavam propícios a perceber um estigma e a sentir a exclusão social, ou discriminação social. Contudo, apesar do referido, os indivíduos em estudo, e podemos comprovar isso a partir dos dados já referidos anteriormente, não assumem um estigma e têm na sua grande maioria uma imagem positiva de si mesmos. Sabem que se falarem no seu crime, ou se referirem que estiveram presos podem ser alvo de exclusão ou discriminação mas procuram afastar-se disso. Constroem identidades pessoais e sociais, existindo uma minoria que constrói identidades profissionais, familiares e escolares, e referem na sua maioria características positivas para se caracterizarem tanto a nível pessoal como social, não existindo um factor concreto que influencie negativamente essas identidades construídas.

Neste sentido, posso concluir pelo estudo deste grupo de indivíduos durante o tempo em que a investigação ocorreu, que estes indivíduos têm perfeita noção de que existe um estigma associado aos indivíduos que passaram pela instituição prisional mas consideram-se, ou interiorizam isso, pessoas normais e alguns banalizam a passagem pela prisão ou consideram-na de todo positiva para o seu crescimento intelectual. A família, sendo ela um elemento essencial e facilitador de reinserção, é o ponto de

controlo e equilíbrio do segundo grupo que usufrui de apoio familiar, sendo perceptível que por isso consiga construir uma imagem positiva de si mesmo e se sinta protegido da exclusão e dos efeitos nefastos da prisão. Contudo, o primeiro grupo, não tem família e quando saiu da prisão não tinha nada, tendo apenas como solução o pedido de apoios sociais. Neste sentido, inseridos numa instituição deste tipo, em que são apoiados a todos os níveis, e onde são tratados como pessoas normais, onde o estigma ou a exclusão não se sente, os indivíduos são igualmente protegidos dos resultados da privação da liberdade. Estes indivíduos quanto mais dependentes da instituição mais consolidada será a sua identidade, porque não só a vida institucional será uma normalidade, como ali se sentem reconhecidos como pessoas e não se sentem discriminados. No entanto, é necessário ter em conta que a instituição acarreta um efeito negativo relacionado com o seu propósito de actuação.

Para concluir, estes dois grupos de indivíduos não são fundamentalmente diferentes e nem se distinguem marcadamente. Ambos de alguma forma são indivíduos que utilizam o apoio que lhes é facultado como uma forma de construírem uma realidade à parte onde não só não se sentem excluídos como não se sentem discriminados e conseguem construir uma imagem de si mesmo positiva. Ao contrário do que se poderia pensar principalmente relativamente aos indivíduos institucionalizados, por estarem numa situação de fatalidade, numa situação de extrema falta de autonomia, estes não constroem identidades negativas, e muito provavelmente a instituição tem características integradoras semelhantes às da família. Apesar de se considerar estes indivíduos como inseridos numa situação crítica, os mesmos interiorizam uma imagem positiva de si mesmo.

Conclusão e Reflexão crítica

Ao longo da realização do presente trabalho foi feita uma investigação complexa e que requereu algum tempo dispensado. Este facto deveu-se essencialmente às características do público-alvo que são muito específicas. Neste sentido, pela observação participante inicial tomei conhecimento da necessidade em manter-me afastada como investigadora durante algum tempo. Estes indivíduos não reagem bem a pessoas novas na instituição e que sem contactos prévios lhes peçam para falar com eles. Sentem que são constantemente abordados para estudos e isso incomoda-os, e inclusive incomoda-os falar nas suas vidas. Desta forma, inseri-me na instituição como voluntária e durante algum tempo fui mantendo relações com os indivíduos de forma a tornar-me uma presença habitual e uma pessoa de confiança. Passado algum tempo da minha presença ser habitual, isso passou a ser o problema, porque comecei a ser vista como uma pessoa da instituição e não uma pessoa exterior à mesma. Foi preciso fazer um esforço de desligamento desses factos com os indivíduos, de forma a transmitir-lhes a minha intensão e o meu estatuto dentro da instituição não perdendo com isso a confiança que tinham comigo.

Neste sentido, foi nitidamente perceptível que estes indivíduos têm na sua maioria uma incapacidade inata de falar na sua vida, essencialmente porque sabem que em alguma parte da mesma terão que falar no crime. Daí eu ter sempre evitado fazer perguntas directas sobre este assunto, esperando que os mesmos quisessem falar sobre isso. Na verdade, a maioria acabou por falar e muitos banalizaram a questão evidenciando que o seu passado teve uma razão de ser mas que no presente tem que lutar para compensar o tempo perdido.

O estudo realizado permitiu-me compreender como é que estes indivíduos com características tão específicas, se caracterizam a si próprios e qual a imagem que tem de si mesmos, tendo em conta que passaram pela instituição prisional e isso tem sempre repercursões na vida de quem por lá passa. No entanto, se considermos que essas repercursões são negativas, a maioria destes indivíduos veio referir que não. Muitos inclusive incaram o cometimento do crime e a passagem pela prisão com naturalidade e referem ainda aspectos positivos associados à mesma. No entanto, é perceptível que as questões da identidade dentro dos estabelecimentos prisionais é afectada, porque assim que penetram o sistema prisional são apenas tratados por um número e não pelo nome.

Isto sim pode ter consequências negativas nos indivíduos, mas não aprofundei estes factos no trabalho. Para mim tornou-se mais pertinente, mesmo tendo procurado traçar histórias de vida, compreender a forma como os indivíduos se relacionavam com a instituição, com a família, com o crime, com a sociedade, e com a trajectória de empregabilidade, e tentar compreender como é que esses aspectos podem estar relacionados com as identidades construídas. Os indivíduos considerados tinham mais facilidade em referir características pessoais e sociais, e maioritariamente positivas, demonstrando que tem uma imagem positiva de si mesmos a nível pessoal e uma imagem positiva de si mesmos a nível das relações com os outros em sociedade. A forma como os outros os vêem, que se torna essencial na construção de identidades, não é percebida pela maioria dos indivíduos, e os que referem alguns aspectos, referem essencialmente conotados ao passado e não ao momento actual. Actualmente eles pretendem que os outros tenham uma imagem positiva deles mas não tem capacidades de desenvolver informação sobre isso.

Com este estudo consegui perceber que estes indivíduos, que tem apoio institucional a todos os níveis e que tem apoio familiar e não dependem da instituição, apesar de estarem em situações de dependência e de assistência diferentes, não se diferem muito, e ambos mostram ter uma imagem positiva de si mesmos. Talvez a conclusão menos esperada por mim quando iniciei o estudo, que pensava estar a seleccionar indivíduos nas situações mais críticas e que por todos os condicionalismos associados às suas vidas, teriam possivelmente sentido não só o estigma da sociedade como contruido identidades menos bem definidas e não positivas. Contudo ao longo do estudo percepcionei então que estes indivíduos têm na sua vida os factores essenciais para a inclusão, tendo em conta que a instituição funciona um bocadinho como a família. Conclusões estas também não esperadas por quem tendo em conta as características da própria instituição, reconhece que a mesma lhes facilita a inclusão e os protege.

Tendo em conta o modelo teórico e as observações realizadas, estas características surpreenderam-me apesar de analisadas fazerem todo o sentido.

Bibliografia

Referências Bibliográficas

BAYLE, Jean-Louis Loubet Del (1989), “Introduction aux methods des Sciences Sociales”, Toulouse, Éditions Privat

BECKER, Howard S. (1985), “Outsider: études de sociologie de la deviance”, Paris, Editions A.-M. Métailié

BELL, Judith (1997), “Como Realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação.”, Lisboa, Gradiva

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), “A construção social da realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento”, Lisboa, Dinalivro

CAPUCHA, Luís Manuel (1999), “Grupos desfavorecidos face ao emprego: Tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis”, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional

CASTEL, Robert (1995), “Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat, Paris, Fayard cop.

CASTEL, Robert (1997), “A dinâmica dos processos de marginalização: Da vulnerabilidade à desfiliação.”, Salvador, Caderno CRH 26/27

CASTEL, Robert, “Classes sociais, Desigualdades Sociais, Exclusão Social”, in Balsa, Casimiro Marques; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET, Marc-Henry (2006), “Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão social”, Ijuí, Ed. Unijuí

CUNHA, Manuela Ivone (1994), “Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina”, Lisboa, Cadernos de Estudos Judiciários

CUNHA, Manuela Ivone (2002), “Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos” Lisboa, Fim de século Edições

CUNHA, Manuela Ivone (2008a), “Aquém e além da prisão. Cruzamentos e perspectivas.”, Lisboa, 90º

CUNHA, Manuela Ivone (2008b), “Prisão e Sociedade: modalidades de uma conexão”, Lisboa, 90º Editora

- DIAS, Fernando Nogueira (2002), “Sociologia da toxicodependência”, Lisboa, Instituto Piage
- DUBAR, Claude (1997), “ A socialização – Construção das identidades sociais e profissionais”, Porto, Porto Editora
- DUBAR, Claude (2006), “A crise de identidades. A interpretação de uma mutação”, Lisboa, CIIE – Edições Afrontamento
- DURKHEIM, Émile (1977), “A divisão do trabalho social”, Lisboa, Editorial Presença
- FOUCAULT, Michel (1987), “Vigiar e Punir: histórias da violência nas prisões”, São Paulo, Editora Vozes
- GOFFMAN, Erving (1981), “Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, Rio de Janeiro, Zahar Editores
- GONÇALVES, Anabela Simões (1996), “Pós reclusão: Punição a tempo indeterminado?”, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Sociologia do Território, ISCTE
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota (1990), “Metodologias Qualitativas na Sociologia”, Petrópolis, Vozes
- HONNETH, Axel (2003), “Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais”, São Paulo, Ed. 34
- MARTUCELLI, Danilo (2006), “Forgé par l’épreuve. L’individu dans la France contemporaine”, Paris, Armand Colin
- MERTON, Robert (1968), “Social theory and social structure”, New York, The Free Press
- MONTEIRO, Alcides A. (2004), “Associativismo e novos laços sociais”, Coimbra, Quarteto
- MOREIRA, J. Semedo (1994), “Vidas encarceradas: estudo sociológico de uma prisão masculina”, Lisboa, Coleções Caderno CEJ nº1/93
- PAUGAM, Serge (1996), “L’exclusion,, l’état des savoirs”, Paris, Éditions La découverte

PAUGAM, Serge (2000), “La Disqualification Sociale: essai sur la nouvelle pauvreté”, Paris, Presses Universitaires de France

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUT, LucVan (1995), “Manual de investigação em Ciências Sociais”, Paris, Gradiva

SILVA, Manuel Carlos (2005), “Configurações”, Porto, Campos de Letras, revista de sociologia nº1 2005

SIMMEL, Georg (1987), “A metrópole e a vida mental”, in VELHO, Otávio, “O fenómeno urbano”, Rio de Janeiro, Guanabara

VAZ, Maria João (1998), “Crime e Sociedade”, Oeiras, Celta Editora

VIEIRA, Cláudio (2009), “Identidades pessoais”, Lisboa, Edições Colibri

XIBERRAS, Martine (1996), “As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio”, Lisboa, Instituto Piaget

Referências Sitográficas

BALSA, Casimiro (2005), “Confiance et lien social”, Academic Press Fribourg, *in* <http://books.google.pt/books?id=ISWKJi-aVl4C&printsec=frontcover&dq=Confiance+et+lien+social&hl=en&sa=X&ei=R6sYT82nHc-5hAeDnunSDA&ved=0CDUQ6AEwAA#v=onepage&q=Confiance%20et%20lien%20social&f=false>

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema (2005), “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais”, Revista electrónica dos pós-graduados em Sociologia política da UFSC”, vol.2 nº1(3), *in* http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf

BORGES, Maria (2007), “Capítulo II. Identidade pessoal, social e profissional” *in* “Professores: Imagens e auto imagens”, *in* http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1700/7/5599_Cap%2520II%2520-%2520Identidade%2520final.pdf

%20Guia%20de%20An%C3%A1lise&ei=MQoZTtDnHIOhAeHtM3MBQ&usg=AFQjCNHY28N-5HMc7JfRmiwl503AhmZyJQ&sig2=3udjUbolzjMaDWK7tepIaA

CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho (s.d), “Método do Estudo de Caso (*Case Studies*) ou Método do Caso (*Teaching Cases*)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração, in http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf

COSTA, Giovani Glaucio (2006), “Um procedimento inferencial para Análise Fatorial Utilizando as técnicas Bootstrap e Jackknife: Construção de Intervalos de Confiança e Testes de Hipóteses”, Tese de Doutorado - PUC, Rio de Janeiro *in* http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/8741/8741_5.PDF

DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS, “Estatísticas Anuais” *in*
<http://www.dgsp.mj.pt/>

DUBET, François (1998), “A formação dos indivíduos: A desinstitucionalização”, in Revista Contemporaneidade e Educação, ano 3, vol. 3, p.27-33 in <http://www.lcqrubeiro.pro.br/wp-content/uploads/2011/03/A-forma%C3%A7%C3%A3o-dos-indiv%C3%ADduos-DubetFran%C3%A7ois1.pdf>

ESTEVES, António Joaquim; AZEVEDO, José (s.d), “Metodologias qualitativas para as ciências sociais”, Instituto de sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, in <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9161/3/nobracompletametodologias000121580.pdf>

FISCHER, Maria Clara Bueno (2006), “Interlocuções sobre a metodologia qualitativa”, UNIrevista, vol.1, n°1, in http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/ART%2002%20MCBFischer.pdf

FONTES, Anibal; FONSECA, Eduardo; DUARTE, Susana (2003), “Identidade profissional”, Lisboa, Mestrado em formação pessoal e social, Faculdade de ciências da Universidade de Lisboa, in [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCMQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.educ.fc.ul.pt%2Fdocentes%2Fjponte%2Ffp%2Ftextos_alunos%2FAnibal-Eduardo-Susana\(vf\).doc&ei=KCaDUJfkKoTBhAeM9YDABw&usg=AFQjCNHmfHFUPX_jcui v4UZHjzvDAaOaMA&sig2=yUCFfL4O8s06gRnNghCPEQ](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCMQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.educ.fc.ul.pt%2Fdocentes%2Fjponte%2Ffp%2Ftextos_alunos%2FAnibal-Eduardo-Susana(vf).doc&ei=KCaDUJfkKoTBhAeM9YDABw&usg=AFQjCNHmfHFUPX_jcui v4UZHjzvDAaOaMA&sig2=yUCFfL4O8s06gRnNghCPEQ)

GATO, Maria (2010) “Pode o espaço ser agente de poder e identidade(s)?”, Lisboa, CIES e-WORKING PAPER N°96/2010, in http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP96_Gato_000.pdf

GOMES, Alberto (2008a), “A construção da identidade profissional do professor: uma análise de egressos do curso de pedagogia”, Lisboa, VI Congresso Português de Sociologia, Mundos sociais: saberes e práticas, UNL- FCSH in <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/590.pdf>

GOMES, Inês (2008), “Da Prisão à Liberdade: reinserção social de ex-reclusos”, Lisboa, Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Instituto Superior de Ciências do trabalho e da empresa, in <http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1366/1/Da%20prisao%20a%20liberdade.pdf>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva (2007), “Metodologia Científica”, São Paulo, Editoras Atlas S.A, in <http://pt.scribd.com/doc/54554160/54227861-Metodologia-Qualitativa-e-Quantitativa-Cap-8-Marconi-e-Lakatos>

MARTINEZ, Ivy (s.d), “Notas críticas acerca de las identidades”, in “Cultura y representaciones sociales, 218, ano 6, n°11 in <http://www.culturayrs.org.mx/revista/num11/Jaso.pdf>

MARTINS, Guida (s.d), “Identidades e formas sociais de individualização”, Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia *in* http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628d7bb3aa12_1.pdf

MORESI, Eduardo (2003), “Metodologia da Pesquisa”, Brasília, Universidade Católica de Brasília – UCB *in* <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>

NETO, José (2011), “A categoria “reconhecimento” na teoria de Axel Honneth”, Argumentos, Revista de Filosofia, ano 3, nº5 – 2011 *in* http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCMQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.filosofia.ufc.br%2Fargumentos%2Fpdfs%2Fedicao_5%2F18.pdf&ei=bC2DUMjhGYrNhAeLsoCYCA&usg=AFQjCNFqnv8xItuSGBleriIvyhwNrhqYww&sig2=F7Aaid0Cz2o0B0rxQ2Ijuw

NUNES, Aline; et al. (2008), “Análise de conteúdo: olhar da técnica sobre o preconceito racial no Brasil”, O portal dos Psicólogos *in* <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0443.pdf>

PEDRO, Adriano (2011), “Percursos e Identidades. A (re)construção da identidade profissional do docente de enfermagem: O olhar dos docentes”, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Instituto de ciências da Educação *in* <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1245/TESE%20Adriano.pdf?sequence=1>

PINTO, Silvia (2010), “Perspectiva Jurídica da Humanização do Sistema Prisional integrada no Tratamento penitenciário”, Lisboa, Dissertação apresentada à UAL, para obtenção do grau de Mestre em Direito *in* <http://pt.scribd.com/doc/42198386/Dissertao-Mestrado-Slvia-de-Sousa-Pinto>

RODRIGO, Jonas (2008), “Estudos de caso. Fundamentação teórica”, Brasília, Vestcon, *in* <http://concursos.ig.com.br/ft/3116.pdf>

ROSA, Sandra (2010), “Avaliação do impacto da implementação de um programa de formação para o empreendedorismo em ex-reclusos.”, Lisboa, Dissertação elaborada com vista à obtenção do Grau de Mestre em Educação Especial, FMH *in*

<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3049/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado.pdf>

SANTOS, Boaventura Sousa (2003), “A reinserção social dos reclusos. Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional”, Coimbra, Observatório permanente da justiça portuguesa – Centro de estudos sociais, Faculdade de economia – Universidade de Coimbra, *in* <http://opj.ces.uc.pt/pdf/14.pdf>

SANTOS, Clara (2005), “A construção social de identidade profissional”, *Interações* n.º8. pp.123-144, *in* <http://www.interacoes-smt.com/index.php/revista/article/view/145/149>

SILVA, Aline Pacheco, et al. (2007), “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida”, Belo Horizonte, Mosaico Estudos em psicologia, vol. I, n.º1, *in* <http://www.fafich.ufmg.br/mosaico/index.php/mosaico/article/view/6/4>

SOARES, Luísa (s.d), “O purgatório na Terra, “Estive na prisão e foste ter comigo”, Mateus 25,3, *in* http://www.verbojuridico.com/doutrina/2009/luisasoares_prisoereinsercao.pdf

VELOSO, Luísa (2004), “Anexo P. Principais objectivos e pressupostos da análise das trajectórias profissionais – externa e interna – e de aprendizagem formal interna.”, *in* “Aprendizagem e processos de identificação no espaço social do trabalho”, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto *in* <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12201.pdf>

WELLER, Wivian (2005), “A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos”, Porto Alegre, Sociologias ano 7, n.º13, *in* <http://www.scielo.br/pdf/soc/n13/23564.pdf>

Anexos

Anexo 1. Tabela de problemas dos Grupos desfavorecidos marginais

Categorias	Tipos de grupos	Problemas objectivos	Problemas subjectivos	Focagem da intervenção
Grupos desfavorecidos marginais	Jovens em situação de marginalidade; sem abrigo; reclusos e ex-reclusos ; Toxicodependentes e ex-toxicodependentes	Baixas qualificações escolares e profissionais; Ausência de hábitos de trabalho; Marginalização social; Reacção negativa dos empregadores; ausência de respostas adequadas	Ausência de regras e rotinas de organização da vida quotidiana; auto-marginalização; Ruptura dos laços sociais; desadaptação à vida em sociedade; regressão nas capacidades cognitivas; dependências físicas e psicológicas	Adaptação à vida em sociedade; aquisição de competências pessoais e relacionais; formação especial; Sensibilização dos empregadores; acompanhamento pós-inserção

Fonte: Quadro “Tipologia e problemas dos grupos desfavorecidos”, de CAPUCHA, Luís Manuel (1999), “Grupos desfavorecidos face ao emprego: Tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis”

Anexo 2. Tipologia de Crimes da Direcção Geral de Serviços Prisionais

Crimes contra as Pessoas	Abuso sexual Homicídios Ofensas à integridade física Violação Violência doméstica
Crimes contra os valores e interesses da Vida em Sociedade	Incêndio Outros
Crimes Contra o Património	Roubo Furto simples e qualificado Outros
Crimes relativos a estupefacientes	Tráfico Associação Criminosa Tráfico de menor gravidade Precursores Tráfico – Consumo Outros
Outros Crimes	Crimes rodoviários Falsificação de cheques

Fonte: Dados recolhidos nas Estatísticas Anuais da DGSP em <http://www.dgsp.mj.pt/>

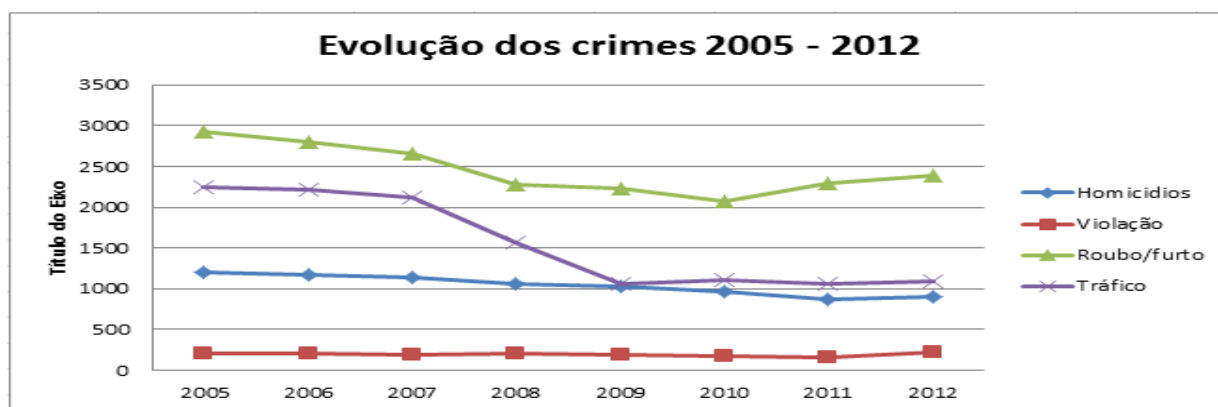
Anexo 3. Crimes cometidos pelos residentes e ex-residentes (2005-2012)

		Crime			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Tráfico	31	33,0	37,8	37,8
	Roubo/Furto	25	26,6	30,5	68,3
	Homicídio	8	8,5	9,8	78,1
	sem crime	8	8,5	9,8	87,9
	Abuso Sexual menores	4	4,3	4,9	92,8
	Multa	3	3,2	3,7	96,5
	Falsificação de doc's	1	1,1	1,2	97,7
	Condução perigosa	1	1,1	1,2	98,9
	Cheque sem cobertura	1	1,1	1,2	100,0
	Total	82	87,2	100,0	
Missing	System	12	12,8		

Crime		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Tráfico	31	33,0	37,8	37,8
	Roubo/Furto	25	26,6	30,5	68,3
	Homicídio	8	8,5	9,8	78,1
	sem crime	8	8,5	9,8	87,9
	Abuso Sexual menores	4	4,3	4,9	92,8
	Multa	3	3,2	3,7	96,5
	Falsificação de doc's	1	1,1	1,2	97,7
	Condução perigosa	1	1,1	1,2	98,9
	Cheque sem cobertura	1	1,1	1,2	100,0
	Total	82	87,2	100,0	
Missing	System	12	12,8		
Total		94	100,0		

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 4. Evolução dos Crimes 2005-2012 em Portugal



Fonte: Gráfico construído a partir dos dados recolhidos nas Estatísticas Anuais 2005-2012 da DGSP em <http://www.dgsp.mj.pt/>

Anexo 5. Número de penas a que os indivíduos residentes e ex-residentes foram condenados (2005-2012)

Número de penas		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	39	41,5	47,6	47,6
	2	23	24,5	28,0	75,6
	NA	10	10,6	12,2	87,8
	3	6	6,4	7,3	95,1
	4 ou mais	4	4,3	4,9	100,0
	Total	82	87,2	100,0	
Missing	System	12	12,8		
Total		94	100,0		

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 6. Tempo de pena a que os indivíduos residentes e ex-residentes foram condenados (2005-2012)

Tempo de pena		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	6 a 8 anos	13	13,8	15,9	15,9
	NA	12	12,8	14,6	30,5
	2 a 4 anos	11	11,7	13,4	43,9
	8 a 10 anos	11	11,7	13,4	57,3
	10 a 12 anos	7	7,4	8,5	65,8
	14 a 16 anos	7	7,4	8,5	74,3
	4 a 6 anos	6	6,4	7,3	81,6
	1 a 2 anos	4	4,3	4,9	86,5
	12 a 14 anos	4	4,3	4,9	91,4
	16 a 18 anos	3	3,2	3,7	95,1
	<1 mês	1	1,1	1,2	96,3
	1 a 6 meses	1	1,1	1,2	97,5
	6 a 12 meses	1	1,1	1,2	98,7
	20 anos	1	1,1	1,2	100,0
	Total	82	87,2	100,0	
Missing	System	12	12,8		
Total		94	100,0		

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 7. Motivo de entrada dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012)

Motivo de entrada		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ex-recluso	70	74,5	85,4	85,4
	Sem abrigo	6	6,4	7,3	92,7
	PTFC	3	3,2	3,7	96,3
	Outro	3	3,2	3,7	100,0
	Total	82	87,2	100,0	
Missing	System	12	12,8		
Total		94	100,0		

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 8. Encaminhamento dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012)

Encaminhamento		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	EP Lisboa	15	16,0	18,3	18,3
	Outras instituições	15	16,0	18,3	36,6
	EP Vale Judeus	12	12,8	14,6	51,2
	EP Alcoentre	8	8,5	9,8	61,0
	EP Pinheiro da Cruz	8	8,5	9,8	70,8

Pessoas individuais	5	5,3	6,1	76,9
EP Sintra	4	4,3	4,9	81,8
O próprio	4	4,3	4,9	86,7
EP Carregueira	3	3,2	3,7	90,4
EP Torres Novas	2	2,1	2,4	92,8
EP Linhó	2	2,1	2,4	95,2
EP Coimbra	1	1,1	1,2	96,4
EP Monsanto	1	1,1	1,2	97,6
EP Montijo	1	1,1	1,2	98,8
EUA	1	1,1	1,2	100
Total	82	87,2	100,0	
Missing System	12	12,8		
Total	94	100,0		

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 9. Idade dos indivíduos residentes e ex-residentes no momento de entrada na instituição (2005-2012)

		Idade à entrada			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	34-42	26	27,7	31,7	31,7
	43-51	19	20,2	23,2	54,9
	26-33	11	11,7	13,4	68,3
	52-59	11	11,7	13,4	81,7
	18-25	10	10,6	12,2	93,9
	>60	5	5,3	6,1	100,0
	Total	82	87,2	100,0	
Missing	System	12	12,8		
Total		94	100,0		

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 10. Número de entradas na associação pelos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012)

		Nº de entradas na associação			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	74	78,7	90,2	90,2
	2	5	5,3	6,1	96,3
	4	2	2,1	2,4	98,7
	3	1	1,1	1,2	100,0
	Total	82	87,2	100,0	
Missing	System	12	12,8		
Total		94	100,0		

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 11. Tempo de permanência em residência pelos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012)

Tempo de permanência		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	3-6 meses	19	20,2	23,2	23,2
	< 1 mês	14	14,9	17,1	40,3
	1-3 anos	12	12,8	14,6	54,9
	3-6 anos	11	11,7	13,4	68,3
	6-9 meses	10	10,6	12,2	80,5
	1-3 meses	8	8,5	9,8	90,3
	9-12 meses	4	4,3	4,9	95,2
	>12 anos	3	3,2	3,7	98,9
	6-12 anos	1	1,1	1,2	100,0
	Total	82	87,2	100,0	
Missing	System	12	12,8		
Total		94	100,0		

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 12. Razão de saída da residência dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012)

Razão de saída		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	NA	21	22,3	25,6	25,6
	Integração habitacional	14	14,9	17,1	42,7
	Expulso por consumos	10	10,6	12,2	54,9
	Expulso por incumprimentos	10	10,6	12,2	67,1
	Integração laboral	6	6,4	7,3	74,4
	Integração familiar	6	6,4	7,3	81,7
	País de origem	4	4,3	4,9	86,6
	Expulso por desadaptação às regras	3	3,2	3,7	90,3
	Falecimento	3	3,2	3,7	94
	Sem justificação	3	3,2	3,7	97,7
	Tratamento médico	1	1,1	1,2	98,9
	Comunidade terapêutica	1	1,1	1,2	100,0
	Total	82	87,2	100,0	
Missing	System	12	12,8		
Total		94	100,0		

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 13. Condição laboral à entrada dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012)

Condição Laboral à entrada		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Desempregado	81	86,2	98,8	98,8
	Nunca trabalhou	1	1,1	1,2	100,0

Total	82	87,2	100,0
Missing System	12	12,8	
Total	94	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 14. Problemas de Saúde e consumos dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012)

Saúde		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sem problemas	23	24,5	28,0	28,0
	Doença Crónica	18	19,1	22,0	50,0
	Consumo drogas	18	19,1	22,0	72,0
	Problema físico	7	7,4	8,5	80,5
	Toxicodependencia	7	7,4	8,5	89,0
	Problema Psicologico	4	4,3	4,9	93,9
	Consumo álcool	4	4,3	4,9	98,8
	Alcoolismo	1	1,1	1,2	100,0
	Total	82	87,2	100,0	
Missing System		12	12,8		
Total		94	100,0		

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 15. Relações familiares actuais dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012)

Familia		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Com familia sem apoio	35	37,2	42,7	42,7
	Sem contacto com a familia	19	20,2	23,2	65,9
	Sem familia	17	18,1	20,7	86,6
	Com familia e apoio	11	11,7	13,4	100,0
	Total	82	87,2	100,0	
Missing System		12	12,8		
Total		94	100,0		

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 16. Habilitações académicas dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012)

Escolaridade		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ensino Básico	47	50,0	57,3	57,3
	Ensino Primário	24	25,5	29,3	86,6
	Ensino Secundário	10	10,6	12,2	98,8

	sem escolaridade	1	1,1	1,2	100,0
	Total	82	87,2	100,0	
Missing	System	12	12,8		
Total		94	100,0		

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 17. Nacionalidade dos indivíduos residentes e ex-residentes (2005-2012)

		Nacionalidade			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Portuguesa	73	77,7	89,0	89,0
	Cabo Verdeana	3	3,2	3,7	92,7
	Romena	2	2,1	2,4	95,1
	Angolana	1	1,1	1,2	96,3
	Brasileira	1	1,1	1,2	97,5
	Holandesa	1	1,1	1,2	98,7
	Alemã	1	1,1	1,2	100,0
	Total	82	87,2	100,0	
Missing	System	12	12,8		
Total		94	100,0		

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 18. Dimensões utilizadas para realização e análise de entrevistas

Dimensão 1. Percorso familiar na infância e Percorso escolar e profissional		
Pré categorias	Categorias	Sub categorias
A. Percorso Familiar	A1. Caracterização da infância	
		A2.1 Pais e irmãos
		A2.2 Mãe e irmãos
	A2. Com quem vivia	A2.3 Avós
		A2.4 Pais
	A3. Relações Familiares	A3.1 Relações Fortes
B. Percorso e trajectória Escolar e de empregabilidade		A3.2 Relações Fracas
		B1.1 Razões económicas
		B1.2 Razões familiares
		B1.3 Razões pessoais
		B1.4 Razões sociais
	B2. Ambiente Escolar – Formas de encarar a escola	B2.1 Trajectória de inclusão
		B2.2 Trajectória de exclusão
		B3.1 Dificuldades
	B3. Capacidades de aprendizagem	B3.2 Desinteresse/desmotivação
		B3.3 Facilidade

B4. Situação inicial de emprego	B4.1 Início do percurso profissional infância/adolescência
	B4.2 Início do percurso profissional adulto
	B4.3 nunca trabalhou
B5. Situação emprego antes do cometimento do crime	B5.1 Desempregado
	B5.2 Empregado

Dimensão 2. Percurso Delinquente

Pré categorias	Categorias	Sub categorias
C. Trajectória Delinquente	C1. Início da trajectória delinquente	C1.1 Infância/adolescência
		C1.2 Idade Adulta
	C2. Relação com o crime	C2.1 Fala sobre o crime e culpabiliza-se
		C2.2 Não fala sobre o crime e culpabiliza-se
		C2.3 Fala sobre o crime e não se culpabiliza
		C2.4 Não fala e não se culpabiliza
	C3. Razões que marcam a Trajectória Delinquente	C3.1 Razões económicas
		C3.2 Razões Pessoais
		C3.3 Razões Sociais
		C3.4 Razões Familiares
		C3.5 Acaso
	C4. Suporte familiar antes da detenção	C4.1 Suporte Familiar
		C4.2 Ausência de suporte

Dimensão 3. Percurso Prisional

Pré categorias	Categorias	Sub categorias
D. Percurso Prisional	D1. Situação judicial	D1.1 Primário
		D1.2 Reincidente
	D2. Percurso Educacional e Profissional	D2.1 Prossecução dos estudos
		D2.2 Situação de emprego
		D2.3 Nenhuma das duas
E. Relações	E1. Relações na prisão	E1.1 Boas relações
		E1.2 Más relações
		E1.3 Não mantem relações
	E2. Relações Familiares	E2.1 Manteve relações
F. Forma como encaram a prisão	F1. Sentimentos mobilizados	E2.2 Perdeu relações
		F1.1 Sentimentos positivos
	F2. Aspectos caracterizadores da prisão	F1.2 Sentimentos negativos
		F2.1 Aspectos positivos
	F3. Influências da prisão	F2.2 Aspectos negativos
		F3.1 Influencia na sua vida
		F3.2 Influencia na identidade

Dimensão 4. Pós- Reclusão: Reinserção socioprofissional e familiar

Pré categorias	Categorias	Sub categorias
----------------	------------	----------------

G. Depois da prisão	G.1 Visão sobre a vida com o crime - o que mudou	G1.1 Relações familiares/amigos
		G1.2 Emprego
		G1.3 Características Pessoais
		G1.4 Habitação
		G1.5 Autonomia/saúde
		G1.6 Desejos
H. Meio institucional	G2. Ambiente social	G2.1 Trajectorias de exclusão
		G2.2 Trajectorias de inclusão
		G3.1 Desempregado
	G3. Percurso profissional	G3.2 Empregado
		G3.3 Reformado
		G3.3 Reformado
H. Meio institucional	H1. Relações institucionais	H1.1 Relações fortes
		H1.2 Relações Fracas
		H1.3 não mantem relações
	H2. Forma como vêem a instituição	H2.1 Alternativa à reincidência
		H2.2 Única solução
		H2.3 Prolongamento da prisão
I. Família	H3. Dependência institucional	H2.4 Apoio importante
		H3.1 Dependentes institucionais
		H3.2 Assistidos
	I1. Relações familiares	I1.1 Manteve relações
		I1.2 Perdeu relações
		I1.2 Perdeu relações

Dimensão 5. Caracterização pessoal

Pré categorias	Categorias	Sub categorias
J. Antes da prisão	J1. Identidade Individual	J1.1 identidade pessoal
		J2.1 Identidade social
	J2. Identidade Colectiva	J2.2 Identidade profissional
		J2.3 Identidade familiar
		J2.4 identidade escolar
		J2.4 identidade escolar
K. Depois da prisão	K1. Identidade Individual	K1.1 identidade pessoal
		K2.1 Identidade social
	K2. Identidade Colectiva	K2.2 Identidade profissional
		K2.3 Identidade familiar
		K2.4 identidade escolar
		K2.4 identidade escolar
L. Percepção d'Os outros	L1. Forma como os outros o vêem	L1.1 Identidade profissional
		L1.2 Identidade familiar
		L1.3 Identidade pessoal
		L1.4 Identidade Escolar
		L1.5 Identidade social
		L1.6 Sentimentos pelo próprio

Anexo 19. Definições das pré-categorias e categorias das Dimensões consideradas

Definições pré-categorias

Dimensão	Pré - Categorias	Definição
1. Percorso familiar na infância e Percorso escolar e profissional	A. Percorso Familiar	Unidades de registo que caracterizam o percurso de vida na infância e as relações que mantinham com a família mais próxima
	B. Percorso e trajetória Escolar e de empregabilidade	Unidades de registo que caracterizam o percurso escolar e profissional da infância até ao momento em que é privado de liberdade
2. Percorso Delinquente	C. Trajectória Delinquente	Unidades de registo relacionadas com as razões e os contextos que levaram ao percurso de delinquência, com o modo como os indivíduos se relacionam com o crime e com o suporte social que tinham no momento da detenção
3. Percorso Prisional	D. Percorso Prisional	Unidades de registo que caracterizam a situação judicial bem como o percurso educacional e profissional dentro da prisão
	E. Relações	Unidades de registo que caracterizam as relações entre os indivíduos dentro da instituição prisional e as relações familiares
	F. Forma como encaram a prisão	Unidades de registo que caracterizam a forma como é encarada a prisão para estes indivíduos e que influência a própria tem nos mesmos
4. Pós- Reclusão: Reinserção socioprofissional e familiar	G. Depois da prisão	Unidades de registo que caracterizam o percurso individual depois da prisão
	H. Meio institucional	Unidades de registo que caracterizam as relações institucionais e a dependência institucional, assim como a forma com os indivíduos vêem a instituição e que papel ela tem na sua vida
	I. Família	Unidades de registo que caracterizam as relações familiares no presente
5. Caracterização pessoal	J. Antes da prisão	Unidades de registo que caracterizam as identidades construídas durante a infância e adolescência até à detenção.
	K. Depois da prisão	Unidades de registo que caracterizam as identidades construídas em meio livre depois de terem estado numa instituição prisional

Unidades de registo que se referem à maneira como os indivíduos percebem a forma como os outros o vêem.

L. Percepção d'Os outros

Definições Categorias

A. Percorso Familiar		
Categorias	Sub Categorias	Definição
A1. Caracterização da infância		Unidade de registo que caracterizam a infância, nomeadamente momentos marcantes na vida dos indivíduos
A2. Com quem vivia	A2.1 Pais e irmãos A2.2Mãe e irmãos A2.3 Avós A2.4Pais	Unidades de registo que indicam com quem os indivíduos habitavam na infância
A3. Relações Familiares	A3.1 Relações Fortes A3.2 Relações Fracas	Unidades de registo que caracterizam as relações familiares até ao momento da detenção, como relações fortes ou fracas.
B. Percorso Escolar e profissional		
Categorias	Sub Categorias	Definição
B1. Abandono Escolar	B1.1 Razões económicas B1.2 Razões familiares B1.3 Razões pessoais B1.4 Razões sociais	Unidades de registo que caracterizam a saída precoce da escola, tendo por base razões familiares, económicas, pessoais ou sociais
B2. Ambiente Escolar – Formas de encarar a escola	B2.1 Trajectória de inclusão B2.2 Trajectória de exclusão	Unidades de registo que caracterizam a as formas de encarar a escola em termos dos sentimentos de inclusão ou exclusão mobilizados, tendo em conta as relações estabelecidas
B3. Capacidades de aprendizagem	B3.1 Dificuldades B3.2Desinteresse/desmotivação B3.3 Facilidade	Unidades de registo que caracterizam as capacidades de aprendizagem dos indivíduos relacionadas a facilidade, dificuldade ou falta de interesse pela escola
B4. Situação inicial de emprego	B4.1 Início do percurso profissional infância/adolescência B4.2 Início do percurso profissional adulto B4.3 Nunca trabalhou	Unidades de registo que caracterizam a situação inicial de emprego dos indivíduos
B5 Situação de emprego antes do cometimento do crime	B5.1 Desempregado B5.2 Empregado	Unidades de registo que caracterizam a situação de emprego no momento em que cometeram o crime
C. Trajectória Delinquente		
Categorias	Sub Categorias	Definição
C1. Início da trajectória delinquente	C1.1 Infância/adolescencia C1.2 Idade Adulta	Unidades de registo que indicam o estado de desenvolvimento onde se proporcionou o início da carreira de delinquência
C2. Relação com o crime	C2.1 Fala sobre o crime e culpabiliza-se C2.2 Não fala sobre o crime e culpabiliza-se	Unidades de registo que indicam a forma como os indivíduos encaram o crime que cometeram

	C2.3 Fala sobre o crime e não se culpabiliza	
	C2.4 Não fala e não se culpabiliza	
C3. Razões que marcam a Trajectória Delinquente	C3.1 Razões económicas C3.2 Razões Pessoais C3.3 Razões Sociais C3.4 Razões Familiares	Unidades de registo que indicam os motivos e contextos que marcaram a trajectória delinquente.
C4. Suporte familiar antes da detenção	C4.1 Suporte Familiar C4.2 Ausência de suporte	Unidades de registo que caracterizam o tipo de suporte social que os indivíduos possuíam na altura em que foram detidos.
D. Percurso Prisional		
Categorias	Sub Categorias	Definição
D1. Situação judicial	D1.1 Primário D1.2 Reincidente	Unidades de registo que caracterizam o percurso judicial dos indivíduos
D2. Percurso Educacional e Profissional	D2.1 Prossecução dos estudos D2.2 Situação de emprego	Unidades de registo que caracterizam o percurso educacional e profissional dentro da prisão
F. Relações		
Categorias	Sub Categorias	Definição
F1. Relações na prisão	F1.1 Boas relações F1.2 Más relações	Unidades de registo que caracterizam as relações dentro da prisão
F.2 Relações Familiares	F2.1 Manteve relações F2.2 Perdeu relações	Unidades de registo que caracterizam o tipo de relações que mantinham com a família dentro da prisão
E. Forma como encaram a prisão		
Categorias	Sub Categorias	Definição
E1. Sentimentos mobilizados	E1.1 Sentimentos positivos E1.2 Sentimentos negativos	Unidades de registo que caracterizam o tipo de sentimentos mobilizados referentemente à prisão
E.2 Aspectos caracterizadores da prisão	E2.1 aspectos positivos E2.2 Aspectos negativos	Unidades de registo que se referem aos aspectos caracterizadores da prisão
E3. Influência da prisão	E3.1 Influência na sua vida E3.2 Influencia na identidade	Unidades de registo que se referem à influência da prisão nos indivíduos, relativamente à sua vida e à sua identidade
G. Depois da prisão		
Categorias	Sub Categorias	Definição
G.1 Visão sobre a vida com o crime – o que mudou	G1.1 Relações familiares/amigos G1.2 Emprego G1.3 Características Pessoais G1.4 Habitação G1.5 Autonomia/saúde G1.6 Desejos	Unidades de registo que caracterizam a visão dos indivíduos relativamente à sua vida depois de terem cometido um crime e terem estado privados da liberdade, tendo em conta vários aspectos da sua vida que tenham sofrido alterações
G2. Ambiente social	G2.1 Trajectória de Exclusao G2.2 Trajectória de Inclusao	Unidades de registo que caracteriza a forma como os indivíduos percebem o seu envolvimento com a sociedade, tendo em conta os sentimentos mobilizados
G3. Percurso profissional	G4.1 Desempregado	Unidades de registo que caracterizam o percurso

	G4.2 Empregado	profissional dos indivíduos actualmente
	G4.3 Reformado	
H. Instituição		
Categorias	Sub Categorias	Definição
H1. Relações institucionais	H1.1 Relações fortes	Unidades de registo que caracterizam o tipo de relações que mantem na instituição
	H1.2 Relações Fracas	
	H1.3 não mantem relações	
H2. Dependência institucional	H2.1 Dependentes institucionais	Unidades de registo que indicam o grau de dependência à instituição
	H2.2 Assistidos	
H3. Forma como vêm a instituição	H3.1 Alternativa à reincidência	Unidades de registo que caracterizam a forma como os indivíduos vêm a instituição tendo em conta as razão pela qual estão ligadas à mesma
	H3.2 Única Solução	
	H3.3 Prolongamento da prisão	
	H3.4 Apoio importante	
I. Família		
Categorias	Sub Categorias	Definição
I1. Relações familiares	I1.1 Manteve relações	Unidades de registo que indicam o tipo de relações familiares que se estabelecem fora da prisão
	I1.2 Perdeu relações	
J. Antes da prisão		
Categorias	Sub Categorias	Definição
J1. Identidade Individual	K1.1 identidade pessoal	Unidades de registo que indicam as características que constroem a identidade pessoal antes da prisão
	K1.1 Identidade social	Unidades de registo que indicam as características que constroem os vários tipos de identidade colectiva antes da prisão
J2. Identidade Colectiva	K1.2 Identidade profissional	
	K1.3 Identidade familiar	
	k1.4 identidade escolar	
K. Depois da prisão		
Categorias	Sub Categorias	Definição
K1. Identidade Individual	K1.1 Identidade pessoal	Unidades de registo que indicam as características que constroem a identidade pessoal depois da prisão
K2. Identidade Colectiva	K2.1 Identidade Social	Unidades de registo que indicam as características que constroem os vários tipos de identidade colectiva depois da prisão
	K2.2 Identidade profissional	
	K2.3 Identidade familiar	
	K2.4 Identidade escolar	
L. Percepção d'Os outros		
Categorias	Sub Categorias	Definição
L1. Forma como os outros os vêm	L1.1 identidade profissional	Unidades de registo que caracterizam a percepção dos indivíduos relativamente à forma como os outros os vêm
	L1.2 Identidade familiar	
	L1.3 Identidade pessoal	
	L1.4 Identidade escolar	
	L1.5 Identidade social	
	L1.6 Sentimentos pelo próprio	

Anexo 20. Categorização a partir de expressões recolhidas nas entrevistas

Categorização da Dimensão 1: Percurso Familiar na infância e Percurso escolar e profissional

A. Percurso Familiar

A1. Caracterização da infância	
Exemplos	
	“(…) eu sempre tive a mania que queria ser doutor e atleta (…)” D1
	“Passei a minha infância a cuidar dos meus irmãos (…)” D2
	“Tive uma infância feliz” D4
	“(…) desde pequenino que tive que ajudar os meus pais.” D5
	“A minha infância foi passada com os meus pais e Africa” D9
	“Nasci no zimbabue” A1
	“Nasci em Cabo Verde” A2
	“Tive uma infancia difícil (…)” A3
	“Nasci em cabo verde fui criado numa área de campo, de vila” A5
	“ Morávamos todos, dormíamos todos no mesmo quarto, o meu pai e a minha irmã dormiam numa cama e nos dormíamos noutra (…)”A6
	“Nasci em S.Tome e principe” A7
A2. Com quem vivia	
Subcategorias	Exemplos
A2.1 Pais e irmãos	“Vivia com a família toda, com pais e irmãos” D1
	“Vivia com o meu pai, com a minha mãe e mais 4 irmãos” D2
	“Vivia com pais e irmaos” D3
	“Vivia com os meus pais. (..) eramos 4 irmãos.” D6
	“Vivia com os meus pais, e irmaos, fui criado pela minha mae (…)” D10
	“Com a minha mae, o meu pai e as minhas irmas” D12
	“Vivia com o meu pai, a minha mae, com as minhas madrastas e com os meus irmaos” A3
	“Nasci num lar com 5 irmaos e com os meus pais” A4
	“Vivia com os pais e junto com um irmão” A5
	“Sempre vivi com os meus pais e as minhas irmas” A6
	“Vivia com os meus pais, mae pai e duas irmas” A7
A2.2 Mãe e irmãos	“Vivia com os meus pais e irmaos” A8
	“Vivi com os pais e irmaos” A9
	“Vivi com os meus pais e irmaos” A10
A2.3 Avós	“Vivia com pai, mae e 1 irma” A11
	“Com a minha mãe e mais 7 irmãos (..) o meu pai abandonou-nos” D11
A2.4 Pais	“Vivia com a minha mae e com as minhas 2 irmas” A12
	“Fui criado pelos meus avós maternos (…)” D7
	“Com os meus avos, criaram-me desde pequenino, chamei-lhes pais” A1
	“Vivia com os pais (..) tinha 2 irmas mas já estavam casadas (…)” D4
	“Sempre vivi com os meus pais” D5

“Com os meus pais” D8

“Vivia com os meus pais, o meu irmão tem mais 15 anos que eu já não estava no agregado” D9

“(…)com os meus pais” A2

A3. Relações Familiares

Subcategorias	Exemplos
	<p>“Dava-me super bem com os meus irmãos (...) o meu pai pronto bebia muito e batia na minha mãe (...) chateei-me com ele” D2</p> <p>“Tinha uma ligação muito forte com a minha mãe.” D4</p> <p>“Muito boas. Sempre” D5</p> <p>“Dava-me bem atão.” D6</p> <p>“Era sempre ótima” D7</p> <p>“Eram boas, foram sempre boas” D8</p> <p>“Eram boas. Eu nuna tive qualquer problema” D9</p> <p>“Era muito chegado a todos, mas o meu pai bebia muito, e batia-nos e gastava o dinheiro todo com os amigos (...)”D10</p> <p>“Dava, sim sim. Lindamente. As relações eram boas.” D11</p> <p>“Eram boas, ao principio eram boas” D12</p> <p>“Eram muito boas “A1</p> <p>“Eram boas” A2</p> <p>“Espectaculares. Quando a gente eramos pequenos eramos todos bastante amigos (...) so com o meu pai é que era difícil (...) ele era muito agressivo e batia-nos muito (...)”A3</p> <p>“Dava-me bem” A5</p> <p>“Que eu me lembre foram sempre boas.” A6</p> <p>“As relações com eles foram sempre boas, nunca me trataram mal” A8</p> <p>“Dava-me bem, depois o meu pai separou-se da minha mãe e eu deixei de lhe falar” A11</p> <p>“Dávamo-nos bem por acaso.” A12</p>
A3.1 Relações fortes	
	<p>“Bem, o meu pai não gostava das corridas e dava-me tarefas, mas eram mesmo fortes, e marcava-me (...) nessa altura havia a mania de meter os filhos na rua, havia muito esse feitio. E ele meteu-me fora de casa.” D1</p> <p>“Não era uma pessoa muito afectuosa, não sei, não era chegado assim ao extremo (...)” D3</p>
A3.2 Relações fracas	<p>“(…) não tive uns pais em condições (...)” A4</p> <p>“Nessa altura com a família era mais ou menos porque a minha mãe bebia demais e o meu pai também bebia, depois todos os dias eram discussões para aqui e para ali (...)”A7</p> <p>“Sempre fomos muito distantes uns dos outros” A9</p> <p>“Dava-me normal, não tinha grande proximidade com os meus pais” A10</p>

B. Percurso Escolar e profissional

B1. Abandono Escolar

Subcategorias	Exemplos
	<p>“Eu deixei a escola aos 12 anos e fui logo trabalhar, ajudar os meus pais que a vida não era fácil (...)”D3</p> <p>“Depois fui trabalhar para uma mercearia, e até aos meus 18/19 anos (...) as coisas estavam complicadas em casa.” D5</p>
B1.1 Razões Económicas	<p>“Ahhh naquele tempo nós tínhamos que ir trabalhar aos 12 anos. Tínhamos que ir trabalhar, eu e os meus irmãos, sair da escolar e trabalhar” D6</p> <p>“Pois naquela altura eram pobres, pois tinha que trabalhar para ajudar os meus pais com dinheiro” D8</p> <p>“Sai da escola, porque naquela altura a vida era difícil para os pais que não tinham dinheiro(...)” A5</p>

	<p>“(…) nós precisavamos de dinheiro e não tínhamos dinheiro para comprar coisas que não tínhamos possibilidade de comprar e uma coisa levou a outra e começamos a roubar.” A6</p> <p>“Fui trabalhar” A9</p>
B1.2 Razões familiares	<p>“O meu pai meteu-me fora de casa, naquela altura havia muito esse hábito de meter os filhos fora de casa e eu fugi (...)” D1</p> <p>“(…) como era o mais velho de todos e tínhamos que ajudar os mais novos (...)” D2</p> <p>“Precisamente por causa da namorada, que passado um ano foi mulher, ficou grávida.” D7</p> <p>“Estudei até ao 7º ano depois vim para Portugal e tive que começar tudo de novo” A1</p> <p>“(…) larguei em parte porque depois com tantos problemas que a gente teve na infância acabamos por, o tribunal acabou por decidir nos tirar de casa. Fomos para um centro de acolhimento (...)” A3</p> <p>“Nem tive tempo para estudar (...) tive uns pais que devido à miséria me obrigaram a roubar (...)” A4</p> <p>“Os meus pais eram toxicodependentes, prontos, não tinham hipóteses de nos sustentar e pronto andei a vadear (...)” A8</p>
B1.3 Razões pessoais	<p>“Comecei a trabalhar aos 14 anos, não gostava lá muito da escola (...)” D4</p> <p>“Estudei até aos 11º ano e depois fui para a tropa” D9</p> <p>“Já não me dava o que eu queria, o que eu sempre quis ser...fui trabalhar” D10</p> <p>“Nunca me dei bem com a escola, chumbei e fui trabalhar (...)” D11</p> <p>“(…) não ligava muito a escola” A2</p> <p>“Sai porque não gostava de estudar” A10</p> <p>“(…) não ligava nenhuma a escola (...) depois comecei a conhecer outra vida” A11</p> <p>“Aqui estudei até ao 7º ano (...) depois desencaminhei-me.” A12</p>
B1.4 Razões sociais	<p>“(…) não tinha poder de encaixe para a escolar (...) depois derivado à influência das pessoas que me rodeavam acabei por largar (...)” D12</p> <p>“Nessa altura já fui de más companhias para aqui e para ali tá a ver. (...) mas pronto sai da escola e comecei a trabalhar” A7</p>
B2. Ambiente Escolar – Relações	
Subcategorias	Exemplos
B2.1 Trajectória de inclusão	<p>“Era um prazer para a malta ir a escola (...) a malta do campo enquanto estivesse na escola não andava a guardar cabras nem galinhas, não andávamos a guardar nada, íamos era para a escola (...) os meninos da cidade é que faltavam. (...) Eramos todos amigos.” D1</p> <p>“Dava-me bem com os colegas (...) de vez em quando tínhamos brigas, umas vezes começava eu, mas nada de especial (...)” D3</p> <p>“Sempre fui bem comportado na escola (...)” D4</p> <p>“Ah isso era tudo muito boa gente...naquela altura oh era uma maravilha. Dava-me bem com toda a gente.” D5</p> <p>“(…) era irrequieto, era assíduo, não faltava, nada de anormal (...)” D9</p> <p>“Não era de faltar (...) mas gostava era de jogar a bola, jogar a batota, à moeda (...) dava-me bem com o pessoal” D12</p> <p>“Epa eu e os meus irmãos ao contrário de todas as outras crianças nós amávamos a escola, eu posso dizer isso porque era a única maneira que nós tínhamos de sair de casa (...)” A3</p> <p>“Oh portava-me bem, ia as aulas (...)” A5</p> <p>“Estudei até ao 5º ano. Depois fui fazer um curso na escola das profissões na Reboleira (...) dava-me bem” A6</p> <p>“Portava-me bem (...) eu gostava da escola, tinha lá amigos (...)” A8</p> <p>“Fazia tudo o que um rapazinho da minha idade fazia” A9</p> <p>“Sempre lidei bem com as pessoas (...)” A12</p>

B2.2 Trajectória de exclusão

- “Era brincadeira (...) tinha a mania da brincadeira e pulava lá para as janelas e fugia e pronto” D2
 “Naquele tempo quem é que gostava da escola, a gente molhava-se de propósito para a professora nos mandar para casa.” D6
 “Ah a escola, não nasci para aquilo, era bom aluno mas a escola não era o meu sitio favorito (...)” D7
 “Isso na escola era mau. A professora que la estava naoajudava muito, mandava-nos regar canteiros e arrancar erva do jardim e nao nos ensinava nada. (...) mas so fazia isso aos mais pobres (...) nunca tive problemas com ninguém” D8
 “Tive muitos problemas (...) era muito racista (...) andava muito a pancada com os miúdos e ganhava sempre.” D10
 “(...) Faltava muito (...) as relações nao eram muito boas, tinha amigos mas quando era pequeno havia sempre confusao (...)” D11
 “Gostava da escola, mas há certas coisas que prontos (...)baldava-me as aulas para ir ter com...prontos, era a primaria e depois tínhamos o ciclo tudo junto,isto era um colegio e nos era tudo a baldar-se as aulas para ir po ciclo.” A1
 “Não ligava la muito as aulas (...)” A2
 “Ah na escola, era um terror, queria la eu estudar (...)” A4
 “Na escola era reguila, não gostava la muito daquilo” A7
 “Tinha boas relações (...) faltava imenso, fugia da escola (...)” A10
 “Dava-me razoavelmente com todos, queria era vadiagem” A11

B3. Capacidades de aprendizagem

Subcategorias

Exemplos

B3.1 Dificuldades

- “(...) naquelas redacções, em historia é que era mais complicado, também não me dava muito bem com o desenho, ciências e geografia um bocadinho. Em historia esquecia-me do nome dos reis.” D5
 “Bem não corriam (...) inteligente tambem nao sou (...) comecei a faltar muito a escola e por isso é que nao passei de classe (...)” D11
 “Não era um aluno nada de especial (...)” A6
 “As notas eram mais ou menos, não gostava de estudar” A8
 “Era bom aluno, mas como é que hei-de dizer...era muito distraído” D4
 “Não era mau aluno (...) só não ligava la muito a escola” D6
 “Era complicado para mim estar com atenção (...)” D7
 “Eu so nao gostava por causa disso, do que o professor fazia (...)” D8
 “Não tinha poder de encaixe para a escola (...) não me esforcei.” D12

B3.2 Desinteresse/ Desmotivação

- “Era bom aluno mas baldava-me” A1
 “Não ligava la muito as aulas (...)”A2
 “Queria era roubar e andar por aí” A4
 “Não ligava la muito a escola” A7
 “Nunca gostei de estudar (...)” A10
 “(...) não ligava mesmo nenhum a escola, perdi o interesse pela escola. (...) fui para a bandidagem (...)” A11
 “Era um bocado traquina (...) gostava mas foi mesmo, não sei explicar (...)”A12

B3.3 Facilidade

- “(...) não era dos mais inteligentes mas também não era dos mais atrasados.” D1
 “(...) eu fazia os trabalhos como se fossem eles e depois eles copiavam e davam-me coisas em troca.” D2
 “Era bom aluno” D3
 “(...) como aluno era estudante de quadro de honra (...)” D9
 “(...) tive sempre na classe A, lá eles dividem as casses de A a F, o A é o mais esperto (...)”D10
 “Por acaso era bom aluno. Era bom a matemática e português (...)”A3
 “Era um aluno razoável” A5
 “Até era bom aluno, esforçava-me (...)” A9

B4. Situação inicial de emprego	
Subcategorias	Exemplos
B4.1 Início do percurso profissional infância/adolescência	“(…) Eu era obrigado a trabalhar né, a trabalhar no campo, vinha da escola e ia trabalhar para o campo mas eu não queria.” D1
	“Com 11 anos. E já ia com os meus avós apanhar azeitona. (...) então ficava a tarde quando tava a tirar o 2º ano de manhã, a trabalhar numa mercearia mas como não passava já do 6º ano fiquei a trabalhar nessa mercearia.” D2
	“Era pastor de vacas (...) sai da escola para ir para uma fabrica de tijolo e depois larguei e fui trabalhar com o mais velho para o abate de arvores (...)” D3
	“Comecei a trabalhar com 14 anos, de dia fazia trabalhos de serralheiro” D4
	“Aquilo tinha gado e eu ia apanhar erva lá para o campo... e a escola. (...) Andavamos na escola e quando saíamos tínhamos que fazer os trabalhos para os ir ajudar. (...) No outro dia fui para a Amadora trabalhar para uma mercearia.” D5
	“Depois cheguei aos 12 anos fui para as obras e depois aos 18 anos o meu pai era empregado da cuf (...) e eu entrei lá para os tecidos, trabalhar com teares. (...) Tive a trabalhar na Michelin (...)” D6
	“Comecei a trabalhar com 14 anos, trabalhei num café, trabalhei numa fabrica de cortiça e trabalhei num matadouro” D8
	“Ah cedo, acho que tinha uns 15 anos, se não me engano, como padeiro. (...) ainda trabalhei como carpinteiro, lavador de vidros, serralheiro (...)” D11
	“Praí uns 17 anos (...) tive numa fundição de bronze (...) tirei um curso de serralheiro salvador e depois fui exercer a minha função (...)” D12
	“Sai da escola aos 16 e fui trabalhar no café da minha mãe (...)” A12
B4.2 Início do percurso profissional adulto	“Comecei a trabalhar quando a minha mãe foi pra França, antes de entrar numa outra vida, né. Comecei a trabalhar na publicidade, distribuição de publicidade.” A3
	“Aos 13 14 anos comecei a trabalhar numa firma portuguesa lá (...) depois passei a minha vida na área do transporte colectivo (...)” A5
	“Tinha 15 anos (...) servente de ladrilhador” A8
	Sai da escola no 6º ano e fui trabalhar como pedreiro” A10
	“Tinha 19 anos, estive na Cuf (...) tive na construção civil (...) ainda trabalhei no café uns anos com a minha mãe.” D7
	“Em 89 quando sai da tropa fui trabalhar para uma empresa que comercializava produtos siderurgicos (...) depois saí e estabeleci-me por conta própria e comprei a firma do meu anterior patrão (...)” D9
	“Fui sempre carpinteiro (...) a construir sempre casas (...) estive na empresa do meu tio e depois por conta própria (...)” D10
	“Comecei a trabalhar aos 18 anos, fui para Londres e tive a trabalhar num hotel (...) depois cá tive na jardinagem (...)” A1
	“Aos 18 trabalhava na obra, depois saí dali um amigo arranjou-me trabalho no hospital (...) depois vim para Portugal trabalhar” A2
	“Comecei a trabalhar para um indivíduo que tinha uma serração (...) tinha saído do Ep em Sintra nessa altura” A4
B4.3 Nunca trabalhou	“(…) larguei a escola, trabalhei numa padaria a fazer pão a noite (...)” A6
	“(…)comecei a trabalhar com 18 anos, e depois andou aí um bocado, fiz carpintaria, trabalhos de pedreiro, meter chão (...)” A7
B5. Situação emprego antes do cometimento do crime	
Subcategorias	Exemplos
B4.3 Nunca trabalhou	“Andei sempre na bandidagem, ainda estive num colégio em Setúbal mas passado uns meses avariei da cabeça outra vez.” A11

B5.1 Desempregado	“Comecei a viajar de um lado para o outro, até aos 25 anos, quando fui preso (...)” D4
	“Não tinha trabalho (...)” D5
	“Andava na má vida” D11
	“Estava de cabeça cheia, sem emprego (...)” D12
	“(...) larguei o trabalho e dediquei-me ao crime (...)” A6
	Estava desempregado quando fui preso” A1
	“Nessa altura andava so na má vida” A3
	“Só roubava” A4
	“meti-me na droga e larguei Estupidamente tudo (...)” A10
	“Andei sempre na bandidagem (...)” A11
	“(...) café da minha mae, 2 anos, dai fui para a má vida até ser preso” A12
	“(...) trabalhava nessa altura no Porto Alto, num restaurante (...)” D1
B5.2 Empregado	“Então é quando me lembro de voltar ao trabalho e de fazer descontos. Tou um dia la nos armazéns e há um individuo que me chama. Era a judiciaria que la estava (...)” D2
	“Andava no abate das arvores quando aconteceu (...)” D3
	“Estava a trabalhar por conta própria (...)” D6
	“Lembro-me de ter tido sempre trabalhos (...)” D7
	“(...) trabalhava nas placas, era isolador de placas” D8
	“(...) mantive-me por conta propria ate 2006, quando fui preso (...)” D9
	“Nunca deixei de trabalhar mesmo quando traficava (...)” D10
	“Estava a trabalhar nos Açores numa firma” A2
	“Tinha conseguido arranjar emprego numa pastelaria (...)” A5
	Depois la andou, andou, e meti-me no mundo da droga (...) mas continuava a trabalhar” A7
	“(...) no ano em que fui preso fazia um ano que estava a trabalhar com um primo meu” A8
	“(...) aceitei a oportunidade e estive como motorista numa sociedade de advogados” A9

Categorização da Dimensão 2. Percurso Delinquente

C. Trajectória delinquente

C1. Início da trajectória delinquente	
Subcategorias	Exemplos
C.1.1 Infância/adolescência	“Comecei a consumir álcool aos 12 anos...vivia numa zona rural, depois ia para os bailaricos (...) mas tinha 26 anos quando cometi o crime” D3
	“Tive a primeira vez com 7 anos” D4
	“Antes dos 16 anos tinha 167 registos em tribunal (...) comecei a vender droga aos 13 anos (...)” D10
	“Comecei desde cedo a consumir drogas e alcool (...) a minha mae ia buscar-me à esquadra. Snifar colas e roubavamos. (...)” D11
	“Comecei a consumir drogas aos 5, 6 anos, que o meu irmão mais velho já consumia (...) a partir dos 20, eram mais furtos, assaltos a papelarias, maquinas de tabaco e de tirar o dinheiro.” D12
	“Comcei a apanhar o vicio e entao comecei a assaltar vivendas para roubar comida (...) com 8 anos fui apanhado a roubar na feira popular (...) fui para a mitra (...) dormi na rua muito tempo (...) depois a partir de uma certa idade comecei a ser preso” A4
	“Comecei a roubar desde cedo (...)” A6
	“Comecei a fumar drogas aos 12 anos (...) entrei na prisão em 2007” A8
	“Comecei a consumir droga muito novo, foi praticamente quando sai da escola, meti-me nessa vida (...) daí a roubar o passo não foi grande” A10

“Ali aos 12 13 anos comecei a conhecer outra vida (...) fui preso aos 20.” A11

“Já era um homem feito (...)” D1

“Porem caí na vida do crime eu, infelizmente. Com 21 anos.” D2

“A partir dos 33 anos, faleceu o meu pai, ficou a minha mae, a mae do meu filho e o meu filho. Continuamos até que tive esse problema e ...” D5

“Tinha uns 57 anos” D6

“(...) fui preso tinha aí 55 anos (...)” D7

“Comecei na droga aos 21 (...) tinha 28 anos por ausa de droga, tráfico e consumos” D8

“Em 2006 fui preso (...)” D9

“Foi a 1 ano praí que tive la dentro 9 meses” A1

“Fui preso com 53 anos” A2

“Entrei com 20 anos na prisão 8...” A3

“(...) não foi assim a muito tempo (...)” A5

“já foi depois dos 18, meti-me no mundo das drogas (...) chegou a um certo ponto que parece que a droga é mais forte que nós e meti-me na vida de roubo” A7

“Sai do trabalho, devido às circunstancias (...) sim fui preso” A9

“Não é desculpa mas foi assim que tudo começou. O café da minha mae fechou (...) meti-me em roubos (...)” A12

C2. Relações com o crime

Subcategorias	Exemplos
	<p>“E passou-me um vaípe e (...) meti-me a vadear no comboio do cais do Sodré até Cascais, e desde Cascais até à Parede que eu conhecia bem, eu assalto aqui e assalto ali.” D2</p> <p>“Fui condenado por homicídio de pai e mae (...) entreguei-me. Eu fiz mal e entreguei-me.” D3</p> <p>“Meti na cabeça que nunca mais ia la parar por causa de roubar (...)” D4</p> <p>“(...) entreguei-lhe os pacotes e quando estava a entregar, tinha uma carrinha branca ali e eu aqui, dois bofias saltaram da carrinha fora, eu estava mal nesse dia, que nem reparei nessa merda (...) não pude fazer mais nada. A culpa foi minha.” D10</p> <p>“Então foi furto e tráfico (...) fui muito influenciado mas a culpa é minha (...) injustiçado nunca me senti, afinal cometi um crime.” D11</p> <p>Conduzi sem carta, estava a tira-la (...) já tinha outros processos, fui avisado e desta vez não me consegui escapar” A1</p> <p>“acho que paguei pelos crimes que cometi (...) roubar é crime” A3</p> <p>“Ah claro que a culpa é minhané, roubar era aquilo que eu achei mais facil (...)” A6</p> <p>“Fui preso por causa de umas multas que tive e umas penas que eu reincidi (...) fui avisado e não dei ouvidos olha” A8</p> <p>“A culpa é minha (...) meti-me na má vida e cometi erros (...)” A10</p> <p>“Fiz varios roubos, mas na altura foi essa a vida que de uma certa forma eu conheci (...)” A11</p> <p>“Não é desculpa nenhuma, mas foi assim que tudo começou (...) apesar de não ter tido um apoio que me dissesse “não faças isso” (...) comecei a roubar” A12</p>
C2.1 Fala sobre o crime e culpabiliza-se	
C2.2 Não fala e culpabiliza-se	
	<p>“E então houve uma morte. Mas não foi feita por mim a morte, isso é que é engraçado. Mas a pessoa era uma pessoa de bem e acusaram-me a mim.” D1</p> <p>“Era a droga...então fui por aí. Fui vender, até que prontos, fui preso. (...) tinha que comer e não tinha dinheiro.” D5</p> <p>“Ele morreu no hospital e fui-me entregar à policia (...) mas eu acho que a culpa foi dele.” D6</p> <p>“fui acusado de abuso sexual (...) Não houve crime” D7</p> <p>“A policia dizia que eu vendia droga, mas so queeu desenrascava os consumidores, assim como eles me desenrascavam a mim (...)” D8</p> <p>“(...) aminha culpabilidade digamos assim é estar sobre o efeito do alcool, porque digamo que nao sou eu que...num acidente é preciso estarem, de aviação, neste caso há duas entidades, sou eu e é a outra entidade eo outro faleceu (...)” D9</p> <p>“Fui preso por furto a uma loja (...) derivado a estar fora, como eu disse, agarrado a substancias (...) era droga, ficava fora de mim.” D12</p>
C2.3 Fala e nao se culpabiliza	

“A minha prisão foi uma coisa estúpida da minha parte porque eu fui acusado de tráfico de drogas mas se há coisa que eu nunca fiz foi vender droga (...) fui tramado” A2

“roubei muito (...) passei a minha infância preso por causade alguém, naotinha pais em condições, eles eram bons mas o meu pai embebedava-se muito (...) eu fugia por causa deles e pa viver tinha que roubar” A4

“Meti-me com essa mulher e o marido tramou isto tudo (...) não a matei mas tinha já um caso de uso de arma branca em casa por causa do meu primo (...) ela morreu e prenderam-me” A5

“Tava sempre ressacado, roubava, não fazia mal a ninguém” A7

C2.4 nao fala e nao se culpabiliza

“Tentei levar as coisas a bom porto mas não deu (...) não tive culpa” A9

C3. Razões que marcam a trajetória delincente

Subcategorias	Exemplos
C3.1 Razões económicas	<p>“(…) e não sei o que me deu mas como não recebia muito da baixa o dinheiro que eu tinha escasseou, ela também não tinha, tínhamos que comprar a medicação (...)” D2</p> <p>“Não tinha trabalho, tinha mulher e filho para sustentar, já não falando da minha mãe (...)” D5</p> <p>“Não tinha trabalho, e o dinheiro vinha de onde? Nunca matei ninguém (...)”D12</p> <p>“Precisavamos de dinheiro e nao tinhamos (...) começamos a roubar” A6</p> <p>“(…) a minha mae comprou o café e gastou as economias todas, depois acabaram por fechar e depois fiquei sem trabalho e foi daqui ya que me desleixei um bocadinho (...)a minha mae já tinha estado presa por tráfico porque não tínhamos dinheiro. (...)naquela altura estávamos a passar necessidades (...)”A12</p>
C3.2 Razoes pessoais	<p>“Era um modo de vida (...) todos os meus irmaos traficavam e estiveram presos (...)” D10</p> <p>“(…) as amizades puxam uma pessoa ne” D4</p> <p>“Era mais por causa das companhias” D8</p>
C2.3 Razões sociais	<p>“(…) tava na companhia de um rapaz que também andava na droga e estávamos a ressacar e começamos aí os roubos” A7</p> <p>“Roubava para consumir e porque me meti com as pessoas erradas” A10</p> <p>“Comecei a andar com pessoal que já andava nessas vidas (...)” A11</p>
C3.4 Razões Familiares	<p>“Olhe na altura anava agarrado á droga né. A minha mae vendia (...) Era so a minha mae, o meu tio, irmao da minha mae, e o meu irmao mais velho. E eu fui um bocadinho atrás” D11</p> <p>“A minha mae foi para França, fiquei sozinho e para sobreviver olha fazia essas coisas (...)” A3</p> <p>“(…) tive uns pais que evido à miseria fui obrigado a roubar (...)”A4</p> <p>“OS meus pais eram toxicodependentes (...) tiveram presos em 2002 (...) as companhias também não eram boas” A8</p>
C3.5 Acaso	<p>“No Porto Alto (...) houve lá um desentendimento com um homem, dele comigo e eu com ele. E então há uma morte” D1</p> <p>“Foi uma coisa do momento.” D3</p> <p>“Foi uma discussão, ele mandou-me com o prato, e dei-lhe duas facadas, foi uma no coração (...)” D6</p> <p>“(…) a mulher quis ter relações comigo,e tivemos algumas vezes, e eu quis acabar (...) e a filha dela inventou uma historia para o pai não descobrir.”D7</p> <p>“Conduzi sobre o efeito de alcool (...) tenho um processo em que houve uma vitima mortal (...)” D9</p> <p>“Conduzi sem carta, estava a tira-la (...) já tinha outros processos (...)” A1</p> <p>“Fui tramado (...) meteu a droga debaixo da minha cama (...) policia apanhou-me a entrega um pacote que ele me pediu” A2</p> <p>“Meti-me com essa mulher e o marido tramou isto tudo (...) não a matei mas tinha já um caso de uso de arma branca em casa por causa do meu primo (...) ela morreu e prenderam-me” A5</p> <p>“Aconteceu” A9</p>

C4.Suporte familiar antes da detenção

Subcategorias	Exemplos
C4.1 Suporte familiar	<p>“(…) ela estava muito doente (...) quando entrei na prisão e ela foi para o hospital ainda me deixaram ir vê-la (...)” D2</p> <p>“Vivia com os meus pais (...)”D3</p> <p>“Na altura estava a viver com os meus pais ainda.” D4</p>

	<p>“(…) ficou a minha mae, a mae do meu filho e o meu filho.” D5</p> <p>“Estava com a minha ultima mulher e filho.” D7</p> <p>“Vivi sempre com os meus pais” D8</p> <p>“Estava com a minha mulher e com o meu filho (…)” D9</p> <p>“Estive casado e com os meus filhos (…)” D10</p> <p>“Vivi sempre com a minha mãe (…)</p>
	<p>... só da ultima vez é que fui viver com uma mulher e depois com o meu tio” D11</p> <p>“Estava a viver com a minha mulher” A1</p> <p>“Vivia sozinho mas os meus filhos iam la sempre (…)” A5</p> <p>“(…) é claro que ninguem gosta de ver o irmao preso...as pessoas vieram a descobrir qu roubava, queeu fazia isto e fazia aquilo. Claro que ninguem ficou contente ne, mas empe tive o apoio quando fui preso, sempre tive o apoio da familia.” A6</p> <p>“vivi sempre com os meus pais” A7</p> <p>“vivi sempre la em casa, com os meus pais e quando foram presos, com a minha mulher que depois ficou grávida” A8</p> <p>“Vivia com a minha mae” A11</p> <p>“A minha mae nunca me deixou” A12</p>
	<p>“Vivia sozinho no Porto Alto. Entretanto sou preso, e à muito tempo que não via os meus filhos, e ninguém sabia que eu estava preso (…)” D1</p> <p>“vivia sozinho, tive muitas mulheres mas vivia sozinho (…)” D6</p> <p>“O meu pai faleceu, a minha mae foi para a suiça, a minha irmã também casou la, so tinha uma ca” D12</p>
C4.2 Ausência de suporte	<p>“vivia sozinho com esse homem” A2</p> <p>“Estava sozinho” A3</p> <p>“vivia na rua (…)” A4</p> <p>“vivia sozinho, divorciei-me da minha mulher” A9</p> <p>“Fui viver sozinho na altura” A10</p>

Categorização da Dimensão 3. Percurso Prisional

D. Percurso Prisional

D1. situação judicial	
Subcategorias	Exemplos
	<p>“Foi só essa, depois fiz a minha vida cá fora.” D1</p> <p>“Fui condenado pelo único crime que cometi” D2</p> <p>“Não cometi mais nenhum” D3</p> <p>“Tenho vários processos, mas preso só fui uma vez” D9</p> <p>“Foi só este.” D6</p> <p>“Eu não cometi crime nenhum” D7</p> <p>“Preso numa cadeia não, mas em esquadras e tribunais, umas 3 vezes (…)</p>
D1.1 Primário	<p>... desde os 16 anos que ando nestas andanças” D10</p> <p>“A partir dos 20, eram furtos, assaltos (…)</p>
	<p>... mas preso so uma vez”D12</p> <p>“foi esta vez e espero que não seja mais nenhuma” A1</p> <p>“Entrei com 58 anos e estive la prai uns 4 anos.” A2</p> <p>“Entrei aos 20 anos (…)</p>
	<p>... tive ate aos 27 prai” A3</p> <p>“nunca cometi crimes” A5</p> <p>“Cometi várias asneiras mas preso so desta vez” A8</p> <p>“Nem fiz nada, e foi so essa vez que tive la dentro (…)” A9</p> <p>“Nem fiz nada, e foi so essa vez que tive la dentro (…)” A9</p> <p>“Preso? So uma vez” A10</p> <p>“Fui preso aos 20 anos, sai tinha 26” A11</p> <p>“Tive preso dos 19 aos 26 anos ya” A12</p>

	“Tive 3, mas foram coisas menores (...) tive uma pena muito grande e aí acalmei.” D4
	“Pois, cheguei cá fora e fiquei sozinho, depois aí é que é o tal problema que no ambiente em que estava, trabalho não tinha, naquela altura vendia-se muita droga e atao voltei ao mesmo. Fui outra vez preso.” D5
D1.2 Reincidente	“isto já é a 1ª vez que estou preso” D8 “Os crimes, foram 2. (...)” D11 “Passei a vida a ser preso (...)” A4 “(…) da segunda vez, fiquei no EP caxias (...)” A6 “Fui viver com os meus pais, meti-me lá com pessoas dali (...) fui preso outra vez mas sem ter culpa (...) tive uns 4 processos, e 3 vezes de cana (...)” A7
D2. Percorso Educacional e Profissional	
Subcategorias	Exemplos
D2.1 Prossecução dos estudos	“(…) estudei. Fiz o 4º, 5º e o 6º ano.” D11 “Tirei o 9º ano e o 12º (...) inscrevi-me num curso de redes informáticas (...)” A3 “Tirei um curso de jardinagem (...)” A5 “ Eu já cá fora estava a tirar a carta, e depois lá dentro fui tentando conciliar. (...) não se proporcionou trabalhar porque a pena era curta e eles decidiram dar oportunidade a outras pessoas que tivessem penas maiores.” A8 “Estudei e trabalhei (...) tirei lá o 9º ano e comecei o 12º mas entretanto fui chamado para trabalhar (...)” A9 “Fiz o meu 6º ano mas depois fui trabalhar que precisava de dinheiro para me sustentar (...)” A11 “Foi lá que tirei o 9º ano” A12
D2.2 Situação de emprego	“(…) tinham uma biblioteca desarrumada, completamente desarrumada. (...) montei uma coisa a maneira. (...) Fazia a escritura do dia a dia, da entrada do pessoal. (...) Sempre trabalhei lá dentro.” D1 “Trabalhei sempre dentro da prisão” D2 “trabalhava. Assim que lá cheguei passado o que...aí um mês comecei a trabalhar” D3 “Trabalhei sempre” D4 “Os meus dias era a trabalhar nas hortas.” D5 “Trabalhei sempre. No vale de judeus trabalhei na carpintaria (...) faxina de limpeza(...)” D6 “Trabalhei sempre” D7 “(…) trabalhava as vezes na fascina (...)” D8 “Trabalhei lá (...) andei nas brigadas (...)” D9 “Trabalhava, era trabalho, jogava, fazia desporto (...)” D12 “Na prisão dos Açores não cheguei a trabalhar (...) mas vim para cá trabalhei sempre (...)” A2 “Trabalhei lá dentro na carpintaria (...)” A4 “no início não fazia nada a não ser treinar. Cmia, deitava-me no chão e fazia flexões (...) cansava o corpo (...) comecei a trabalhar, e foi o sítio onde mais trabalhei na vida (...)” A6 “Andei lá uns meses, andei lá de um lado para o outro até arranjar um sítio para mim e depois pedi lá trabalho (...) dava de comer aos presos lá (...)” A7 “Trabalhei lá” A10
D2.3 Nenhuma das duas	“Não fazia nada, andava na conversa (...) a pena era pequena(...)” A1

E. Relações

E1. Relações na prisão	
Subcategorias	Exemplos
E1.1 boas relações	“Era conhecido em todo o lado. (...) nem me chamavam pelo número, chamavam-me pelo nome. (...) A minha malta ficou triste por eu abalar.” D1

	<p>“Eram boas, sempre foram boas. Até com os familiares dos meus companheiros (...)” D2</p> <p>“Eram boas” D3</p> <p>“Eram boas (...)” D5</p> <p>“Eram boas, nunca me dei mal com ninguém” D6</p> <p>“Foram sempre boas.” D7</p> <p>“Dava-me bem com algumas pessoas” D8</p> <p>“Eram boas, nunca me dei mal com ninguém.” D9</p> <p>“Eram boas, tenho boas recordações das pessoas na prisão” D12</p> <p>“Muito boas, fiz la amigos” A1</p> <p>“Eram boas, fiz amigos la” A2</p> <p>“(...) nunca fui uma pessoa de cntrariar os guardas, muito pelo contrario (...)” A4</p> <p>“Eram boas” A5</p> <p>“Ah dava-me bem com aquele pessoal” A6</p> <p>“Ah eram boas!” A7</p> <p>“Eram boas, mas não tive tempo para criar amizades” A8</p> <p>“Nunca me esforcei para me dar bem com ninguém, porque me dava naturalmente” A9</p> <p>“Dava-me bem ne” A11</p> <p>“Dava-me bem com toda a fente, há sempre um ou outro stress que é normal. Nos tamos fechados não sei durante quanto tempo, fechados e a conviver (...)” A12</p>
	<p>“Dava-me o mínimo” D10</p>
E1.2 Más relações	<p>“Não eram la muito boas. Eu nao me dava muito (...) havia la gente do meu bairro e com esses eu dava-m bem (...)” D11</p> <p>“No indício andava a porrada com toda agente, era muito conflizionista mas depois acalmei (...)” A3</p>
E1.3 Não mantem relações	<p>“Tentei não me dar muito com ninguém, aquilo la dentro é perigoso” A10</p> <p>“Olhe dei-me lá como me dou aqui (...)” D4</p>
E2. Relações familiares	
Subcategorias	Exemplos
	<p>“A minha mãe nunca me deixou” D4</p> <p>“Dou-me com um irmão (...)” D5</p> <p>“Tinha com a minha irmã” D6</p> <p>“Houve muita gente que até nem soube que eu lá estava. É uma situação que não é assim muito agradável. Só me ia ver o meu irmão e um filho.” D7</p> <p>“Claro que se perdem laços com a prisao. Não tinh visitas, mas nao me desliguei das pessoas” D9</p> <p>“A minha mãe e alguns irmaos iam ver-me (...)” D10</p> <p>“Sim sim, pelo menos no Linho a minha mae so la foi uma vez. Aquilo era longe eu tambem nao queria que eles fossem para la.” D11</p> <p>“A minha mae foi visitar-me 2 vezes em 4 anos” D12</p> <p>“Tinha a minha avo e a minha mulher! A1</p>
E2.1 manteve relações	<p>“Ao principio não quis apoquentar ninguém, não quis dizer nada a ninguém (...) a minha irma sei que ficou muito triste com isso, mas continuou a falar comigo” A2</p> <p>“Os meus filhos iam sempre ver-me” A5</p> <p>“(…) sempre tive o apoio quando fui preso (...) a minha mae so nao me foi visitar porque trabalhava.” A6</p> <p>“(…) e as minhas visitas era sempre uma vez, ao sábado quando a minha mae podia, o meu pai disse logo “ah ele portou-se mal? Então heide la ir quando eu quiser” A7</p> <p>“os meus pais nunca me deixaram sozinho” A8</p> <p>“Tinha uma irma que ia la de vez em quando” A9</p> <p>“Afastei-me de quase toda a gente, mas mantenho relações com a minha mae” A10</p> <p>“Continuei a dar-me bem mas não queria que la fosse, até porque la no Linho aquilo era um bocado longe (...)” A11</p> <p>“A minha mae ia ver-me mas eu mesmo não queria ... abdicava da visita mesmo (...)” A12</p>
E2.2 Perdeu relações	<p>“Pronto ainda la foi algumas vezes mas depois deixou de ir e nunca mais.” D1</p> <p>“(…) os meus irmaos nunca me foram visitar a cadeia.” D2</p>

“Então o meu crime era familiar, cortei relações com toda a gente” D3

“Ninguém me ia ver a prisao, eu nao queria” D8

“As minhas irmas tinham a vida delas, não tinha mais ninguém (...)” A3

“A minha mae a maior parte das vezes nem sabia de mim” A4

F. Forma como encaram a prisão

F1. Sentimentos mobilizados

Subcategorias	Exemplos
F1.1 Sentimentos positivos	“Uma solidão. Uma pessoa ta ca fora e tem televisão e as vezes não liga, la dentro faz uma falta do caraças (...)” D3
F1.2 Sentimentos negativos	“A prisao foi muito complicada, foi longa, triste e solitaria (...)” D9 “Com esta infelicidade da miha vida (...) o stresse dos problemas atras da grade (...) so pensamos no que temos la fora (...) sofremos nós e fazemos sofrer a família (...)” A5

F2. Aspectos caracterizadores da prisão

Subcategorias	Exemplos
F2.1 Aspectos positivos	“ (...) la dentro vivia tudo no mesmo ambiente que em liberdade. (...) E la dentro era o mesmo que aqui. Eram so reclusos, não havia era tanta dificuldade” D1 “Aquilo é um sitio e um caminho que qualquer um de nos pode la ir parar seja por coisinha que for.” D5 Os dias eram normais, tentava passar o tempo (...) a prisao tambem não é um bicho de sete cabeças” D8 “A prisão serve para aprendermos a não fazer mal aos outros (...) calhou a mim pode calhar a qualquer um, porque nos não somos animais, somos seres humanos (...) e as cadeias foram feitas para homens e mulheres.” A7
F2.2 Aspectos negativos	“ (...) fui para a privação da minha liberdade” D2 “Era sempre a mesma rotina” D4 “É um ambiente diferente e muito estranho, não estamos habituados aquilo. (...) aquilo é tudo muito controlado e não podemos fazer aquilo que queremos (...)” D7 “Foi o castigo pelos meus crimes (...)” D10 “ (...) a prisão é uma coisa que marca a tua vida toda, é como meter um passaro dentro de uma gaiola e a pessoa meter-se no lugar do passaro (...) uma pessoa a dormir não está preso, se estiveres a fazer uma coisa que gastes não estas preso (...) Mas há o ambiente, a rotina, sempre igual, as caras são sempre iguais, o comer é uma coisa toda muito doseada e não era bem confeccionado (...)” D12 “Não é um lugar bom para uma pessoa (...) ainda por cima passava os dias sem fazer nada” A1 “O mundo la dentro é completamente diferente, la o mundo é muito parado” A3 “ (...) telecomandados como robôs, somos umas maquinasque andamos para ali, vamos ali, vamos acola (...) basta estarmos press para nao estarmos bem ne, mas tirando isso fui bem tratado. Depois ha guardas qu sao guardas mas ha outros que lidam com as pessoas como se fssem animais (...) nas cadeias ha muita coisa que nao se deve saber, muitas gente morta pelos proprios guardas mas nao havia provas” A4 “Aquilo é muito limitado.” A9

F3. Influência da prisão

Subcategorias	Exemplos
F3.1 Influencia na vida	“Foi positivo por um lado porque meti na cabeça que ia deixar de consumir drogas e consegui (...) queria sair de la e arranjar uma mulher e fazer a minha vida.” D11 “A prisão não muda nada so destrói (...) esta prisão virou a minha vida de pernas para o ar” A2 “ (...)fez-me pensar em tudo na vida, família, em certas atitudes, em actos, posso dizer, é uma palavra má, mas posso dizer que foi positivo. (...) para os meus pais também vejo que foi positivo, mudaram, se calhar se não fosse a prisão hoje se calhar ainda estariam no mesmo caminho” A8 “Salvou-me, deixei de consumir la dentro “A10

F3.2 Influência da identidade	“Foi o castigo por ter roubado (...) tornei-me um homem lá dentro.” A6
	“ (...) de certa forma tornei-me um homem” A11
	“La dentro não era nada fácil (...) acordava ia jogar a bola com os rapazes, ficávamos a conversar (...) mas da maneira que eu tava cá fora, podia levar um tiro ou podia sei lá... podia acontecer-me assim alguma coisa de grave. (...) ajudou-me, amadureci muito, em termos de vida tinha pouca experiência e amadureci (...)” A12

Categorização da Dimensão 4. Pós-reclusão: Reinserção socioprofissional e familiar

G. Depois da prisão

G1. Visão sobre a vida com crime	
Subcategorias	Exemplos
G1.1 Relações familiares/amigos	“Hoje sou viúvo e sem filhos (...) bem falando sou eu.” D1
	“Queria ter mantido a minha família (...)” D2
	“Deixei de ter família (...)” D3
	“Perdi relações com algumas pessoas da família, os meus amigos morreram quase todos (...)” D11
	“Não estive presente com a minha mulher com o meu pequenino e isso corroi-me” A1
G1.2 Emprego	“Fico triste porque perdi a convivência com os meus filhos estes anos. Depois mudou a forma de convivência com alguém. Evito as áreas que tem pessoas ligadas ao crime” A5
	“Saí mais revoltado. Nunca pensei que as coisas fossem assim né, porque eu era uma pessoa que roubava, tinha dinheiro, tinha mulheres, tinha amigos, fui preso e olha essas coisas todas desapareceram.” A6
	“Perdi tudo (...)” D10
G1.3 Características pessoais	“Tinha trabalho garantido e agora não tenho” A2
	“Ganhava 1000 contos e agora não ganho é nada (...)” A7
	“saí sem trabalho, sem nada” A10
	“Podia ter trabalho, que ganhava bem, e não tenho” D12
	“Mudou a maneira de pensar e de não me meter mais em confusões.” D4
G1.4 Habitação	“Talvez um bocadinho o pensar, que fez com que me agarrasse mais ao trabalho (...)” D5
	“saí completamente dessocializado” D9
	“Aprendi a ser um homem lá se olhar mais rápido do que aquilo que eu pensava.” A3
	“eu disse para mim próprio que não ia mais roubar, isso estragou a minha vida” A4
	“fez-me pensar em tudo na vida (...)” A8
G1.5 Autonomia/saúde	“A maneira de pensar nas coisas, mudou só porque agora olho para tudo com mais valor (...)” A9
	“De uma certa forma tornei-me um homem (...) comecei a dar valor à liberdade (...)” A11
	“(...) Amadureci muito.” A12
G1.6 Desejos	“Queria muito ter o meu espaço, a minha casa.” D6
	“Estava tão bem na minha casa lá pra baixo, agora olha (...)” D8
G1.7 Desejos	“(...) ataques de pânico, depressão, ansiedade, desde que estive preso, tenho estes sintomas.” D7
	“Gostava muito de voltar para a minha terra, não tinha ambição de lá se não fosse isto da prisão” D8
	“Já podia ter casa, carro, a vida orientada, podia ter filhos de 20 anos e ter casado (...)” D12
	“queria ir ver a família a cabo verde e não fui e agora não consigo” A2
	“Gostava de ter dado outra vida aos meus filhos (...) um agora também está preso” A4
G1.8 Desejos	“queria ter uma casa, arranjar os dentes e poder ajudar o meu filho” A8
	“Uma pessoa quer tudo e não tem nada (...)” A11

G3. Ambiente social	
Subcategorias	Exemplos
G3.1 Trajectória de exclusão	“Porque quando eu chegava e dizia que era ex-recluso ninguém me dava trabalho.” D4
	“(…)portanto se formos falar para um patrão que já estivemos na prisão eles vão logo dizer: então não me interessa, venha outro. (...)” D7
	“Sou, mas isso as pessoas já sabem que é assim” D9
	“(…) até arranjei emprego, mas se digo que estive preso sou logo excluído. (...) e há logo desconfianças (...)” D11
	“tem sido complicado (...) já me senti discriminado num trabalho que me mandaram embora quando descobriram que tive preso” A1
G3.2 Trajectória de inclusão	“Foi difícil voltar a vida normal, ainda não tenho emprego (...) hoje em dia quem tem emprego é respeitado” A2
	“Acho que paguei pelas coisas que fiz, e há pessoas que pensam “ah afasta-te dele” mas as pessoas mudam.” A3
	“Não me senti totalmente excluído, mas dentro da vizinhança, aquele carinho, aquela coisa de falar comigo tão fácil assim eu noto diferença” A5
	“As pessoas podem ser reclusos, mas sabem estar, sabem ser. Tirando isso são pessoas normais. (...) Até era estimado pelas pessoas.(...) e sou tratado como uma pessoa na realidade.” D1
	“nunca me senti excluído” D2
	“Nunca me senti excluído porque nunca falo do meu crime a ninguém (...)”D3
	“Eu nunca tive essa situação nem esse problema.” D5
	“Não, olham para mim igual. (...) a mim não me custou nada voltar a vida normal, não sou nenhum garoto” D6
	“não sou discriminado (...) aqui não conheço as pessoas não podem pensar isto ou aquilo de mim” D8
	“Ah não ligo nada a isso, foi complicada a integração porque vim sozinho para Portugal, mas arranjei sempre trabalho (...) mas se eu disser que estive preso sou capaz de ser excluído.” D10
	“Não não, isso não porque eu também tenho uma capacidade de superar (...)” D12
	“não me sinto excluído, mas foi difícil voltar a vida normal, eu nunca fiz nada e livre e espontânea vontade, foi tudo obrigado (...) mas hoje passado um ano tenho um emprego, vou ser pai (...)”A6
	“Agora ando a orientar a minha vida, ando na reciclagem e ajudo no que posso aos meus filhos”A4
	“não penso muito nisso, tenho casa e trabalho tenho que arranjar” A7
	“(…) com o apoio da família, dos amigos, posso dizer que foi um bocado fácil (...)”A8
	“não tive dificuldade em integrar-me” A9
	“não excluído não me sinto” A10
	“Ainda estou a voltar a vida em sociedade (...) não penso nisso, nem me incomoda (...)”A11
	“Acredito que possa ser excluído se falar no crime, mas não senti que fosse” A12
G4. Percorso profissional	
Subcategorias	Exemplos
G4.1 Desempregado	“Agora tou desempregado mas estive a trabalhar (...)” D11
	“Estou desempregado a 2 anos” A1
	“Estou desempregado” A2
	“Estou desempregado” A5
	“Faço biscates,mas tou desempregado” A7
G4.2 empregado	“Neste momento vou fazendo o que aparece” A8
	“Estou desempregado” A9
	“Nunca parei de trabalhar (...)” D2
	“Não posso trabalhar. Trabalho na câmara mas não faço esforços (...) no protocolo na maior parte dos dias não faço nada.” D3
	“Neste momento estou aqui num protocolo destes que a instituição arranja (...)” D4
	“Estou Num protocolo (...)” D5
	“Eu trabalho, num protocolo, mas trabalho.” D7
	“Estou a trabalhar no protocolo (...)” D8
	“trabalho no protocolo mas ganho uma miséria (...)”D9

	“Agora trabalho no protocolo mas sempre fiz coisas por aí (...)” D10
	Não encontrava emprego, agora estou a trabalhar num protocolo (...)” D12
	“Estou a aproveitar a oportunidade que me deram e a trabalhar, a dar o meu melhor” A3
	“(...) estou na reciclagem (...)” A4
	“Estou a trabalhar no protocolo que o Companheiro me arranhou” A6
	“Tou a trabalhar num protocolo, sai entretanto porque tinha encontrado outro trabalho, mas tive que voltar po protocolo” A10
	“Vim ao Companheiro para fazer um curso de carpintaria em RAVE (...) depois eles quiseram dar-me uma oportunidade e aqui estou” A11
	“Tenho estado a trabalhar no protocolo, mostrei as minhas capacidades e o meu empenho e eles deram-me uma oportunidade (...)” A12
G4.3 Reformado	“Trabalhei estes anos todos sempre aqui, agora sou reformado.” D1
	“Sou reformado agora, mas trabalho aqui na horta (...)” D6

H. Meio Institucional

H1. Relações institucionais

Subcategorias	Exemplos
	“Dou-me bem com todas as pessoas.” D7
	“Sao boas” D8
H1.1 Relações fortes	“Só malta fixe, dou-me muita bem” A3
	“Aqui doume bem com toda a gente” A6
	“Dou-me muito bem com todos, são meus amigos” A11
	“Gosto muito de todos aqui e não tenho tido problemas nenhuns (...)” A12
	“Aqui no Companheiro sou solidário com eles e pronto, cada um sabe dos seus problemas (...)”. D2
	“Há aí uns que não falo. Falam muito e acertam pouco (...)” D3
	“Dou-me bem com alguns mas deixem-me andar na minha vida sossegado que é o que eu quero.” D5
	“(...) tenho quase 70 anos (...) tenho idade para ser quase pai deles todos. Não tenho muita paciencia (...)” D6
H1.2 Relações fracas	“não sao nada de especial (...)” D9
	dou-me bem com algumas pessoas, não gosto de todos (...)” D10
	“com algumas pessoas sao boas” D11
	“(...) no companheiro, é que não há companheirismo entre as pessoas (...)” D12
	“Sou grato mas não mantenho uma relação muito próxima com as pessoas aqui” A10
	“não tenho relações próximas com ninguém, venho ca porque preciso de ajuda” A9
	“Não mantenho grandes relações, só com algumas pessoas.” D1
	“Aqui dentro é boa tarde, bom dia e não passa disso” D4
	“aqui muito superficial, não tenho amigos, respeito quem me ajuda” A1
H1.3 não mantem relações	“gosto muito das pessoas aqui do Companheiro mas não temos uma relação permanente” A2
	“relações... nao mantenho com ninguem. Falo bem com todos mas nda de especial” A4
	“Gosto muito de todas, mantenho pouca relação qe não tenho ca vindo” A5
	“faço o meu trabalho, não me meto com ninguém, se ninguém falar comigo eu também não falo” A7
	“Aqui estou entretido a fazer o meu trabalho, não falo com ninguém” A8

H2. Dependencia institucional

Subcategorias	Exemplos
H2.1 Dependentes institucionais	“Quando me quis ir embora ele não deixou. O tempo passou passou, ganhei um vinculo e agora é difícil largar isto né.” D1
	“(...) sou encarregado aqui, é daqui que vem o meu sustento.” D2

	<p>“Sair para onde? Só se me sair o euromilhoes (...) sai uma vez mas por falta de dinheiro voltei a entrar” D3</p> <p>“Não tenho nada lá fora e aqui tenho casa e trabalho” D4</p> <p>“(…) aqui tenho trabalho e o que preciso é de ter uma cama para dormir e ter um trabalho que é para a minha vida não descambar outra vez” D5</p> <p>“Não tinha e não tenho para onde ir” D6</p> <p>“Penso em sair mas a vida não está fácil. O dinheiro não é muito. E já não vou para novo” D7</p> <p>“Com o tempo uma pessoa pensa em indireitar-se (...) agora aqui estou com trabalho e casa.” D8</p> <p>“Gosto de olhar para a instituição como um local de passagem (...) mas não tenho nada lá fora agora.” D9</p> <p>“Aqui sinto-me mais equilibrado, estou sozinho (...) já sai uma vez mas recaí em consumos (...)” D10</p> <p>“Quando tinha trabalho pensava em sair, agora já é mais difícil (...)” D11</p> <p>“Não tenho nada, sou uma pessoa com muitos problemas, que já perdeu muitas oportunidades na vida (...) uma instituição destas com Banco alimentar, e tem refeitório, que a maioria das coisas vem do Banco alimentar, uma pessoa ainda tem que pagar para comer cá (...)” D12</p>
H2.2 Assistidos	<p>“recebo um apoio que dá-me um jeito bastante” A1</p> <p>“O companheiro me ajudou muito até agora, tem-me ajudado psicologicamente e mesmo com tudo o que é preciso” A2</p> <p>“O Companheiro ajudou-me a encontrar emprego e se não fosse isso, nem sei, se calhar já estava preso outra vez.” A3</p> <p>“Precisava de apoio alimentar (...)” A4</p> <p>“Tem sido um grande apoio porque preciso mesmo da alimentação” A5</p> <p>“(…) so tenho que ter muito agradecido ao companheiro e pelas coisas que fizeram por mim até agora. (...) tenho procurado trabalho noutros sítios mas não tenho conseguido nada. Mas porantos, enquanto estiver aqui estou bem.” A6</p> <p>“aqui resolvo a situação dos processos que ainda tenho, tenho que fazer horas” A7</p> <p>“Estou aqui só a fazer horas mas sei que me apoiam muito, sempre preocupados comigo (...) e também me ajuda estar ocupado” A8</p> <p>“é um apoio bastante bom por semana “ A9</p> <p>“Foi um grande apoio “A10</p> <p>“Graças a Deus so precisei de apoio da instituição na procura de emprego, porque tenho a minha família (...)” A11</p> <p>“(…) tem-me ajudado imenso mesmo com o trabalho e também o apoio psicológico, já e isso também me fortaleceu muito” A12</p>
H3. Forma como vêm a instituição	
Subcategorias	Exemplos
H3.1 Alternativa a reincidência	<p>“Porque se eu não tiver um apoio, de ter um trabalho e um tecto, vai ser complicado (...) e eu não queria voltar a essa vida.” D5</p> <p>“Aqui sinto-me mais controlado e não consumo (...)” D10</p> <p>“O Companheiro ajudou-me a encontrar emprego e se não fosse isso, nem sei, se calhar já estava preso outra vez.” A3</p>
H3.2 Única solução	<p>“(…) não tinha uma casa para onde ir (...)” D2</p> <p>“Aqui estou mais equilibrado, e não tenho condições de trabalhar lá fora” D3</p> <p>“Os meus pais faleceram e não tinha para onde ir (...)” D4</p> <p>“Não tinha e não tenho para onde ir” D6</p> <p>“Não tinha, nem tenho para onde ir, nem mulher tenho.” D7</p> <p>“já não tenho pais, já não tenho casa (...)” D8</p> <p>“Acho que estou no mesmo barco outra vez, não tenho trabalho, não tenho família para me apoiar (...)” D11</p>
H3.3 Prolongamento da prisão	<p>“Hoje isto em parte é um asilo, naquela altura quem tinha para aqui era 1 ano e meio pouco mais ou menos, e naquela altura haviam aqui trabalho (...) hoje ficam até quererem.” D1</p> <p>“os meus dias na prisão ... Se for a ver os meus dias aqui, funcionam exactamente da mesma maneira. 8...) o companheiro tem este papel difícil de reinserir as pessoas é muito difícil (...) mas aqui não se vive, sobrevivesse.” D9</p> <p>“Aqui não nos dão nada, temos que chorar por ajuda, e parece sempre a mesma rotina como na prisão (...) dormimos em quartos partilhados e tudo.” D12</p>

	“recebo um apoio que da-me um jeito bastante” A1
	“devo muito aqui ao companheiro” A2
	“Tem sido um ótimo apoio (...)” A4
	“Tem sido um grande apoio (...)” A5
	“Foi em dúvida, e é, uma ajuda enorme” A6
	“tem me dado um apoio que eu agradeço muito, são muito atenciosos” A7
H3.4 Apoio importante	“se não fosse o apoio que me deu se calhar nem tinha vontade de vir fazer as horas” A8
	“é um apoio bastante bom por semana” A9
	“Foi um grande apoio (...)” A10
	“Foi uma luz, foi a melhor luz mesmo que tive” A11
	“Foi um apoio grande mesmo (...)” A12

I. Família

II. Relações familiares

Subcategorias	Exemplos
	“Ainda hoje me dou bem com eles so que quer dizer já não me dou bem bem super pronto” D2
	“Não tenho ninguém” D2
	“Faleceu a minha mãe em 94 e antes disso com a minha mulher pronto a gente não se entendeu, houve um momento de ruptura e cada um foi para seu lado. (...) So me dou bem com um irmão meu (...)” D5
	“Dou-me com a minha irmã ainda (...)” D6
	“Mantenho com o mais velho e a mais nova” D7
	“Dou-me principalmente com a minha irmã, é mais velha do que eu 3 anos” D8
	“nao houve qualquer degradação, continuo a manter relações com ele, mas ha esta distancia temporal (...)” D9
	“Falo com as minhas irmãs e com a minha mãe que estão nos EUA, o resto nem com os meus filhos falo (...)” D10
	“só com a minha irmã, nem com mãe, nem com mulher. Só com o meu filho também” D11
	“Falo com as minhas irmãs e com a minha mãe” D12
II.1 manteve relações	“estou com a minha mulher, mantenho relações com 1 irmã” A1
	“Vivo com uns primos meus” A2
	“Vivo com uma irmã e com a minha mulher e filhas” A3
	“Falo com os meus filhos, a minha ex mulher e a outra” A4
	“dou-me imensamente bem com os meus filhos” A5
	“Ainda vivo com os meus pais e agora com ela e com a filha que vai nascer” A6
	“vivo com o meu irmão, e mantenho relação com 2 irmãs e sobrinhos” A7
	“Estou a viver com os meus pais” A8
	“Mantenho relações com a minha irmã” A9
	“Mantenho relações portanto, com a minha namorada, e com a minha mãe” A10
	“Estou a viver com a Euriza, mas quando sai estive na minha mãe” A11
	“Continuo a viver com a minha mãe (...)” A12
	“Hoje sou viúvo e sem filhos (...) a bem dizer sou só eu, e ainda bem (...)” D1
II.2 Perdeu relações	“A minha irmã, uma delas que é a mais velha, tenho 2 irmãs, uma teve um AVC está numa cadeira de rodas e a outra estava na Suíça, mas parece que já voltou mas não falamos a uns 3 anos” D4

Categorização da Dimensão 5. Caracterização pessoal

J. Antes da prisão

J1. Identidade individual

Subcategorias	Exemplos
J1.1 identidade pessoal	Equilibrado D1
	Muito caseiro D2
	Distraído, aventureiro D4
	Atinado D5
	Bom rapazinho D7
	Boa pessoa, sossegado D8
	Irrequieto D9
	Impulsivo D10
	Rebelde, reguila D11
	Calmo D12
	Boa pessoa, sossegado, calmo A3
	Rebelde A8
	Mau A11
	Rebelde A12

J2. Identidade colectiva

Subcategorias	Exemplos
J2.1 identidade social	Compreensivo D1
	Reservado D7
	Influenciável D8
	Racista D10
	Rebelde A1
	Bem educado, respeitador A4
	Sossego A9
	Traquina, influenciável, dou-m bem com todos A12
J2.2 Identidade profissional	Desportista D10
J2.3 identidade familiar	Bom irmão D2
J2.4 Identidade escolar	Bom aluno D3
	Bom aluno D4
	Bom aluno D7
	Aluno de quadro de honra, assíduo D9
	Não era inteligente D11
	Bom aluno A1
	Bom aluno A3
	Bom aluno A9

K. Depois da Prisão

K1. Identidade individual

Subcategorias	Exemplos
K1.1 Identidade pessoal	Simples, equilibrado D1

Esperto D2
 Calmo, frágil D3
 Mau e bom D5
 Simples D6
 Boa pessoa D7
 Determinado, positivo D9
 Certo, realista, concentrado, impaciente D10
 Boa pessoa D11
 Transparente, normal, correcta, negativa, doente, frágil D12
 Irrequieto, bom coração A1
 Bom feitio, simples A2
 Baixa auto-estima A4
 Calma A5
 Boa pessoa A6
 Normal A8
 Calmo, simples A9
 Calmo, boa pessoa A10
 Calmo A11
 Bom rapaz, falta de confiança, positivo A12

K2. Identidade Colectiva

Subcategorias	Exemplos
	De confiança, fechado, fala a linguagem do povo D1 Solidário, pessoa de confiança, amigo D2 Honesto, não gosta de multidões, não se aborrece facilmente D3 Pacífico, não gosto de violência, Extrovertido e fechado D4 Educado, dependente D5 Sociável, respeitador, não me zango com ninguém D6 Brincalhão, sociável D7 Singular, não é reservado D9 Influenciável, pessoa dada D11
K2.1 identidade social	Honesta D12 Dou-me bem com todos, amigo, não sou rancoroso, faço amizades depressa A2 Amigo, divertido A3 Sorridente, brincalhão A5 Amigo, agressivo, divertido, brincalhão A6 Amigo, gosta de ajudar, gosta de cuidar de si A7 Amigo, fácil, dada, sempre disponível, ciumento e possessivo A8 Reservado A9 Rebelde A11 Desleixado nas relações A12
K2.2 Identidade Profissional	Rural D1 Trabalhador D5 Empregado de confiança, gosta de trabalhar D10 Polivalente D12

O meu maior defeito é não ter trabalho A1

K2.3 Identidade familiar

K2.4 identidade escolar

L. Percepção d'Os outros

L1. Forma cmo os outros o vêem

Subcategorias	Exemplos
	Fiel empregado D2
	Trabalhador D5
L1.1 identidade profissional	Bom trabalhador D3
	Pensavam que ia ser desportista D10
	Sou bm trabalhador A6
L1.2 Identidade familiar	Acham que pareço uma mulher por fazer tudo em casa D2
	Ovelha negra da família porque desiludi (D12)
L1.3 Identidade pessoal	Pessoa trsite, ingrata D12
	Assíduo D2
L1.4 Identidade escolar	Bom aluno A11
L1.5 Identidade social	Respeitador A4
	Gostam de mim e respeitam-me D1
	Gostavam de mim D3
	Toda a gente me grama D6
L1.6 Sentimentos pelo próprio	Gostavam de mim D11
	Muita gente gostava de mim A4
	Muitas pessoas gostam de mim A6
	Tem uma boa opinião a cerca de mim A8

Anexo 21. Problemas de Saúde e consumos dos dois grupos de indivíduos em estudo

Problemas de Saúde e consumos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Doença Crónica	6	50,0	50,0	50,0
	Toxicodependencia	2	16,7	16,7	66,7
	Problema físico	1	8,3	8,3	75,0
	Alcoolismo	1	8,3	8,3	83,3
	Consumo alcool	1	8,3	8,3	91,6
	Sem problemas	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Problemas de Saúde e consumos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sem problemas	7	58,3	58,3	58,3
	Doença Crónica	3	25,0	25,0	83,3
	Toxicodependência	2	16,7	16,7	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 22. Nacionalidade dos dois grupos de indivíduos em estudo

Nacionalidade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Portuguesa	12	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Nacionalidade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Portuguesa	8	66,7	66,7	66,7
	Cabo Verdeana	4	33,3	33,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 23. Elementos do agregado familiar na infância dos dois grupos de indivíduos em estudo

Com quem vivia

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pais e irmãos	15	62,5	62,5	62,5
	Pais	5	20,8	20,8	83,3
	Mãe e irmãos	2	8,3	8,3	91,6
	Avós	2	8,3	8,3	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 24. Relações familiares na infância dos dois grupos de indivíduos em estudo

Relações familiares

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Relações fortes	18	75,0	75,0	75,0
	Relações fracas	6	25,0	25,0	100,0

Total	24	100,0	100,0
-------	----	-------	-------

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 25. Habilitações académicas dos dois grupos de indivíduos em estudo

		Escolaridade			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ensino Primário	6	50,0	50,0	50,0
	Ensino Básico	5	41,7	41,7	91,7
	Ensino Secundário	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

		Escolaridade			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ensino Básico	7	58,3	58,3	83,3
	Ensino Primário	3	25,0	25,0	25,0
	Ensino Secundário	2	16,7	16,7	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 26. Razões do abandono escolar dos dois grupos de indivíduos em estudo

		Razões abandono escolar			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razões pessoais	8	33,3	33,3	33,3
	Razões económicas	7	29,2	29,2	62,5
	Razões familiares	7	29,2	29,2	91,7
	Razões sociais	2	8,3	8,3	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 27. Ambiente social na escola – trajetória de reinserção dos dois grupos de indivíduos em estudo

		Ambiente escolar			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Trajetoria de inclusão	12	50,0	50,0	50,0
	Trajetoria de exclusão	12	50,0	50,0	100,0

Ambiente escolar					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Trajectoria de inclusão	12	50,0	50,0	50,0
	Trajectoria de exclusão	12	50,0	50,0	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 28. Capacidade de aprendizagem dos dois grupos de indivíduos em estudo

Capacidade de aprendizagem					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Desinteresse/Desmotivação	12	50,0	50,0	50,0
	Facilidade	8	33,3	33,3	83,3
	Dificuldades	4	16,7	16,7	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 29. Situação inicial de emprego dos dois grupos de indivíduos em estudo

Situação inicial emprego					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Início do percurso profissional infância	15	62,5	62,5	62,5
	Início do percurso profissional adulto	8	33,3	33,3	95,8
	Nunca trabalhou	1	4,2	4,2	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 30. Situação de emprego antes do cometimento do crime dos dois grupos de indivíduos em estudo

Situação emprego antes do crime					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Empregado	13	54,2	54,2	54,2
	Desempregado	11	45,8	45,8	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 31. Crimes cometidos pelos dois grupos de indivíduos em estudo

		Crime			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Tráfico	5	41,7	41,7	41,7
	Homicídio	4	33,3	33,3	75,0
	Roubo/Furto	2	16,7	16,7	91,7
	Abuso Sexual menores	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

		Crime			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Roubo/Furto	6	50,0	50,0	50,0
	Tráfico	2	16,7	16,7	66,7
	Condução sem carta	2	16,7	16,7	83,4
	Violência Doméstica	1	8,3	8,3	91,7
	Homicídio	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 32. Início da trajetória delinquente dos dois grupos de indivíduos em estudo

		Início trajetória delinquente			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Idade Adulta	13	54,2	54,2	54,2
	Infância/Adolescência	11	45,9	45,9	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 33. Relação dos dois grupos de indivíduos em estudo com o crime cometido

		Relação com o crime			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Fala e culpabiliza-se	12	50,0	50,0	50,0
	Fala e não se culpabiliza	11	45,8	45,8	95,8
	não fala e não se culpabiliza	1	4,2	4,2	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 34. Razões da delinquência apontadas pelos dois grupos de indivíduos em estudo

		Razões da delinquencia			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Acaso	9	37,5	37,5	37,5
	Razões económicas	6	25,0	25,0	62,5
	Razões sociais	5	20,8	20,8	83,3
	Razões familiares	4	16,7	16,7	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 35. Suporte familiar dos dois grupos de indivíduos em estudo antes da detenção

		Suporte familiar antes da detenção			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Suporte Familiar	16	66,7	66,7	66,7
	Ausência de suporte	8	33,3	33,3	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 36. Número de penas dos dois grupos de indivíduos em estudo

		Número de penas			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	8	66,7	66,7	66,7
	2	4	33,3	33,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

		Número de penas			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	9	75,0	75,0	75,0
	2	1	8,3	8,3	83,3
	3	1	8,3	8,3	91,7
	4 ou mais	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 37. Situação judicial dos dois grupos de indivíduos em estudo

Situação judicial		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Primário	17	70,8	70,8	70,8
	Reincidente	7	29,2	29,2	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 38. Tempo de pena a que os dois grupos de indivíduos em estudo foram condenados

Tempo de pena		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2 a 4 anos	4	33,3	33,3	33,3
	4 a 6 anos	2	16,7	16,7	50,0
	14 a 16 anos	2	16,7	16,7	66,7
	16 a 18 anos	2	16,7	16,7	83,4
	8 a 10 anos	1	8,3	8,3	91,7
	12 a 14 anos	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Tempo de pena

Tempo de pena		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	4 a 6 anos	4	33,3	33,3	33,3
	6 a 8 anos	3	25,0	25,0	58,3
	6 a 12 meses	2	16,7	16,7	75,0
	2 a 4 anos	1	8,3	8,3	83,3
	8 a 10 anos	1	8,3	8,3	91,6
	14 a 16 anos	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 39. Percurso na prisão dos dois grupos de indivíduos em estudo

Percurso na prisão		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Situação emprego	16	66,7	66,7	66,7
	Prossecução dos estudos	7	29,2	29,2	95,8
	Nenhuma das duas	1	4,2	4,2	100,0

Percurso na prisao					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Situação emprego	16	66,7	66,7	66,7
	Prossecução dos estudos	7	29,2	29,2	95,8
	Nenhuma das duas	1	4,2	4,2	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 40. Relações na prisão dos dois grupos de indivíduos em estudo

Relações na prisao					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Boas relações	19	79,2	79,2	79,2
	Más relações	3	12,5	12,5	91,7
	Nao mantinha relações	2	8,3	8,3	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 41. Relações familiares mantidas na prisão pelos dois grupos de indivíduos em estudo

Relações familiares Prisao					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MAnteve Relacoes	18	75,0	75,0	75,0
	Perdeu relações	6	25,0	25,0	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 42. Forma como os dois grupos de indivíduos em estudo encaram a prisão

Forma como encara a prisão					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Aspectos negativos	9	37,5	37,5	37,5
	Aspectos positivos	4	16,7	16,7	54,2
	Influencia na sua vida	4	16,7	16,7	70,9
	Sentimentos negativos	3	12,5	12,5	83,4
	Influencia na identidade	3	12,5	12,5	95,9
	não fala na prisão	1	4,2	4,2	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 43. Visão dos dois grupos de indivíduos em estudo da vida com o crime

Visão da vida com crime					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Características pessoais	9	37,5	37,5	37,5
	Relações familiares/Amigos	7	29,2	29,2	66,7
	Emprego	5	20,8	20,8	87,5
	Habitação	2	8,3	8,3	95,8
	Autonomia/Saúde	1	4,2	4,2	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 44. Ambiente social em liberdade – Trajectória de reinserção dos dois grupos de indivíduos em estudo

Ambiente social					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Trajectoria de inclusao	16	66,7	66,7	66,7
	Trajectoria de exclusão	8	33,3	33,3	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 45. Percurso profissional actual dos dois grupos de indivíduos em estudo

Percurso profissional actual					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Empregado	15	62,5	62,5	62,5
	Desempregado	7	29,2	29,2	91,7
	Reformado	2	8,3	8,3	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 46. Apoio institucional cedido ao segundo grupo de indivíduos em estudo (Assistidos desinstitucionalizados)

Apoio institucional					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Empregabilidade	5	41,7	41,7	41,7
	Banco Alimentar/Banco de roupa	5	41,7	41,7	83,3
	PTFC	2	16,7	16,7	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 47. Encaminhamento dos dois grupos de indivíduos em estudo

Encaminhamento					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	EP Vale Judeus	2	16,7	16,7	16,7
	EP Pinheiro da Cruz	2	16,7	16,7	33,4
	EP Lisboa	1	8,3	8,3	41,7
	EP Sintra	1	8,3	8,3	50,0
	EP Torres Novas	1	8,3	8,3	58,3
	EP Carregueira	1	8,3	8,3	66,6
	EUA	1	8,3	8,3	74,9
	outras instituições	1	8,3	8,3	83,2
	Pessoas individuais	1	8,3	8,3	91,5
	O próprio	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Encaminhamento					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	outras instituições	8	66,7	66,7	66,7
	O próprio	2	16,7	16,7	83,3
	Equipas penais	2	16,7	16,7	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 48. Idade dos indivíduos do primeiro grupo à entrada na instituição e Idade dos indivíduos do segundo grupo à saída da prisão

Idade à entrada					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	43-51	5	41,7	41,7	41,7
	34-42	2	16,7	16,7	58,4
	52-59	2	16,7	16,7	75,1
	>60	2	16,7	16,7	91,8
	26-33	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Idade à saída da prisão					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	26-33	4	33,3	33,3	33,3
	34-42	3	25,0	25,0	58,3
	18-25	2	16,7	16,7	75,0
	52-59	2	16,7	16,7	91,7
	43-51	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 49. Relações institucionais dos dois grupos de indivíduos em estudo

		Relações institucionais			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Relações fracas	10	41,7	41,7	41,7
	não mantem relações	8	33,3	33,3	75,0
	Relações fortes	6	25,0	25,0	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 50. Dependência Institucional dos dois grupos de indivíduos em estudo

		Dependência institucional			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Dependentes institucionais	12	50,0	50,0	50,0
	Assistidos	12	50,0	50,0	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 51. Forma de ver a instituição pelos dois grupos de indivíduos em estudo

		Forma de ver instituição			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Apoio Importante	11	45,8	45,8	45,8
	Unica Solução	7	29,2	29,2	75,0
	Alternativa à reincidência	3	12,5	12,5	87,5
	Prolongamento da prisão	3	12,5	12,5	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 52. Número de entradas na associação pelos indivíduos do primeiro grupo (Dependentes Institucionais)

		Nº de entradas na associação			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	10	83,3	83,3	83,3
	2	1	8,3	8,3	91,7
	4	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 53. Tempo em residência pelos indivíduos do primeiro grupo (Dependentes Institucionais)

Tempo em residência		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	3anos-4anos	3	25,0	25,0	25,0
	1mes-6 meses	2	16,7	16,7	41,7
	6meses-12meses	2	16,7	16,7	58,4
	>10anos	2	16,7	16,7	75,1
	1 ano - 2 anos	1	8,3	8,3	83,4
	2anos-3anos	1	8,3	8,3	91,7
	9anos-10anos	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 54. Relações familiares actuais dos dois grupos de indivíduos em estudo

Familia		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Com familia sem apoio	9	75,0	75,0	75,0
	Sem familia	2	16,7	16,7	91,7
	Sem contacto com a familia	1	8,3	8,3	100,0
	Total	12	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Familia		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Com familia e apoio	12	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 55. Identidade pessoal Anterior construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo

Identidade pessoal Antes		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nao refere	10	41,7	41,7	41,7
	Caracteristicas positivas	7	29,2	29,2	70,8
	caracteristicas negativas	6	25,0	25,0	95,8
	Caracteristicas positivas e negativas	1	4,2	4,2	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 56. Identidade Social Anterior construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo

		Identidade social antes			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nao refere	16	66,7	66,7	66,7
	Características positivas	4	16,7	16,7	83,3
	características negativas	3	12,5	12,5	95,8
	Características positivas e negativas	1	4,2	4,2	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 57. Identidade Profissional Anterior construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo

		Identidade prof antes			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nao refere	23	95,8	95,8	95,8
	Características positivas	1	4,2	4,2	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 58. Identidade Familiar Anterior construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo

		Identidade familiar antes			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nao refere	23	95,8	95,8	95,8
	Características positivas	1	4,2	4,2	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 59. Identidade Escolar Anterior construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo

		Identidade escolar antes			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nao refere	16	66,7	66,7	66,7

Características positivas	7	29,2	29,2	95,8
características negativas	1	4,2	4,2	100,0
Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 60. Identidade Pessoal Actual construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo

Identidade pessoal depois					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Características positivas	13	54,2	54,2	54,2
	Características positivas e negativas	6	25,0	25,0	79,2
	nao refere	4	16,7	16,7	95,8
	características negativas	1	4,2	4,2	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 61. Identidade Social Actual construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo

Identidade social depois					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Características positivas	9	37,5	37,5	37,5
	Características positivas e negativas	7	29,2	29,2	66,7
	nao refere	5	20,8	20,8	87,5
	características negativas	3	12,5	12,5	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 62. Identidade Profissional Actual construída pelos dois grupos de indivíduos em estudo

Identidade prof depois					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	nao refere	20	83,3	83,3	83,3
	Características positivas	4	16,7	16,7	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 63. Quadro de características relativas à identidade pessoal antes da prisão e depois da prisão

Antes da prisão	Actualidade
Impulsivo	Calmo
Atinado	Frágil
Rebelde	Não se aborrece facilmente
Calmo	Certinho
Irrequieto	Realista
Boa pessoa	Concentrado
Normal	Boa pessoa
Aventureiro	Má pessoa
Equilibrado	Irrequieto
Esperto	Baixa auto-estima
Desenrascado	Correcto
Sossegado	Sorridente
Portava-se bem	Negativo
	Determinado
	Positivo
	Alta auto-estima
	Simples
	Mau humor
	Equilibrado
	Desleixado
	Confiante
	Bom coração

Fonte: Dados recolhidos das entrevistas presenciais

Anexo 64. Quadros de características associadas à identidade colectiva antes e depois da prisão

Identidade Colectiva - Identidade social

Antes da prisão	Actualidade
Racista	Não é rancoroso
Influenciável	Solidário
Não ofende ninguém	Disponível
Compreensivo	Sociável
Bem educado	Singular
Reservado	Respeitador
	Reservado
	Honesto
	Possessivo
	Ciumento
	Pouco paciente
	Dependente
	Pacífico
	Não gosta de violência
	Não gosta de multidões
	Influenciável
	Transparente
	Amigo
	Agressivo
	Pessoa dada
	Divertido
	Normal
	Brincalhão
	Divertido

	Extrovertido Fechado Pessoa de confiança
--	--

Identidade colectiva – identidade profissional

Antes da prisão	Actualidade
Desportista	Empregado de confiança Gosta de trabalhar Rural Trabalhador Não gosta de estar parado

Identidade colectiva – identidade familiar

Antes da prisão	Actualidade
Caseiro	

Identidade colectiva – identidade escolar

Antes da prisão	Actualidade
Bom aluno Não inteligente	

Fonte: Dados recolhidos das entrevistas presenciais

Anexo 65. Quadro de características negativas e positivas

Características negativas	Características positivas
Impulsivo	Atinado
Rebelde	Calmo
Irrequieto	Boa pessoa
Frágil	Normal
Má pessoa	Aventureiro
Baixa auto-estima	Equilibrado
Negativo	Esperto
Mau humor	Desenrascado
Desleixado	Sossegado
Racista	Portava-se bem
Influenciável	Não se aborrece facilmente
Reservado	Certinho
Possessivo	Realista
Ciumento	Concentrado
Impaciente	Correto
Dependente	Sorridente
Não gosta de multidões	Determinado
Agressivo	Positivo
Fechado	Alta auto-estima
Não inteligente	Simples
	Confiante
	Bom coração
	Não ofende ninguém
	Compreensivo
	Bem educado
	Não é rancoroso
	Solidário
	Disponível
	Sociável
	Singular
	Respeitador
	Honesto
	Pacífico
	Não gosta de violência
	Transparente
	Amigo

	Pessoa dada Divertido Brincalhão Extrovertido Pessoa de confiança Empregado de confiança Gosta de trabalhar Rural Trabalhador Não gosta de tar parado Bom aluno
--	---

Fonte: Dados recolhidos das entrevistas presenciais

Anexo 66. Quadro de características referidas relativamente ao que pensam que os outros acham de si

Trabalho	Bom trabalhador Pensavam que ia ser atleta Trabalhador
Escola	Bom aluno
Família	Ovelha negra Como 1 mulher por fazer tudo em casa
Relações sociais	Bem educado Ingrato
Pessoal	Triste Bonito Bom homem
Sentimentos pelo próprio	Gostavam de mim Desilusão

Fonte: Dados recolhidos das entrevistas presenciais

Anexo 67. Identidade profissional construída através do que pensam que os outros acham de si

outros - identidade prof				
		Frequency	Percent	Cumulative Percent
Valid	nao refere	19	79,2	79,2
	Características positivas	5	20,8	100,0
	Total	24	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 68. Identidade Familiar construída através do que pensam que os outros acham de si

Outros - identidade familiar				
		Frequency	Percent	Cumulative Percent
Valid	nao refere	22	91,7	91,7
	Características positivas	1	4,2	95,8
	características negativas	1	4,2	100,0
	Total	24	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 69. Identidade Pessoal construída através do que pensam que os outros acham de si

outros - identidade pessoal				
		Frequency	Percent	Cumulative Percent
Valid	nao refere	23	95,8	95,8
	características negativas	1	4,2	100,0
	Total	24	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 70. Identidade Escolar construída através do que pensam que os outros acham de si

Outros - identidade escolar				
		Frequency	Percent	Cumulative Percent
Valid	nao refere	22	91,7	91,7
	Características positivas	2	8,3	100,0
	Total	24	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 71. Identidade Social construída através do que pensam que os outros acham de si

Outros - identidade social				
		Frequency	Percent	Cumulative Percent
Valid	nao refere	23	95,8	95,8
	Características positivas	1	4,2	100,0
	Total	24	100,0	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 72. Quadro de características negativas e positivas associadas à identidade criada a partir da forma como pensam que os outros os vêem

Características negativas	Características positivas
Ovelha negra	Bom trabalhador
Ingrato	Fiel trabalhador
Triste	Pensavam que ia ser atleta
Desilusão	Trabalhador
	Bom aluno
	Bem educado
	Assíduo
	Sociável
	Respeitador
	Bonito
	Bom homem

Fonte: Dados recolhidos das entrevistas presenciais

Anexo 73. Cruzamento das variáveis Crime e Razões da delinquência relativo ao dois grupos de indivíduos em estudo

Crime * Razões da delinquência Crosstabulation

			Razões da delinquencia				Total
			Razões económicas	Razões sociais	Razões familiares	Acaso	
Crime	Abuso Sexual menores	Count	0	0	0	1	1
		% within Crime	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
	Homicidio	Count	0	0	0	4	4
		% within Crime	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
	Tráfico	Count	2	2	1	0	5
		% within Crime	40,00%	40,00%	20,00%	0,00%	100,00%
	Roubo/Furto	Count	2	0	0	0	2
		% within Crime	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Total		Count	4	2	1	5	12
		% within Crime	33,30%	16,70%	8,30%	41,70%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Crime * Razões da delinquencia Crosstabulation

			Razões da delinquencia				Total
			Razões económicas	Razões sociais	Razões familiares	Acaso	
Crime	Roubo/Furto	Count	2	2	2	0	6
		% within Crime	33,30%	33,30%	33,30%	0,00%	100,00%
	Tráfico	Count	0	1	0	1	2
		% within Crime	0,00%	50,00%	0,00%	50,00%	100,00%
	Homicidio	Count	0	0	0	1	1
		% within Crime	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
	violencia domestica	Count	0	0	0	1	1
		% within Crime	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
	condução sem carta	Count	0	0	1	1	2
		% within Crime	0,00%	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
Total		Count	2	3	3	4	12
		% within Crime	16,70%	25,00%	25,00%	33,30%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 74. Cruzamento das variáveis Crime e Relação com o crime relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Crime * Relação com o crime Crosstabulation

			Relação com o crime		Total
			Fala e culpabiliza-se	Fala e nao se culpabiliza	
Crime	Abuso Sexual menores	Count	0	1	1
		% within Crime	0,00%	100,00%	100,00%
	Homicidio	Count	1	3	4
		% within Crime	25,00%	75,00%	100,00%
	Tráfico	Count	3	2	5
		% within Crime	60,00%	40,00%	100,00%
Total	Roubo/Furto	Count	1	1	2
		% within Crime	50,00%	50,00%	100,00%
			5	7	12
			41,70%	58,30%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Crime * Relação com o crime Crosstabulation

			Relação com o crime			Total
			Fala e culpabiliza-se	Fala e nao se culpabiliza	nao fala e nao se culpabiliza	
Crime	Roubo/Furto	Count	4	2	0	6
		% within Crime	66,70%	33,30%	0,00%	100,00%
	Tráfico	Count	1	1	0	2
		% within Crime	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
	Homicidio	Count	0	1	0	1
		% within Crime	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Total	violencia domestica	Count	0	0	1	1
		% within Crime	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
	conduçao sem carta	Count	2	0	0	2
		% within Crime	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
			7	4	1	12
			58,30%	33,30%	8,30%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 75. Cruzamento das variáveis Crime e relações familiares actuais dos dois grupos de indivíduos em estudo

Crime * Familia Crosstabulation						
			Familia			Total
			Com familia sem apoio	Sem contacto com a familia	Sem familia	
Crime	Roubo/Furto	Count	2	0	0	2
		% within Crime	100,0%	,0%	,0%	100,0%
	Tráfico	Count	4	1	0	5
		% within Crime	80,0%	20,0%	,0%	100,0%
	Homicidio	Count	2	0	2	4
		% within Crime	50,0%	,0%	50,0%	100,0%
	Abuso Sexual menores	Count	1	0	0	1
		% within Crime	100,0%	,0%	,0%	100,0%
Total	Count	9	1	2	12	
	% within Crime	75,0%	8,3%	16,7%	100,0%	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Crime * Familia Crosstabulation				
			Familia	Total
			Com familia e apoio	
Crime	Roubo/Furto	Count	6	6
		% within Crime	100,0%	100,0%
	Tráfico	Count	2	2
		% within Crime	100,0%	100,0%
	Homicidio	Count	1	1
		% within Crime	100,0%	100,0%
	violencia domestica	Count	1	1
		% within Crime	100,0%	100,0%
	condução sem carta	Count	2	2
		% within Crime	100,0%	100,0%
Total	Count	12	12	
	% within Crime	100,0%	100,0%	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 76. Cruzamento das variáveis Crime, Identidade pessoal depois e Identidade social depois relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Crime * Identidade pessoal depois * Identidade social depois Crosstabulation						
Identidade social depois			Identidade pessoal depois			Total
			Características positivas	Características positivas e negativas	nao refere	
Características positivas	Crime	Roubo/Furto	Count	1	1	2
		% within Crime	50,00%	50,00%		100,00%
	Homicidio	Count	2	0		2
		% within Crime	100,00%	0,00%		100,00%

	Abuso Sexual menores	Count	1	0		1	
		% within Crime	100,00%	0,00%		100,00%	
Total		Count	4	1		5	
		% within Crime	80,00%	20,00%		100,00%	
Características positivas e negativas	Crime	Tráfico	Count	1	1	1	3
		% within Crime	33,30%	33,30%	33,30%	100,00%	
	Homicidio	Count	1	1	0	2	
		% within Crime	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%	
	Total	Count	2	2	1	5	
		% within Crime	40,00%	40,00%	20,00%	100,00%	
nao refere	Crime	Tráfico	Count		1	1	2
	% within Crime		50,00%	50,00%	100,00%		
	Total	Count		1	1	2	
		% within Crime		50,00%	50,00%	100,00%	
Total	Crime	Roubo/Furto	Count	1	1	0	2
			% within Crime	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
		Tráfico	Count	1	2	2	5
			% within Crime	20,00%	40,00%	40,00%	100,00%
		Homicidio	Count	3	1	0	4
			% within Crime	75,00%	25,00%	0,00%	100,00%
		Abuso Sexual menores	Count	1	0	0	1
			% within Crime	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
	Total	Count	6	4	2	12	
		% within Crime	50,00%	33,30%	16,70%	100,00%	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Crime * Identidade pessoal depois * Identidade social depois Crosstabulation

Identidade social depois			Identidade pessoal depois				Total
			Caracteristicas positivas	caracteristicas negativas	Caracteristicas positivas e negativas	nao refere	
Caracteristicas positivas	Crime	Roubo/Furto	Count 0 % within Crime 0,00%			2 100,00%	2 100,00%
		Tráfico	Count 1 % within Crime 100,00%			0 0,00%	1 100,00%
		Homicidio	Count 1 % within Crime 100,00%			0 0,00%	1 100,00%
	Total	Count 2 % within Crime 50,00%			2 50,00%	4 100,00%	
	caracteristicas negativas	Crime	Roubo/Furto	Count 1 % within Crime 50,00%		1 50,00%	2 100,00%
violencia domestica			Count 1 % within Crime 100,00%		0 0,00%	1 100,00%	

Total			Count % within Crime	2 66,70%		1 33,30%		3 100,00%
Características positivas e negativas	Crime	Roubo/Furto	Count % within Crime	1 100,00%				1 100,00%
		condução sem carta	Count % within Crime	1 100,00%				1 100,00%
		Total	Count % within Crime	2 100,00%				2 100,00%
			Count	0	1	0		1
nao refere	Crime	Roubo/Furto	% within Crime	0,00%	100,00%	0,00%		100,00%
		Tráfico	Count % within Crime	1 100,00%	0 0,00%	0 0,00%		1 100,00%
		condução sem carta	Count % within Crime	0 0,00%	0 0,00%	1 100,00%		1 100,00%
	Total		Count % within Crime	1 33,30%	1 33,30%	1 33,30%		3 100,00%
Total	Crime	Roubo/Furto	Count % within Crime	2 33,30%	1 16,70%	1 16,70%	2 33,30%	6 100,00%
		Tráfico	Count % within Crime	2 100,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	2 100,00%
		Homicidio	Count % within Crime	1 100,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	1 100,00%
		violencia domestica	Count % within Crime	1 100,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	1 100,00%
		condução sem carta	Count % within Crime	1 50,00%	0 0,00%	1 50,00%	0 0,00%	2 100,00%
		Total	Count % within Crime	7 58,30%	1 8,30%	2 16,70%	2 16,70%	12 100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 77. Cruzamento das variáveis Crime, Identidade profissional – outros e identidade familiar- outros/ identidade social- outros, relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Crime * outros - identidade prof * Outros - identidade familiar Crosstabulation

Outros - identidade familiar				outros - identidade prof		Total
				Características positivas	nao refere	
Características positivas	Crime	Roubo/Furto	Count % within Crime	1 100,00%		1 100,00%
	Total		Count	1		1

			% within Crime	100,00%		100,00%
características negativas	Crime	Roubo/Furto	Count		1	1
			% within Crime		100,00%	100,00%
	Total		Count		1	1
			% within Crime		100,00%	100,00%
nao refere	Crime	Tráfico	Count	2	3	5
			% within Crime	40,00%	60,00%	100,00%
		Homicidio	Count	1	3	4
			% within Crime	25,00%	75,00%	100,00%
	Total	Abuso Sexual menores	Count	0	1	1
			% within Crime	0,00%	100,00%	100,00%
			Count	3	7	10
			% within Crime	30,00%	70,00%	100,00%
Total	Crime	Roubo/Furto	Count	1	1	2
			% within Crime	50,00%	50,00%	100,00%
		Tráfico	Count	2	3	5
			% within Crime	40,00%	60,00%	100,00%
	Homicidio	Count	1	3	4	
		% within Crime	25,00%	75,00%	100,00%	
	Total	Abuso Sexual menores	Count	0	1	1
			% within Crime	0,00%	100,00%	100,00%
		Count	4	8	12	
		% within Crime	33,30%	66,70%	100,00%	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Crime * outros - identidade prof * Outros - identidade social Crosstabulation

Outros - identidade social				outros - identidade prof		Total	
				Características positivas	nao refere		
Características positivas	Crime	Roubo/Furto	Count % within Crime		1 100,00%	1 100,00%	
	Total		Count % within Crime		1 100,00%	1 100,00%	
nao refere	Crime	Roubo/Furto	Count % within Crime	1 20,00%	4 80,00%	5 100,00%	
		Tráfico	Count % within Crime	0 0,00%	2 100,00%	2 100,00%	
		Homicidio	Count % within Crime	0 0,00%	1 100,00%	1 100,00%	
		violencia domestica	Count % within Crime	0 0,00%	1 100,00%	1 100,00%	
		condução sem carta	Count % within Crime	0 0,00%	2 100,00%	2 100,00%	
		Total	Count % within Crime	1 9,10%	10 90,90%	11 100,00%	
	Total	Crime	Roubo/Furto	Count % within Crime	1 16,70%	5 83,30%	6 100,00%
			Tráfico	Count	0	2	2

		% within Crime	0,00%	100,00%	100,00%
Total	Homicidio	Count	0	1	1
		% within Crime	0,00%	100,00%	100,00%
	violencia domestica	Count	0	1	1
		% within Crime	0,00%	100,00%	100,00%
	condução sem carta	Count	0	2	2
		% within Crime	0,00%	100,00%	100,00%
		Count	1	11	12
		% within Crime	8,30%	91,70%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 78. Cruzamento das variáveis Dependencia institucional e Familia relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Dependencia institucional * Familia Crosstabulation

			Familia				Total
			Com familia e apoio	Com familia sem apoio	Sem contacto com a familia	Sem familia	
Dependencia institucional	Dependentes institucionais	Count	0	9	1	2	12
		% within Dependencia institucional	0,00%	75,00%	8,30%	16,70%	100,00%
	Assistidos	Count	12	0	0	0	12
		% within Dependencia institucional	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Total	Count		12	9	1	2	24
	% within Dependencia institucional		50,00%	37,50%	4,20%	8,30%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 79. Cruzamento das variáveis Dependencia institucional e Percurso profissional actual relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Dependencia institucional * Percurso profissional actual Crosstabulation

			Percurso profissional actual			Total
			Desempregado	Empregado	Reformado	
Dependencia institucional	Dependentes institucionais	Count	1	9	2	12
		% within Dependencia institucional	8,30%	75,00%	16,70%	100,00%
	Assistidos	Count	6	6	0	12

Total	% within Dependencia institucional	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
	Count	7	15	2	24
	% within Dependencia institucional	29,20%	62,50%	8,30%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 80. Cruzamento das variáveis Dependencia Institucional e Forma de ver instituição relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Dependencia institucional * Forma de ver instituição Crosstabulation

			Forma de ver instituição				Total
			Alternativa à reincidencia	Unica Solução	Prolongamento da prisao	Apoio Importante	
Dependencia institucional	Dependentes institucionais	Count	2	7	3	0	12
		% within Dependencia institucional	16,70%	58,30%	25,00%	0,00%	100,00%
	Assistidos	Count	1	0	0	11	12
		% within Dependencia institucional	8,30%	0,00%	0,00%	91,70%	100,00%
Total		Count	3	7	3	11	24
		% within Dependencia institucional	12,50%	29,20%	12,50%	45,80%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 81. Cruzamento de variáveis Dependencia institucional, Identidade pessoal depois e Identidade social depois relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Dependencia institucional * Identidade pessoal depois * Identidade social depois Crosstabulation

Identidade social depois				Identidade pessoal depois				Total
				Características positivas	características negativas	Características positivas e negativas	nao refere	
Características positivas	Dependencia institucional	Count		4		1	0	5
		Dependentes institucionais % within Dependencia institucional		80,00%		20,00%	0,00%	100,00%
		Assistidos Count		2		0	2	4

	Total		% within Dependencia institucional	50,00%		0,00%	50,00%	100,00%
			Count	6		1	2	9
			% within Dependencia institucional	66,70%		11,10%	22,20%	100,00%
características negativas	Dependencia institucional	Assistidos	Count	2		1		3
			% within Dependencia institucional	66,70%		33,30%		100,00%
	Total		Count	2		1		3
			% within Dependencia institucional	66,70%		33,30%		100,00%
Características positivas e negativas	Dependencia institucional	Dependentes institucionais	Count	2		2	1	5
			% within Dependencia institucional	40,00%		40,00%	20,00%	100,00%
		Assistidos	Count	2		0	0	2
			% within Dependencia institucional	100,00%		0,00%	0,00%	100,00%
	Total		Count	4		2	1	7
			% within Dependencia institucional	57,10%		28,60%	14,30%	100,00%
nao refere	Dependencia institucional	Dependentes institucionais	Count	0	0	1	1	2
			% within Dependencia institucional	0,00%	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		Assistidos	Count	1	1	1	0	3
			% within Dependencia institucional	33,30%	33,30%	33,30%	0,00%	100,00%
	Total		Count	1	1	2	1	5
			% within Dependencia institucional	20,00%	20,00%	40,00%	20,00%	100,00%
Total	Dependencia institucional	Dependentes institucionais	Count	6	0	4	2	12
			% within Dependencia institucional	50,00%	0,00%	33,30%	16,70%	100,00%
		Assistidos	Count	7	1	2	2	12
			% within Dependencia institucional	58,30%	8,30%	16,70%	16,70%	100,00%
	Total		Count	13	1	6	4	24
			% within Dependencia institucional	54,20%	4,20%	25,00%	16,70%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 82. Cruzamento das variáveis Relações familiares e Família relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Relações familiares * Família Crosstabulation

			Família			Total
			Com família sem apoio	Sem contacto com a família	Sem família	
Relações familiares	Relações fortes	Count % within Relações familiares	9 90,00%	1 10,00%	0 0,00%	10 100,00%
	Relações fracas	Count % within Relações familiares	0 0,00%	0 0,00%	2 100,00%	2 100,00%
Total		Count % within Relações familiares	9 75,00%	1 8,30%	2 16,70%	12 100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (adaptação do output)

Relações familiares * Família Crosstabulation

			Família	Total
			Com família e apoio	
Relações familiares	Relações fortes	Count % within Relações familiares	8 100,00%	8 100,00%
	Relações fracas	Count % within Relações familiares	4 100,00%	4 100,00%
Total		Count % within Relações familiares	12 100,00%	12 100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (adaptação do output)

Anexo 83. Cruzamento das variáveis Relações familiares, Identidade pessoal Antes e Identidade social antes relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Relações familiares * Identidade pessoal Antes * Identidade social antes Crosstabulation

				Identidade pessoal Antes				Total
				Características positivas	características negativas	Características positivas e negativas	nao refere	
Características positivas	Relações familiares	Relações fracas	Count % within Relações familiares	1 100,00%				1 100,00%
	Total		Count	1				1

			% within Relações familiares	100,00%				100,00%
características negativas	Relações familiares	Relações fortes	Count % within Relações familiares	2 66,70%	1 33,30%			3 100,00%
	Total		Count % within Relações familiares	2 66,70%	1 33,30%			3 100,00%
nao refere	Relações familiares	Relações fortes	Count % within Relações familiares	3 42,90%	2 28,60%	1 14,30%	1 14,30%	7 100,00%
		Relações fracas	Count % within Relações familiares	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	1 100,00%	1 100,00%
	Total		Count % within Relações familiares	3 37,50%	2 25,00%	1 12,50%	2 25,00%	8 100,00%
Total	Relações familiares	Relações fortes	Count % within Relações familiares	5 50,00%	3 30,00%	1 10,00%	1 10,00%	10 100,00%
		Relações fracas	Count % within Relações familiares	1 50,00%	0 0,00%	0 0,00%	1 50,00%	2 100,00%
	Total		Count % within Relações familiares	6 50,00%	3 25,00%	1 8,30%	2 16,70%	12 100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (adaptação do output)

Relações familiares * Identidade pessoal Antes * Identidade social antes Crosstabulation

Identidade social antes				Identidade pessoal Antes			Total
				Características positivas	características negativas	nao refere	
Características positivas	Relações familiares	Relações fortes	Count % within Relações familiares			1 100,00%	1 100,00%
		Relações fracas	Count % within Relações familiares			2 100,00%	2 100,00%
	Total		Count % within Relações familiares			3 100,00%	3 100,00%
Características positivas e negativas	Relações familiares	Relações fortes	Count % within Relações familiares		1 100,00%		1 100,00%
	Total		Count % within Relações familiares		1 100,00%		1 100,00%
nao refere	Relações familiares	Relações fortes	Count % within Relações familiares	1 16,70%	1 16,70%	4 66,70%	6 100,00%
		Relações	Count	0	1	1	2

Total	Total	fracas	% within Relações familiares	0,00%	50,00%	50,00%	100,00%
		Count		1	2	5	8
	Relações fortes	% within Relações familiares		12,50%	25,00%	62,50%	100,00%
		Count		1	2	5	8
	Relações fracas	% within Relações familiares		12,50%	25,00%	62,50%	100,00%
		Count		0	1	3	4
Total	Total	% within Relações familiares		0,00%	25,00%	75,00%	100,00%
	Total	Count		1	3	8	12
				8,30%	25,00%	66,70%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (adaptação do output)

Anexo 84. Cruzamento de variáveis Família, Identidade pessoal depois e Identidade social depois relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Família * Identidade pessoal depois * Identidade social depois Crosstabulation

Identidade social depois				Identidade pessoal depois			Total
				Características positivas	Características positivas e negativas	nao refere	
Características positivas	Familia	Com familia sem apoio	Count	4	1		5
			% within Familia	80,00%	20,00%		100,00%
	Total		Count	4	1		5
			% within Familia	80,00%	20,00%		100,00%
Características positivas e negativas	Familia	Com familia sem apoio	Count	1	1	0	2
			% within Familia	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
		Sem contacto com a familia	Count	0	0	1	1
			% within Familia	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
	Total	Sem familia	Count	1	1	0	2
			% within Familia	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
		Count	2	2	1	5	
		% within Familia	40,00%	40,00%	20,00%	100,00%	
nao refere	Familia	Com familia sem apoio	Count		1	1	2
			% within Familia		50,00%	50,00%	100,00%
	Total		Count		1	1	2
			% within Familia		50,00%	50,00%	100,00%
Total	Familia	Com familia sem apoio	Count	5	3	1	9
			% within Familia	55,60%	33,30%	11,10%	100,00%
		Sem contacto com a familia	Count	0	0	1	1
			% within Familia	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
	Total	Sem familia	Count	1	1	0	2
			% within Familia	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
		Count	6	4	2	12	
		% within Familia	50,00%	33,30%	16,70%	100,00%	

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (adaptação do output)

Familia * Identidade pessoal depois * Identidade social depois Crosstabulation

Identidade social depois				Identidade pessoal depois				Total
				Características positivas	características negativas	Características positivas e negativas	nao refere	
Características positivas	Familia	Com familia e apoio	Count % within Familia	2 50,00%			2 50,00%	4 100,00%
	Total		Count % within Familia	2 50,00%			2 50,00%	4 100,00%
características negativas	Familia	Com familia e apoio	Count % within Familia	2 66,70%		1 33,30%		3 100,00%
	Total		Count % within Familia	2 66,70%		1 33,30%		3 100,00%
Características positivas e negativas	Familia	Com familia e apoio	Count % within Familia	2 100,00%				2 100,00%
	Total		Count % within Familia	2 100,00%				2 100,00%
nao refere	Familia	Com familia e apoio	Count % within Familia	1 33,30%	1 33,30%	1 33,30%		3 100,00%
	Total		Count % within Familia	1 33,30%	1 33,30%	1 33,30%		3 100,00%
Total	Familia	Com familia e apoio	Count % within Familia	7 58,30%	1 8,30%	2 16,70%	2 16,70%	12 100,00%
	Total		Count % within Familia	7 58,30%	1 8,30%	2 16,70%	2 16,70%	12 100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (adaptação do output)

Anexo 85. Cruzamento das variáveis Situação emprego antes do crime e Razões da delinquência relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Situação emprego antes do crime * Razões da delinquencia Crosstabulation

			Razões da delinquencia				Total
			Razões económicas	Razões sociais	Razões familiares	Acaso	
Situação emprego antes do crime	Desempregado	Count % within Situação emprego antes do crime	2 50,00%	1 25,00%	1 25,00%	0 0,00%	4 100,00%
	empregado	Count % within Situação emprego antes do crime	2 25,00%	1 12,50%	0 0,00%	5 62,50%	8 100,00%
Total		Count	4	2	1	5	12

% within Situação emprego antes do crime	33,30%	16,70%	8,30%	41,70%	100,00%
---	--------	--------	-------	--------	---------

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (adaptação do output)

Situação emprego antes do crime * Razões da delinquencia Crosstabulation

			Razões da delinquencia				Total
			Razões económicas	Razões sociais	Razões familiares	Acaso	
Situação emprego antes do crime	Desempregado	Count	2	2	2	1	7
		% within Situação emprego antes do crime	28,60%	28,60%	28,60%	14,30%	100,00%
	empregado	Count	0	1	1	3	5
		% within Situação emprego antes do crime	0,00%	20,00%	20,00%	60,00%	100,00%
Total	Count		2	3	3	4	12
	% within Situação emprego antes do crime		16,70%	25,00%	25,00%	33,30%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (adaptação do output)

Anexo 86. Cruzamento das variáveis Situação de emprego antes do crime, Identidade pessoal antes e Identidade social antes relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Situação emprego antes do crime * Identidade pessoal Antes * Identidade social antes Crosstabulation

			Identidade pessoal Antes				Total
			Características positivas	características negativas	Características positivas e negativas	nao refere	
Características positivas	Situação emprego antes do crime	Count	1				1
		% within Situação emprego antes do crime	100,00%				100,00%
	Total	Count	1				1

		% within Situação emprego antes do crime	100,00%				100,00%
características negativas	Situação emprego antes do crime	empregado	Count 2 % within Situação emprego antes do crime 66,70%	1			3 100,00%
		Total	Count 2 % within Situação emprego antes do crime 66,70%	1			3 100,00%
nao refere	Situação emprego antes do crime	Desempregado	Count 2 % within Situação emprego antes do crime 50,00%	1	1	0	4 100,00%
		empregado	Count 1 % within Situação emprego antes do crime 25,00%	1	0	2	4 100,00%
	Total		Count 3 % within Situação emprego antes do crime 37,50%	2	1	2	8 100,00%
Total	Situação emprego antes do crime	Desempregado	Count 2 % within Situação emprego antes do crime 50,00%	1	1	0	4 100,00%
		empregado	Count 4 % within Situação emprego antes do crime 50,00%	2	0	2	8 100,00%
	Total		Count 6 % within Situação emprego antes do crime 50,00%	3	1	2	12 100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (adaptação do output)

Situação emprego antes do crime * Identidade pessoal Antes * Identidade social antes
Crosstabulation

Identidade social antes				Identidade pessoal Antes			Total
				Características positivas	características negativas	nao refere	
Características positivas	Situação emprego antes do crime	Desempregado	Count % within Situação emprego antes do crime			2 100,00%	2 100,00%
		empregado	Count % within Situação emprego antes do crime			1 100,00%	1 100,00%
	Total		Count % within Situação emprego antes do crime			3 100,00%	3 100,00%
Características positivas e negativas	Situação emprego antes do crime	Desempregado	Count % within Situação emprego antes do crime		1 100,00%		1 100,00%
		empregado	Count % within Situação emprego antes do crime		1 100,00%		1 100,00%
nao refere	Situação emprego antes do crime	Desempregado	Count % within Situação emprego antes do crime	1 25,00%	1 25,00%	2 50,00%	4 100,00%
		empregado	Count % within Situação emprego antes do crime	0 0,00%	1 25,00%	3 75,00%	4 100,00%
	Total		Count % within Situação emprego antes do crime	1 12,50%	2 25,00%	5 62,50%	8 100,00%
Total	Situação	Desempregado	Count	1	2	4	7

emprego antes do crime	% within Situação emprego antes do crime	14,30%	28,60%	57,10%	100,00%
	Count	0	1	4	5
empregado	% within Situação emprego antes do crime	0,00%	20,00%	80,00%	100,00%
	Count	1	3	8	12
Total	% within Situação emprego antes do crime	8,30%	25,00%	66,70%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 87. Cruzamento de variáveis Percurso profissional actual, Identidade pessoal depois e Identidade social depois relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Percurso profissional actual * Identidade pessoal depois * Identidade social depois Crosstabulation

Identidade social depois			Identidade pessoal depois			Total
			Características positivas	Características positivas e negativas	nao refere	
Características positivas	Percurso profissional actual	Empregado	Count % within Percurso profissional actual 75,00%	1 25,00%		4 100,00%
		Reformado	Count % within Percurso profissional actual 100,00%	0 0,00%		1 100,00%
	Total		Count % within Percurso profissional actual 80,00%	1 20,00%		5 100,00%
Características positivas e negativas	Percurso profissional actual	Desempregado	Count % within Percurso profissional actual 100,00%	0 0,00%	0 0,00%	1 100,00%
		Empregado	Count % within Percurso profissional actual 0,00%	2 66,70%	1 33,30%	3 100,00%
	Reformado		Count	0	0	1
			1	0	0	1

			% within Percurso profissional actual	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Total			Count	2	2	1	5
			% within Percurso profissional actual	40,00%	40,00%	20,00%	100,00%
nao refere	Percurso profissional actual	Empregado	Count		1	1	2
			% within Percurso profissional actual	50,00%	50,00%	100,00%	
	Total	Count		1	1	2	
			% within Percurso profissional actual	50,00%	50,00%	100,00%	
Total	Percurso profissional actual	Desempregado	Count	1	0	0	1
			% within Percurso profissional actual	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
	Empregado	Count	3	4	2	9	
		% within Percurso profissional actual	33,30%	44,40%	22,20%	100,00%	
	Reformado	Count	2	0	0	2	
			% within Percurso profissional actual	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Total			Count	6	4	2	12
			% within Percurso profissional actual	50,00%	33,30%	16,70%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Percorso profissional actual * Identidade pessoal depois * Identidade social depois Crosstabulation

Identidade social depois			Identidade pessoal depois				Total
			Características positivas	características negativas	Características positivas e negativas	nao refere	
Características positivas	Percorso profissional actual	Desempregado	Count	2		1	3
			% within Percorso profissional actual	66,70%		33,30%	100,00%
	Empregado		Count	0		1	1
Total				0,00%		100,00%	100,00%
			Count	2		2	4

			% within Percurso profissional actual	50,00%			50,00%	100,00%
características negativas	Percurso profissional actual	Desempregado	Count % within Percurso profissional actual	1 100,00%		0 0,00%		1 100,00%
		Empregado	Count % within Percurso profissional actual	1 50,00%		1 50,00%		2 100,00%
	Total		Count % within Percurso profissional actual	2 66,70%		1 33,30%		3 100,00%
Características positivas e negativas	Percurso profissional actual	Desempregado	Count % within Percurso profissional actual	1 100,00%				1 100,00%
		Empregado	Count % within Percurso profissional actual	1 100,00%				1 100,00%
	Total		Count % within Percurso profissional actual	2 100,00%				2 100,00%
nao refere	Percurso profissional actual	Desempregado	Count % within Percurso profissional actual	0 0,00%	0 0,00%	1 100,00%		1 100,00%
		Empregado	Count % within Percurso profissional actual	1 50,00%	1 50,00%	0 0,00%		2 100,00%
	Total		Count % within Percurso profissional actual	1 33,30%	1 33,30%	1 33,30%		3 100,00%
Total	Percurso profissional actual	Desempregado	Count % within Percurso profissional actual	4 66,70%	0 0,00%	1 16,70%	1 16,70%	6 100,00%
		Empregado	Count % within Percurso profissional actual	3 50,00%	1 16,70%	1 16,70%	1 16,70%	6 100,00%
	Total		Count	7	1	2	2	12

	% within Percurso profissional actual	58,30%	8,30%	16,70%	16,70%	100,00%
--	--	--------	-------	--------	--------	---------

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 88. Cruzamento das variáveis Ambiente social e Dependencia institucional relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Ambiente social * Dependencia institucional Crosstabulation

			Dependencia institucional		Total
			Dependentes institucionais	Assistidos	
Ambiente social	Trajetoria de exclusão	Count	4	4	8
		% within Ambiente social	50,00%	50,00%	100,00%
	Trajetoria de inclusão	Count	8	8	16
		% within Ambiente social	50,00%	50,00%	100,00%
Total		Count	12	12	24
		% within Ambiente social	50,00%	50,00%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 89. Cruzamento de variáveis Ambiente social e Crime relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Ambiente social * Crime Crosstabulation

			Crime				Total
			Roubo/Furto	Tráfico	Homicidio	Abuso Sexual menores	
Ambiente social	Trajectory de exclusão	Count	0	2	1	1	4
		% within Ambiente social	0,00%	50,00%	25,00%	25,00%	100,00%
	Trajectory de inclusao	Count	2	3	3	0	8
		% within Ambiente social	25,00%	37,50%	37,50%	0,00%	100,00%
Total		Count	2	5	4	1	12

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

	% within Ambiente social	16,70%	41,70%	33,30%	8,30%	100,00%
--	--------------------------------	--------	--------	--------	-------	---------

Ambiente social * Crime Crosstabulation

			Crime					Total
			Roubo/Furto	Tráfico	Homicidio	Violência Doméstica	Condução sem carta	
Ambiente social	Trajectoria de exclusão	Count % within Ambiente social	1 25,00%	1 25,00%	1 25,00%	0 0,00%	1 25,00%	4 100,00%
	Trajectoria de inclusao	Count % within Ambiente social	5 62,50%	1 12,50%	0 0,00%	1 12,50%	1 12,50%	8 100,00%
Total		Count % within Ambiente social	6 50,00%	2 16,70%	1 8,30%	1 8,30%	2 16,70%	12 100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 90. Cruzamento das variáveis Ambiente social e Forma de ver instituição relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Ambiente social * Forma de ver instituição Crosstabulation

			Forma de ver instituição			Total
			Alternativa à reincidência	Unica Solução	Prolongamento da prisao	
Ambiente social	Trajectoria de exclusão	Count % within Ambiente social	0 0,00%	3 75,00%	1 25,00%	4 100,00%
	Trajectoria de inclusão	Count % within Ambiente social	2 25,00%	4 50,00%	2 25,00%	8 100,00%
Total		Count % within Ambiente social	2 16,70%	7 58,30%	3 25,00%	12 100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Ambiente social * Forma de ver instituição Crosstabulation

	Forma de ver instituição	Total
--	--------------------------	-------

			Alternativa à reincidência	Apoio Importante	
Ambiente social	Trajectoria de exclusão	Count % within Ambiente social	1 25,00%	3 75,00%	4 100,00%
	Trajectoria de inclusão	Count % within Ambiente social	0 0,00%	8 100,00%	8 100,00%
Total		Count % within Ambiente social	1 8,30%	11 91,70%	12 100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 91. Cruzamentos das variáveis Ambiente social e Percorso profissional actual relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Ambiente social * Percorso profissional actual Crosstabulation

			Percorso profissional actual			Total
			Desempregado	Empregado	Reformado	
Ambiente social	Trajectoria de exclusão	Count % within Ambiente social	1 25,00%	3 75,00%	0 0,00%	4 100,00%
	Trajectoria de inclusao	Count % within Ambiente social	0 0,00%	6 75,00%	2 25,00%	8 100,00%
Total		Count % within Ambiente social	1 8,30%	9 75,00%	2 16,70%	12 100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Ambiente social * Percorso profissional actual Crosstabulation

			Percorso profissional actual		Total
			Desempregado	Empregado	
Ambiente social	Trajectoria de exclusão	Count % within Ambiente social	3 75,00%	1 25,00%	4 100,00%
	Trajectoria	Count	3	5	8

	de inclusão	% within Ambiente social	37,50%	62,50%	100,00%
Total	Count		6	6	12
	% within Ambiente social		50,00%	50,00%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 92. Cruzamentos das variáveis Ambiente social e Família relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Ambiente social * Família Crosstabulation

			Familia			Total
			Com familia sem apoio	Sem contacto com a familia	Sem familia	
Ambiente social	Trajectoria de exclusão	Count	3	1	0	4
		% within Ambiente social	75,00%	25,00%	0,00%	100,00%
	Trajectoria de inclusao	Count	6	0	2	8
		% within Ambiente social	75,00%	0,00%	25,00%	100,00%
Total		Count	9	1	2	12
		% within Ambiente social	75,00%	8,30%	16,70%	100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (adaptação do output)

Ambiente social * Família Crosstabulation

			Familia	Total
			Com familia e apoio	
Ambiente social	Trajectoria de exclusão	Count	4	4
		% within Ambiente social	100,00%	100,00%
	Trajectoria de inclusao	Count	8	8
		% within Ambiente social	100,00%	100,00%
Total		Count	12	12

	% within Ambiente social	100,00%	100,00%
--	--------------------------------	---------	---------

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (adaptação do output)

Anexo 93. Cruzamento das variáveis Ambiente social, Identidade Pessoal depois e Identidade social depois relativo aos dois grupos de indivíduos em estudo

Ambiente social * Identidade pessoal depois * Identidade social depois Crosstabulation

Identidade social depois				Identidade pessoal depois			Total
				Características positivas	Características positivas e negativas	nao refere	
Características positivas	Ambiente social	Traectoria de exclusão	Count % within Ambiente social	2 100,00%	0 0,00%		2 100,00%
		Traectoria de inclusao	Count % within Ambiente social	2 66,70%	1 33,30%		3 100,00%
	Total		Count % within Ambiente social	4 80,00%	1 20,00%		5 100,00%
Características positivas e negativas	Ambiente social	Traectoria de exclusão	Count % within Ambiente social	1 50,00%	0 0,00%	1 50,00%	2 100,00%
		Traectoria de inclusao	Count % within Ambiente social	1 33,30%	2 66,70%	0 0,00%	3 100,00%
	Total		Count % within Ambiente social	2 40,00%	2 40,00%	1 20,00%	5 100,00%
nao refere	Ambiente social	Traectoria de inclusao	Count % within Ambiente social		1 50,00%	1 50,00%	2 100,00%
	Total		Count % within Ambiente social		1 50,00%	1 50,00%	2 100,00%
Total	Ambiente social	Traectoria de exclusão	Count % within Ambiente social	3 75,00%	0 0,00%	1 25,00%	4 100,00%

	Trajectoria de inclusao	Count % within Ambiente social	3 37,50%	4 50,00%	1 12,50%	8 100,00%
Total		Count % within Ambiente social	6 50,00%	4 33,30%	2 16,70%	12 100,00%

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Ambiente escolar * Identidade pessoal depois * Identidade social depois Crosstabulation

Identidade social depois			Identidade pessoal depois				Total
			Características positivas	características negativas	Características positivas e negativas	nao refere	
Características positivas	Ambiente e escolar	Trajectoria de inclusão	Count % within Ambiente e escolar	1 50,00%		1 50,00%	2 100,00%
		Trajectoria de exclusão	Count % within Ambiente e escolar	1 50,00%		1 50,00%	2 100,00%
	Total		Count % within Ambiente e escolar	2 50,00%		2 50,00%	4 100,00%
características negativas	Ambiente e escolar	Trajectoria de inclusão	Count % within Ambiente e escolar	2 100,00%	0 0,00%		2 100,00%
		Trajectoria de exclusão	Count % within Ambiente e escolar	0 0,00%	1 100,00%		1 100,00%
	Total		Count % within Ambiente e escolar	2 66,70%	1 33,30%		3 100,00%
Características positivas e negativas	Ambiente e escolar	Trajectoria de inclusão	Count % within Ambiente e escolar	2 100,00%			2 100,00%
	Total		Count % within Ambiente e escolar	2 100,00%			2 100,00%
nao refere	Ambiente e escolar	Trajectoria de exclusão	Count % within Ambiente e escolar	1 33,30%	1 33,30%	1 33,30%	3 100,00%
	Total		Count	1	1	1	3

		% within Ambient e escolar	33,30%	33,30%	33,30%		100,00 %
Total	Ambient e escolar	Trajectori a de inclusão	Count 5	0	0	1	6
		% within Ambient e escolar	83,30%	0,00%	0,00%	16,70 %	100,00 %
	Total	Trajectori a de exclusão	Count 2	1	2	1	6
		% within Ambient e escolar	33,30%	16,70%	33,30%	16,70 %	100,00 %
	Total	Count 7	1	2	2	12	
		% within Ambient e escolar	58,30%	8,30%	16,70%	16,70 %	100,00 %

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPSS (output)

Anexo 94. Descrições dos eixos factoriais 1 e 2 – Modalidades activas

DESCRIPTION DES AXES FACTORIELS
DESCRIPTION DU FACTEUR 1
PAR LES MODALITES ACTIVES

ID.	V.TEST	LIBELLE MODALITE	LIBELLE DE LA VARIABLE	POIDS
NUMERO				
DI1	-3.35	Depend instit	Dependencia institucional	12.00
1				
FmA2	-3.30	Com familia s/ apoio	Familia Actual	9.00
2				
IpA1	-3.19	Pessoal Pos Antes	Identidade pessoal Antes	7.00
3				
EmD2	-2.60	Empregado Actual	Emprego Actual	15.00
4				
rel1	-2.44	Fala e culpab	Relação com o crime	14.00
5				
EmA1	-2.22	Desempregado Antes	Emprego Antes	17.00
6				
Z O N E C E N T R A L E				
RI3	2.82	nao mantem rel inst	Relações institucionais	8.00
59				
IpA4	2.87	N ref Pessoal Antes	Identidade pessoal Antes	10.00
60				
EmD1	3.34	Desempregado Actual	Emprego Actual	7.00
61				
FmA1	3.35	Com familia e apoio	Familia Actual	12.00
62				
DI2	3.35	Assistidos	Dependencia institucional	12.00
63				
Ins4	3.63	Apoio importante	Forma de ver instituição	11.00
64				

A Construção de identidades por ex-reclusos

DESCRIPTION DU FACTEUR 2
PAR LES MODALITES ACTIVES

ID.	V.TEST	LIBELLE MODALITE	LIBELLE DE LA VARIABLE	POIDS
NUMERO				
FmA1	-2.71	Com familia e apoio	Familia Actual	12.00
1				
DI2	-2.71	Assistidos	Dependencia institucional	12.00
2				
Ins4	-2.70	Apoio importante	Forma de ver instituicao	11.00
3				
pril	-2.07	asp positivos	Forma de ver prisao	18.00
4				
Z O N E C E N T R A L E				
DI1	2.71	Depend instit	Dependencia institucional	12.00
59				
Ins2	2.99	Unica solucao	Forma de ver instituicao	7.00
60				
cri5	3.13	Violencia Domestica	Crime	2.00
61				
rel4	3.13	nao fala e n culpab	Relacao com o crime	2.00
62				
FmA3	3.98	Sem contacto	Familia Actual	1.00
63				
IpA3	3.98	Pessoal PeN Antes	Identidade pessoal Antes	1.00
64				

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPAD para a realização da análise dactorial (output)

Anexo 95. Caracterização das modalidades de classes – Classe 3

CARACTERISATION PAR LES MODALITES DES CLASSES OU MODALITES
DE COUPURE 'a' DE L'ARBRE EN 3 CLASSES
CLASSE 1 / 3

V.TEST	PROBA	POURCENTAGES	MODALITES				
IDEN	POIDS	CLA/MOD	MOD/CLA	GLOBAL	CARACTERISTIQUES	DES VARIABLES	
aala	14			58.33	CLASSE 1 / 3		
FmA1	3.99	0.000	100.00	85.71	50.00	Com familia e apoio	Familia Actual
DI2	3.99	0.000	100.00	85.71	50.00	Assistidos	Dependencia institucional
Ins4	3.62	0.000	100.00	78.57	45.83	Apoio importante	Forma de ver instituicao
IpA4	2.30	0.011	90.00	64.29	41.67	N ref Pessoal Antes	Identidade pessoal Antes
FmI2	2.01	0.022	100.00	42.86	25.00	Rel fracas fam inf	Familia infancia
RI3	1.64	0.051	87.50	50.00	33.33	nao mantem rel inst	Relacoes institucionais
IsA1	1.32	0.094	100.00	28.57	16.67	Social pos Antes	Identidade Social Antes
EmD1	1.30	0.097	85.71	42.86	29.17	Desempregado Actual	Emprego Actual
IsD2	0.92	0.180	100.00	21.43	12.50	Social Neg Depois	Identidade Social Depois

A Construção de identidades por ex-reclusos

0.44	0.330	100.00	14.29	8.33	Sem familia	Familia Actual
FaA4	2					
0.43	0.332	63.16	85.71	79.17	N ref Outros Prof	Outros - Identidade profissional
Opf4	19					
0.37	0.357	71.43	35.71	29.17	Empregado DEpois	Emprego Antes
EmA2	7					
0.28	0.389	64.29	64.29	58.33	Fala e culpab	Relação com o crime
rell	14					
0.21	0.417	60.87	100.00	95.83	N ref Outros Pessoal	Outros - Identidade pessoal
Ope4	23					
0.16	0.437	75.00	21.43	16.67	Tráfico	Crime
cri2	4					
0.16	0.437	75.00	21.43	16.67	r. economicas	Razoes da delinquencia
raz1	4					
0.15	0.439	62.50	71.43	66.67	Traj Inclusao	Ambiente Social
trj2	16					
0.01	0.494	61.11	78.57	75.00	asp positivos	Forma de ver prisao
pril	18					
0.01	0.494	61.11	78.57	75.00	Primario	Situação judicial
sj1	18					

CLASSE 2 / 3

V.TEST PROBA ---- POURCENTAGES ---- MODALITES

IDEN POIDS

CLA/MOD MOD/CLA GLOBAL CARACTERISTIQUES DES VARIABLES

					37.50	CLASSE 2 / 3
aa2a	9					
4.81	0.000	100.00	100.00	37.50	Com familia s/ apoio	Familia Actual
FmA2	9					
3.59	0.000	75.00	100.00	50.00	Depend instit	Dependencia institucional
DI1	12					
2.37	0.009	70.00	77.78	41.67	Rel fracas inst	Relações institucionais
RI2	10					
1.78	0.037	50.00	100.00	75.00	Rel fortes fam inf	Familia infancia
FmI1	18					
1.73	0.042	100.00	33.33	12.50	Social Neg Antes	Identidade Social Antes
IsA2	3					
1.73	0.042	71.43	55.56	29.17	Pessoal Pos Antes	Identidade pessoal Antes
IpA1	7					
1.73	0.042	71.43	55.56	29.17	Unica soluçao	Forma de ver instituiçao
Ins2	7					
0.98	0.164	55.56	55.56	37.50	Social Pos Depois	Identidade Social Depois
IsD1	9					
0.75	0.225	46.67	77.78	62.50	Empregado Actual	Emprego Actual
EmD2	15					
0.66	0.255	60.00	33.33	20.83	Outros Prof Pos	Outros - Identidade profissional
Opf1	5					
0.50	0.308	66.67	22.22	12.50	Alt reincidencia	Forma de ver instituiçao
Ins1	3					
0.50	0.308	66.67	22.22	12.50	Prolong prisao	Forma de ver instituiçao
Ins3	3					
0.46	0.325	50.00	44.44	33.33	Fala e nao culpab	Relação com o crime
rel3	8					
0.32	0.375	100.00	11.11	4.17	Outros Pessoal Neg	Outros - Identidade pessoal
Ope2	1					
0.26	0.397	50.00	33.33	25.00	Pessoal PeN Depois	Identidade Pessoal Depois
IpD3	6					
0.26	0.397	50.00	33.33	25.00	r. familiares	Razoes da delinquencia
raz4	6					
0.26	0.397	50.00	33.33	25.00	reincidente	Situação judicial
sj2	6					
0.26	0.397	50.00	33.33	25.00	Pessoal Neg Antes	Identidade pessoal Antes
IpA2	6					
0.10	0.461	41.18	77.78	70.83	Desempregado Antes	Emprego Antes
EmA1	17					
0.03	0.486	50.00	22.22	16.67	Cond s/ carta	Crime
cri6	4					
0.00	0.500	41.67	55.56	50.00	Roubo/Furto	Crime
cri1	12					

CLASSE 3 / 3

V.TEST PROBA ---- POURCENTAGES ---- MODALITES

IDEN POIDS

CLA/MOD MOD/CLA GLOBAL CARACTERISTIQUES DES VARIABLES

				4.17	CLASSE 3 / 3		
aa3a	1						
	1.73	0.042	100.00	100.00	4.17	Sem contacto	Familia Actual
FmA3	1						
	1.73	0.042	100.00	100.00	4.17	Pessoal PeN Antes	Identidade pessoal Antes
IpA3	1						
	1.38	0.083	50.00	100.00	8.33	nao fala e n culpab	Relação com o crime
rel4	2						
	1.38	0.083	50.00	100.00	8.33	Violencia Domestica	Crime
cri5	2						
	0.97	0.167	25.00	100.00	16.67	N Ref Pessoal Depois	Identidade Pessoal Depois
IpD4	4						
	0.67	0.250	16.67	100.00	25.00	sent negativos	Forma de ver prisao
pri2	6						
	0.55	0.292	14.29	100.00	29.17	Social PeN Depois	Identidade Social Depois
IsD3	7						
	0.55	0.292	14.29	100.00	29.17	Unica soluçao	Forma de ver instituicao
Ins2	7						
	0.43	0.333	12.50	100.00	33.33	Traj Exclusao	Ambiente Social
trj1	8						
	0.43	0.333	12.50	100.00	33.33	nao mantem rel inst	Relações institucionais
RI3	8						
	0.43	0.333	12.50	100.00	33.33	acaso	Razoes da delinquencia
raz5	8						

Fonte: Dados recolhidos a partir da Base de dados construída em SPAD para a realização da análise dactorial (output)

Anexo 96. Quadro-Resumo caracterização indivíduos

	Grupo 1	Grupo 2
Dependência institucional	Dependentes institucionais	Assistidos
Familia actual	Com familia sem apoio	Com familia e apoio
Forma de ver instituição	Única solução	Apoio Importante
Relações institucionais	Relações fracas	Não mantem
Emprego Actual	Empregado	Desempregado
Emprego Antes	Desempregado	Empregado
Relação com o crime	Fala e culpabiliza-se	Fala e culpabiliza-se
Crime	Roubo/furto	Tráfico
Forma de ver prisão	--	Aspectos positivos
Relações familia infância	Relações fortes	Relações fracas
Ambiente social	--	Trajectoria de inclusão
Identidade pessoal Antes	Pessoal Positiva	Não refere
Identidade pessoal Depois	Pessoal Positiva e Negativa	--
Identidade Social Antes	Social Negativa	Social positiva
Identidade Social Depois	Social Positiva	Social Negativa

Fonte: Dados recolhidos a partir dos dados da classificação de classe da análise factorial no SPAD